

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE AS AMÉRICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS COMPARADOS SOBRE AS
AMÉRICAS

JEHYRA MARIE ASECIO YACE

LAS AGUAS, LOS BOSQUES Y SUS GENTES

Uma resposta comunitária à crise do desenvolvimento atual
no projeto de autogestão *Casa Pueblo*, município de
Adjuntas, Porto Rico

BRASÍLIA
2013

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE AS AMÉRICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS COMPARADOS SOBRE AS
AMÉRICAS

JEHYRA MARIE ASECIO YACE

LAS AGUAS, LOS BOSQUES Y SUS GENTES

Uma resposta comunitária à crise do desenvolvimento atual no
projeto de autogestão *Casa Pueblo*, município de Adjuntas,
Porto Rico

Dissertação de Mestrado apresentada
como requisito parcial a obtenção do
Título de Mestre em Ciências Sociais
com Concentração em Estudos
Comparados sobre as Américas.

Linha de pesquisa: Sociedade,
Estado e Política nas Américas

Orientadora: Profa. Lília Gonçalves
Magalhães Tavolaro

BRASÍLIA
2013

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE AS AMÉRICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS COMPARADOS SOBRE AS
AMÉRICAS

JEHYRA MARIE ASECIO YACE

LAS AGUAS, LOS BOSQUES Y SUS GENTES

Uma resposta comunitária à crise do desenvolvimento atual no projeto de autogestão *Casa Pueblo*, município de Adjuntas, Porto Rico

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial a obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais com Concentração em Estudos Comparados sobre as Américas. Linha de pesquisa: Sociedade, Estado e Política nas Américas

Banca examinadora:

Profa. Dra. Lília Gonçalves Magalhães Tavolaro (Presidenta)
Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas da Universidade de Brasília

Prof. Dr. Cristhian Teófilo da Silva
Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas da Universidade de Brasília

Profa. Dra. Mônica Celeida Rabelo Nogueira
Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília

Á Casa Pueblo e todas as comunidades de Puerto Rico.

Agradecimentos

O presente trabalho é resultado do apoio material e imaterial de entidades espirituais, pessoas e também de instituições que possibilitaram o processo de investigação. Estes apoios e solidariedade aconteceram em diferentes momentos e etapas. A todos e todas que de uma forma ou outra contribuíram, quero manifestar meu mais sincero agradecimento.

Em primeiro lugar, agradeço à comunidade estendida de Casa Pueblo em Adjuntas e aos seus filhos adotivos, em especial, Tinti, Don Alexis, Axel, Arturo e toda a família Massol-Deyá, a família Hernández-Dorvillier, Juan Delgado, Awilda, Lizbeth Plaza, Johanna Delgado, Doña Edith, Edgardo González, Osvaldo Robles e, Fela e Pepe (de Aves Porto Rico) por acolhermos e ensinarmos a descobrir por nós mesmos as possibilidades de construir melhores mundos.

Na Universidade de Porto Rico: à Mareia Quintero Rivera, por servir como fonte de apoio, inspiração e motivadora principal para conhecer o mundo dos estudos interdisciplinares e académicos numa perspectiva caribenha e latinoamericana sem ter que deixar por lado minhas inquietudes sociais, políticas e culturais. Também aos professores Lowell Fiet, María Mater O'Neill, Ángel (Chuco) Quintero Rivera, Ángel Darío Carrero, Damari Vilar Kerkhoff e Antonio Gaztambide Géigel por suas orientações e visiones críticas que sem dúvida também me motivaram a seguir pelo caminho da investigação social. À minhas grandes amigas Reina Bonilla, Claudia Rodríguez, Katsí Rodríguez, Maricelis Nogueras, Karisa Cruz Rosado, Kamil Gerónimo, e Lina Castillo por seu apoio constante e incondicional.

No resto da minha querida Madre Ilha (que por certo inclui Cuba e até pedacinhos de Nova Iorque ou Miami): a minhas avós Jenny Martínez Vasallo, que em paz descanse e Iraida Ortiz Ortiz por permitir-me conhecer historias e momentos de nosso país já desaparecidas. A Wanda Yace Martínez por possibilitar absolutamente toda esta travessia, investigação e meus caminhos futuros. A Jose Asencio, Joan, Ángel Rivera e Mitsy Morales por sempre recebermos com os braços abertos e proporcionarmos os momentos íntimos familiares tão necessários em todos os momentos na vida, não importa quais. À Migdalia Cruz Rivera Oludé, Wille Ramos Ilarí Obá e Enrique Vázquez Calvo Obbe'Sá, por suas orientações e guia espiritual que mantiveram flutuando este barco. À Gloria Borrás, José Gabriel e Miguel Guzmán, por sua grande amizade e apoio que fizeram das estadias em San Juan umas memoráveis. À César Colón Montijo por sua amizade e compadrio sincero. À Sonnia Iraida Parrado (do Centro de Estudos Martianos) por seu apoio desde o início.

Em Brasília: à Isabel Naranjo e Jacques Martín-León Ibañez de Novion pela solidariedade desprendida que só podem oferecer os que conhecem as dores e alegrias do desterro. Ao professor José Jorge de Carvalho, Rita Honotório e toda a equipe do Instituto de Inclusão por seu apoio, grandes estímulos intelectuais e por facilitar às condições materiais para realizar a última etapa da pesquisa. À Alline Torres e Alain Pascal Kaly por recebermos tantas vezes no Rio de Janeiro e apoiarmos nos melhores e piores momentos. À Rafael Moreira, Olavo Souza, Flor Silvestre, Raquel Boing, Marcia Guedes, Annie Lamontagne, Elizabeth Ruano, Lila Rosa Sardinha, Amary Kamayurá, Vogly Nahum Pongnon, Daniela Fernandes e companheiros do CEPPAC, por proporcionar distintas perspectivas e realidades que juntadas à amizade fazem valer todos os esforços e sacrifícios empregados.

Aos professores do CEPPAC, sobretudo Lilia Gonçalves Magalhães Tavolaro por sua orientação, paciência e estímulos que fizeram do trabalho um verdadeiro experimento sociológico. À Simone Rodrigues Pinto, Cristhian Teófilo da Silva e Flávia Lessa de Barros por todo o apoio, solidariedade e pelas lições na sala de aula. À professora Mônica Rabelo Nogueira, do Centro de Desenvolvimento sustentável, por suas contribuições, elogios e críticas.

À todos os funcionários do CEPPAC, em especial Jacinta, Helciclever e Lucas Leite por sua compreensão e ajuda em todo momento. Ao Centro de Investigações Sociais da Universidade de Porto Rico, por ter me recebido em condição de pesquisadora visitante e possibilitar a etapa inicial da pesquisa.

À Comissão Fullbright de Brasil, ao Conselho Nacional de Tecnologia e Pesquisa (CNPq) e à Universidade de Brasília que viabilizaram economicamente esta investigação por meio de bolsas e fundos para o trabalho de campo.

Por último, a José Manuel González Cruz por ser parte incondicional e inseparável deste trajeto que apenas começa.

Nota da autora: O presente trabalho foi traduzido ao português para cumprir com os requisitos de depósito da Universidade de Brasília-UnB. O texto original foi redigido em espanhol e poderá ser acessado a partir de março 2014 na Internet ou no site www.ceppac.unb.br

*La lucha nunca cesa.
La vida es lucha toda
por obtener la libertad ansiada.
Lo demás es la nada,
es superficie, es moda.*

*Patria es saber los ríos,
los valles, las montañas, los bohíos,
los pájaros, las plantas y las flores,
los caminos del monte y la llanura,
las aguas y los picos de la altura,
las sombras y los colores
con que pinta el oriente
y se despinta el occidente,
los sabores del agua y de la tierra,
los múltiples aromas,
las hierbas y las lomas*

*y en la noche que aterra
el trueno que retumba en la negrura,
penetrar la espesura,
ver como en un relámpago la senda,
y de un trago apurado
el soplo de huracán, entusiasmado en
reconocer las bestias de la hacienda.*

Extrato da poesia *Distancias*
Juan Antonio Corretjer
1975

RESUMO

Esta dissertação de mestrado discute a crise do modelo de desenvolvimento em Porto Rico e, o surgimento de práticas comunitárias de base, analisadas desde o caso da organização de autogestão comunitária Casa Pueblo no município de Adjuntas. Propomos que por um lado, as experiências organizativas vivenciadas diariamente na comunidade, representam alternativas concretas às várias problemáticas geradas por projetos desenvolvimentistas não-locais e por outro; representam novas formas de intervenção política e cidadã. De forma resumida, descrevemos os principais conflitos causados a partir do projeto para a exploração mineira na região central do país. A ameaça cessou após quinze anos, quando a exploração mineira a céu aberto foi proibida pela lei, e quando parte das terras foram declaradas a primeira reserva florestal manejada por uma comunidade *El Bosque del Pueblo*. Depois, examinamos a evolução das estratégias de “protesto” a uma metodologia de “propostas e práticas”, onde são incorporados conceitos mais holísticos de sustentabilidade social e ambiental. Finalmente, discutimos o recente conflito da “Via Verde”, uma proposta governamental para a construção de um gasoduto que foi derrotada por meio de um processo comunitário participativo. Estas questões foram abordadas num processo investigativo que utilizou recursos de pesquisa documental e métodos etnográficos, com um trabalho de campo de seis meses. Esperamos que o trabalho contribua positivamente a questionar o significado do “desenvolvimento”, abrindo possibilidades de criar um diálogo mais informado e inclusivo sobre os assuntos de planificação, governança e autogestão comunitária.

Palavras-chave: crise do desenvolvimento; autogestão; exploração mineira e de recursos naturais; organizações comunitárias Porto Rico; manejo florestal no Caribe

RESUMEN

Esta disertación de maestría discute la crisis del modelo de desarrollo en Puerto Rico y el surgimiento de prácticas comunitarias de base, analizadas desde el caso de la organización de autogestión comunitaria Casa Pueblo en el municipio de Adjuntas. Proponemos que por un lado, las experiencias organizativas vivenciadas diariamente en la comunidad, representan alternativas concretas a varios problemas locales generados por proyectos desarrollistas no-locales y por otro; que representan nuevas formas de intervención política y ciudadana. De forma resumida, describimos los principales conflictos causados a partir del proyecto para la explotación minera en la región central del país en la década del 1980. La amenaza cesó quince años después, cuando la explotación de minas a cielo abierto fue prohibida por ley y cuando parte de las tierras fueron declaradas la primera reserva forestal manejada por una comunidad *El Bosque del Pueblo*. Luego, examinamos la evolución de las estrategias de “protesta” a una metodología de “propuestas y prácticas”, en donde se incorporan conceptos más holísticos, como la sustentabilidad social y ambiental. Finalmente, discutimos el reciente conflicto de la “Vía Verde”, una propuesta del gobierno para la construcción de un gasoducto que fue derrotada por medio de un proceso comunitario participativo. Estas cuestiones fueron abordadas en un proceso investigativo que utilizó recursos de la pesquisa documental y métodos etnográficos, con un trabajo en campo de seis meses. Esperamos que el trabajo contribuya positivamente a cuestionar el significado del “desarrollo”, abriendo posibilidades de crear un diálogo más informado e inclusivo sobre los asuntos de planificación, gobernanza y autogestión comunitaria.

Palabras clave: crisis del desarrollo; autogestión; explotación minera y explotación de recursos naturales; organizaciones comunitarias Puerto Rico; manejo forestal Caribe

ABSTRACT

This master's dissertation discusses the crisis of the development model in Puerto Rico and the emergence of grassroots communitarian practices in the island, by analyzing the case of the self-managed community organization Casa Pueblo in the Adjuntas municipality. I propose that on the one hand, everyday organizational experiences at the community represent valuable and concrete alternatives to the local problems created by non-local development projects; and on the other hand, that they represent new forms of political and citizen participation. In synthesis, we will describe the principal conflicts caused by a mining project proposed by the state for the central area of the island in the 1980's. The threat ended fifteen years later, when a law that prohibited open mining was passed, and the zone was declared the first forest reserve managed by a community *El Bosque del Pueblo* (The People's Forest). Then we will examine the evolution of Casa Pueblo's tactics from "protest" strategies to a methodology of "practice and proposal", in which the community organization incorporated a more holistical concept of social and ecological sustainability. Finally, we will discuss the recent struggle against the "Green Way," a government proposal for the construction of a gas pipeline that was defeated by an organized participatory process. These issues were addressed in the research process using a combination of ethnographic methods and archival-historical investigation in the field for over six months. We hope this study contributes positively to the questioning of the "development" concepts, opening possibilities of a dialogue that is better informed and inclusive on the issues of planning, governances and community self-management.

Keywords: development crisis; self-management; mining and natural resources exploitation; communitarian organizations Puerto Rico; forest management Caribbean

Lista de mapas e ilustrações

- Mapa 1** Região do Grande Caribe. Jehyra M. Asencio Yace, Google Earth. 2013.
- Mapa 2** Puerto Rico, Ilha de Mona (oeste); Vieques e Culebra (este). Jehyra M. Asencio Yace, Google Earth. 2013.
- Mapa 3** Região Oeste e Zona Central (ênfase em Adjuntas e Bairro Pueblo). Jehyra M. Asencio Yace, Google Earth. 2013.
- Mapa 4** Bosque Modelo das Terras Adjuntas. Organizado e elaborado pela Comissão Técnica e Científica de Casa Pueblo, 2012.
- Mapa 5** Bairros rurais e Bairro Pueblo, Município de Adjuntas. *BoricuaOnline.com*, 2013
- Mapa 6** *Regional Industrial Parks proposed for 1985-2020, Preliminary Land Use Master Plan for Puerto Rico*. Arquivo de Casa Pueblo. Fotografia, Jehyra M. Asencio Yace, 2012.
- Mapa 7** *Zona Mineira*. Arquivo de Casa Pueblo. Fotografia, Jehyra M. Asencio Yace 2012.
- Mapa 8** Rota do gasoduto. Retirado da página oficial da AEE, 2013.

Fotografias

- 1.1 Axel Massol no Pico do Bosque Escola Ariel Massol-Deyá “A Olímpia”. Jehyra M. Asencio Yace, 12 de junho 2012.
- 1.2 Complexo Industrial Abbott, situado entre os municípios de Manatí e Barceloneta. Em 1981, foi considerado “o maior complexo industrial do mundo” por milha quadrada. Arquivo de CP. Jehyra M. Asencio Yace, 2012.
- 1.3 Incursão á zona mineira por famílias do *Taller de Arte y Cultura de Adjuntas* (TACA). Ano 1984. Acervo fotográfico, Arquivo de Casa Pueblo.
- 1.4 Marcha organizada durante a campanha *Sim á Vida, Não ás Minas* na Praça de Adjuntas. 1985. Acervo fotográfico, Arquivo de Casa Pueblo.
- 1.5 Um dos primeiros frascos do *Café Madre Isla*. Jehyra M. Asencio Yace, 2012.
- 1.6 Don Pietri, Doña Aida, Doña Olga, Don Papo e José González no moído e envasamento do café. Jehyra M. Asencio Yace, 2012.

- 1.7 Rótulo de entrada ao mirante do *Bosque del Pueblo*. Jehyra M. Asencio Yace, 2012.
- 1.8 Publicidade da companhia mineira *Southern Gold Resources*, 1992. Arquivo de Casa Pueblo.
- 1.9 Fotografia aérea da Zona *Calá Abajo* (depósito de oro e cobre) no *Bosque del Pueblo*. 1995. Arquivo de Casa Pueblo.
- 1.10 Marcha 19 de setembro de 2010 em Adjuntas. Fotografia *El Nuevo Día*. Mariel Mejía Ortiz.
- 1.11 Marcha “Legislando desde as Ruas”. Maio, 2011. Fotografia, Ricardo Alcaraz, Prensa Asociada.

Imagens

- 2.1 Portada da Revista Time, *Democracy’s Laboratory in Latin America, Puerto Ricos’ Governor Luis Muñoz Marín*. 23 de junho 1958.
- 2.2 *Manifiesto de un pueblo que quiere vivir*. 12 de janeiro 1986. Comemoração do natalício de Eugenio María de Hostos. Arquivo de Casa Pueblo.
- 2.3 Registro da “carpeta” do diretor do TACA. C-#5961,1975, pág. 457. Arquivo de Casa Pueblo.
- 2.4 Carpeta #5961. Assunto: Repartição de propaganda em contra da mineração, pág. 429. Arquivo de Casa Pueblo.
- 2.5 Carpeta #5961, pág. 430, Memorando sobre visita de Centro de Anciãos, 23 de agosto 1984. Arquivo de Casa Pueblo.
- 2.6 Carpeta #5961, pág. 431, Memorando 19 de agosto 1984. Assunto: Reunião do Mês. Arquivo de Casa Pueblo.
- 2.7 Carpeta #5961, pág. 431, Assunto: visita a Vieques, 1985. Arquivo de Casa Pueblo.
- 2.8 Imagem da portada de um boletim emitido pelo TACA, após o recebimento da copia de suas “carpetas”. Ano 1992. Arquivo de Casa Pueblo.
- 2.9 Cópia do informe lido por Tinti Deyá Díaz no dia 22 de agosto 1983, ante o Comité de Descolonização das Nações Unidas em Nova Iorque.
- 2.10 Ilustração “*La Vía Verde nos conviene a todos*”. *El Nuevo Día*, artista Kike, 2011.
- 2.11 *Modelo Estratégico para a Nova Economia*, Apresentação de slides, Governo de Porto Rico, Setembro de 2009.

Lista de Abreviaturas

AEE Autoridade de Energia Eléctrica
APP Aliança Público Privada
BMTA Bosque Modelo das Terras Adjuntas
CMI Café Madre Ilha
CP Projeto de Autogestão Comunitária Casa Pueblo
CTC Comissão Técnica e Científica de Casa Pueblo
DIA Declaração de Impacto Ambiental
DRNA Departamento de Recursos Naturais
EEL Eco-Eléctrica
ELA Estado Libre Asociado de Puerto Rico
END El Nuevo Día
EPA *Environmental Protection Agency*
EUA Estados Unidos de América
FBI *Federal Investigations Bureau*
FERC *Federal Energy Regulatory Commission*
ICBC Instituto Comunitário de Biodiversidade e Cultura
JCA Junta de Qualidade Ambiental
LPS La Perla del Sur
NSA *New Star Acquisition Group*
ODS Opinión del Sur
PH Primera Hora
PNP Partido Novo Progressista
PPD Partido Popular Democrático
RCP Radio Casa Pueblo
TACA “Taller” de Arte y Cultura de Adjuntas
UPR Universidade de Porto Rico
USACE *United States Army Corps of Engineers*
USFWS *U.S. Fish and Wildlife Service*
VC El Vocero

Sumário

Introdução

A pesquisa.....	5
O trabalho de campo.....	6
Metodologia e organização do texto.....	12

Capítulo I Da crise do desenvolvimento á esfera comunitária local: uma perspectiva caribenha

A fugaz “utopia modernizante” em Porto Rico: um breve contexto.....	18
Institucionalização do sistema de dependência.....	27
Os movimentos sociais frente á crise.....	33
Sobre a comunidade (ou a organização comunitária).....	42

Capítulo II “Un pueblo que quiere vivir”

As Terras Adjuntas.....	53
“El pueblo”.....	58
Origens.....	67
O “Plano 2020”.....	72
Da luta contra a mineração e a repressão	78
A proteção da pátria geográfica.....	87
Madre Ilha.....	90

Capítulo III Rotas para a autogestão comunitária

A criação da reserva florestal “Bosque del Pueblo”.....	99
Políticas públicas “desde abaixo”.....	109
Notas de campo: projetos de longa duração.....	112

3.1 O Instituto Comunitário de Biodiversidade e Cultura (ICBC).....	117
3.2 O Bosque Modelo das Terras Adjuntas (BMTA).....	120
3.3 Radio Casa Pueblo (RCP): a primeira emissora de radio comunitária.....	123
Estratégias efetivas.....	123

Capítulo IV O conflito da Via Verde

A crise e a emergência fiscal.....	130
O Gasoduto do Sul.....	133
A crise e a emergência energética.....	139
Uma resposta comunitária á crise.....	147
A vida é toda luta: derrota do gasoduto.....	171

Considerações Finais	184
-----------------------------------	-----

Referencias e Bibliografia	192
---	-----

Introdução



1.1 Axel Massol no Pico do Bosque Escola Ariel Massol-Deyá “A Olímpia”. Jehyra M. Asencio Yace, 12 de junho 2012.

Chegou a hora de subir. As espirais da colina começam. O solo é extremamente úmido e rico em compostos minerais. O calor se mistura com o rugir dos ventos que ecoa da montanha e isso me ajuda a tranquilizar-me um pouco. Podem ser ouvidos os *coquíes*¹, as *reinitas*², as abelhas, os bambus e o rio. A minha fadiga e falta de resistência são evidentes. Entre vertigens e suores aproveito para descansar e olhar a paisagem. Em determinado momento, tudo é sombra no antigo cafezal. Há milhares de bromélias, palmas da serra, helicônias, árvores frutíferas, embaúbas e samambaias que se misturam com os velhos cafezais. Os nossos guias se adiantam para preparar a tarefa daquele dia e já não os ouvimos. Caminho a passos curtos e quase marchando. Tento não me render mas desanimo ao cair várias vezes de joelhos no lodo. Quero voltar, é impossível continuar. Porém, meu companheiro me avisa que já não é possível retornar. Não tinha outra opção, só continuar, já estávamos no meio do caminho. Uma hora depois a luz do sol ampliou o nosso ponto de chegada. Finalmente, estávamos no pico do Bosque Escola A Olímpia “Ariel Massol Deyá”, protegido pela Lei # 268, elaborada e apresentada ante à Legislatura no ano de 2002 pelo projeto de autogestão comunitária Casa Pueblo.

A temperatura se reduz, acalma-se a fadiga, a dor, a preocupação e começa a contemplação da floresta. São belas as montanhas, seus picos, suas sombras, os pés de flamboyants florescidos no verão, o povoado de Adjuntas e de longe, os municípios de Arecibo e Utuado. A rodovia #10, com seu traçado reto e quadrado, interrompe essa outra lógica da natureza. Cury terminou de instalar o mastro da bandeira. Seu filho tinha colocado a bandeira nas costas e uma folha de samambaia como coroa na cabeça. Quando nos vê chegar avisa-nos que se chama –“Super-Boricua”³. Após a pequena, porém solene cerimônia de içamento, compartilhamos lá em cima e conversamos com o menino super-herói sobre a flora nativa do bosque. Ele tem doze anos e subiu o pico antes de todos. Mora na cidade de Chicago, nos EUA, mas seus avós e seu pai são membros fundadores da organização que tem resgatado ecologicamente o bosque da plantação cafeeira, da

¹ Espécie de sapo nativo de Porto Rico, pertencente ao gênero *Eleutherodactylus*, família *Leptodactylidae*. A espécie tem o seu nome derivado do intenso som que emite, que pode atingir os 100 decibéis a uma distância de meio metro.

² Espécie de cambacica (*Coerebaflaveola*) muito comum nas Antilhas e nas Américas.

³ Gentílico para referir-se aos nascidos em Porto Rico, derivado da palavra taina *Borikén*. Outras variações podem incluir o *borinqueño* ou *borincano*.

exploração mineira, e recentemente, da rota do gasoduto. Agora as terras são manejadas por meio de um protocolo internacional para a governança comunitária de bosques.

Acompanhava-nos Ryan, um jovem estadunidense, estudante do Programa de Pós-Graduação em Planificação Ecológica e Naturalismo da Universidade de Vermont⁴. Naquele momento da minha primeira subida, a reserva era ameaçada pela rota do gasoduto, proposto pelas autoridades mediante a criação de um consórcio “público-privado”. Numerosos grupos comunitários lutavam contra a construção desse encanamento por toda a ilha.

Durante o transcurso do conflito, membros da comunidade da Casa Pueblo continuavam trabalhando diariamente nas suas veredas, nas estações para a coleta de dados, nas áreas de descanso, nos salões de aula abertos e no sistema de geração hidrelétrica. O trabalho empenhado era para possibilitar a gestão de uma escola comunitária “a céu aberto” que reuniria a ciência com a cultura e os aspectos locais, o que levaria mais de uma década. O “Bosque Escola” é parte do recém reconhecido corredor biológico, “Bosque Modelo das Terras Adjuntas” (BMTA), um conceito que integra as necessidades das comunidades locais com a planificação e o desenvolvimento sustentável a longo prazo.

O Projeto de Autogestão Comunitária Casa Pueblo (doravante CP) localizado no “*pueblo*” de Adjuntas é o epicentro da gestão do BMTA, recentemente reconhecidos mediante a criação de um Comitê Multissetorial apontado pelo governador de Porto Rico, que formulará uma lei que “permita o desenvolvimento económico sustentável” da área de 157, 216 hectares que ocupam as terras. Conhecer suas histórias e guardiães modificou completamente minha perspectiva sobre a “crise social, econômica e política” instalada de forma permanente em Porto Rico⁵.

Há mais de 30 anos, CP adquiriu um espaço para o desenvolvimento de projetos comunitários autônomos que, até hoje, proporcionam serviços educativos, agrícolas, florestais e de intercâmbio de mercadorias locais, entre outros. Desde então, retomaram as terras exploradas pelas companhias mineiras e conseguiram protegê-las com várias

⁴ O estudante filmou um vídeo da experiência e o publicou no *Youtube*, <http://www.youtube.com/watch?v=HB47TbWvLyk>

⁵ Notas de campo. Primeira visita ao Bosque Escola Ariel Massol Deyá (dentro da Reserva Florestal Olímpica), 19 de junho de 2012.

legislações. Posteriormente, foi apresentada uma proposta para o manejo das terras. Os milhares de visitantes anuais que chegam até Adjuntas, geralmente, vêm para conhecer a CP e as áreas protegidas. Lá recebem uma orientação educativa sobre a história da organização, seus projetos e campanhas, baseados em princípios de autonomia, sustentabilidade, economia e saúde. Outras vezes, o propósito da visita é realizar um percurso pelas áreas protegidas, seja por motivos turísticos, de pesquisa ou colaborativos. Os planos e programas para o BMTA, são fruto de todas as experiências acumuladas em torno da solução estratégica e autônoma de assuntos que têm afetado ou ameaçado a comunidade. Mais especificamente, os conflitos surgidos pela imposição de projetos estatais e privados que pretendem estimular o “desenvolvimento econômico”. Desde o ano 2006, Porto Rico encontra-se submerso em sua “pior recessão econômica” desde a Grande Depressão no início do século 20, e a ameaça de uma contração maior da economia é assunto diário de discussão pública. A fragilidade política, econômica e social é agravada pelo complexo sistema de dependência da ilha, que dura 115 anos, com os EUA.

Em 2009, o governador Luis Fortuño, do Partido Novo Progressista (PNP) sancionou uma lei de emergência fiscal que propunha “salvar o crédito de Porto Rico” mediante a “estabilização fiscal”. Um ano depois, sancionou uma Ordem Executiva que declarava ao país em crise e em emergência energética. Depois, seguiu-se a saída “ao público” da campanha para Via Verde. A corporação pública, Autoridade de Energia Elétrica (AEE) junto com a administração do PNP, propunham a construção de um gasoduto que cruzaria todo o litoral e a Cordilheira Central da ilha. O “projeto bandeira” foi criado numa agência publicitária. Prometia reduzir os custos de consumo de energia (o dobro dos EUA), estimular o debilitado setor da construção e gerar “milhares de empregos” para o ano de 2012. Investigações científicas e jornalísticas lideradas por CP 7 revelaram um amplo esquema de corrupção. Pretendia-se realizar as obras de maneira pouco sustentável e altamente excludente. A maioria das comunidades que estava na rota proposta para o gasoduto eram carentes e nunca foram consultadas. É durante este contexto específico que me aproximo da organização e realizo o trabalho que apresentarei.

A pesquisa

Esta dissertação de mestrado discute a crise do modelo de desenvolvimento atual em Porto Rico e o surgimento de *práticas comunitárias* (BERMAN, 2000; JARAMILLO, 2013) analisadas a partir do estudo da organização CP. Por um lado, a CP vivencia diariamente alternativas concretas a vários problemas locais gerados por projetos desenvolvimentistas não-locais; e por outro, representa novas formas de participação política e cidadã.

Cabe ressaltar, que a dimensão “local”, como veremos, é geralmente flexível, ao considerarmos a histórica relação do Caribe com os processos de industrialização e globalização da economia, e o caso específico do status político centenário da ilha de Porto Rico. Neste sentido, o global e o local se apresentam como interconectados num sentido de dupla circulação, de mutua projeção (DOMÍNGUEZ, 2008).

O objetivo principal da pesquisa foi investigar os principais conflitos causados a partir do projeto para a exploração mineira na região central do país, prestando atenção especial aos programas e projetos alternativos que foram surgindo através do tempo, nos anos 1980, e condensando-se numa filosofia nova de autogestão e governança local do território. Procurei explorar as campanhas para a criação de políticas públicas que terminaram por converter-se na proposta que daria vida à primeira reserva florestal manejada por uma comunidade, o *Bosque del Pueblo*. Posteriormente, examinamos a evolução dos projetos por um caminho mais holístico de sustentabilidade social e ambiental representado pelo conceito do Bosque Modelo. Logo, nos transportamos até a atualidade, onde discutimos o conflito da Via Verde e suas repercussões.

As narrativas e informações levantadas conduziram-me a um panorama amplo, baseado em dados históricos que indicaram a forma em que os sucessivos ciclos de mudança e crise gerados pela busca de “desenvolvimento”, afetam cotidianamente a vida das comunidades e a sociedade portoriquenha. Por outro lado, tentamos estabelecer que os atores locais não são meras “vítimas do desenvolvimento”, senão, participantes ativos que criam, desafiam e negociam com o sistema econômico-político dominante (CARRUYO, 2008), seus direitos, demandas e necessidades.

Esperamos que este estudo empírico, de conhecimentos e práticas locais, abra um caminho para a reflexão sobre a relação entre o desenvolvimento, a desigualdade e a deterioração ecológica em Porto Rico, assim como em outras áreas da região caribenha e latinoamericana. Em adição, esperamos que contribua positivamente para a questionar o próprio significado do “desenvolvimento”, abrindo possibilidades de um diálogo potencialmente transformativo que seja mais informado e inclusivo sobre os assuntos de planificação, governança e gestão comunitária.

O trabalho de campo

Minha chegada à CP foi motivada por uma série de eventos-chave que inicialmente pareciam não ter conexão entre si. Minha formação num programa interdisciplinar onde combinei as Humanidades e as Comunicações com trabalho comunitário, junto com duas viagens de estudo-pesquisa em Cuba, foram os espaços a partir dos quais formulei uma proposta inicial de trabalho que me levaria a um novo mundo. Queria compreender a crise político-econômica atual de Porto Rico e a de seus atores principais, os membros de comunidades marginalizadas, que vivem atados ao sistema de dependência colonial. A intenção era realizar um trabalho de pesquisa colaborativo com os espaços midiáticos alternativos. Dadas as experiências prévias que tive na graduação, tinha interesse em comparar os conteúdos da comunicação comunitária em contraposição aos conteúdos comerciais.

Morar em Brasília e conhecer o mundo das ciências sociais a partir da ênfase americanista⁶, foram de onde pensei sobre a possibilidade de realizar uma espécie de trabalho etnográfico em que pudesse documentar as realidades diárias da única organização de imprensa comunitária que existia no meu país.

Aliás, já nesta data (em 2012), a crise tinha se apoderado de tudo. Uma série de conflitos fez com que a reconhecida organização com a qual iria trabalhar desaparecesse.

⁶ Refiro-me ao *Americano* no sentido mais amplo e “martiano” do termo (Martí, José. *Nuestra América*. Edición Crítica por Cintio Vitier. Centro de Estudios Martianos. La Habana, 2006., p. 1-14)

Assim são as coisas, geralmente, hoje em dia na ilha. Um dia existem, outro dia desvanecem. Poucos pareciam se manter num mar tão instável. Historicamente a migração e a economia informal têm sido as principais válvulas de escape e contensão.

Uma das organizações comunitárias que tinha chamado minha atenção e que pretendia visitar, era a única que possuía uma estação de rádio própria, *Radio Casa Pueblo WOQI 1020AM*⁷, num local fixo. Além disso, as lideranças do lugar conduziam uma intensa campanha contra a construção do gasoduto que cruzaria a ilha. Não conhecia ninguém que trabalhasse no lugar, mas conhecia alguns de seus colaboradores de forma indireta. Conversas com professores e amigos me levaram a trocar correios eletrônicos com o consultor legal da organização.

Apresentei-lhe a situação que enfrentava e falei sobre meu interesse por realizar um trabalho de campo em relação à utilização dos meios de comunicação pela CP. Superados muitos contratempos da vida, consegui retornar a Porto Rico. Depois de uma semana na capital e de uma estimulante conversa com uma liderança comunitária do município de Ponce, confirmei uma reunião com as lideranças de Adjuntas. Segundo o advogado, ali estariam, não precisamente aguardando-me, senão, porque sempre estavam ali. Nunca consegui conversar diretamente com eles pelo telefone ou via correios eletrônicos.

Os próximos passos foram descarregar e revisar duas publicações sobre a história da CP, três trabalhos acadêmicos, comunicados de imprensa, artigos jornalísticos, dois tomos de mil páginas sobre a espionagem política sofrida pelos membros fundadores e uma longa lista de documentos. O assunto dos “meios de comunicação alternativos” no qual pretendia deter-me enfocar, logo ficaria relegado a seu espaço próprio de importante ferramenta para a difusão de informação. No caso da comunidade CP, com características de educação popular e para a reivindicação de direitos.

Na primeira viagem que realizei até as “Terras Adjuntas”, não sabia o que esperar. Não entendia muito bem como funcionavam ou se manejavam todos aqueles “projetos” que eram descritos no material revisado inicialmente. O encontro foi marcado cedo, pela manhã, e por causa disso, decidi junto com meu companheiro de viagem, sair

⁷http://casapueblo.org/radio/?page_id=69

de madrugada para chegar cerca das 8:30h. Quando chegamos, houve uma modificação drástica da paisagem e estavam acontecendo muitas coisas ao mesmo tempo.

Ofereceram-nos “Café Madre Ilha”, que eles mesmos moem e envasam para a venda, e nos sentamos na sala principal da casa. Identifiquei as principais lideranças pelas fotos que tinha visto nos jornais. Tinti, uma senhora de 73 anos, atendia os visitantes na loja de artesanatos e seu esposo, Don Alexis, com alguns anos a menos, andava de um lado a outro, falando ao celular. Fomos recebidos por Cury, um dos filhos do casal, que agora está encarregado da manutenção da CP e do atendimento aos visitantes. Suas botas de plástico molhadas pela lama indicavam que àquela hora já havia trabalhado bastante no Bosque Olímpia, lugar onde foi criado junto aos seus outros três irmãos.

Numa mesa de madeira em frente a mim, descansava um pequeno busto de Eugenio Maria de Hostos, prócer porto-riquenho e fundador da Liga de Patriotas em 1898. Hostos é conhecido como uns dos “fundadores da sociologia hispanoamericana” influenciado pelo pensamento positivista de Comte. Escreveu extensos tratados reformistas sobre a pedagogia, a moral, o sistema jurídico e a educação para as mulheres, entre outras coisas. Estes estudos foram escritos durante suas longas viagens por toda América, onde realizava ativismo a favor de suas causas humanísticas e patrióticas. No seu trabalho político mais direto, defendeu a confederação das Antilhas e a abolição da escravidão. Dedicaria seus últimos dias a sua “Madre Ilha”. Esta campanha política exigia aos Estados Unidos de América (EUA) o direito à livre autodeterminação que tem os portoriquenhos. Argumentava que era necessário um plebiscito livre e independente para determinar os desejos da cidadania, fosse “continuar sendo o deixar de ser cidadãos de nossa pátria geográfica e histórica (FERNÁNDEZ, 1965). Madre Ilha é também o nome de uma parte do bosque (Finca Madre Ilha) que, desde os começos da organização na década dos 1980, serve como hospedagem para grupos que realizam visitas longas como parte de atividades universitárias, científicas ou comunitárias.

Quando finalmente conseguimos conversar, éramos cerca de cinco no grupo. Incluíram meu companheiro e a um dos gestores do BMTA, um engenheiro florestal que pertence à Comissão Técnica e Científica da CP. Agora estávamos na sala da estação de rádio, localizada na parte posterior da estrutura. Porém, éramos interrompidos pelas

constantes ligações que recebia Don Alexis por parte de jornalistas que indagavam informações sobre o conflito do gasoduto ou Via Verde.

Improvisadamente, a liderança teve que oferecer uma entrevista ao vivo para outra emissora de rádio local. De repente, chegaram um jovem e uma senhora com cerca de 50 anos de idade. Eram duas lideranças do Bairro Português, outra comunidade “adjunteña” (que tinha se unido à comunidade de CP). Estavam preocupados com as novas expressões do governador. Naquele momento, após dois anos de conflitos com várias comunidades, o mandatário recusava comentar sobre o rumo dos pedidos de autorização ao governo federal para o começo da construção. Asseguraram entre si sua força e estiveram de acordo em se manter atentos e alertas.

Ente uma oportunidade e outra, aproveitei para contar-lhes sobre minha situação e meus desejos de estabelecer uma colaboração com eles. Eu poderia auxiliar-lhes na organização dos registros sobre a história do grupo e resgatar algumas histórias locais. Talvez poderia até participar de alguma forma no dia-a-dia do projeto. Havia levado notas para discutir, mas também expliquei-lhes minha trajetória pessoal. Embora tenha estudado na capital, provenho de uma família de classe trabalhadora da parte rural da ilha e meus esforços para ir ao Brasil para estudar e ter a oportunidade de produzir conhecimento sobre a realidade do meu país, deveria ser aproveitado da melhor forma possível. As lideranças se consultaram entre si. Porque não aproveitava e estudava o conflito do gasoduto que ainda se desenvolvia na atualidade? Na casa havia várias caixas “cheias de jornais e artigos” que eu poderia revisar. Se quisesse fazer isto tinha que lhes propor um plano de trabalho, porém, indicaram-me que as portas da casa sempre estariam abertas para pesquisadores e trabalho voluntário.

Chegaram dezenas de turistas, continuavam as entrevistas para a rádio e jornalistas e logo ficamos sozinhos com o engenheiro florestal. Ele iria almoçar com um outro estudante de pós-graduação que estava hospedado na casa. De repente, percebemos que acima do prédio principal, havia uma casinha de madeira coberta de painéis solares. Com este sistema é gerada toda a energia do espaço desde 1999. Adentro, um pequeno estúdio foi desenhado para receber colaboradores. Naquele momento, o habitava Ryan, o aluno estadunidense.

Naquela tarde ficamos sabendo que o jovem iria ao bosque na próxima semana pra tomar coordenadas com seu *GPS* para o desenho de mapas que faria como parte de seu trabalho de mestrado. Associamo-nos, creio que sem termos sido convidados. Durante o fim de semana digitei uma proposta de colaboração. Recompilaria e sistematizaria toda a documentação sobre o conflito do gasoduto, realizaria entrevistas com os atores principais, e desenvolveria um material com propósitos educativos para o projeto.

No dia da visita ao bosque, às margens do rio, discuti com Don Alexis o documento. O lemos em voz alta juntos e eu tomava notas sem parar. Suas ideias, sugestões e comentários foram muito precisos. Não haveria problemas se aquelas eram minhas intenções, porém, teria que pensar numa metodologia. Não tinha forma de me deslocar diariamente até a montanha e ainda precisava de hospedagem. Se aceitasse conhecer a CP, poderia ficar no estúdio uma vez que o aluno estadunidense saísse. Em troca, aprenderia sobre a organização e ajudaria nas tarefas da casa. Depois de uns dias, fui informada que os membros da junta diretiva aceitaram a proposta. Não foi difícil aceder e após um processo de planejamento voltei à montanha, inicialmente seriam umas semanas que se tornariam seis meses.

Estava pronta todos os dias cedo, pela manhã para observar, perguntar e colaborar com o que fosse necessário. Desta forma, aprendi algumas coisas muito rápidas, outras nem tanto; a forma em que eles se organizam, se relacionam, como comunicam suas mensagens e resolvem seus conflitos. Ganhar o respeito e a confiança das lideranças e de outros membros que estão presentes de forma cotidiana na comunidade foi uma tarefa árdua, já que tive que demonstrar meu interesse sincero por estudar o grupo e aprender o que faziam de forma paciente. Com o passar do tempo consegui estabelecer o que, para mim, foram e serão boas relações de colaboração em rede.

Por outro lado, a revisão documental-bibliográfica permitiu-me observar não somente, as questões locais, mas também, certos eventos históricos, políticos e econômicos a nível nacional-global, que estavam intrinsecamente relacionados com o surgimento da organização e as histórias de vida de cada pessoa no projeto que tive a oportunidade de conhecer.

Os planos iniciais se desenvolveram com as realidades que foram surgindo, e esta dissertação é fruto desta fecunda experiência. Muito lentamente, o cotidiano foi brindando-me importantes informações. Muitas vão além do que pude analisar para cumprir com os requisitos de um trabalho de mestrado. O conflito do gasoduto permeava fortemente os membros da comunidade, a imprensa e também os visitantes ou colaboradores em trânsito. Em meados de outubro de 2012, o governo retirou finalmente o projeto. A intervenção da organização, tanto quanto em sua avaliação técnica e sua campanha educativa foram determinantes para que obra fosse cancelada.

Esse dia marcou definitivamente uma nova etapa na história da luta comunitária para criar alternativas à visão desenvolvimentista que governa o país. O momento foi precedido por um combate eleitoral particular. Era a primeira vez que se apresentavam quatro partidos de minoria, frente ao sistema bi-partidarista dominante. Na mesma data, foi celebrado o quarto plebiscito sobre o status político de ilha. Os 54% dos votantes indicaram que não estavam de acordo em manter a política territorial atual. O processo foi amplamente questionado pela sociedade civil local-continental e ignorado pelo Congresso e pelo Presidente dos EUA.

Embora as consequências, sobretudo, sociais e econômicas do conflito continuem sendo nefastas, o fato de que o gasoduto foi detido, antes do começo da obra, era uma conquista inédita, inclusive internacionalmente. O fato demonstrava a capacidade que as comunidades organizadas e os cidadãos em geral têm para deter projetos que lhes afetam ou com os quais não estão de acordo. Por outro lado, também houve maior visibilidade para as contradições do modelo de desenvolvimento econômico de Porto Rico baseado na sua condição colonial. Os problemas de desemprego, saúde, política, educação e pobreza, entre outros, apareceram como intrinsecamente relacionados.

Metodologia e organização do texto

A investigação foi baseada em duas estratégias metodológicas principais: uma abordagem etnográfica, através da observação participante e, a revisão documental combinada com a entrevista.

A experiência etnográfica realizada de julho a dezembro de 2013, permitiu-me uma convivência prolongada na qual obtive uma visão ampla do desenvolvimento do projeto, suas múltiplas dimensões e pude conhecer a maioria de seus membros e colaboradores atuais. Também presenciei numerosas atividades públicas, conferências de imprensa, exibição de filmes e documentários, assinaturas de acordos, festivais tradicionais e outras atividades de serviços públicos, como clínicas de saúde. Além disso, tive a oportunidade de participar como colaboradora, ajudei em eventos, recebi visitantes na CP e trabalhei como guia dos dois bosques mantidos pelo grupo.

A revisão bibliográfica produzida em e sobre Porto Rico, a partir da implementação dos primeiros projetos para o desenvolvimento dentro do contexto colonial, tanto quanto de seus proponentes como de seus críticos permitiu-me o contato e conhecimento de dados históricos. Por outro lado, o substancial material produzido pela organização desde seus inícios, cuidadosamente arquivados na sua sede, possibilitou a oportunidade de construir uma cronologia a partir da qual pude partir, sobretudo no contexto na chegada da industrialização “intensiva” em conjunto com as novas formas de participação política na década dos 1980. Também consegui, de certa forma, seguir a evolução de dos conflitos/projetos mais significativos e as reflexões produzidas pelos atores principais da organização. Por último, as entrevistas semiestruturadas, realizadas ao final do trabalho de campo, terminaram por ser uma das fontes que mais consultei, já que foram bastante extensas e possibilitaram-me fazer um contraste entre épocas e conceitos que eram utilizados no cotidiano.

A dissertação compõe-se, além desta introdução, de quatro capítulos. Primeiro, para situar-nos no contexto histórico e conceitual, descreveremos de forma breve os processos desenvolvimentistas implantados no país antes e depois da criação do Estado Livre Associado de Porto Rico no 1952. Logo, definiremos como entendemos o conceito

de “desenvolvimento-crise” e a sua relação com o surgimento de alternativas político-econômicas desde a esfera comunitária local.

No segundo capítulo, apresentaremos as origens políticas e sociais da organização CP, o conflito da luta anti-mineira e o seu desenvolvimento para o conceito de autogestão. Veremos como ocorreram os processos desta luta, desde a reivindicação dos direitos para estratégias concretas de mudança social e ambiental, ante à realidade da crise e repressão ideológica predominante na década dos 1980.

No terceiro capítulo, veremos como a luta anti-mineira culmina num processo de negociação em que a comunidade toma a responsabilidade de elaborar e colocar em prática um plano para o manejo do território. Discutiremos a importância histórica e simbólica que ainda mantêm o acordo de manejo comunitário do *Bosque del Pueblo* e apontamos para a relação entre os projetos de autogestão como fundamentais na geração de econômica e reconhecimento por parte do estado e da sociedade.

No quarto capítulo, adentramos no conflito do gasoduto, no contexto da crise atual e o fim do projeto graças à luta das comunidades e as alternativas que foram geradas como contestação ao modelo de desenvolvimento industrial massivo. Por último, apresentamos uma breve análise final dos principais resultados da pesquisa.

Capítulo 1

Da crise do desenvolvimento à esfera comunitária local: uma perspectiva caribenha



Porto Rico pertence ao arquipélago das Antilhas que separam o Oceano Atlântico do Mar Caribe. A ilha é a menor das cinco Antilhas Maiores (Cuba, Jamaica, Haiti e República Dominicana) e sua extensão territorial é de aproximadamente 160 km por 56 km. A área total não passa dos 13, 790 km. As ilhas de Vieques (135km²) e Culebra (26km²) localizadas ao este, também formam parte da jurisdição de Porto Rico e foram utilizadas durante mais de 60 anos pela Marinha do Exército dos Estados Unidos como lugar de prática e simulação de guerra. No ano 2003, os exercícios militares foram finalmente descontinuados, após décadas da pressão e luta civil que reclamava “*Fuera la Marina*”. As comunidades viequenses e culebrenses ainda aguardam os devidos ressarcimentos e principalmente, a limpeza dos terrenos.



Mapa 2 Puerto Rico, Ilha de Mona (oeste); Vieques e Culebra (este). Jehyra M. Asencio Yace, Google Earth. 2013.

O clima do país é húmido-tropical, com temperaturas que podem superar os 40⁰ durante o verão na zona metropolitana e no litoral. A área central montanhosa tem um clima subtropical de altura que traz temperaturas mais amenas. O sul é desértico e mais

quente que o norte. Os litorais são áreas de planícies, divididos pela Cordilheira Central que tem picos que podem chegar aos dois mil metros. De janeiro até março existem mais probabilidades de tempo “seco”. No resto do ano, chuvas, tormentas e furacões tropicais são uma ameaça constante.

A população é estimada em 3, 674, 209 milhões de habitantes que fazem com que a ilha tenha um alto grau de densidade populacional (422 habitantes a cada km²) devido a seu território limitado (*US Census Bureau, 2012*). Em adição, estima-se que moram no país, 150 mil “indocumentados”⁸, em sua maioria dominicanos; a ilha recebe uma média de 3 milhões de turistas por ano⁹; finalmente, nos EUA moram 4 milhões de portoriquenhos. A emigração ao continente e seu fator circulatório por mais de um século é um dos fenômenos mais complexos da sociedade portoriquenha. Por outro lado, um 99% da população isleña concentra-se nas áreas urbanas, em especial, a área metropolitana. A taxa de desemprego para jovens de 15 a 24 anos estima-se num 30%. Lugares com proporções territoriais próximas as de Porto Rico tem taxas similares e incluso maiores (Jamaica, 30.1%; República Dominicana 30.3%; Santa Lucia 40.8%; Gaza 38.8%)¹⁰. Os níveis de pobreza (quase 50%), triplicam os níveis dos estados mais pobres dos EUA, como Mississippi (20%)¹¹.

O Chefe de Estado é o Presidente dos Estados Unidos (por o qual os residentes isleños nunca tiveram o direito a eleger) e o chefe do governo local é o Governador e seu Gabinete, que precisa ser aprovado pela Legislatura local. A organização administrativa é dividida em 78 municípios, cada um com seu prefeito e legislatura. A Assembleia Legislativa tem um Senado (27 assentos) e uma Câmara de Representantes (51 assentos), ambos corpos legislativos são eleitos diretamente pelo sufrágio popular. Também se elege, pelo voto popular, um Comissionado Residente, que funciona como um representante “não-votante” na Câmara dos Representantes do EUA. Todos os postos legislativos e executivos servem um período de 4 anos, sem limites de reeleição.

A língua oficial é o espanhol, embora o inglês seja reconhecido como “co-oficial”. Este tema é um dos mais controversos na história política do país, devido à

⁸ PASCUAL, Vanessa. 1999. *Al fondear la yola: lloverá café?*. CISCLA Working Paper #88, Puerto Rico.

⁹ Dados do Banco Mundial (2013). <http://datos.bancomundial.org/indicador/ST.INT.ARVL>

¹⁰ *CIA World Fact Book*, 2013

¹¹ *US. CENSUS BUREAU*, 2011

relação colonial e a imposição do inglês em todas as instituições sociais e políticas que se estabeleceram após a invasão.

Fatores importantes como a condição geográfica e a relação político-econômica com os Estados Unidos, entre outros, criaram um sistema de dependência baseados em experimentos de “desenvolvimento econômico”, que na atualidade ameaçam o próprio balanço ecológico e social do país, tornado visível cada vez mais, a insustentabilidade do paradigma dominante do desenvolvimento.

No transcurso deste primeiro capítulo, apresentaremos como os projetos econômico-políticos de “progresso e a modernização” implementados durante o passado século em Porto Rico pelo Governo dos EUA, em conjunto com o governo insular, precedem a crise econômica, social e ambiental que vive a sociedade portoriquenha na atualidade.

O colapso das instituições sociais importantes, -como a educação, saúde e os serviços sociais básicos- junto com o crescimento de economia informal, a violência, a desigualdade e a contaminação, som algumas das consequências principais da busca a todo custo, do desenvolvimento econômico que garanta as necessidades do mercado financeiro e os inversores do setor privado.

A rica e diversa quantidade de recursos naturais concentrados no território caribenho, tem sido destinados quase que exclusivamente e de forma prioritária, pelo passado século, às necessidades da industrialização, do turismo de luxo e da seguridade da metrópoles. Por outro lado, veremos como, estes intenso e cíclicos processos de mudança-crise, tem gerado também, transformações nas estruturas tradicionais de governança e participação política no país.

Da mesma forma que em outras regiões e países do mundo, em que projetos de desenvolvimento econômico são predominantes, em Porto Rico, diversos movimentos sociais e comunitários contestam historicamente desde suas localidades, alternativas aos problemas e conflitos causados por esta visão que interfere em sua realidade cotidiana (BERMAN, 2000, p.8) . Grupos de base, comunitários e independentes, tem gerado espaços e oportunidades significativas de fortalecimento social, político y econômico. Estes reclamos, reivindicações e projetos, se apropriam e questionam os debates sobre o “meio ambiente” e a possibilidade da “sustentabilidade”.

O modelo de autogestão comunitária apresentado pela CP, demonstra que a organização comunitária (ou a comunidade organizada) posiciona-se como elemento fundamental para pensar e atuar estrategicamente sobre a iminente transformação, mais uma vez, da sociedade portoriquenha. Antes, será preciso entender alguns elementos históricos que formam parte do contexto tanto da organização da CP, como da atual “crise” do projeto de país portoriquenho.

A fugaz “utopia modernizante¹²” em Porto Rico: um breve contexto

A promessa de progresso eterno baseada na "fé norte-americana", sedimentou-se como ideologia por todas as etapas de inserção das instituições e o capital estadunidense na ilha. O conceito passou por várias etapas até finalmente se transformar na ideia do desenvolvimento como fim principal e central, na industrialização dos países "subdesenvolvidos" ao final da Segunda Guerra Mundial (GAZTAMBIDE, 1991, p. 30).

Em questão de meses, no ano 1898, desapareceu o regime espanhol, uma metrópole mercantilista com interesses comerciais, que tinha em Cuba e Porto Rico suas últimas duas possessões coloniais nas Américas, exploradas durante quatro séculos. A invasão estadunidense havia sido o resultado da sua prévia intervenção na Guerra Cubano-hispanoamericana (também foram invadidas as Filipinas, Guam e Cuba). Os EUA tinham interesses comerciais e procuraram o controle completo da produção e geração de capital. Nesta etapa começavam a implementar seu ambicioso plano de expansão hemisférica que começara no século 19, nas ilhas do Caribe e do Pacífico. Após os primeiros períodos de crise e acabada a Segunda Guerra Mundial, passariam finalmente a consolidar-se como uma das nações hegemônicas no novo ordem mundial gerado (WALLERSTEIN, 2004).

¹² Conceito desenvolvido por Quintero Rivera (2009, p.4), para descrever esse “*programa de cambio social de intención modernizante, inicialmente generado desde un movimiento populista en una colonia subdesarrollada como eje de su política justicialista y de descolonización*” que terminou por seduzir a nova escola estadunidense de ciências sociais e políticas.

A expansão imperial se tornou possível em Porto Rico por diversas formas. Na nova e estratégica possessão caribenha, foi realizado um processo de centralização do poder político em mãos diretas do Presidente dos EUA. Foi alcançada uma produção e inversão controladas desde o exterior; a introdução de um modo de produção capitalista agrária que separou aos produtores dos meios de produção e criou uma grande massa de proletários rurais; os artesãos foram proletarizados; houve um deslocamento do sistema de fazendas do seu rol político-econômico dominante do Estado; surgiu uma burguesia associada aos interesses coloniais, outra aos interesses comerciais e um setor “médio” ligado as novas atividades burocráticas e profissionais¹³.

O recém estabelecido sistema tarifário e monetário foi trocado por o estadunidense. Em 1917 o Presidente Woodrow Wilson sancionou o *Jones Act* que declarava a ilha como “território não incorporado” e outorgava uma cidadania de segunda classe. A cidadania estadunidense dos portoriquenhos não permite o voto presidencial até hoje, embora, sim permita desde aquele momento o serviço militar obrigatório.

Uma cláusula especial instituiu o obscuro período da Proibição, destruindo a economia do rum, dominada por insulares e crioulos. O impacto econômico das novas legislações foi total. Houve um forte aumento nas exportações e importações entre ambos países. Com a Leis de Cabotagem, o tráfico comercial formal com a Europa e o resto das Américas foi interrompido. O país só pode utilizar e traficar com a marinha mercante estadunidense. As indústrias não protegidas pelo novo sistema sofreram uma forte caída, enquanto as que começavam a serem protegidas, como a renovada indústria do açúcar, se converteram no pilar econômico (RUIZ, 1981, p.3).

Na década do 1930, o açúcar constituía um 70% do total das exportações. A maior parte da atividade produtiva, comercial e financeira, era controlada e dirigida pelos interesses estadunidenses na ilha (PANTOJAS, 1979, p. 80). O desenvolvimento deste sistema gerou câmbios substanciais na estrutura político-econômica e também os padrões sociais e comunitários prévios as novas realidades coloniais. O “novo mundo da soberania estadunidense” no país, teria significados diferentes na zona central e na do litoral. O mercado do café e o modo de vida rural na montanha, maiormente composto

¹³ Resumo dos pontos principais das pesquisas de Ángel Quintero Rivera (1974;1975) que tratam sobre as mudanças na estrutura político-econômica na implantação do sistema desenvolvimentista PANTOJAS (1979).

pelos fazendeiros, peões, pequenos e medianos agricultores, e comerciantes, pronto entrariam em crise.

“O mundo do açúcar, por outro lado, foi amplamente privilegiado devido a que encontrava-se em vantagem graças aos novos arreglos tarifários. É deste modo, que surgiria a noção de que a produção do café e o modo de vida rural representavam atividades tradicionais e autóctones, símbolos ‘crioulos’ contra as novas companhias açucareiras estadunidense absentistas e a nova burocracia municipal e insular (PICÓ, 1981, p.34-39).

Houve uma mudança drástica nas formas de vida agrárias e estabeleceu-se um processo de adaptação, que começou com migrações (primeiro do campo as novas cidades e depois a metrópole, principalmente Nova Iorque) e terminou por concretizar-se numa nova classe trabalhadora da açúcar e a manufatura leve; e por adição, num complexo fenômeno migratório. As condições e recursos desta nova classe rapidamente foram agravados pelas períodos de guerra e furacões, entre outras coisas.

O desemprego era estimado no 50%, e os bens de consumo, assim como os alimentos tiveram alças nos preços, devido a nova dependência dos produtos importados. Houve uma redução dos salários dos trabalhadores. A crise do sistema enclavista no país foi traduzido no surgimento dos primeiros movimentos obreiros e separatistas do século. Estes grupos constituíram os primeiros esforços de organização política que contestariam o novo sistema. A diferença dos movimentos obreiros e sindicais que se organizaram neste época em outras regiões de América Latina; em Porto Rico, as lutas foram divididas por causa do particular status político e gravemente reprimidas até quase desaparecer como grupos de maioria já para metade do século 20. A divisão e disputas internas causadas pela discussão em torno a situação colonial, e a intensa persecução e repressão, foram e continuam sendo dois fatores claves para compreender a história da ação social e coletivo no país. Como assinala Pantojas (1979), a ameaça apresentada aos novos projetos de desenvolvimento, pela nova organização da sociedade civil e obreira, foi tomada muito a sério.

“...si bien es cierto que un elemento fundamental que impidió la unión de las fuerzas de oposición contra el régimen fue las limitaciones y contradicciones ideológicas clasistas de las fuerzas

políticas envueltas, no podemos subestimar los esfuerzos del régimen por conjurar la amenaza que representaban dichas fuerzas (Ibid., p.80)”

No nível político surgiram mecanismos de controle e repressão por parte das autoridades aos novos “subversivos”. Ao contrário dos partidos mais tradicionais como o Partido Socialista (de base classista proletária) e o Partido Republicano (que defendiam o direito à anexação e gozavam de certo acesso as esferas de poder e patrocínio do governo federal); o Partido Nacionalista havia chamado a atenção dos setores sociais mais afetados pela crise, como a pequena burguesia deslocada, o proletariado canavieiro e os setores marginais desempregados (Ibid., p.87). Apenas na década do 1930 houve mais de 200 greves dos trabalhadores da cana. Foi-se tornando evidente que o regime colonial encontrava-se ante uma “ameaça política”.

A crescente influencia do Partido Nacionalista (PN) nas massas trabalhadoras, sobretudo baixo a figura de Pedro Albizu Campos, radicaliza a “oposição moderada” e toma uma postura anti-imperialista de forma aberta. Os eventos abriram passo a uma intensificação da militarização do governo de Porto Rico. O Presidente Roosevelt, nomeia como governador o General Blanton Winship, e como chefe da policia, o Coronel Elisha Francis Riggs, vinculados as forças armadas dos EUA e as recentes guerras na Europa e em Nicarágua. Em 1935 foram assassinados durante uma Assembleia de Estudantes, cinco jovens do PN dentro da Universidade de Porto Rico (doravante UPR) no campus de Rio Pedras. Messes depois, em fevereiro de 1936, é assassinado o Coronel Riggs, por dois jovens afiliados ao partido. Eles cometeram a execução sem informar as lideranças do partido. Imediatamente foram apressados toda a cúpula do PN, incluindo o Secretario Geral e Diretor Editorial, Juan Antonio Corretjer, que no final da sua vida passaria a fundar a Liga Socialista Portoriquenha (LSP). As sentencias foram de 6 a 10 anos e não permitiram o regresso dos nacionalistas até acabada a Segunda Guerra Mundial e após a institucionalização do presente status político no ano 1952, quando foi criado o Estado Livre Associado de Porto Rico.

O processo tem seu ponto mas sanguinário na Massacre de Ponce de 1937. Aquele fatídico 21 de março foram assassinadas 19 pessoas não armadas e mais de uma centena foram gravemente feridas. Na hora do ataque, começaria uma marcha que

reclamava a libertação dos dirigentes do PN no município de Ponce. Em 1938 o próprio Winship, sofreu um intento de assassinato devido a sua decisão de “celebrar” o dia da invasão estadunidense (25 de julho) no centro do município. A repressão passou a intensificar-se ainda mais.

Já para esta época, o recém criado *Federal Investigations Bureau* (FBI), mantinha há anos, listas atualizadas dos “subversivos”, tanto quanto na ilha, como em solo continental. Centenas de portoriquenhos, suspeitos de qualquer “tipo de ato criminal” foram sentenciados e apressados durante as seguintes décadas (PARALITICCI, 1997; CORRETJER, 1971).

No meio da situação de alta tensão, surge em 1940 o Partido Popular Democrático (PPD), com a consigna *Pão, Terra e Liberdade* (Pan, Tierra y Libertad). Totalmente reprimido o PN e desarticulado Partido Socialista, esta alternativa de corte populista, propunha o desenvolvimento industrial agrícola nacional, acompanhado por medidas assistencialistas. O movimento parecia a melhor alternativa naquela época de desespero. Por outro lado, novos interesses, não ligados a indústria açucareira chegaram para administrar os novos programas de ajuda e bem-estar social, enviados de os EUA. Estes setores elaboraram uma maquinaria de poder político que permitira “atrair” a setores não organizados, como os campesinos ou desempregados. As medidas também permitiam remediar as necessidades imediatas da população, enquanto continha o incremento da insurgência popular (CORRETJER, 1971).

A visão engendrada pelo *New Deal* do Presidente Roosevelt, condensou-se com a ascensão do PPD, criador do populismo desenvolvimentista com a figura predominante de Luis Muñoz Marín e sua “Revolução Pacífica”. O projeto insigne de reforma, *Operação Mãos à Obra*, era a melhor alternativa na crise, nos olhos do governo federal. O modelo baseado nas ciências da administração pública traria estabilidade política, maior homogeneização ideológica e consenso social sobre a necessidade de um projeto de desenvolvimento econômico. As estratégias que serviram para consolidar a hegemonia local (SANTANA, 1994, p.2-7) seriam aplicadas no resto do hemisfério.

As isenções contributivas para inversores estadunidenses criaram um ambiente que impedia a expansão do mercado a e produção local (DIETZ, 2003, p.139-175). Foram estabelecidas novas agencias públicas como a Autoridade de Terras, a Companhia

de Fomento Industrial e o Banco Governamental de Fomento. Em conjunto promoveriam no exterior(até a atualidade) o país como destino industrial e turístico. Naquela época, a ênfase do governo do PPD, era prestada as reformas econômicas e sociais, logrando uma desvinculação das relações políticas com a metrópole, porque o “status” não era um problema urgente para resolver, sobretudo no contexto da guerra. Houve uma aliança com o campesinato, a nova classe proletária rural e urbana e a pequena burguesia local.

Foram oferecidos empregos às massas e também para posições de liderança. O projeto desenvolvimentista tinha um novo inversor, em vez do estado, seria o capital e o conhecimento estrangeiro. O estado passaria a ser um mero “promotor do desenvolvimento econômico”, assegurando assim, o “progresso e bem-estar” de todos os seus cidadãos.

No começo da Guerra Fria, os EUA haviam adquirido uma nova posição hegemonia a nível industrial que precisava da exportação de capital para poder se manter. Este capital levaria “desenvolvimento” as nações “subdesenvolvidas” e reconstruiria Europa. No 1948, a Organização das Nações Unidas (ONU), cria a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL). A comissão tinha o propósito de promover a industrialização como processo garantidor de autonomia aos países periféricos e geração de capital para as novas indústrias.

Foi difundido como necessário que todas as sociedades e suas economias “atrasadas” adoptaram um modelo de evolução, com a meta de alcançar o ideal de progresso estadunidense. Para Wallerstein (2004), o termo “desenvolvimento” começou a ser utilizado partir deste período e baseou-se na “teoria das etapas”. Os estados “mais desenvolvidos” se apresentaram como modelos para que os “subdesenvolvidos” pouco a pouco, pudessem ter os mesmos padrões de vida e governos com estruturas “mais liberais”. Nas próximas décadas, diferentes projetos seriam implementados para estabelecer estes fins. Os mesmos, se sedimentaram no atual modelo de “desenvolvimento-dependência” global.

Elevar a produção, especialmente a tecnologia, seria a chave da prosperidade e a paz. Porém, o sono do progresso econômico e bem-estar social pronto se converteu num pesadelo. A estratégia desenvolvimentista ampliou-se a duas terceiras partes do mundo e trouxe consequências opostas as prometidas: maior pobreza, exploração e opressão. O

conceito do “desenvolvimento” passou a colonizar a realidade (ESCOBAR, 1995, p. 6) até o ponto que o aumento na produção nos termos do “PIB” converteu-se na panaceia para todos os males sociais como se não existissem outras formas de melhorar o destino da humanidade (BAUMANN, 2013).

Aqueles opostos o insatisfeitos teriam que lutar contra um sistema mais complexo, militarizado, industrializado e globalizado. Porém, embora o discurso tenha passado por certas reformas estruturais, o proposto na década posterior a 1945, permanece igual, permitindo ao sistema se adaptar as nova condições. O resultado tem sido, uma sucessão de estratégias e sub-estratégias até o presente, sempre articuladas dentro do mesmo espaço discursivo do desenvolvimento econômico (ESCOBAR, 1995, p.4)

No início de 1948, Porto Rico, estava em plena euforia pela autorização por parte do Congresso dos EUA para realizar as primeiras eleições gerais para eleger a um governador. Após o anuncio, a legislatura dominada pelo PPD, aprovou uma série de legislações formalizadas na Lei da Mordaça. Dita lei proibia “fomentar, abougar, aconselhar, predicar, imprimir, publicar, editar, vender, exibir, organizar ou ajudar a organizar qualquer ação que tivesse a intenção de derrocar, paralisar ou destruir o estado insular”. Um movimento grevista na UPR, que reclamava o cese das hostilidades aos alunos e professores que não estariam de acordo com a nova administração universitária, foi o pretexto da sua aprovação. Não era possível nem exibir a bandeira nacional. Todas as atividades político-partidárias foram suspensas no campus, incluso, foram proibidas todas as publicações estudantis (ACOSTA, 1989).

A aplicação da legislação se dramatiza com a Revolta Nacionalista em 1950. Durante aquele ano a Câmara de Representantes dos EUA, aprovou o projeto de lei para convocar uma Assembleia Constituinte. Todas as relações de caráter federal-colonial seriam mantidas, porém, foi criado o Estado Livre Associado ou *Commonwealth*. Este conceito, é definido pelo Departamento de Estado dos EUA, como um “tipo de território não organizado dependente o não incorporado. Em resumo, embora o país tenha certa autonomia em relação a eleição de seus representantes a níveis locais, tem carecido por mais de 115 anos de representação formal na metrópole e fica impedido de conduzir relações internacionais próprias. Devido à não-incorporação, as garantias constitucionais

estadunidenses não são aplicadas ou estendidas em sua totalidade aos ilhenhos (*U.S. Department of State Foreign Affairs*, 2013).

Durante a insurreição de 1950 foram tomados vários municípios. O evento culminou com dezenas de mortes e mais de um milhar de apressados. Nos EUA, dois nacionalistas tentaram assassinar o Presidente Harry Truman. Quatro anos depois e recrudescida a repressão, quatro jovens do PN, atacaram o Congresso em Washington, atirando ao teto e reclamando *!Viva Puerto Rico Libre!*. Os nacionalistas passaram a ser os presos políticos mais antigos do continente. O líder, Pedro Albizu Campos foi encarcerado e torturado com radiação. Devido as graves denúncias e severa condição física que desenvolveu, recebeu um indulto do governador, falecendo meses após sua “libertação”.

Durante estos años Puerto Rico, experimentó las tasas de crecimiento más elevadas de Latinoamérica. Su acelerado progreso se asociaba a un programa de industrialización dirigido a transformar una economía colonial de plantación (de mono-producción agraria) en una economía dinamizada por la diversidad manufacturera, aprovechando la emergente hegemonía industrial mundial norteamericana de la posguerra y su necesidad de exportación de capital (QUINTERO, 2009, p.2)

Numerosos estudos e investigadores estadunidenses e portoriquenhos atribuíam-lhe à nova “prosperidade e grande progresso econômico” à considerável soma de dinheiro invertida no país antes e depois da guerra¹⁴. Além disso, o capital acumulado permitiu durante esta época de “pós-guerra”, uma alça significativa no consumo de materiais e artigos importados. Para 1951, uma centena de novas indústrias se instalaram na ilha. Agora precisariam de rodovias, serviços básicos e vias de comunicação (CORDERO, 1951, p.22). Porém, o desemprego continuava a ser um problema principal e sempre tem-se afirmado que seria mais crônico, se não for pelo fato da migração massiva e cíclica aos EUA. As “melhorias na condições de vida” da classe trabalhadora, no sentido do acesso as novos bens de consumo e comodidade, não diminuiu a desigualdade, pelo contrário. O custo de vida aumentava.

¹⁴ Um trabalho esclarecedor e sintetizador do tema é o artigo de QUINTERO RIVERA (2009) *Hibridez, modernidad y desarrollo. La política de la Guerra Fría, la Academia y la Cultura* (2009). Ver também, CORDERO (1951).

O “modelo portorriquenho de industrialização por convite”, serviu não só para os fins do capital estrangeiro e para consolidar o estabelecimento da nova elite local burocrática. Também adquiriu “tintes propagandísticos”, sendo representado o desenvolvimento capitalista como a resposta ao comunismo. Segundo Quintero Rivera (2009) o interesse geral pelo modelo, encarnava-se em que era um “governo democraticamente eleito” quem exercia como motor do desenvolvimento. O triunfo da revolução cubana no começo da década do 1960, intensifica ainda mais estas tensões e converte a Porto Rico numa espécie de antíteses cubana. No 1961, o Presidente John F. Kennedy cria a “Aliança para o Progresso” de América Latina, baixo a coordenação dos portorriquenhos Teodoro Moscoso e Muñoz Marín (patriarca do PPD). Na ilha, os grupos que lutavam pela descolonização foram fatalmente divididos. Surgiram por um lado, grupos clandestinos armados e por outro, novos partidos esquerdistas que procurariam solucionar os conflitos pela “via pacífica e eleitoral”.



2.1 Portada da Revista Time, *Democracy's Laboratory in Latin America, Puerto Ricos' Governor Luis Muñoz Marín*. 23 de junho 1958.

Os movimentos surgidos da nova classe obreira-proletária estavam intrinsecamente relacionados com as lutas pela emancipação e descolonização. A guerra contra o comunismo por tanto, serviu para evitar, sabotar e reprimir, qualquer tentativa de mudança ou discussão de descolonização, já que isto significava uma seria ameaça aos interesses que dirigiam os rumos e desenvolvimento do país. Embora fosse registrado um período de crescimento, a brecha da desigualdade permaneceu sem modificações e a amplificação da classe média, supôs a chegada dos padrões de vida e consumos estadunidenses, que não estavam de acordo com as realidades locais. A expansão industrial não teve um encadeamento com a economia interna (RIVERA, 2013, p.3).

No 1960, começa a promoção do país como mercado da industrialização “pesada” e foram estabelecidas dezenas de petroquímicas, farmacêuticas, fábricas de produtos militares e de processamento de metais. O consumo de recursos como a água e a energia; a contaminação ambiental e a vulnerabilidade do ciclo económico externo, aumentaram consideravelmente durante esta época. A base desta renovada etapa era uma ampla isenção contributiva às empresas estadunidenses. As isenções e benefícios que foram outorgadas às companhias e fábricas, tinham validade de uma década, nas áreas urbanas, ou até dois e três décadas na zona central e as ilhas de Vieques e Culebra. O desgaste do sistema não tardou muito em mostrar suas consequências.

Institucionalização do sistema de dependência

As eleições do ano 1968 marcaram o fim do sistema do partido único que tinha governado as duas passadas décadas e foi instalado o sistema bipartidário que ainda domina na atualidade. A ascensão do Partido Novo Progressista (PNP) com a figura de Luis A. Ferré, um multimilionário, dono da indústria do cimento e posteriormente, de um dos conglomerados de comunicação mais poderosos do país (atualmente um monopólio), foi promovido o ideal da anexação permanente. Na sua administração terminaria de quebrar-se a borbulha do “milagre portoriquenho”.

O projeto “Redenção e Nova Vida” procurava lograr que o país se convertisse num estado. Foi realizado um recrutamento massivo de pessoas afiliados ao partido para postos de emprego governamentais e mediante a criação de novas agencias e programas estatais. Estas instancias foram criadas paralelamente às existentes, por tanto, fez crescer de forma exponencial e não planificada o aparato burocrático do estado. Houve uma substituição quase total dos servidores públicos de carreira por posições de confiança com pessoas provindas do partido e da esfera privada. Os problemas estruturais agravariam com o esgotamento do modelo de industrialização leve e o aumento drástico dos preços do petróleo a partir da crise de 1974 (SANTANA, 1994, p.54-57).

A modo de lidar com a crise e os novos câmbios, o governo passaria a imitar a estratégia seguida pelos centros urbanos industriais dos EUA. Esta consistia em depender dos fundos federais para sustentar os níveis e padrões de vida da população, mediante o crescimento subsidiado do consumo pessoal. Houve um ausência de mecanismos efetivos para formular políticas públicas de planificação a longo prazo, que tivessem uma visão estratégica de país. Por último, o clientelismo, a discriminação política e os fracassos em resolver ou “adiar” o problema do status político, pioraram a situação de dependência colonial (Ibid., p.59-89). Nesta época, as companhias mineradoras já tinham suas pesquisas concluídas e estariam prontas a explorar pelo menos 17 áreas da região central. Os residentes da montanha recebiam uma única promessa: emprego.

Na década do 1970-1980 a economia contraiu-se por completo e foram sentidos os efeitos de uma estratégia industrial que não propiciava um desenvolvimento auto-sustenido e que destruía toda iniciativa portorriquenha, consolidando uma dependência extrema e um processo de mudança social baseado em padrões de consumo, rasgos culturais, capital e tecnologia de economias capitalistas industrializadas, especialmente a dos EUA. O aumento da transferência de fundos federais da assistência social, uma economia de exportação e serviços agravaram a dependência. Numa década, a população que recebia assistência para indigência cresceu até chegar a um 50% (PANTOJAS, 1979), mantendo-se nesse nível até a atualidade. Os efeitos continuariam sedimentando-se na realidade social portorriquenha. O desemprego e a incapacidade do estado de promover a economia local, fez com que grande parte da população, até hoje, permaneça marginada permanentemente do mercado de trabalho formal (LARA, 2009).

Para a pesquisadora social Marcia Rivera (2013, p.2-13), desta época surgem os elementos claves para entender a grave crise contemporânea que enfrenta o país. A morte do serviço público deu passo ao clientelismo político baseado no sistema bipartidário. O aumento dos fundos federais em troca da instalação definitiva do sistema de dependência colonial. O nascimento da dívida pública que parece não ter fim e as numerosas reformas tributárias e legislativas que também parecem não chegar a lugar nenhum. O deterioro econômico, trouxe ao mesmo tempo, um novo incremento no deterioro da vida social em geral.

A diminuição na qualidade dos serviços de saúde e educação, subseqüentemente se misturam com a falta de emprego formal. Estes efeitos tem um impacto maior na população com menos poder aquisitivo. O funcionamento do sistema desenvolvimentista baseia-se na exclusão e desigualdade das maiorias. Para Klicksberg e Rivera (2007), ignorar estes assuntos na busca de desenvolvimento é perigoso porque materializa-se então uma crise de governabilidade. É a contradição da relação entre o crescimento econômico e a desigualdade. O primeiro, gerador do segundo, faz o trabalho de reduzir a pobreza numa tarefa impossível porque é uma consequência direta das políticas direcionadas a geração de capital monetário. Segundo os autores, é por isto, que as proposições universais para superação da pobreza e a desigualdade via o ideal de progresso moderno e democrático tem sido tantas vezes questionada, tanta pela academia como pelas diversas dimensões da organização social contemporânea. As estruturas coloniais aceitam naturalmente estas condições e sem questionamentos, termina por institucionalizar-se o complexo sistema de dependência que governa ao país.

Desde o início do processo desenvolvimentista industrial na América Latina, houve uma produção de pensamento crítico que apontava à consolidação do sistema-mundial e distintas perspectivas em torno a possíveis alternativas. Como bem sintetiza GAMBINA (2010), em seu trabalho sobre a crise do capitalismo atual, as teorias sobre a dependência e o desenvolvimento, foram originalmente baseadas numa perspectiva crítica marxista, onde os problemas e a forma de dominação eram vistos pela dimensão de classes sociais e as suas contradições.

Aliás, as recentes décadas e a nova crise ao nível do mercado global, direcionaram a questionar diretamente as relações entre o ser humano e a natureza. Esta

“novidade”, surgiu com a variante que constituem as recentes manifestações de resistência, por parte dos movimentos populares na luta pelos direitos de seus povos e seus recursos naturais. Para o autor, a crise tem duas dimensões principais: a regeneração do modelo desenvolvimentista predominantemente capitalista e por outro lado, a oportunidade que a crise traz de habilitar experiências diversas de emancipação.

No informe *Crisis capitalista mundial, las propuestas de superación y sus impactos en América Latina* (2010), investigadores do Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais (CLACSO) são revisados vários assuntos importantes do futuro da crise e passamos a resumi-los brevemente. De entrada, indicam que é muito provável que este período depressivo seja um de longa duração, e, no melhor dos casos, existirão “lentas recuperações” do crescimento econômico e a disponibilidade de empregos previamente alcançados pelos países como os EUA. Os principais afetados serão os trabalhadores e os setores sociais empobrecidos. Com o aumento de desemprego, deterioro dos ingressos e a precarização do trabalho, diminuirá significativamente ainda mais, a vida dos menos favorecidos. Dito de outro modo, a brecha de desigualdade, como já indicavam os outros autores, continuará em “crescimento”. Para os pesquisadores da CLACSO (2010), a “atual crise coloca em evidência que não trata-se de uma simples disfuncionalidade transitoria, setorial ou geográfica dos mecanismos de reprodução do sistema”. A crise coloca em questão, por um lado, as afirmações de que o crescimento econômico infinito é possível, e por outro, também desmente o “dogma sobre o fim da história”. Embora o epicentro da crise encontre-se nos EUA, seus efeitos são dispersados de maneira internacional, regional e local de formas variadas.

"Los procesos de *neoliberalización* impulsados durante las últimas décadas acentuaron la dependencia y forzaron una reestructuración económica regresiva, provocando una creciente vulnerabilidad frente al comportamiento de la economía capitalista mundial" (CLACSO, 2010, Art.3) .

As economias latinoamericanas (e tal vez de grande parte das regiões do mundo), são basicamente dependentes das relações de produção-demanda, que se geram a nível global. A acumulação de capital contemporâneo, por outro lado, esta estritamente

baseado na aquisição de recursos naturais para garantir matérias primas e as energias necessárias para manter constante a regeneração do sistema. Consequentemente a crise, a luta pelos recursos e pelo direito à soberania dos povos tem tomado suma importância e visibilidade.

"La lucha por los recursos se inscribe dentro de las aspiraciones históricas de los trabajadores y se une a las demandas de comunidades y pueblos ancestrales, indígenas y afrodescendientes, en defensa de sus territorios y por una reorientación sustancial de la organización económica de la sociedad (Ibid., Art.5)".

"Toda crisis abre un amplio espectro de posibilidades a los diferentes proyectos políticos que se juegan en la sociedad. Si la salida de la crisis representa una reanimación y prolongación de los proyectos político-económicos capitalistas, o ella despliega opciones de proyectos no capitalistas, democráticos o populares, o incluso socialistas, ello depende esencialmente de la acción colectiva organizada de trabajadores y pueblos, como de sus fuerzas sociales, culturales y políticas".

En la medida en que no se observa hasta el momento una importante movilización social y popular que pueda poner en cuestión la estabilidad política del sistema capitalista, las salidas que parecen imponerse se inscriben dentro de una línea de continuidad que, con medidas cosméticas y de ingeniería financiera, con una fortísima intervención estatal busca estabilizar transitoriamente las condiciones de la acumulación capitalista y proveer la confianza del gran capital transnacional. (Ibid., Art.7)

Os autores alertam-nos do modo em que a maioria dos problemas e conflitos socioeconômicos experimentados diariamente a níveis locais, regionais e nacionais são produtos de um processo histórico que na nossa atualidade são representados na forma de um ideal global baseado nas ideias do livre mercado.

Quando os impactos são severos, “desdobram-se novas possibilidades de instalar propostas político-econômicas” alternativas. Neste sentido, os autores do informe entendem que “todas aquelas iniciativas tendentes a uma democratização do ordem econômico mundial possuem o maior dos significados e devem de ser acompanhadas”. Porém, os desafios são igualmente complexos. No contexto latinoamericano, as classes dominantes parecem utilizar os mesmos remédios utilizados pelo exportador principal da crise, os EUA. São propostos “novos” ciclos de reformas neoliberais, é aprofundada a privatização, desnacionalização e a transnacionalização das economias. Em Porto Rico, a concessão de amplas isenções e incentivos ao “grande capital” por parte de governo local reduziu consideravelmente a redistribuição, incrementando a vulnerabilidade das classes médias e baixas. A teoria da dependência parece tomar na atualidade dimensões realmente planetárias.

Para Dos Santos (2010), várias escolas de pensamento crítico tem demonstrado de forma abarcadora o vínculo profundo do capital com a ameaça da supervivência da humanidade e o planeta terra. Segundo o autor, as formulações teóricas latinoamericanas sobre a dependência como um fenômeno, conseguiram “retirar do estreito campo das histórias locais e nacionais os problemas do subdesenvolvimento e desenvolvimento para situar-lhes no plano da história universal.” O subdesenvolvimento era resultado direto da acumulação primitiva de capitais que deram origem à economia moderna e a sociedade capitalista.

"La trata de esclavos, la explotación de minerales, de los trópicos, de los pueblos originarios y el gigantesco movimiento comercial con las colonias, fueron elementos fundamentales en la acumulación de riquezas que permitió a Europa no solo subyugar gran parte de la humanidad sino también realizar los cambios que dieron origen a la revolución industrial que permitió convertir el capitalismo en un nuevo modo de producción, fundado en la explotación absoluta y relativa del trabajo "libre" o asalariado a través de la plusvalía". (Ibid., p.70).

Para o autor, foi possível formular de América Latina, a relação do fenômeno do subdesenvolvimento com a dependência estrutural das economias, culturas e sociedades nacionais à economia mundial capitalista. Isto levou a reformulação conceitual das ciências sociais latinoamericanas, como a crítica ao eurocentrismo e a “elaboração de uma nova teoria sobre o surgimento e desenvolvimento do capitalismo como sistema econômico e social a partir do conceito de sistema mundial. A recente crise deste sistema revela a debilidade da lógica que tenta “reger a humanidade”. Porém, a toma de consciência sobre isto, não garante para Dos Santos, grandes transformações. Nem pelo lado do aumento da produção, nem pelo lado da transição para práticas mais progressistas. As “alternativas que são desenhadas a partir dos avanços produzidos pela toma de consciência radical dos movimentos sociais” nas últimas décadas na região latinoamericana, são vislumbrados no futuro como os agentes potenciais da transformação social.

Os movimentos sociais frente à crise

Em Porto Rico, da mesma forma que em outros países latinoamericanos e caribenhos, as instituições políticas tradicionais, como os partidos e as uniões obreiras não lograram canalizar o crescente descontento social nem logras as vias de recuperação econômica e de democracia social, como temos podido resenhar até agora. Aliás, estes sujeitos tradicionais cada vez mais foram abandonando a esfera local-comunitária, abonando à conformação de uma cultura política hierárquica e autoritária, baseado no bipartidarismo (PEÑA, 2008, p.130).

Na década de 1980, o país enfrentou pela primeira vez a taxas de crescimento negativas, fortemente relacionadas à estreita vinculação da economia estadunidense e sua recessão. A vulnerabilidade da estabilidade social e econômica que presumia esta relação não fez com que o estado e seus representantes procurassem alternativas ao sistema desenvolvimentista que tantas vezes tinha fracassado. Pelo contrário, é neste período em

que, também pela primeira vez, é realizada uma extensa planificação do uso e exploração dos recursos naturais do país com um ambicioso plano de industrialização intensiva.

Este momento, por outro lado, foi caracterizado por uma “revitalização dos movimentos sociais”, assim como por tentativas de reprimir e criminalizar estes movimentos. Foi cultivada uma intensa militância contra a dependência dos recursos naturais, o território, o mercado e mão de obra locais do estado e as corporações. Houve uma sindicalização dos setores públicos, surgiram movimentos sem terra, contra a militarização de grandes proporções do território nacional e grupos comunitários na defesa de seus recursos. Isto indica, que a pesar das nefastas consequências que trazem a instabilidade do legado da exploração, pelo colonialismo e os processos de desenvolvimento (modernização e industrialização), existe uma ampla resistência popular, que conta a outra parte da historia: os esforços locais para criar alternativas (BERMAN, 2000, p.1-12).



1.2 Complexo Industrial Abbott, situado entre os municípios de Manatí e Barceloneta. Em 1981, foi considerado “o maior complexo industrial do mundo” por milha quadrada. Arquivo da CP. Jehyra M. Asencio Yace, 2012.

Algumas consequências negativas da industrialização começaram a serem expostas. Por exemplo, foram estudados os efeitos dos desperdícios que emanavam da companhia processadora de componente plásticos *Puerto Rico Chemical* (antiga *Hooker Chemical CO.*), localizada no município de Arecibo. As conclusões argumentariam que as substâncias reduziam dramaticamente o rendimento da cana de açúcar lavrada na área. Em adição, o informe determinava que a saúde dos obreiros que trabalhavam perto da planta teria sido afetada. As emanações das substâncias, “saíam volatilizadas” pelas chaminés das caldeiras e caíam “como neve pelos arredores”. Isto afetava os olhos, a nariz e a garganta dos trabalhadores da cana¹⁵.

A Central de Trabalhadores e o Concílio Geral de Trabalhadores de Porto Rico organizaram um seminário nacional em 1983 sobre o problema da militarização. No período, aproveitaram para denunciar que de 250 firmas farmacêuticas e eletrônicas estabelecidas na ilha, 119 tinha contratos ativos com o Departamento da Defesa dos EUA. Também foram discutidos os problemas que trouxeram os experimentos nucleares. No encontro participaram sobre 85 organizações da sociedade civil e sobre 20 sindicatos¹⁶.

As denúncias sobre a contaminação não cessavam. Incluso, as próprias agências federais passariam a revelar informações sobre a seriedade da situação. Um estudo realizado pelo escritório local da *U.S. Geological Service (USGS)*, assinalava que a falta de uma política adequada na proteção dos aquíferos do país, estava dando lugar a um grave problema de extração desmedida e de contaminação dos depósitos de água. Estimaram naquela época (1983), que um 50% dos aquíferos do país estavam sendo explorados. A zona cársica do norte que tem o maior número de aquíferos subterrâneos da ilha, estaria recebendo a contaminação por causa dos novos parques industriais e o incremento na quantidade de desperdícios sólidos. Numa inspeção a 25 poços do norte, a agência federal encontrou 18 com contaminantes tóxicos, em sua maioria, pesticidas, inseticidas e solventes industriais.

Num outro estudo, encontraram poços contaminados na região sul, no município de Guayama, numa área perto da empresa de tecidos *Fibers*. Essas investigações

¹⁵ *Estudio muestra efectos de tóxicos en Arecibo*. El Reportero. 13 de março 1984 (Arquivo da CP)

¹⁶ *Puerto Rico, Centro Militar del Caribe*. El Mundo. 3 de agosto 1983 (Arquivo da CP)

coincideram com um derrame “acidental”, da farmacêutica *UpJohn*, de 15 milhares de galões de tetracloreto de chumbo, um carcinógeno, num poço do município de Vega Alta¹⁷.

Para este período, também foram planificadas as propostas do aluguel e exploração de gás e petróleo na zona sul. Enquanto, as companhias mineiras faziam o próprio na zona central. No próximo capítulo, poderemos ver como o projeto da CP enfrentou o Plano 2020, e as intenções das companhias estadunidense de explorar minas em toda a região.

Como discutimos anteriormente, as próprias condições da crise e da emergência parecem propiciar os cenários perfeitos do câmbio e a posta em prática de projetos alternativos da sociedade civil, em especial, as dos movimentos sociais. Para Charles Tilly (2004, p.1-16), já entrado o século 21, pessoas de todas partes do globo podem reconhecer o termo “movimento social”, como um de contrapeso ao poder opressivo e como chamadas à ação popular em contra de uma diversa gama de problemáticas. O autor indica que os movimentos sociais requerem de um entendimento histórico. A história é crucial porque explica como os movimentos incorporam suas características que os separam de outras formas de participação política. Também ajuda porque identifica mudanças significativas na operação dos grupos e sobretudo, porque chama a atenção aos câmbios nas condições políticas que os fazem possível. Se os movimentos sociais comessem a diminuir, seu desaparecimento bem poderia indicar que um veículo maioritário da participação cidadã na esfera pública estaria sendo debilitada. A ascensão e a caída dos movimentos marca a expansão ou contração das oportunidades democráticas.

Neste sentido, a década de 1980, converteu-se no que Escobar e Álvarez (1992) chamaram de “retraso do desenvolvimento” e das instituições democráticas. Muitos países latinoamericanos tiveram crises fiscais que foram seguidas por ajustes estruturais e austeridades que rapidamente traduziram-se num declínio na qualidade de vida das massas trabalhadoras e classes médias.

Por outro lado, a violência e exclusão social de todos tipos incrementaram significativamente nos anos ’80. Poderia ser pensado segundo os autores, que esta época

¹⁷ *Alarma estado de depósitos de agua*. El Mundo. 5 de maio 1984 (Arquivo da CP)

não teria grandes mobilizações sociais de contestação, precisamente devido ao endurecimento do custo e forma de vida. Pelo contrário, surgiram diversas experiências de resistência que não eram comparáveis as época e contextos anteriores. A diversidade das manifestações faziam a tarefa de catalogar impossível. Resgatadores de terrenos, ecologistas, cozinhas coletivas em bairros pobres até grupos de mulheres socialistas e coalizões da comunidades “gay”. O espectro da ação coletiva na América Latina começava a incorporar outras categorias além das já tradicionais, como os obreiros, campesinos, movimentos negros e indígenas.

As reflexões críticas relacionadas a estas “novas identidades” questionavam os limites das lutas anteriores enfocadas mais no funcionalismo ou marxismo. O mais importante segundo os autores, foi o esforço sistemático por renovar o entendimento dos processos complexos que estavam acontecendo e que representavam uma evolução nas sociedades da região. O termo “Novos Movimentos Sociais” foi utilizado indiscriminadamente tanto pela academia quanto dos próprios movimentos para referir as “novas formas do fazer político” e aos “novos reclamos populares. O “velho” parecia estar caracterizado pela definição da política em termos dos atores tradicionais do século 20 que lutaram por aceder ao poder do estado, como os sindicatos e os partidos políticos. Estes “movimentos” estariam ancorados numa visão do estado e da divisão de classes como estruturas imutáveis que só poderiam ser alteradas por médio de processos radicais-revolucionários. O pensamento social produzido a partir deste período apontava que a ação social contemporânea passava por uma transformação profunda onde eram praticadas tais formas novas de fazer política. Diante deste cenários, atores diversos estabeleciam sua presença e geravam esferas de autonomia. Dois fatores são citados como os principais causantes desta transição: a crise do projeto desenvolvimentista instaurado na região latinoamericana e a crise dos partidos políticos e seus mecanismos de representação.

As leituras críticas a estes processos, estimavam que para começos do novo século 21, o modelo de desenvolvimento baseado na industrialização intensa, a transformação tecnológica e a “modernização cultural”, ampliaria ainda mais a desigualdade, exclusão e indignação social. A presença e luta dos movimentos sociais atuais, seriam uma espécie de termômetro da realidade que vivem os setores que ao

mesmo tempo geram e são “vítimas” do modelo desenvolvimentista (ÁLVAREZ & ESCOBAR, 1992, p.1-19).

Poderia ser argumentado que estes novos movimentos começaram a conjugar uma posição dupla. Por um lado, estavam seus reclamos e realidades locais; por outro, foi inevitável a área de influencia e inter-contato global. Já para os anos 1990, os programas de “ajuste social e econômico” introduziram uma nova relação entre o estado e a sociedade civil baseada numa concepção minimalista do estado e a própria democracia. O estado deve ser reduzido e servir com intermediário da prosperidade das empresas e inversores privados, enquanto, a sociedade civil deve encarregar-se das responsabilidades sociais. Os movimentos por tanto, tem redefinido o sistema político, demonstrando a capacidade que tem para gerar transformações significativas (ÁLVAREZ, DANIGNO & ESCOBAR, 1995).

O dito “fim da Guerra Fria” em 1989, pelo contrário do que poderia ser pensado, serviu para que os EUA justificara ainda mais a sua necessidade de Porto Rico como “bastião estratégico do Caribe”. Também como área de treinamentos militares para a nova “Guerra contra as Drogas” organizada na Primeira Cúpula Antidrogas celebrada em Colômbia no 1990 com a participação de Bolívia, Equador e Peru. A direção da INTERPOL do Caribe foi estabelecida em San Juan, a capital de Porto rico e houve petições do exército para adquirir áreas de floresta adicionais para suas práticas. A grave “onda da violência” desatada neste países gerou novos tipos de demandas, porém, produção de novos serviços, acordos e apoio estadunidense. As ações por outro lado, estavam também dirigidas à controlar a cada vez maior migração ilegal de caribenhos e centroamericanos aos territórios estadunidenses.

A perda posterior, da “Secção 936” do Código de Rentas Internas federal, pilar fundamental do modelo de industrialização por convite, como parte das reestruturas e reformas do Presidente Clinton, ameaçava tornar mais vulnerável a já descaída “economia portoriquenha”. A assinatura que eliminou o programa em 1996, incluiu um última prorroga de dez anos, porém criou problemas irreparáveis.

A era do “Messias” e o programa de reforma “Novo Começo” do Pedro Rosselló, eleito como governador pelo PNP em 1992, demonstrou precisamente o que ESCOBAR, ÁLVAREZ y DANIGNO (1995) apontavam. Houve um deslocamento total dos recursos

do estado à esfera privada baixo um “novo modelo de desenvolvimento econômico” baseado na produtividades, competitividade e de-governamentalização dos serviços.

A transferência de funções “mais próprias do setor privado” eram fundamentadas na noção de que dito setor seria mais eficiente e proveria a oportunidade de economizar gastos. A descentralização governamental incluiu a transferência de responsabilidades aos governos municipais e a outros organismos. Foram “flexibilizadas” e reduzidas consideravelmente as regulamentações e processos de lei requeridos para outorgar autorizações a iniciativas privadas. Além disso, havia uma percepção geral de que o governo era incapaz de atender os grandes problemas do país devido a sua extrema burocratização e ineficiência. A elaboração destes projetos não tomavam em consideração nem no mínimo, os análises sobre experiências passadas. Foram eliminadas e fusionadas agências e programas; privatizadas grande parte das corporações estatais e começou a subcontratação de companhias privadas na gestão dos serviços médicos (SANTANA, 1994, p.174-203).

Um dos programas deste período mais lembrados foi “Mano Dura contra o Crime”, baseado na “pacificação” dos projetos residenciais públicos e a guerra contra as drogas dentro deles. Este programas não restaram-lhe popularidade ao governo de turno que continuou no poder até o ano 2000. Enquanto, foi consolidado pela terceira vez, o sistema de dependência colonial e o modelo desenvolvimentista. Ao mesmo tempo houve uma “apertura” em direção a sociedade civil e os movimentos sociais nunca antes vista. Por um lado, foram “relaxados” os controles para construção desmedida os quais permitiram fiscalizações leves nos projetos industriais e por outro, o governo “cedeu” à pressão da organização comunitária CP e a sua campanha para sancionar a lei contra a exploração mineira a céu aberto. No final da década dos anos noventa, devido às mobilizações contra a presença da Marinha e suas práticas militares na ilha de Vieques e Culebra, foi assinado um acordo com os EUA para que o exército fosse retirado no ano 2003. Alguns aspectos deste conflito serão retomados no terceiro capítulo. Porém, não deixa de ser importante para o futuro, um maior aprofundamento e investigação sobre este momentos na história das mobilizações e resistências populares em Porto Rico.

Como assinalam numerosos pensadores e pesquisadores sociais (ESCOBAR, 2010; GAMBINA, 2020; DOS SANTOS, 2010; MORIN & VIVERET, 2013; RIVERA,

2013), não é preciso muito estímulo para compreender que o “desenvolvimento” como aparato conceitual para justificar a busca sem fim do enriquecimento, está em crise. Um dos indicadores mais visíveis da crise é o crescimento de grupos, comunidades e cidadãos que vão “vencendo” o mito das fórmulas fabulosas da economia e reclamam sobre o deterioro social, da saúde e o ambiente como fatores negativos que pesam no cotidiano das grandes majorias.

Deste ponto de vista, segundo Domínguez (2008), a existência de um grande apelo à necessidade de estabelecer outros tipos de “desenvolvimento”, demandas por participação na definição de políticas públicas, pelo reconhecimento da autodeterminação, por o acesso aos recursos e por uma cidadania plena, na atualidade, tem sido amplamente documentados. Estas demandas, não por acaso, confluíram das comunidades tradicionais e camponesas da América Latina, em denúncias pela preservação do meio ambiente, a promoção pelo respeito da biodiversidade e priorização do valor da vida sobre outros princípios, principalmente o econômico. O desenvolvimento sustentável parecia condensar este projeto “contra-hegemônico”; não obstante, atores sociais de distinta natureza e condição também dispunham do conceito, e na disputa pela sua definição travam sua luta diversos atores na necessidade de impor uma visão aceita universalmente que incorpore seus interesses particulares. É por isto, que “desenvolvimento sustentável” para o autor, precisa ser entendido hoje como um conceito que tem multiplicidade de sentidos, definições, provindas das mais distintas ciências e grupos (Ibid., p.139-191).

Por um lado, existe a tendência a discutir “sustentabilidade” dentro dos parâmetros da ecologia que não toma conta do componente social. Nesta direção, encontramos pesquisas e ativismos a favor da biodiversidade e conservação. Por outro lado, existem duras críticas a esta tendência, argumentando-se que a separação do conhecimento humano da natureza é também insustentável e evidentemente excludente (BERMAN, 2000; NORGAARD, 1994).

Para o ecólogo latinoamericano Ángel Maya (1995), não existem já mais limites do homem na conquista da natureza, e o “optimismo” da tendência ecologista é baseado numa visão eurocêntrica do desenvolvimento, segundo o qual, a meta é possuir o mesmo acumulado pelos países ricos. O autor indica, que também já não é mais possível recusar

os avanços tecnológicos, se não, o próprio conceito atual do desenvolvimento. É nele, onde os problemas do “sobre-consumo como ideal de produção” e o sistema discursivo que o sustenta, são apresentados como elementos principais para pensar a relação sociedade-natureza.

A famosa Comissão de Brundtland de 1987 ou a Conferência do Rio de 1992, foram colocadas importantes pautas a favor da “sustentabilidade” nos projetos desenvolvimentistas, indicando que os problemas da desigualdade e a pobreza eram os principais causantes do detrimento ambiental. Aliás, nunca mencionaram o discutiram o conhecimento acumulado por décadas por diversos movimentos sociais, acadêmicos e pensadores, de porque isto era assim. Para Maya, as conferências e informas internacionais assinalaram com clareza as causas estruturais da crise, porém, suas tímidas conclusões limitam as soluções a recomendações de boa vontade que obviam as transformações sociais e políticas precisas para mudar essa realidade (Ibid., p.5).

As recomendações do Reporte de Brundtland por exemplo, foram reconhecidas como as mais progressistas e importantes da década, pelos poderes econômicos e políticos que tomaram força global como os EUA e a Europa Ocidental. Conseqüentemente, Berman (2000, p.19), propõe que tem surgido desde então, incessantemente tentativas para separar a “agenda ecológica” dos problemas que criam os poderosos, como a degradação e o abuso dos recursos naturais. Incluso, tem sido proposto que a produção da riqueza é a maior ameaça ao meio ambiente e ao ser humano. Além disso, que já é tempo de abordar a sustentabilidade social com a mesma atenção e urgência que a sustentabilidade ecológica.

Seguindo esta lógica, o economista Vercelli (2006), afirma que o êxito da ciência moderna esta baseado numa crescente divisão da labor intelectual, o que faz que seja difícil cada vez mais a coordenação do conhecimento e a evidencia empírica necessária para afrontar estas problemáticas globais. Segundo o autor, a ciência não pode-se isolar e renunciar a sua responsabilidade social, ignorando assuntos vitais do futuro da humanidade. Indica que a lógica por trás de esta sustentabilidade implica um compromisso a igualdade social entre gerações e que para propósitos de consistência, este benefício deve ser estendido entre cada geração. A condição “inter-geracional” da sustentabilidade supõe que seja garantido que as decisões ruins das gerações passadas,

não comprometam a liberdade de seleção das gerações futuras. Por tanto, a liberdade real das futuras gerações dependerá do ambiente natural que possam herdar. Isto implica que o conceito da sustentabilidade inclui muito mais que o elemento ambiental. Os aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos, são por tanto, igual de importantes.

Nesta direção, as definições ou reconfigurações do conceito “desenvolvimento” também já não parecem ser suficientes. Existe uma necessidade de discutir os assuntos a escala: o desenvolvimento local, regional e o global (BERMAN, 2000). É por isto que é fundamental o reconhecimento dos atores locais envolvidos em projetos exitosos nas áreas de conservação e desenvolvimento econômico a longo prazo. Os grupos locais são os que melhor conhecem e comprometem-se com os recursos locais; por tanto, as propostas para um desenvolvimento sustentável poderiam ser ampliadas quando os grupos locais obtenham maior influência no modo que são manejados e planejados os territórios (Ibid., p.22: Goodman and Redcliffe, 1991; Bebbington and Thiele, 1993).

Sobre a comunidade (ou a organização comunitária)

Na pesquisa sobre a relação entre a questão ambiental, o desenvolvimento e o poder comunitário em Porto Rico, Deborah Berman (2000) argumenta que o foco local numa investigação social não minimiza a importância do estado, o poder do capital, nem a necessidade de pensar a sustentabilidade ao nível global. Pelo contrário, propõe que as aproximações de “arriba para baixo” são precisamente parte do problema e não das possíveis soluções. Porém, a problemática vai além disso e precisamos aclarar a que referimo-nos quando falamos de comunidade ou grupo local. Poderia ser entendido como os grupos de afinidades como os que discutimos anteriormente (partidos, sindicatos, etc.), ou como as comunidades tradicionais, originárias e camponesas. Também como parte dos “novos movimentos sociais”, como o ambientalismo. No seu trabalho na “comunidade” de Salinas, no sul de Porto Rico, a autora encontrou que todas estas definições tinham e tem um rol importante para todos os “grupos” que estudou. Porém, foi no exemplo

comunitário com sua própria identidade que conseguiu observar interesses a longo prazo que possibilitassem uma transformação.

Foi possível identificar que o movimento “ambientalista” em Porto Rico surge devido às manifestações da política de desenvolvimento econômico. Primeiro, na oposição dos grupos nacionalistas ao deslocamento das comunidades pobres do litoral que permitiu a expansão das bases militares e a construção das áreas hoteleiras e outros. Segundo, quando os cientistas locais chamaram a atenção do grave problema da erosão causada pela extração de areia e pedra dos projetos de construção massiva que começaram a ser implantados na primeira metade do século 20. Terceiro, quando diversos grupos juntaram-se para deter o plano para exploração mineira da região central. Quarto, o descobrimento das práticas militares com irradiação nuclear e agente laranja em vários pontos da ilha. É na década dos '80 que finalmente organizam-se tanto trabalhadores como comunidades para enfrentar as ameaças de devastação que trouxe a nova industrialização pesada, como argumentamos anteriormente (Ibid., p.22-24).

Devido ao eterno debate sobre o status político de Porto Rico, uma “possessão territorial” segundo a definição territorial correta, o ativismo em torno aos problemas ambientais, estavam altamente politizados, como todo outro problema controverso na sociedade portoriquenha. Para Berman, poderia ser argumentado que as campanhas contra as práticas militares, a privatização do litoral, as lutas contra as multinacionais e os planos de exploração, forma inicialmente causas “patrióticas” que posteriormente desdobraram-se na luta chamada de ambiental.

Porém, coincidimos melhor com tese de Peña-Medina (2008), p.130), quando afirma que embora “na nossa realidade, o tema dos movimentos sociais está inserido numa matriz que questiona o sistema colonial, isto não esgota as riquezas e complexidades nas distintas esferas de luta”. A partir da forte repressão e desarticulação que sofreram os movimentos que exerciam digamos, o “ideário da emancipação política e social” nos anos '80, aconteceram processos de remobilização e organização, que tomaram força significativa nos espaços locais-comunitários. Temos que lembrar que os tecidos comunitários prévios a intensificação da industrialização, foram totalmente afetados e desarticulados a partir dos projetos desenvolvimentistas e progresso implementados na ilha a partir da segunda metade do século 20.

Por outro lado, Roberto Mori (2003), propõe que o desenvolvimento das organizações comunitárias naquela época em Porto Rico e o Caribe, tiveram um papel fundamental nos cenários políticos nacionais, já que não só lutam por redefinir o que conhecemos por democracia, se não, que constituem um fenómeno específico que chama do “renascimento da sociedade civil e o enfoque comunitário”. Isto responde segundo o autor, a dois câmbios nas sociedades contemporâneas caribenhas: a crise do estado benfeitor e a crise do modelo estatista com democracia delegatória.

O fenómeno da ação e organização comunitária são projetos de vidas complexos e locais que escapam as categorias sociais e políticas de análise tradicionais (KAUFMAN, 1997, p.2-27), por tanto, apostamos neste trabalho por *historificar* no sentido do Tilly, o mais detalhadamente possível o contexto no que surge o movimento assim como sua evolução no tempo.



1.3 Incursão à zona mineira por famílias do *Taller de Arte y Cultura de Adjuntas* (TACA). Ano 1984. Acervo fotográfico, Arquivo de Casa Pueblo.

Escobar (1995; 2010), estabelece que o discurso e o “aparato” do desenvolvimento-progresso criou uma desconexão total dos povos com a natureza e seus territórios. Isto, porque o paradigma que governa os processos globais é o mesmo das políticas de todos os governos. O crescimento econômico e o avanço tecnológico cria uma demanda num estado permanente de expansão a níveis que ultrapassam as esferas nacionais e que não consideram aos grupos locais. Obviamente, os sujeitos historicamente excluídos são ainda mais marginados por esta lógica. As alternativas a estas problemáticas não são encontradas no âmbito acadêmico ou intelectual. Porém, não significa que uma pesquisa acadêmica não possa ter um rol nas áreas de pensamento crítico ante à crise.

É por esta razão, que segundo o autor é preciso investigar e colaborar com os movimentos sociais e grupos comunitários que apresentem alternativas locais a o modelo desenvolvimentista universalizante. As colaborações devem prover análises que contribuam à proposta de projetos baseados em modelos autônomos ou híbridos. É a tarefa de *desconstruir* as consequências políticas, econômicas, sociais e culturais que traz a versão dominante do desenvolvimento, não para formular soluções abstratas a um nível macro, se não, para encontrar alternativas aos problemas locais (Ibid., 1995, p.212-225).

Agora, dito “aparato/sistema” encontra-se numa nova forma de crise, por tanto, vivenciamos momentos importantes de câmbio, tão significativos ou mais que os períodos anteriores. A única diferença é que provavelmente agora existem, um número crescente de comunidades e grupos organizados com respeito ao estado e outras instituições. O caso da CP, expõe a evolução de um modelo com conceitos próprios que já pratica formas alternativas de impactar positivamente uma localidade concreta.

Como brevemente assinalamos, em Porto Rico, a importância de seus recursos naturais e humanos para com os interesses estrangeiros e a elite local, tem sido o ponto central para forjar uma visão de país que é governado pela lógica do mercado a prazos curtos a modo de obter o maior dos benefícios possíveis no menor número de tempo. As lutas sociais, por tanto, estabeleceram-se a partir destes eventos e reformas cíclicas estruturais. Também, elas tem-se adaptado e evolucionado com o tempo.

O modelo de autogestão comunitária da CP, segundo investigadoras da Escola de Pós-Graduação de Trabalho Social da Universidade de Porto Rico (UPR), é um revolucionário porque questiona a concepção tradicional da dependência das

comunidades de instituições governamentais de serviço. Implica, não só a conservação e gestão do ambiente, se não, também a luta pela equidade social e desenvolvimento econômico acorde com as necessidades locais sem afetar as próximas geração mediante projetos educativos, de conservação e de participação cidadão. O modelo da organização emerge das práticas e experiências de seus participantes no tempo. Mais que um plano rigoroso distingue-se por ser um processo contínuo de planificação participativa redefinido constantemente. Para as autoras da pesquisa, ainda não há reflexões sobre “esta experiência exitosa” e isto deve acontecer para que outras organizações e grupos possam ter acesso à novas estratégias de desenvolvimento nas suas localidades (AYALA; MALDONADO; TORO, 2003).

Como nos mostra Kaufman (1997), a história das organizações comunitárias é a uma história da busca de formas de democracia que permitam as pessoas na comunidade e nos seus lugares de trabalho, obter o controle de suas vidas e subsistência. É um relato de fortalecimento, de compreender as ferramentas da ação política, a disciplina de grupo e de uma vontade social e econômica. Representam um locus potencial de mudança que oferece a possibilidade de superar divisões baseadas no género, idade, orientações políticas e até certo ponto de classe e etnicidade. As comunidades também são afetadas por forças internas e incluso naturais, seus componentes são infinitos e nenhuma comunidade é igual a outra. Uma comunidade não é a mesma com o passar do tempo. Cada uma tem sua própria história. Por tanto, fomos levados a definir acima o que propomos neste trabalho como organização comunitária, junto com a própria definição dos membros da CP.

O sentido de “comunidade” que outorgaram os atores da CP, por meio de entrevistas realizadas no final do trabalho de campo, influiu grandemente no processo de construção do texto. Uma pergunta feita a todo foi o como definiam uma comunidade, já que era “ela” quem construía e mantinha os projetos, segundo minhas observações. Com as seguintes definições podemos ver indícios de como a *experiência comunitária*, a pesar de ter sido forjada numa luta eterna pelo reconhecimento, tem logrado ser considerada como exitosa. A comunidade de Casa Pueblo e seu projeto de autogestão, promove não só um modelo da autonomia e o desenvolvimento sustentável local, se não, que impacta de forma positiva e cotidiana a vida de todos os seus membros.

Una comunidad es como una piedrita que cae al agua haciendo círculos, que tiene muchos epicentros. Comunidad pa' mí es la familia, mis vecinos, también la comunidad organizada o la comunidad nacional. Ahora tratamos de ser parte de la comunidad internacional. Defino comunidad como lo que tienes inmediato, tu gente alrededor, lo que pasa es que yo voy a Ponce y son inmediatos también. Las aguas de Ponce necesitan de nosotros y nosotros de ellos. A veces la academia pone sellos que no son. Comunidad es un conglomerado de personas que viven y trabajan con un fin común, porque se tienen los intereses de esa comunidad.

(Don Alexis, uno de los fundadores del proyecto, nacido en Adjuntas en el año 1944)

Para mí, es como somos nosotros aquí. Un sitio donde la gente se ayuda mutuamente, se trabajan con los problemas que se tengan, en armonía, aunque difícil pero luchando por donde se vive, en la salud, la seguridad y que la gente pueda estar bien en la comunidad. Aquí se hace eso. Llevarlo a otros sitios, la comunidad del Barrio Portugués se unió contra el gasoducto, es buena. Veo la situación de Puerto Rico mal, me da pena, pero estamos mal. No sé realmente si el gobierno tiene la culpa, ellos arrastran todo cada cuatro años, no hay un cambio. Prefiero a Don Alexis y Arturo, la visión que ellos tienen es más humanitaria en calidad, pero tiene que haber un cambio, hay muchas cosas que hacer. Aquí por lo menos en Adjuntas, quizás por ser un pueblo en el centro de la isla, chiquito, todo el mundo se conoce, tu puedes vivir tranquilo, yo por las mañanas salgo, todo el mundo a mi me da los buenos días y conozco todo el mundo, así vas conociendo gente y por lo menos hay tranquilidad.

(Maribel Vázquez Rosa, nacida en Adjuntas el 1964. Cuando estaba desempleada a punto del desahucio, inauguraron la emisora Radio Casa Pueblo y ahora trabaja allí. Para ella lo más importante es mantener la autonomía económica y política)

Pues, cuando la gente se une y se ayudan unos a los otros, como antes para los tiempos de antes. Pa' el tiempo de antes cuando yo me criaba, si se moría alguien eso le guardaban luto un montón de tiempo, entonces iba todo el barrio a ese velorio, cuando hacían una fiesta, también iba todo el barrio, hacían fiesta de comunidad, a veces venían a dar películas. Cuando una mujer daba a luz, eso iban todas las vecinas a lavarle, a barrerle, ayudarle de todo. Sí hacían comidas buenas pa' navidades, arroz con gandules del país, o mataban cerdos eso enseguida se compartía. Ahora no hay mucho de eso, pero Casa Pueblo puede ser como una comunidad, porque ayudan a muchas personas de muchos lados y sean de cualquier religión o política, allí hay muchas oportunidades. Se trata a todo el mundo por igual. Cuando empecé a ir a Casa Pueblo me dijeron que me había vuelto machetera (alusión a grupo anticolonial armado y clandestino), pero allí se trata a todo el mundo por igual, cada persona tiene su ideología y yo me llevo igual con todos los partidos.

(Doña Edith, nacida en Adjuntas el 1954, estudió hasta el noveno grado y se ha dedicado a su casa y finca ubicada en el Bo. Vegas Arriba, principal interés de las compañías mineras. Cuando su esposo tuvo un accidente y no tuvieron más ingresos comenzó a vender dulces y jugos hechos con frutas locales, en un pequeño mercado agrícola que hacen en CP los fines de semana. Con esto, mantuvo a toda su familia durante dos años, ahora “nunca falta” e incluso su hija y esposo se han sumado a las actividades y visitan CP a menudo. Para ella, si la organización no existiese, tampoco su casa que está justo en el territorio del ahora Bosque del Pueblo.)

El otro día estaba hablando con mi hermano, el me dice que no vivimos en un pueblo, vivimos en una gran comunidad. Porqué te digo eso? Porque creo que si logramos sacar afuera lo que nos divide y reforzar lo que nos une, se pueden hacer grandes comunidades. Que se acepten las diferencias porque son buenas. Yo he tenido diferencias con personas de la organización, pero eso no impide que se logren buenas cosas. Ese ha sido precisamente el éxito de que esta comunidad se pueda organizar, el proceso de participación. Todavía estamos empezando, a construir una nueva patria. Pero tiene que haber compromiso y voluntad, ahí está lo complejo: que tengas las dos cosas. Somos simples, pero es un compromiso de por vida, por las generaciones que están por venir. No necesariamente hay mucho lucro, pero sí mucha educación. Recuerda, Casa Pueblo no sabía nada de bosques, de minas, de mariposas, de café, de gasoductos, de radio, pero se aprendió. No es que lo regalaron como dicen en el campo, todos los proyectos han surgido poco a poco con mucho esfuerzo, por eso las nuevas ideas y visiones son tan importantes.

(Maribel, nacida en Adjuntas el 1957. Su papá era el único electricista del pueblo, también fue panadero, limpiaba zapatos y hacían de todo para subsistir. Según ella los pobres del pueblo sufrían más que los del campo por no tener tierra. Conoció a los miembros del Taller de Arte y Cultura de Adjuntas (organización desde donde surge CP) porque iba a la librería Palenque a comprar libros. También se recuerda de las campañas contra la minería. Sin embargo, su interés surgió por la biblioteca que hicieron en CP. En una famosa actividad que se celebró el Centenario de la Bandera Puertorriqueña, invitaron a su pequeño hijo a participar. Hoy en día, son colaboradores indispensables para las tareas del grupo.)

Es bien difícil porque siempre me lo he preguntado. Vienen gente aquí y nos preguntan que ¿dónde está la comunidad?. Como si yo no fuera comunidad. Nosotros somos la comunidad, los que estamos hoy mismo trabajando aquí en la casa, en el café, en el teléfono, escribiendo una propuesta o haciendo alguna compra, eso es comunidad. Nos organizamos de distintas formas y la comunidad no es siempre la misma, tiene distintos intereses, se une para distintas cosas. Por ejemplo, la comunidad que se reunió para luchar en contra del gasoducto no es necesariamente la misma comunidad que se va a reunir para celebrar la victoria sobre el gasoducto. Hay gente que lo único que quieren es protestar pero hay gente que le interesa también celebrar. Yo pienso que la mayoría tiene esta idea en la cabeza que una comunidad es un sector de la población marginado, jodido y

pobre con mucha basura en la casa y que no pueden organizarse y lograr nada. Es aquel que participa, pero que impacta a gente que no participa necesariamente. Dentro de la comunidad están los que participan, los que no participan, los que luchan, los que se quejan, los que tienen peros, los que no hacen nada y reciben beneficios del que lucha, los que te hacen la vida imposible y son parte de la comunidad, pero eso es así y es parte de la comunidad, eso existe. Tienen muchas formas y estructuras diferentes y las puedes dividir en muchas mini-comunidades. Hay unas comunidades geográficas, eso es otra cosa, esto tu lo pones en el mapa y es la gente que vive en ese sitio y tu defines comunidad cómo eso, en un mapita. Pero no necesariamente tienen nada que ver con el contexto de lo que la gente vive allí.

(Johanna Herminia Delgado Acevedo, nació el 1977 en Ponce pero estudió y vivió toda su vida a una cuadra de CP. En la escuela superior se interesa por ser voluntaria y le dan la responsabilidad de recibir el público que llenaba la biblioteca en las tardes. Su vida cambió por su participación en los proyectos y campañas para el Bosque del Pueblo y por esto decide seguir estudios superiores en las ciencias naturales. Finalmente se doctoró en Agroecología y volvió a su pueblo donde finge ahora como coordinadora de un proyecto de colaboración novel entre la organización y la Pontificia Universidad de Ponce.)

Cómo yo defino una comunidad? Pues un conjunto donde este unida la cultura, la educación, la convivencia, todo, hasta un árbol que de frutas, ese árbol es comunidad, es proteger todo. La comunidad debe estar unida para defender todo su espacio. Es para mi como una familia. Veo que ya no existe mucho sentido de comunidad en las personas. La culpa la tienen la educación y el sistema.

(Osvaldo Santiago Robles, nacido en Adjuntas en el 1952, también conoció a Don Alexis y su esposa Tinti, por medio de la librería Palenque. Allí, lo invitaron por medio de una carta escrita a mano para una actividad de reforestación, desde entonces ha sido principal colaborador en las tareas de difusión. Recientemente, fue contratado para trabajar como animador radial en Radio Casa Pueblo, profesión que ha practicado durante más de cuatro décadas.. Para él, es un gran orgullo poder contar con un medio alternativo que permita difundir conocimiento y la voz de su gente en la montaña.)

No puede ser un grupo de personas que se une y ya, porque aquí se le dice comunidad a todo. Déjame pensarlo porque no lo tengo muy claro y llevo reflexionando mucho tiempo sobre esto. A veces si dice algo sobre tal comunidad, pero solo tres personas fueron las que hicieron el trabajo. No puedes decir es un grupo de personas con un mismo fin y un mismo propósito, hay que entender que es bien más complejo y te encuentras de todo.

(Tinti Deyá Díaz, gestora principal da CP, nacida en Adjuntas en el 1940)

Una comunidad puede tener diferentes acercamientos. En el caso nuestro, especialmente con las redes y la gestión comunitaria, la comunidad la hemos ido re-definiendo a rebasar lo que es el límite de una frontera geográfica. Hemos podido trascender la definición que te limita a un solo espacio, porque tenemos una diversidad muy rica. Científicos, gente de las artes, la cultura y los conocimientos tradicionales. Si eres científico, eres de la comunidad científica, eso te permite definirlo. Nosotros hemos podido, no sé, si para bien o para mal, borrar esa frontera para permitir que se amplíe. Hemos buscado la manera de romper con esa definición marcatoria. Se está definiendo de otra manera. Los afectos, las afiliaciones, las aportaciones, marcan que la comunidad no tiene que ser tan cerrada e aislada, porque no es eso lo que buscamos. Lo que buscamos es integrarnos y no separarnos. En el caso de concepto de comunidad, vale la pena revisarlo y cambiarlo, aunque se que hay una costumbre de definirlo todo y establecer categorías, eso es algo de lo humano, se hace en la ciencia también, con las plantas y los animales. Nos gusta establecer catálogos y categorías y formas que nos permitan ordenar muchas cosas en grupo. En parte eso responde a una necesidad de poder manejar tantas cosas. Es positivo redefinirlo y cuestionar, es parte del proceso de evolucionar y cambiar. Somos de autogestión y queremos resolver nuestros problemas, pues con el conocimiento diverso y rompiendo la barrera geográfica y no es que tu vas hacer lo que hacen los otros, pero necesitas enriquecer tu conocimiento con el de los otros. El conocimiento tiene que romper barreras, tiene que haber tránsito de información, eso te coloca en una posición de usar ese conocimiento para resolver problemas, pero si estas con una sola mentalidad, una sola contestación, eso es otra cosa. No se puede tener todo pre-definido y pre-digerido. Para el desarrollo de la comunidad nuestra en Adjuntas, en la zona central de Puerto Rico que está en el Caribe, las soluciones no están pre-definidas, si estuvieran, fuera todo fácil. Compró un catálogo y las mando a pedir. Por eso tienes que enriquecerte, ser abierto y escuchar a otros. Si amplias tienes más opciones para la búsqueda de soluciones.

(Arturo Massol Deyá, hijo de Tinti y Alexis, nacido el 1968 en Ponce. Pasó la mayoría de su infancia envuelta en la lucha anti-minera junto a sus padres y luego se doctoró en Microbiología)

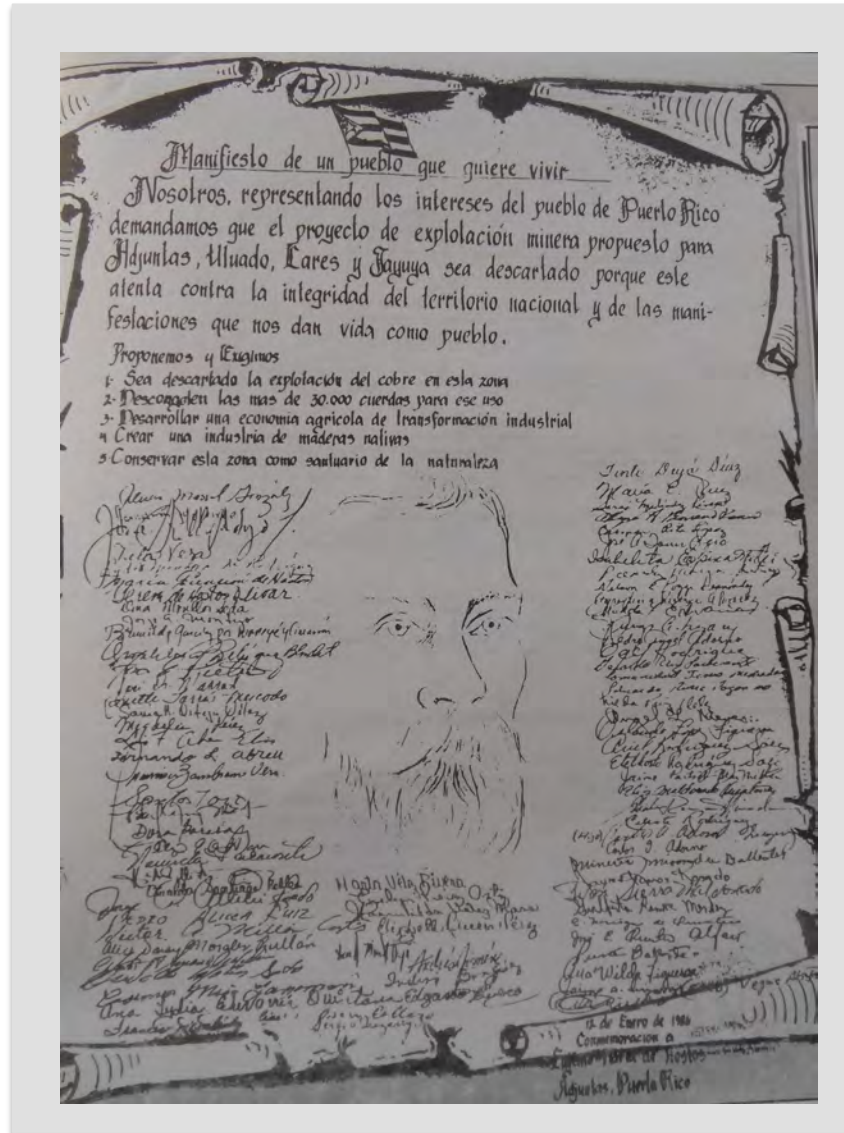
No seu estudo do conceito de comunidade, como uma dialética do espaço, González-Casanova (2000), assinala que nestes tempos, as organizações de base comunitária já não podem ser isoladas nem cooptadas tão facilmente, nem creem nas promessas políticas, assistencialistas ou no desenvolvimentismo. Na CP, não começaram acreditando que seria formada uma “organização comunitária”, mas com o tempo isto tornou-se inevitável. Assim também surgiram as questões de autogestão econômica e os projetos de conservação que depois seriam convertidos nos caminhos da gestão autónoma do território.

“Asegurar y mejorar su futuro mediante su propia organización y articulación externa e interna, con un obstinado respeto a sí mismas y por su dignidad. Todo se relaciona con el fortalecimiento de sus formas de resistencia y con la construcción de sus autonomías para satisfacer sus necesidades inmediatas y plantear otras más amplias con los demás pueblos, la sociedad civil y los trabajadores” (CASANOVA, 2010, p.23-24).

A capacidade e potencia deste modelo para gerar maior autonomia na economia local, não recai já exclusivamente nos seus próprios atores. Já eles tem tentado numerosos exemplos, caminhos e formas, chegando a certas equações que permitem-lhe à comunidade pensar e atuar sobre suas necessidades. A formação de “redes” não é só importante no apoio e solidariedade, elas são as bases da troca de ideias, métodos, mercadorias e serviços. Em adição e como poderemos examinar adiante, estas redes também ajudam a conformar uma base diversa de atoras e gestores que eventualmente poderiam desenvolver estruturas alternativas de governança. Nese caso aponta Jaramillo (2013, p.28-30), “às práticas comunitárias”, embora com matizes contemporâneos não tem muito de novo. O caso dos povos originários e comunidades tradicionais que organizam-se para resistir frente a uma diversidade de ameaças, na sua maioria pelos recursos naturais e o território, são milenárias e colocam-se ante o mundo como formas possíveis de aprofundamento da democracia ou “aquela vem de abaixo”. Com este contexto e problemáticas na mente, agora dirigimo-nos para um caso específico de estudo local, no qual poderemos ver as formas que estas condições históricas e o pensamento crítico se entrelaçam com experiência da vida real, e mais recentemente, da crise contemporânea.

Capítulo 2

“Un pueblo que quiere vivir”



2.2 Manifiesto de un pueblo que quiere vivir. 12 de janeiro 1986. Comemoração do natalício de Eugenio Maria de Hostos. Arquivo de Casa Pueblo.

As “Terras Adjuntas”

O município de Adjuntas esta localizado na região ocidental da Cordilheira Central. Sua topografia é principalmente montanhosa e seus cerros tem alturas de até 1,200 metros. Na região existem grandes quantidades de jazidas arqueológicas, lendas, tradições e palavras dos últimos povos originários que sobreviveram à colonização. Foi “fundado” no 1815 como a Paroquia São Joaquim, porém, pronto passou a chamar-se Adjuntas porque era uma paroquia de congregados nas “terras adjuntas” do interior. Segundo reportes do governador La Torre, para 1824, o local contava com 976 habitantes. Apenas umas décadas passaram e este quadro câmbio drasticamente devido à imigração de maiorquines, corsos, catalães e canários que entre outros, viram à ilha para estabelecer-se como parte dos benefícios que outorgou a Real Cédula de Graça (decreto sancionado por Fernando VII no 1815 que outorgava terras a qualquer espanhol que estabelecesse sua residência em Cuba o Porto Rico). A disponibilidade dos “terrenos realengos”, sua fertilidade a abundancia de agua, criaram num primeiro momento, o auge do cultivo de café e o tabaco como atividade comercial, depois o açúcar e outros frutos (HUNT, 1903).

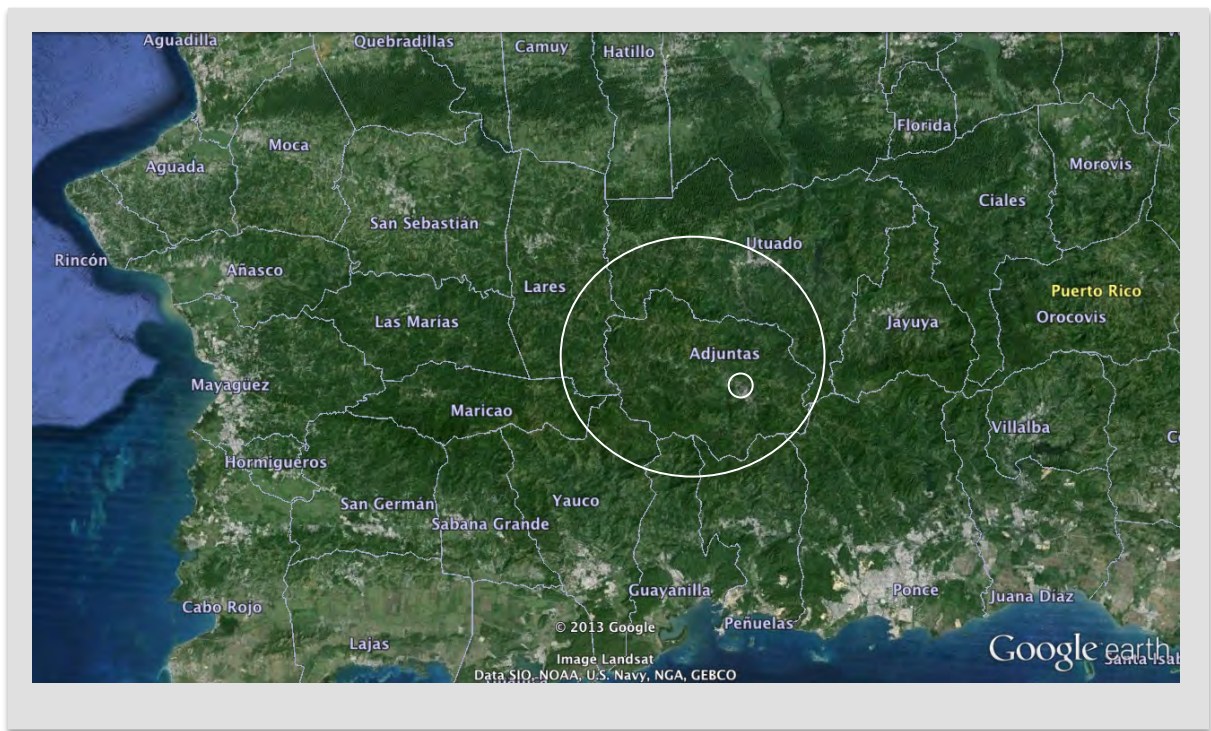
Para 1898, o “Pueblo” tinha quase vinte mil habitantes (a mesma quantidade que na atualidade), sendo um dos mais povoados da ilha. Com a chegada do novo governo colonial estadunidense, o acesso aos mercados europeus na venda do café foi interrompido e varias sequências de catástrofes (furacões e terremotos) afetaram a vida econômico e social. A Primeira Guerra Mundial e a Grande Depressão repetiram os altos e baixos da “crise na montanha” (PICÓ, 1981, p.38-40). No 1935 com a *Puerto Rican Reconstruction Administrarion* (PRRA), criada pelo Presidente Roosevelt como parte do *New Deal*, além de milionários fundos para “reconstruir a ilha de modo a restaurar sua economia de agricultura e infraestrutura”, foram separadas parcelas do território para reflorestar e proteger os bosques. É neste período que surge a rede de bosques estatais. Em Adjuntas, foram adquiridos 3,500 acres para criar a Reserva Florestal Guilarte.

A origem do Bairro Guilarte, um dos mais extensos do território municipal “adjunteño” (10.5%), é resenhado por um dos primeiros historiadores oficiais de Porto Rico, Cayetano Coll y Toste, na famosa publicação *Leyendas de Puerto Rico* (1931).

Na entrada intitulada *El Grano de Oro*, os sevilhanos Antonio Orozco e Juan Guilarte, decidem embarcar sozinhos, sem seus índios nem cavalos, pela selva virgem na busca de ouro. Chegaram a um cume no qual conseguiram divisar o Mar Caribe por um lado, e por outro, o Oceano Atlântico. O panorama era “esplendente; savanas e montículos com todas as cores de verde”. Em certo momento Guilarte assinala para um precipício fundo, ali havia divisado um troço de ouro unido a um quartzo. Orozco, propõe uma tira de dados para disputar o ouro e ganha, mais morre quando tentar subir com a pedra na mão. Neste mito fundador do bairro, podemos observar tal vez, as origens da mística sobre os recursos naturais da região por parte dos primeiros colonizadores.

Os atributos geográficos depois tentariam de ser apagados pelas companhias mineiras que negaram a importância da região devido a sua “pouca população” em comparação com as novas urbes a impossibilidade de realizar agricultura industrial nas montanhas. Como cada município, Adjuntas tem alguns “lemas” que são utilizados entre outras coisas, para promover o turismo ou as campanhas políticas. É conhecida como a “Cidade do Gigante Dormido”, por um grande cume que abraça parte do “Pueblo”, ou a “Suíça de América” devido a uma expressão que fizera o Presidente Theodore Roosevelt no 1906, numa parada na ilha, caminho a visitar as obras do Canal de Panamá. Alguns anos antes, o governador estadunidense William H. Hunt (1903), dizia que nenhum município na ilha sobressaltava ante Adjuntas na localização e seus abundantes recursos naturais. Também é conhecida como a “Cidade dos Lagos” já que conta com cinco embalses, a maioria construídos a inícios do século 20 para gerar energia e suprir água aos municípios circundantes, especialmente na irrigação da zona agrícola no sul.

A água é um dos recursos mais apreciados da região central e poderíamos afirmar que é o gestor principal da maioria das atividades económicas na ilha. A precipitação anual ronda os 2,200 milímetros anuais.



Mapa 3 Região Oeste e Zona Central (ênfase em Adjuntas e Bairro Pueblo). Jehyra M. Asencio Yace, Google Earth. 2013.

O município conta com três reservas florestais: o Bosque Guilarte, o Bosque do Pueblo e o Bosque Escola La Olímpia Ariel Massol Deyá. Todas formam parte do Corredor Biológico Bosque Modelo das Terras Adjuntas (BMTA). Na atualidade, um comitê multissetorial dirigido pela CP elabora uma lei que estabelecerá um plano de conservação, gestão e governança local dos recursos na área compreendida por 97 acres em 20 municípios do país. Este “projeto” é último de dezenas de outros, gerados pela organização comunitária ao longo dos 33 anos de sua existência. O mesmo, presume uma gestão novel em várias dimensões. Primeiro, a maioria de suas terras estão nas mãos privadas, o que supõe a necessidade de uma campanha educativa de manejo e conservação. As divisões políticas e administrativas dos municípios também pressupõem um reto, já que a zona protegida está distribuída sobre duas dúzias deles. Terceiro, as oportunidades e capacidades da região para converter-se num foco de desenvolvimento econômico local com ênfase na prática sustentável da agricultura e turística, entre outras, são muito amplas e precisam de serem reguladas e monitoradas desde a esfera local.

de Puerto Rico”. Os 16 bairros de Adjuntas, além do Bairro Pueblo são: Capáez, Garzas, Guayabo Dulce, Guayo, Guilarte, Juan González, Limaní, Pellejas, Portillo, Portugués, Saltillo, Tanamá, Vegas Abajo, Vegas Arriba, Yahuecas e Yayales.



Mapa 5 Bairros rurais e Bairro Pueblo, Município de Adjuntas. *BoricuaOnline.com*, 2013

Segundo os dados do censo de 2010 (*US Census Bureau*), o 55.8% da população adjunteña vive baixo os níveis de pobreza, sendo um dos lugares mais pobres de todo o país, no geral, de todos os EUA. Estes números podem aumentar se considerarmos as famílias compostas por mães solteiras e filhos (75.4%) ou indivíduos que não moram com ninguém, maiores de 15 anos (74.9%). As fontes de emprego provem do setor governamental, a manufatura, a construção, venda e serviços, turismo e agricultura. A taxa de desemprego é de 23.2% e muitas pessoas viajam a outros “pueblos” para trabalhar. Ponce é o município principal para emprego e busca de serviços, sejam privados ou de governo, que “não chegam na montanha”. Por outro lado, o fator migratório é amplo: conheci “adjunteños” que trabalham ao redor de toda a ilha, que já trabalharam ou moraram “lá fora” (nos EUA) ou que vão e vem à capital constantemente.

Existem duas formas principais de encontrar o “Pueblo” de Adjuntas. Ao viajar pela zona norte tem que ser atravessado o município de Arecibo, que colimita com o Oceano Atlântico, e tomar a rodovia #123, conhecida por suas infames curvas. Depois, pelo município de Utuado, no qual começa a zona de bosque tropical mais densa. Este trajeto, pode demorar de 20 a 45 minutos aproximadamente, dependendo das condições climáticas, o tráfego e sobretudo, do conhecimento local do condutor. Se viajar pela zona sul, é atravessado todo o município de Ponce, que colimita com o Mar Caribe, e chegasse à zona do bosque por meio da rodovia #10, uma estrutura recente que corta de forma direta a montanha. Este trajeto começa com o panorama semidesértico tropical do sul e em questão de minutos, adentra-se por entremeio dos cortes da rodovia na montanha. Quando chove, transitar é perigoso devido as ameaças de derrubamentos e as cachoeiras de agua que são formadas. Chegar de transporte público da capital San Juan, pode demorar de 2 a 5 horas. Isto depende da quantidade de passageiros que vão até outras cidades, ou a quantidade de dinheiro que seja negociado com o motorista. Esta última opção é a mais rápida. A rota para chegar na capital, anterior à década do 1990, era feita exclusivamente pelo norte. Porém, com a construção da nova rodovia agora é mais fácil e comum a viagem por Ponce (ao sul).

“El pueblo”

A paisagem muda, por ambos lados da Cordilheira. Do calor, o salitre, a contaminação e o clima semiárido do litoral, é possível respirar ar puro e a temperatura se reduz consideravelmente. Adjuntas é considerado um dos municípios mais “frios” de Porto Rico, já que sua temperatura gira ao redor dos 20 a 26 graus durante todo o ano, a diferença da zona dos vales e o litoral. No período de inverno (dezembro-fevereiro), pode baixar até os 7 graus.

A flora alta, a chuva forte a neblina densa são características que anunciam a presença de uma área protegida e limpa. Ao arribar na entrada do “pueblo”, justo antes de encontrar as ruas principais que giram em torno a praça, impõe-se grande e verde, o pico

da Olímpia à esquerda; e a direita, o Gigante Dormido. Esta curiosa formação faz que a montanha tome a forma de um homem deitado, do qual só podemos ver a sua face.

O modo de vida da região até os anos 1960, foi a agricultura de montanha mista. Num mesmo terreno numerosos tipos de solo são alternados rapidamente um com o outro. As barreiras dos cerros criam adicionalmente, muita precipitação e erosão, isto apresenta um panorama no qual o transporte é mais difícil e fica quase impossível a mecanização dos cultivos. As alternâncias entre as paisagens são pequenas, alias importantes diferenças. Nesta região, a economia passou de ser uma de subsistência (mediante cultivos, relações de filiação e troca), a uma de acumulação-consumo (WOLF, 1956, p.148). Hoje em dia, no campo, as famílias tem quase sempre, pequenos parches de plantações com frutas e alguns legumes que servem como sustento parcial e também para troca. Para comer, também compram produtos ao “placero” (pequeno comerciante que vende hortaliças dos agricultores locais), e completam as compras, quase obrigatoriamente com artigos e comestíveis de supermercado (todo é importado). O resto dos objetos de consumo que podem ser considerados como de comodidades, ou são adquiridos no “Pueblo” ou é preciso viajar até uma das cidades mais grandes para encontrar. Já na área urbana é muito mais comum obter os frutos e legumes do “placero” e o resto no supermercado.

Na área rural cada bairro tem seu grupo de “colmados” que funcionam de loja, bar, jogos de azar e posto de lanches, incluso almoço. Existem dois tipos principais de estruturas nas casas: a primeira, as casas antigas de madeira com tetos de calamina, acomodadas em fileiras uma ao lado da outra pela beira dos caminhos. Quase sempre no final da rua ou caminho é possível encontrar a casa principal do fazendeiro. As outras construções mais contemporâneas, são de cimento, variando no seu tamanho, algumas iguais as de madeira, outras já no padrão de “urbanização”. Também estão as casonas ou mansões, que já denotam outro tipo de poder aquisitivo. Estas últimas tem grandes cercas e portões que controlam o acesso.

Historicamente, como lembra-nos Wolf (1956) em seu trabalho etnográfico como parte do projeto *The People of Puerto Rico* que dirigira o antropólogo Julian H. Steward, o uso da terra na ilha tem estado estreitamente relacionado com a quantidade de capital disponível. Na primeira onda de modernização e industrialização no país, os espaços

rurais foram transformados de forma veloz. Os centros dos municípios (os Pueblos) foi onde mais começaram a serem sentidas as mudanças.

Na atualidade, a diferença de outras municípios do centro montanhoso da ilha, que seus Pueblos são geralmente mencionados como “fantasmas”, devido a migração e pouco trânsito nas zonas urbanas, Adjuntas, conserva uma vida ativa e centralizada. Colmados, lugares para comer e beber, hospedarias, um hotel e uma praça com árvores centenárias, faróis e banquinhos. A praça, utilizada como tal desde há mais de dois séculos, é o coração da vida dos adjunteños, em especial dos mais jovens e velhos, congregados ali cedo na manhã ou até altas horas da noite, sem ameaça nenhuma de segurança. Jogam um partido de dominó, socializam, utilizam a sinal de internet de graça, tomam um café, esperam algum parente ou simplesmente contemplam aos transeuntes. Em dezenas de ocasiões durante minha estadia, a praça foi utilizada para atividades políticas e religiosas multitudinárias. Presencie cerimônias fúnebres caminhadas, eventos esportivos e rituais sociais como a “volta da praça”. Também é um ponto turístico pelas árvores e faróis centenários, e por uma enorme pedra que tem hieróglifos. Esta última é provavelmente milenar e foi resgatada por alguns dos membros da CP durante a luta contra a exploração mineira.

Ao redor da praça encontramos: uma drogaria, uma agência de viagens, um banco, duas “pizzarias” nas quais são servidas tudo tipo de comidas locais, a Prefeitura, a sala de um médico, uma paróquia católica, uma igreja pentecostal, uma igreja episcopal, um restaurante, uma loja para “produtos do lar”, um placero, um “billetero” (vendedor da loteria), um carrinho de sorvetes, um carrinho de “hot-dogs”, um café, uma copiadora, uma loja de roupa e duas lojas de ferragens. Bem cedo, de segunda a sexta, os motoristas de carros públicas ou ônibus, colocam-se numa fila numa das esquinas para pegar passageiros que sobem ou descem dos bairros rurais e vão até Ponce ou municipalidades vizinhas.

Nas quadras circundantes há um correio, mais lojinhas e colmados, placeros, duas drogarias, uma loja de flores, um posto de gasolina, outros lugares para almoço e jantar, salas de agências de serviços federais, salões de beleza, clínicas de laboratórios, lojas de venda de celulares e serviços de internet, as sedes oficiais dos três partidos políticos tradicionais, uma funerária, um centro de saúde com sala de emergência e uma

hospedaria. Depois, seguem os “chinchorros” ou pequenos colmados. Além de comprar algum item comestível ou produtos de agricultores locais como bananas-da-terra, abacates, laranjas, inhames, abóboras, etc., também é possível tomar um “dedinho de rum” ou uma cerveja fria depois de um longo dia de trabalho. Neles os clientes locais também aproveitam para assistir a novela ou as notícias em modernos televisores colados na parede. Também estão as “lechonerías” (lugares nos que são assados porcos e frangos), Nelas, pode-se tanto quanto tomar o café da manhã, almoçar ou jantar, beber o jogar sinuca com a comida feita “no fogão”.

É importante notar que Adjuntas funciona como conector entre o norte e o sul da ilha para a maioria dos residentes da zona central. É por esta razão que o trânsito de pessoas é altíssimo. Muito cedo é possível observar as pessoas descendo das montanhas que conformam os 16 bairros do município ou dos municípios limítrofes como Lares, Jayuya ou Utuado. Um indicativo de que estava na montanha era a cultura de “recepção” digamos assim, dos seus habitantes. Os que vão a pé, cumprimentam-se quando você passar de perto. Quando é de manhã, praticamente você recebe os “bons dias” de todas as pessoas que encontrar. Os motoristas fazem tudo o possível por permitir o passo do pedestre. Estas condutas são ainda mais expressivas quando se está mais adentro da floresta.

Enquanto ao âmbito “político”, podemos dizer que igualmente que o resto dos 77 municípios do país, Adjuntas, encontra-se historicamente dividido entre o sistema bipartidário (PNP e PPD). Ao nível mais local, cada município conta com uma assembleia legislativa e um prefeito que administra os recursos municipais, seguido por um representante e um senado a nível regional. Os prefeitos são popularmente conhecidos como “Caciques”, termo que utilizavam a maioria dos camponeses para identificar as lideranças políticas, em sua maioria fazendeiros que tinham importante peso econômico na vida dos residentes (WOLF, 1956). Devido a que minha estadia foi desenvolvida durante o período das eleições, o Pueblo nesse momento encontrava-se saturada de propagandas partidárias, em especial as do partido no poder (PNP) e seu cacique.

O ambiente eleitoral foi tomando conta de todos os espaços do lugar de julho até o último fim de semana de outubro. Numa tentativa por sistematizar a frequência com que passariam as “tumba cocos” ou caminhões com enormes caixas de som, num princípio só do PPD e PNP, contabilizei durante 7 dias corridos numa tabela a quantidade de anúncios que passavam frente a casa. Estes geralmente, são um música com uma letra e um mensagem do candidatos com duração de 3 a 4 minutos. Elas eram repetidas incessantemente por o caminhão das 8 horas até entrada a noite. Os caminhões também acompanhavam as multitudinárias “caravanas” de carros que saíam dos bairros rurais até o Pueblo todos os fins de semana.

O total aproximado de tumba cocos que desfilariam frente a CP diariamente e que deixavam aos transeuntes e a todo pessoa que estiveram fazendo alguma coisa, paralisado, devido ao som altíssimo por alguns minutos foi de 35 vezes por dia. Imagine 35 vezes por 2 minutos, são 70 minutos ao dia obrigatórias que devem ser escutados desta propaganda durante 4 meses. Num par de semanas, as igrejas começaram a também passar mensagens em caminhões e seguiram-se comerciantes que “aproveitavam o ambiente”. Dois meses depois, os dois partidos ou bandos começaram uma batalha que desdobrou-se numa guerra de “jingles” e brigas de rua, entre outras coisas.

O prefeito do PNP se autodenomina “O Big Boss”, um apelido real utilizado como parte de todas as suas campanhas. Ele foi finalmente reeleito pela terceira vez para administrar o município. Sua figura é um tanto controversa devido a algumas condutas, que poderíamos descrever como “excêntricas”, que a sua vez, geravam uma lealdade por parte de seus seguidores. A personalidade e os rumores foi o alimento da contra-campanha do opositor pelo PPD, quem utilizou as mesmas estratégias de seu adversário para seu programa. Durante 16 fins de semanas corridos foram realizadas massivas manifestações e confrontos entre os dois grupos, houve brigas físicas, armas brancas e feridos, que foram resenhados até pela imprensa nacional

Estas atividades começavam nos comitês dos bairros rurais e terminavam com uma caravana até o Pueblo donde ficam os comitês centrais. De estas caravanas só poderia ser feita uma pesquisa inteira. Estão organizadas e chamam-lhes de “avançadas e turbas”, podem ser acompanhadas por até 6 caminhões e cada carro adicional é encarregado de ter sua equipe de som no nível máximo com as mesmas músicas. As

buzinadas e os “burn-outs” são a ordem da noite. Este último, é uma manifestação popular, na que o freio do carro é acionado na mesma hora que o veículo se coloca em marcha, uma gigantesca coluna de fumaça sobe até o céu, enquanto aumenta o som da aceleração. Uma vez o pneu não aguenta mais, a marcha é liberada e o carro sai disparado, quase morto, com o pneu furado. Lograr esta façanha várias vezes de seguido durante a caravana, assegura-lhe aos gestores muitos aplausos, buzinadas e cervejas.

O barulho é tão brutal que são formadas nuvens de fumaça acima de todo o Pueblo e os pássaros formam estranhos círculos enquanto voam erraticamente. Acendem os alarmes de carros, casas e comércio e começam ladrar os cachorros, as pessoas saem nas varandas porque realmente não tem outra opção. Durante cada sábado que estive na casa, assim que chegava a caravana à Rua Rodolfo González, CP ficava completamente coberto em fumaça. Parecia uma guerra civil se conseguisse apagar o som, mas era uma grande festa. Todos os sábados um partido, os domingos o outro, e assim, até a “última caravana”, a mais barulhenta de todas. Após as eleições, todo “voltou a normalidade”. No haviam rastros de nenhuma mudança significativa, exceto a propaganda que observei até nos pontos mais remotos dos bairros rurais e as marcas dos pneus no chão, distribuídas por todas as ruas e caminhos asfaltados principais.

A Rua Rodolfo González é a conectora do Bairro Pueblo. Por ela cruza o Rio Cidra, afluente do Rio Grande de Arecibo, o maior do país. A beira de ambos lados do rio, existem assentamentos centenários que foram conformado a forma urbana atual. O município possui uma hidrografia complexa que inclui rios de três vertentes e, devido a sua localização de altura, um dos rios desemboca ao norte da ilha no Atlântico (Rio Grande de Arecibo); outro desemboca no Canal da Mona ao oeste (Rio Grande de Añasco); e um terceiro, desemboca no Mar Caribe ao sul (o Rio Português).

Nesta rua achamos com facilidade a Casa Pueblo. Uma antiga casa colonial ao estilo espanhol do século 19, cor rosa que tem uma bandeira portorriquenha içada entre duas árvores de maga. Nativas do país, a flor da Maga é a “flor nacional”, e nelas, descansam centos de pássaros durante as tardes, principalmente o Pitirre, reconhecido por sua habilidade de fazer a vida do Guaraguao (falcão também nativo), um tormento. Uma frase famosa diz que “a cada Guaraguao chega-lhe seu Pitirre”.

Justo antes de divisar a sede do projeto, encontramos a Escola Washington Irving, construída no 1903. Sua estrutura é de uma fachada típica da primeira era colonial estadunidense. A escola esteve fechada durante muito tempo por causa da presença de asbesto, proibido no 1989 pela *Environmental Protection Agency* (EPA). Embora a atual escola fundamental mantém sua sede na parte traseira da quadra, o prédio antigo é agora o Instituto Comunitário de Biodiversidade e Cultural (ICBC), parte dos projetos de autogestão da CP. Entre outras coisas, é a sede principal da primeira escola de música comunitária de Adjuntas (e provavelmente de Porto Rico). É uma gestão novel a cargo de um jovem professor formado em música que desenvolve uma metodologia de ensino que consiste na eleição livre de instrumentos e formas de aprender. Sua matrícula supera a centena de alunos, de todas as idades, dos 3 até os 60 anos. Outro jovem professor formado em arte, leciona oficinas num salão que também funciona como galeria das obras que vão surgindo com seus alunos, também muito diversos. Contíguo, a UPR instalou um laboratório de ciências no qual são realizadas oficinas para alunos das escolas públicas do município. Depois colocam em prática o aprendido na área do Bosque Escola La Olímpia. Além disso, a universidade financiou a renovação de um espaço que foi habilitado como auditório, com ao redor de 80 cadeiras, projetor e sistema para videoconferências. Neste lugar foram realizadas a maioria das reuniões ou atividades importantes da organização e a sua ampla rede de colaboradores durante o transcurso da minha pesquisa. Estes espaços estão todos conectados por um grande jardim que tem hortaliças, ervas e flores para atrair borboletas. Também há uma fonte que funciona com energia solar, gerada por um sistema de painéis fotovoltaicos que dá energia a todo o projeto. As escadas levam-nos a uma varanda principal na qual pode ser observado o cerro do Gigante Dormido, depois, segue a sala principal.

Qualquer pessoa o grupo de pessoas que cheguem a CP, com alta probabilidade serão recebidos por Tinti Deyá Díaz, membro fundadora do projeto e por alguns dos trabalhadores, membros ou voluntários. Estão ali de segunda a domingo, durante todo o dia, trabalhando e recebendo visitantes. Após o saludo inicial, é pedido aos visitantes que assinem um caderno com as suas informações e lugar de procedência. Completado o passo, são convidados a se juntar frente as portas da biblioteca e esperam a que todos fiquem em silêncio.

Centenas de vezes presencie, e incluso, ofereci este “percurso histórico”. Em ocasiões podia ser um passageiro solitário, turistas, um grupo de cinquenta paroquianos, grupos de escolas públicas e privadas, associações civis ou grupos de empresas e estrangeiros. Quando o número de visitantes ultrapassa a capacidade do espaço, são levados ao auditório do ICBC. O perfil é diverso, entram pessoas por casualidade, por interesse de conhecer a organização ou porque vão visitar o bosque. As vezes entram 4 grupos ao mesmo tempo. Estão os que chegam de algum ponto da ilha como parte de um fim de semana de lazer. Alguns já conhecem alguma coisa, outros nada. É muito comum que sejam recebidas famílias que moram nos EUA. Algumas são “boricuas” e vem “de fora”, de visita pela primeira vez à zona central. Trabalhadores, servidores públicos, religiosos, estudantes, professores, agricultores, artesãos, científicos, comunicadores, ativistas de movimentos sociais, lideranças comunitárias, artistas, comerciantes e até vizinhos do próprio município que tem morado toda sua vida ali, porém nunca haviam visitado. Outros, voltam passados anos da sua primeira visita e trazem outras pessoas. As vezes é preciso juntar todos para que possam ser “atendidos”. Uma porcentagem relevante das milhares de pessoas que circulam a casa e o Pueblo anualmente, são parte da rede solidária da organização. Todos aportam consideravelmente a economia local. Convido-lhes a imaginar que estão na casa pela primeira vez e que agora se prestam a ouvir a sua historia. Organizar um grupo para ser ouvido não é tarefa fácil. Sempre esta o brincante, aquele que faz muitas perguntas, o que tem face de perdido, aquele que não se importa ou aquele que chega com uma “tablet” na mão e não consegue parar de tomar fotografias, por mais que tentes de chamar a sua atenção. O intervalo para atuar é curto e você tem que saber como tirar o máximo proveito.

Após o primeiro silêncio o guia designado pergunta se alguém sabe o que é a autogestão comunitária. Quando os visitantes gritam a coro que não, o guia responde que é quando um grupo de pessoas decidem unir-se para resolver um situação pela qual são afetados, procurando soluções ou alternativas ao problema. Um cartaz fixado na parede tem duas fotografias: a primeira, uma foto de uma mina de cobre a céu aberto no Deserto Atacama no Chile; a segunda, uma portada de um jornal de Porto Rico no 1980 com o titular: *A explorar minas de cobre, bilhões estimados em ganhos.*

Estas imagens, significam para os principais atores da CP, grande parte do começo de sua história como coletivo.

En el mes de agosto del año 1980 aparece en la portada de uno de los principales periódicos de Puerto Rico el anuncio de que dos compañías mineras estadounidenses finalmente, luego de décadas estudiando los depósitos, explotarían las reservas de oro, plata y cobre mediante la extracción minera a cielo abierto, en los municipios de Adjuntas, Utuado, Lares y Jayuya. El proyecto traería billones de dólares en ganancias y esto sería parte de un plan a largo plazo, de 20 años, que reconstruiría el enflaquecido desarrollo económico del país.

Mediante una investigación autónoma de ciudadanos preocupados, se descubre que las empresas tenían identificadas sobre 37,000 cuerdas de terrenos en donde existían 17 yacimientos de minerales. Las compañías *Kennecott Utah Copper Corporation* y *AMAX, Inc.* (antigua *American Metal Climax*) y otras interesadas en la explotación, habían conducido estudios de los terrenos en la zona montañosa desde los años 1950. El método de extracción envolvería la excavación de cráteres masivos de 600 metros de profundidad y casi 2,000 metros de ancho. A partir de esto hubo movimientos políticos en contra de la minería por parte de intereses extranjeros.

El Taller de Arte y Cultura de Adjuntas (TACA), gestionado por un grupo de residentes adjunteños que habían luchado en contra de la presencia del asbesto en las escuelas públicas, entre otras cosas, decide dedicarse completamente a la lucha anti-minera. Fueron liderados por una singular familia, procreada por una maestra de inglés y un ingeniero, quiénes acababan de regresar hacía unos años de la busca de progreso económico en la capital. Pequeños capítulos fueron organizados en los barrios del municipio. A pesar de la situación de represión política de aquel momento, la organización pasa a fundar Casa Pueblo (CP) y se mantuvo firme en su objetivo. Quince años después, a través de la educación y la cultura, logran transformar un proyecto de muerte a uno de vida. Mediante la autogestión y la organización en comunidad, encontraron una forma de ofrecer y poner en práctica alternativas para el desarrollo de su pueblo¹⁸.

É difícil assimilar a história para um visitante que a conhece pela primeira vez. ¿Porque não aproveitaram o ouro? ¿A exploração representava a destruição real de nosso território? Um relato de 33 anos resumido numa breve apresentação educativa de 20 minutos não resulta suficiente para compreender o que foi o conflito contra a mineração mas sim para aceitar que as preocupações da CP faziam sentido.

¹⁸ Nota de campo, primer día en la Olimpia- junio 2012

Incluso para os visitantes que estavam pela primeira vez no país, um plano desenvolvimentista que tivesse como objetivo destruir toda aquela beleza parecia-lhes uma mentira. A quantidade de incrédulos, tanto quanto portorriquenhos como estadunidenses ou estrangeiros era alta. Poucas pessoas conheciam a história sobre o plano de desenvolvimento nacional e muitas menos, as décadas de luta realizadas contra os projetos. Alguns visitantes inquietos comentam sobre as coisas recentes que “tem assistido na televisão” sobre os perigos do trabalho obreiro nas minas e a destruição ambiental que gera este tipo de exploração.

Tive que fazer muitas excursões aos bosques, trabalho voluntário constante durante o dia na CP e ter numerosas conversas para poder começar a entender um pouco melhor as inquietudes que foram surgindo: ¿Quem eram estas pessoas que haviam mantido um projeto comunitário por tanto tempo? ¿Qual foi aquele plano de desenvolvimento que ninguém, incluindo eu, conhecia? ¿Em qual sentido isto constituía uma nova forma de defesa do território e autonomia local no país?

Orígenes

Tinti nasceu no 1940 e seu esposo Don Alexis no 1944, ambos em Adjuntas. Conjuntamente, tem uma história de vida que retrata as transformações sociais e econômicas acontecidas em Porto Rico, durante as passadas décadas, especialmente, as ameaças que sofreu e sofre a área rural. Um único detalhe que os diferencia de outros adjunteños, é que em determinado momento, decidiram deixar todo e se dedicar por completo a uma luta de por vida que terminaria por salvar em grande medida os povos da montanha e a biodiversidade que a região provê ao resto da ilha.

Sem um breve relato destes eventos, não seríamos capazes de entender a forma complexa em que surgiu num primeiro momento, o *Taller de Arte y Cultura de Adjuntas* (TACA), e num segundo momento, o projeto de autogestão comunitária Casa Pueblo (CP).

As lembranças pessoais dos atores principais na atualidade (registradas em entrevistas semiestruturadas), a literatura produzida pelo grupo desde os começos, os registros das agências de inteligência da polícia, assim como outros registros investigativos, serviram para armar e confirmar os relatos. O casal, provindo de famílias humildes, namoraram desde muito jovens e conseguiram estudar na universidade. Ela, foi criada por o pai, um dos poucos quinquilheiros que quedavam no Pueblo. Juan Deyá, levava-a a todos os comícios políticos realizados no Pueblo para que ela “pudesse aprender bem e depois escolher o que pensar”. De criança chegou ver Luis Muñoz Marín, fundador do PPD, falar na praça. Sua mãe não sabia ler nem escrever mas somava todo na lojinha que tinham, sem precisar de calculador. Deyá, a enviou estudar “para que num futuro não tivera que aguentar nada dos homens” e para que se pudera valer por ela mesma. No 1958, foi a Universidade de Porto Rico (UPR), no campus principal de Rio Pedras. Na capital estudou para ser professora de inglês. Nessa época já namorava “Alexis”.

Ele, conseguiu terminar o ensino secundário em dois anos, tomando cursos de verão em Ponce e entrou com muita dificuldade na Faculdade de Engenharia da UPR, no município de Mayagüez. Como engenheiro civil, conseguiu trabalho em Ponce, onde teve os três primeiros filhos. Passados alguns anos, recebe uma oferta de trabalho difícil de recusar. Trabalhar em San Juan, na capital, com um salário que permitiria a mãe de seus filhos não ter que trabalhar e poder morar comodamente. Uma vez instalados adquiriram “todo tipo de bens e luxos”. Uma vida social interessante desde o ponto de vista masculino, segundo Don Alexis. Pelo contrário da sua esposa, quem ficava a cargo da casa e os filhos que agora somavam quatro. Sem conhecer ninguém, estando longe da família e sua comunidade.

Em meio aos dilemas da família, aconteceram certas coisas importantes que fazem com que deixem tudo e voltem para Adjuntas com uma nova filosofia de vida. Passariam alguns anos para que a preocupação sobre os filhos os fizesse reflexionar. Eles viram que as crianças se “acostumaram” a aquela vida que era alheia para eles e tinham temor que nunca quisessem voltar a seu lugar de origem. Don Alexis foi vítima de um assalto no seu trabalho, onde foi ameaçado de morte por causa do roubo de dinheiro da companhia. Isto fez-lhe reflexionar para que vivia e porque estava onde estava.

Um outro elemento foi crucial na mudança dos seus destinos: conhecer e estabelecer amizade com Don Juan Antonio Corretjer, reconhecido revolucionário, quem também encontrava-se num período de mudanças e reflexões.

...conocer a Don Juan cambió totalmente mi vida, porque conocí a él y a su esposa (Consuelo Lee). Tuve la oportunidad de tener un acercamiento con él, desde la perspectiva cultural hasta la perspectiva política, a mi me encantaba la poesía, siempre me ha encantado y sus poemas como el poema Distancia, era uno obligatorio. Siempre lo tenía sobre la mesa, más todos sus otros poemas y al conocerlos pues, ahí es... Yo lo recitaba en voz alta porque me recordaba y sentía que estaba en Adjuntas. (risas)

La patria son los ríos, las montañas, los bohíos, el paisaje, imagina. Entonces, conocerlo a él, ese hombre tan grandioso, conocer su conducta, su forma de ser, su verticalidad, su valentía, cuando uno habla aquí de desarrollo sostenible, pues este hombre vivía en un desarrollo sostenible, desde la cultura, lo político, lo ambiental, todo y lo humano. El desarrollo sostenible es la sociedad también. Él era un hombre como hablaba Hostos, un hombre integral, un hombre amoroso, bien amoroso, un hombre tan y tan firme, no tenía que gritar para que se hicieran las cosas.

Entonces conocer la política, la historia de la independencia de Puerto Rico, la visión revolucionaria de los cambios, de las transformaciones, lo que es el sacrificio, verlo así, el vivía en una casa chiquitita. Creo que era alquilada, pequeñita de cemento, tenía una salita y una cocina pequeña, eso me impactó. Eso me permitió a mí, empezar a reflexionar, conozco al patriota con su ideología, yo tenía parte de su ideología, pero no como la de él. Esa reflexión es bien importante, el dinero para qué y la vida de uno para qué. Esa pregunta se la debe hacer todo el mundo, no hay que esperar a que asalten a uno. Todo el mundo se pregunta cual es mi misión en la tierra? Porque cuidado que esto es corto, la vida es corta, parece larga, pero la vida es corta y rápida. Entonces, qué voy hacer?¹⁹

“Don Juan” e sua esposa, Consuelo Lee Tapia, são uma das maiores figuras que representam a luta contra o colonialismo em Porto Rico. Esteve preso em diversas ocasiões, foi objeto de fustigações, intentos de assassinato, torturas e repressão geral durante toda sua vida por parte das autoridades insulares e federais. Isto foi assim para toda sua família. Primeiro como militante nos anos trinta pelo Partido Comunista, depois,

¹⁹ Entrevista realizada 14 de janeiro 2013 na Biblioteca Eugenio Maria de Hostos em Casa Pueblo, Adjuntas

como membro destacado do Partido Nacionalista (PN) que dirigira Albizu Campos, e finalmente, como fundador da Liga Socialista Portoriquenha (LSP), que dirigiu até sua morte no 1985. Embora seja reconhecido como o “Poeta Nacional” e melhor lembrado pelas suas poesias inspiradas nas situações de encarceramento, exílio e amor, é o seu esforço por unir os diversos grupos que apoiavam a independência do país (sem intervenção da metrópole) que o leva ao panteão de “heróis da pátria” que nunca viram o resultado tão ansiado.

Foi um mestre para muitos e um terrorista para outros. Para os fundadores da CP foi muito mais que isto, já a vida deles serviu-lhes como inspiração e exemplo. O pensamento político do primeiro casal se desenvolveu numa vida cheia de instancias onde a luta pela independência era o fundamental. Comprometido desde muito jovem a combater o sistema colonial imposto no 1948, “Don Juan” abougou sempre pelo boicote às eleições. Para ele, este processo de cada quatro anos restava-lhe criatividade e força ao povo portoriquenho. No seu ensaio *A luta pela independência de Porto Rico*, diz que a força do povo está nele mesmo; não nos partidos coloniais nem nas instituições criadas pelo poder colonial.

Nos seus últimos anos de vida, compartiu numerosos encontros com a família Massol-Deyá no município de Guaynabo na área metropolitana. São a partir destes encontros que o casal reflexiona sobre alternativas ao seu modo de vida. ¿Como voltar a seu lugar de origem? Não tinham emprego lá, mas tinham suas famílias e conheciam o lugar desde sempre. Nos finais dos anos '70, uma antiga colega da escola ligou para Tinti, para informar-lhe que tinham uma vaga para professora de inglês na escola do ensino médio de Adjuntas. Foram convencidos do que precisam fazer.

...entonces dijimos, bueno vamos! Deje todo. Me vine en carro público, con dos maletas y los nenes. Con el mismo chofer que me llevaba a la universidad, con ese nos fuimos. Me fui para una casita que teníamos en el campo, en el barrio Vegas Arriba y empecé a trabajar en lo que Alexis vendió la casa y nos fuimos poco a poco mudando. Entonces los nenes se adaptaron y pasaron una etapa en lo que construimos la casa de la Olimpia de maravillas. Porque eran libres. Habían muchos nenes buenos y nos relacionábamos mucho con la gente del barrio. Por otro lado, la gente en Adjuntas te ayuda a criar los niños, porque si ven algo malo enseguida te lo dicen. Yo por allá estaba sola²⁰.

²⁰ Entrevistas realizadas en noviembre y diciembre de 2012 en el Auditorio del Instituto de Biodiversidad y Cultura en Casa Pueblo

Na sua volta, os papéis do casal foram invertidos. Tinti passou a ser o sustento principal para a família por um bom tempo. Como professor se integrou á Federação de Professores de Porto Rico, na qual se converteu na presidenta da agrupação. Sua primeira tarefa chegou muito rápido. Os professores descobriram que as escolas públicas do município estavam contaminadas por asbesto. Este material fibroso foi muito utilizado nas primeiras construções massivas de urbanizações e prédios públicos na década do 1950 no país.

No 1989 a EPA proibiu todo novo uso do asbesto e estabeleceu regulamentos que exigem inspeção de escolas para verificar a existência do material e determinar sua eliminação ou a redução da exposição. O Departamento da Saúde e Serviços Humanos dos EUA, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a EPA tem determinado que o asbesto é carcinógeno para os seres humanos²¹. Estavam em risco potencial tanto quanto os alunos como os professores. A luta conseguiu erradicar-lhe das escolas, sendo pioneira na divulgação e controle dos efeitos nocivos do asbesto. Esta primeira experiência de organização cidadã foi somada a mais uma. Com sua nova oportunidade de vida, Don Alexis abriu a *Livraria Palenque* no mesmo centro do Pueblo. Depois, junto com sua esposa e outros companheiros estabeleceram o TACA que logo passaria a tomar o frente na luta contra a exploração mineira na região central.

Al yo venirme paca' puse una librería. Eso me da un pie para empezar a afincarme aquí de nuevo. Los amigos míos iban a comprar libros y empiezo a relacionarme, a dedicarme un fin de mi vida, ya no es buscar trabajo, si no, voy a poner una librería para la cultura cómo una herramienta importante. Después, Tinti cómo es maestra se hace Presidenta de la Federación de Maestros y lucha en contra de los salones de asbestos, que obtienen una gran victoria. Yo la llevaba a los sitios y la acompañaba, pero ella era la que estaba al frente y daba los discursos, los mensajes y toda esa cosa. Yo estaba viendo, todavía no había salido lo de las minas, ya tengo relación con mi gente de Adjuntas y Tinti mete mano allá, cuando de momento sale el titular.

Lo veo como ahora mismito, en el periódico El Mundo, fue en agosto de 1980: A explotar las minas de cobre, millones de dólares de ganancia y creación de empleos, decía que estaba decidida la explotación minera. Yo como ingeniero estudio lo que es una minería a cielo abierto, cuando yo analizo eso, yo digo, no tenia que ser ecólogo ni nada de eso, solo

²¹ Información retirada del website de la Agencia para Sustancias Tóxicas y el Registro de Enfermedades de los EU. http://www.atsdr.cdc.gov/es/toxfaqs/es_tfacts61.html

poder visualizar el impacto. Yo había trabajado en movimientos de tierra, construyendo carreteras, puentes, haciendo rellenos, cortes, todas cosas que pasarían en la minería.

Lo vi enseguida y dije esto es una catástrofe ecológica. Esto se fastidió. En Adjuntas, no habrá manera de vivir. Para otros también, no solamente lo mío, si no los que viven ahí. Entonces ahí es que decidimos, siempre fue decidimos, meter mano. Ahora las primeras pasos fueron bien complicados, los más difíciles. La gente venía un día y después no volvían a las reuniones. Venían 3 y después venía uno, así. Fue bien difícil poder organizar la gente, porque la gente tenía un temor, un terror extraordinario, el gobiernos no puso de inmediato un sello, comunistas, nacionalistas, independentistas, revolucionarios, todo eso no los decían porque éramos amigos de Don Juan, Doña Consuelo, la Liga Socialista y ellos eran revolucionarios. Ahora, nuestra lucha era una lucha comunitaria, verdad, entonces sin embargo nunca dejamos de ser lo que éramos y lo que pensábamos.

Nos finais da década do 1960, lideranças de algumas organizações políticas, A maioria de corte independentista, incluindo alguns membros do TACA, começaram uma ampla campanha de conscientização sobre as incursões às zona mineiras por parte de companhias estrangeiras. Muitos grupos políticos entendiam que se seguiria contribuindo a “economia de fora” e não seriam os portoriquenhos os que obteriam benefícios das riquezas à serem exploradas. Uma década depois, após 20 anos da primeira industrialização e modernização massiva o país, como vimos anteriormente, sofreu um estancamento econômico. O novo modelo foi baseado em atrair “indústrias pesadas” ou de alta inversão de capital.

O ‘Plano 2020’

Para o governo, as novas companhias farmacêuticas, de eletrônicos e de processamento de petróleo, requeriam uma mão de obra “destra” e devido aos benefícios da isenção contributiva e as inversões que elas fariam, seria muito mais difícil que mudassem seus centros de operações a outros países em qualquer eventualidade.

Para 1968, la industria petrolera había invertido \$321 millones en refinerías e industrias relacionadas y creado sobre 2,000 empleos. Para 1969, había más puertorriqueños empleados en plantas de empaque de atún que en el recogido y procesamiento de la caña de azúcar. Y para el 1972, 47 compañías farmacéuticas habían establecido operaciones en Puerto Rico.

Para el 1970 la economía de la Isla, que había crecido significativamente durante las dos décadas anteriores, sufrió un estancamiento súbito. La Guerra Árabe-Israelí del comienzo de la década y el consecuente embargo al crudo tuvo un efecto devastador sobre Puerto Rico debido a la alta dependencia del petróleo como combustible para generar energía. El costo de la gasolina y la electricidad subieron dramáticamente, lo cual tuvo un efecto adverso sobre todos los renglones de la economía. Miles de puertorriqueños perdieron sus empleos e incluso los que los retuvieron tuvieron grandes dificultades para enfrentar el dramático incremento en el costo de vida.

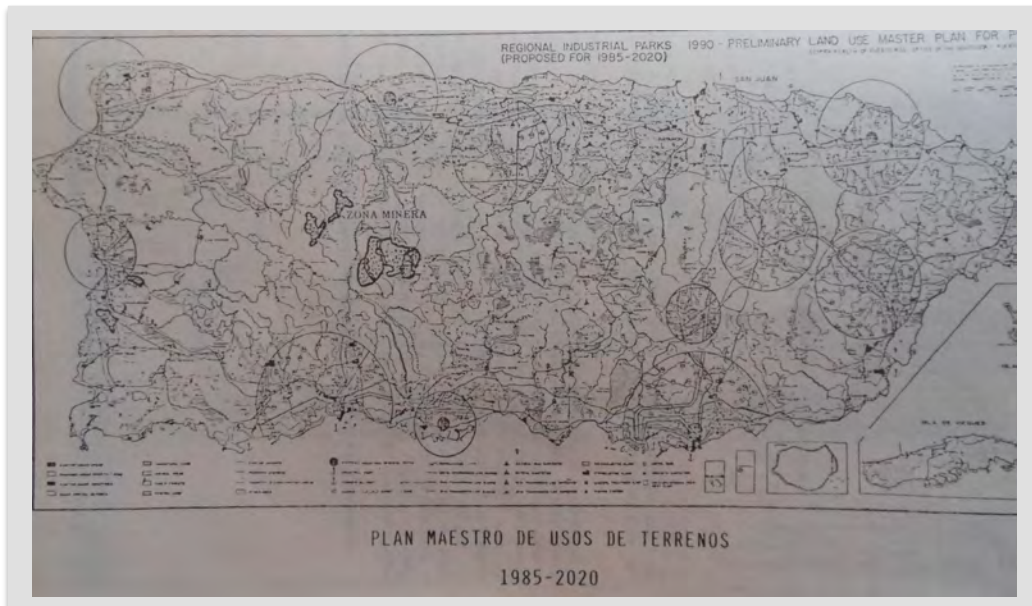
La Sección 936 del Código Federal de Rentas Internas, que el Congreso aprobó en 1976, comenzó a rendir frutos en la forma de nuevas inversiones. Esta sección permitía a las subsidiarias de compañías estadounidenses con operaciones en la Isla a remitir sus ganancias a las compañías matrices sin tener que pagar contribuciones federales. Mientras el Congreso subsecuentemente impuso ciertas restricciones a la repatriación de ganancias, esta herramienta demostró ser un incentivo valioso para atraer nuevas inversiones a la Isla. Muchas de las corporaciones principales de EE.UU., particularmente firmas farmacéuticas y electrónicas, se establecieron en Puerto Rico gracias en gran medida a este incentivo contributivo²².

Diversas agências federais, o governo local e as empresas manufactureiras planificaram um extenso mapa da ilha que passou a se conhecer como o Plano 2020. A “Secção 936” que subsidiaria o governo federal às novas industrias, se manteria em vigor por um período de vinte anos. No plano foram distribuídas zonas para a construção de parques industriais regionais, petroquímicas, as zonas mineiras, as zonas militares e a proposta para começar a construção de toda a infraestrutura que requeria este novo modelo econômico-social: rodovias, portos, plantas termoelétricas, plantas de tratamento das águas, moradia pública, etc. O plano e o mapa foram descobertos de forma clandestina, já que seus gestores nunca o fizeram público. Os membros do TACA se dedicaram durante mais de uma década à divulgação de seu conteúdo.

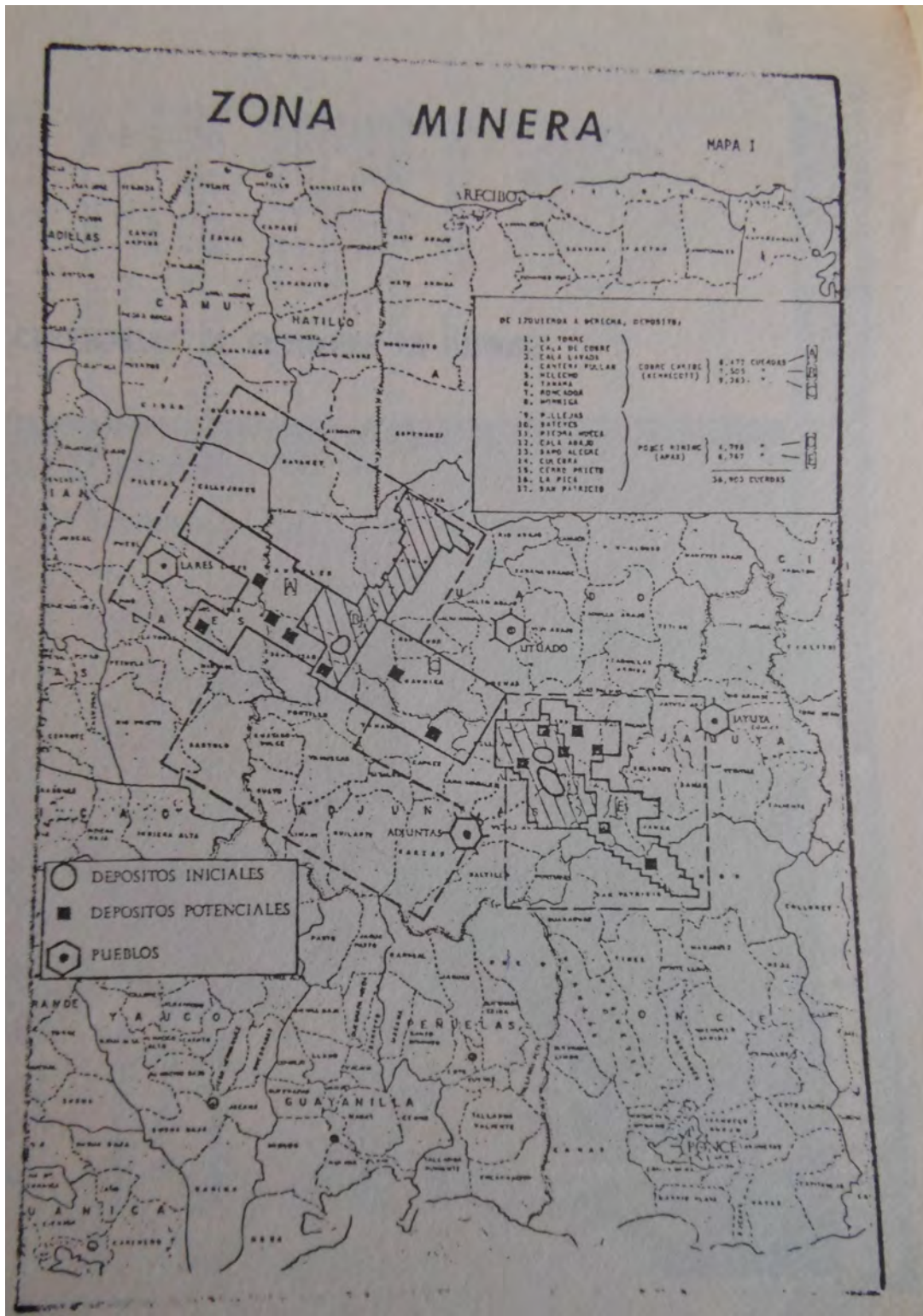
²² Historia do Banco Governamental de Fomento de Puerto Rico.
http://www.gdbpr.com/spa/about-gdb/history_01.html

Foi evidenciado que o plano formou parte de uma política pública de enriquecimento baseado em ampliar o modelo de industrialização, convidando as novas indústrias tecnológicas. No 1975 foi criada a Lei Orgânica da Junta de Planificación, conhecida como a Lei # 75. Nela foi delineado pela primeira vez na história a planificação de todo o país, os objetivos e políticas públicas que guiarão o desenvolvimento econômico e físico, incluindo algo nunca antes considerado: a planificação para explorar os recursos naturais não renováveis.

O *Preliminary Land Use Master Plan for Puerto Rico*, começou a ser implementado graças a inversões milionárias em fundos por parte do governo federal e suas agências, incluindo os departamento de vivienda e trabalho, os quais se encarregaram de assegurar a mão de obra e estrutura para o mantimento de cada parte do esquema. Foi realizada a demarcação de terras para a exploração mineira na zona central e foram desenhadas: as novas “zonas industriais”, portos, rodovias, novas áreas urbanas, terras agrícolas, terras federais para usos militares, bosques públicos, novas linhas de transmissão de energia, termoeléctricas, hidroeléctricas e finalmente, propostas para o estabelecimento de plantas de tratamento de águas. Também podemos observar no mapa a abundancia de recursos hídricos e a importância da rodovia #10 e sua conexão norte-sul.



Mapa 6 *Regional Industrial Parks proposed for 1985-2020, Preliminary Land Use Master Plan for Puerto Rico.* Arquivo de Casa Pueblo. Fotografia, Jehyra M. Asencio Yace, 2012.



Mapa 7 Zona Mineira. Archivo de Casa Pueblo. Fotografia, Jehyra M. Asencio Yace 2012.

Para os membros do TACA que naquela época fundaram CP, a descoberta do mapa os deixou desconcertados:

Cuando lo vimos era como un rompecabezas, no se sabia nada, no se podía entender bien. Hubo que adentrarse, estudiar, ir agencia por agencia e ir montándolo. Habían ciertos documentos que no nos los daban, porque eso lo tenían bien escondido. No fue público, nosotros lo pusimos en la luz pública. Había que hacérselo saber al pueblo, no tuvimos otra opción. No lo hicieron público, fuimos nosotros después que pudimos ir armando las piezas²³.

Para outros cidadãos preocupados pelas consequências da exploração mineira, deter os projetos seria impossível devido ao sistema político. Já existiam problemas muito graves de contaminação e violações de direitos às comunidades por parte das novas industrias. Por exemplo, as petroquímicas e refinarias que tinham se estabelecido ao sul da ilha como a *Caribe Nitrogen*, a *CORCO* e a *Union Carbide* estavam em conflito aberto com as comunidades de pescadores da área. Para Máxime Cerame, biólogo marinho, o problema era que as industrias tinham um lucro altíssimo e com isto podiam controlar tudo. Se as comunidades ou autoridades solicitavam estudos sobre a ecologia de determinado lugar, a própria companhia financiava e realizava os estudos. Primeiro, conseguiam a autorização para começar a construção de suas estruturas e depois, faziam os estudo, justificando sua permanência se baseando nas inversões já realizadas. Era o que acontecia com as companhias mineiras.

Es más: se está tratando de impresionar a Puerto Rico con la inversión de ocho millones que han hecho esas compañías como costos de exploración solamente. A pesar de que la ley dicta que los gastos de expansión corren por cuenta y riesgo de la compañía minera, se está llorando y gimiendo a favor de la explotación porque la pobrecita empresa ya ha gastado ocho millones y bendito, déjenlos explotar el cobre....

Vuelvo a insistir que una vez venga la industria minera a PR y después que se descubra que haya hecho un daño ambiental, no va a haber fuerza política, fuerza reguladora, o fuerza legal alguna que impida que esta compañía siga haciendo el daño ambiental por horrible que este sea. La empresas como la CORCO están contaminando el agua en la costa sur de

²³ Entrevista realizada a Tinti Deyá-Díaz (2012).

la isla de una manera asombrosa. Sin embargo, se le permite hacerlo porque la inversión ya está hecha. Se sabe que el 70 por ciento de las aguas negras urbanas van al mar sin tratamiento adecuado. Sería un tanto difícil suponer que en estos momentos una agencia gubernamental (Departamento de Salud o la Junta de Calidad Ambiental) van a emprenderla contra otra agencia gubernamental para que se evite la contaminación.... Hay un agravante: Puerto Rico es una isla que tiene una limitadísima extensión territorial y una alta densidad poblacional (Informe *La Minería del cobre en Puerto Rico*, Misión Industrial, 1971).

No entanto, o setor estatal e privado, continuavam firmes nos planos desenvolvimentistas. No 1983, o governo e a agência de Fomento Econômico, indicaram como uma “conquista”, os \$300 milhões de dólares em contratos federais para firmas manufactureiras e de serviços. A maioria destes contratos era com o Departamento da Defesa. Foram criadas, como em períodos anteriores, campanhas para promover e informar os procedimentos para que pequenos comerciantes ou indivíduos pudessem solicitar contratos para terceirização de serviços.

Num foro coordenado por Fomento Econômico e a Câmara de Comercio de Porto Rico, o governador, Carlos Romero Barceló, indicou que a “falha principal” pela qual o país não conseguia ainda mais contratos e benefícios era a falta de “cachola política” dos representantes da ilha em Washington devido ao status colonial. O governador, pertencente ao PNP, tem sido uma das principais figuras contemporâneas a favor da “estadidade” (ou *statehood*), porém sua popularidade está relacionada aos atos de repressão política do período, como o famoso caso de “Cerro Maravilla”, localizado entre os municípios de Ponce e Jayuya, onde foram assassinados numa emboscada pela polícia, dois jovens independentistas no dia 25 de julho de 1978²⁴.

Em resposta, o ex-governador Luis A. Ferré, fundador do PNP e naquele momento, Presidente do Senado, realiza varias viagens a Washington, onde se reúne com o chefe de operações da administração Reagan e com o vice-presidente George Bush. Solicitou-lhes que fossem aumentadas as petições de compra de equipamentos de defesa militar produzidos na ilha para combater o desemprego. Seus argumentos foram baseados em que eram os “industriais locais” quem pediam isto desesperadamente e que, o

²⁴ *Revelan gobierno anticipa \$300 millones en contratos federales*. El Mundo. 23 de abril 1983. Arquivo da CP.

Presidente Reagan teria prometido mais negócios para as minorias nos EUA. Porém, as partidas para o país eram insignificantes, quando comparadas com as de outros estados e grupos de minorias no continente²⁵.

Enquanto, as denúncias sobre a contaminação e os perigos que traziam os complexos industriais aumentariam. Numerosos grupos comunitários e civis se organizaram. Por exemplo, os residentes do Barrio La Cotorra, criaram o Comitê Pro Bom Ambiente Ponceño, ante à ameaça da instalação de um gigantesco depósito de lixo tóxico na zona da comunidade²⁶.

Nas décadas seguintes até hoje, o surgimento de organizações como esta não parariam de crescer. Obviamente, os resíduos industriais produzidos por as empresas estrangeiras, eram assunto de preocupação. À par com o estabelecimento dos parques, surgiram as plantas de tratamento que tinham saídas ao mar e incineradoras de resíduos tóxicos, carvão e lixo em geral. Os controles e fiscalização eram realizados (até hoje) pela própria companhia em mutuo acordo com as agências promotoras da industrialização. Na zona da montanha, havia chegado a hora definitiva de se organizar.

Da luta contra a mineração e a repressão

Um dos primeiros passos realizados em Adjuntas foi a definição de um protocolo de trabalho comunitário. A memória sobre esta etapa da organização se encontra nitidamente documentado desde o ponto de vista dos próprios atores em várias publicações (MASSOL et.al., 2006; MASSOL & ANDROMACHE, 2008). Em primeiro lugar, precisavam entender a razão pela qual lutavam. Sem evidências técnicas convincentes seria impossível desenvolver argumentos sólidos. Informações foram levantadas por meio de subscrições à revistas de mineração, oficinas com expertos, pesquisas bibliográficas, documentação sobre outras experiências mineiras no mundo e numerosas visitas às agências governamentais, misturado às informações recebidas no

²⁵ *Ferré gestiona EU gaste \$400 millones aquí en equipo militar.* El Mundo. 23 de abril 1983. Arquivo da CP.

²⁶ *CECOS invertiría \$9 millones en el vertedero industrial de ponce.* El Mundo. 1 de abril 1984. Arquivo da CP

Plano 2020. Os novos conhecimentos, permitiram-lhe ao grupo desenvolver uma interpretação ampla sobre as operações de extração propostas. Entre outras coisas, descobriram que as consequências incluiriam: uma redução de um 30% no fluxo de fontes de água críticas, contaminação do ar, solos agrícolas e a água. Devido à topografia montanhosa e a sua elevada precipitação seriam criados problemas adicionais como a erosão, acidificação e sedimentação de metais pesados nos lagos e rios. Enfim, seria uma “catástrofe ecológica, econômica e social”. Para os atores, o tema fundamental era que “a mineração constituía uma ameaça para a terra, e as pessoas, por tanto, da sobrevivência de Porto Rico como nação” (MASSOL & ANDROMACHE, p.4).

Após a educação por parte dos gestores a comunidade em geral devia ser educada para que todos juntos pudessem assumir a liderança no processo de luta. Numa primeira instância muitos “expertos” compartilharam seu conhecimento com CP, porém, a maioria se identificava com projetos de política partidária e isto causava posições “excludentes e inflexíveis”. A primeira atividade organizada na praça do Pueblo foi chamada “Primeira Jornada Anti-mineira” e se projetariam fotografias de minas à céu aberto e seria oferecida uma palestra. À jornada somente assistiram os membros do TACA e policiais. Uma foto na CP registra o momento onde uma pessoa sozinha observa ao palco rodeado de agentes. Tomou-lhes um tempo entender o que deviam fazer para se preparar melhor e fortalecer a missão educativa que tinha traçado para unificar à comunidade que estava ante a destruição iminente e que não se mobilizava.

Este momento de reflexão foi crucial para os membros do projeto, especialmente para os que decidiram interpretar o acontecido na “primeira jornada”. A resposta parece simples: a maioria de seus integrantes pertenciam à organizações vinculadas à luta anticolonial, suficiente para que a população não confiasse neles. A repressão política naquela época era muito intensa e os camponeses recusavam participar de um projeto no qual poderiam ser associados aos grupos revolucionários clandestinos armados o de esquerda. O “conflito político” eterno manipulava todo o que fosse de seu interesse. Grandes colaboradores do projeto do TACA e da CP tem ficado no anonimato, como a mítica figura de Don Juan Antonio Corretjer e outros, no menos importantes .

Como uma revelação, a perseguição sofrida por causa das filiações políticas, ajudou-lhes a compreender que o status de Porto Rico era crucial para atender os

problemas do país e que isto era um fato antigo; porém, isso não afastava a iminente ameaça a destruição do território nacional. Para eles era e é um objetivo principal conter as perdas dos recursos materiais e imateriais do Pueblo, antes de discutir os assuntos “políticos”. Os elementos que os fazem ser um conjunto (a nação) são geográficos, sociais, políticos, econômicos e culturais. A situação requeria a união de forças, ou seja, a superação de conflito político nacional ao nível local para lograr que as companhias mineiras foram proibidas de exercer a exploração. Era a única forma em que suas famílias, suas terras e modo de vida deixariam de estar em perigo.

Além do esforço de organizar uma comunidade “desde cero”, - a vigilância, o “carpeteo”, a intromissão e intimidação política-, tem sido os retos mais difíceis e constantes confrontados pelos membros da CP (e de muitas outras organizações), geração trás geração. A perseguição por parte dos interesses econômicos e políticos à pessoas, ideias e grupos considerados ameaças ao sistema, neste caso, colonial, é um tema que requereria um esforço investigativo maior do que aqui proposto. No entanto, existem algumas pistas que auxiliam-nos a compreender as causas pelas quais, até hoje, muitos grupos comunitários são suspeitos por parte dos mencionados interesses. Dito de outro modo, a pergunta seria: ¿ Porque são perseguidos os ativistas sociais e políticos? Cada caso, terá uma resposta diferente. O governos dos EUA tem criminalizado historicamente as lutas pelos direitos civis, sociais e políticos de forma geral sobre os povos que deram-lhe forma. As nações indígenas, os negros, os mexicanos e os portoriquenhos (dentro e foram dos EUA) são os principais atores destas lutas.

Em Porto Rico, os conflitos deste tipo sempre tomam uma dimensão adicional: o eterno problema do direito à livre autodeterminação para solucionar o conflito colonial. Diversas agências de inteligência foram criadas desde inícios do século 20 para monitorar estes fins. Elas tem evolucionado com o tempo, a tecnologia e as leis se adaptando à temporalidade social. Projetos particulares como COINTELPRO ou a Unidade de Inteligência da Policia de Porto Rico foram eventualmente criticados pelo próprio Congresso dos EUA e o governo local, por a realização de infiltrações, guerras psicológicas, fustigação jurídica e abuso de força que incluiu vandalismo, sequestros e assassinatos.

Uma ação legal no 1987, conseguiu que o Tribunal Supremo de Porto Rico ordenara a entrega de toda a documentação produzida pelas agências a suas vítimas. Se estimaram um total de 75 mil “carpetas” (ou pastas), sendo 16 destas, “detalhadas”. Estas últimas podiam superar o milhar de páginas por pessoa ou grupo. Porém, as “listas de subversivos” existem no país desde que surgiram os movimentos autonômicos, de independência e posteriormente de anexação a fins do século 19.

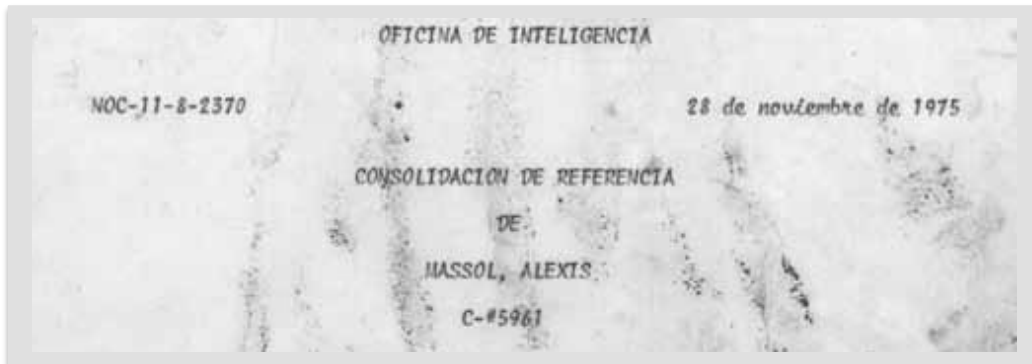
Nas lista de 1987 haviam portoriquenhos residentes na ilha e residentes nos EUA, cubanos, venezuelanos, dominicanos e estadunidenses. Nenhuma outra massa de pessoas dentro da jurisdição estadunidense, tem sofrido um esforço repressivo de tal extensão e intensidade. No entanto, tais ações sempre requereram amplias redes de informantes e infiltradores (BOSQUE, 1997, p.38). Os expedientes significam a evidência de processos de extorsão à membros, perseguição e danos em geral aos afetados. Hoje constituem uma fonte primaria histórica pouco utilizada para fora das pesquisas sobre o próprio processo. Num testemunho lido numa homília na Paroquia *San Antonio de Padua* no Pueblo de Ceiba o dia 23 de dezembro 1990, Don Alexis Massol González, esposo de Tinti e membro da Junta Diretiva da CP desde o início explicava:

“regaban por todos los rincones que éramos revolucionarios y subversivos con el fin de aislarnos y no de halagarnos con el verdadero significado de la palabra. Sufrimos el castigo de la policía al esta visitar casa por casa con el objetivo de arrancarnos afiliados, colaboradores, incluso los niños que participaban de nuestras actividades²⁷”.

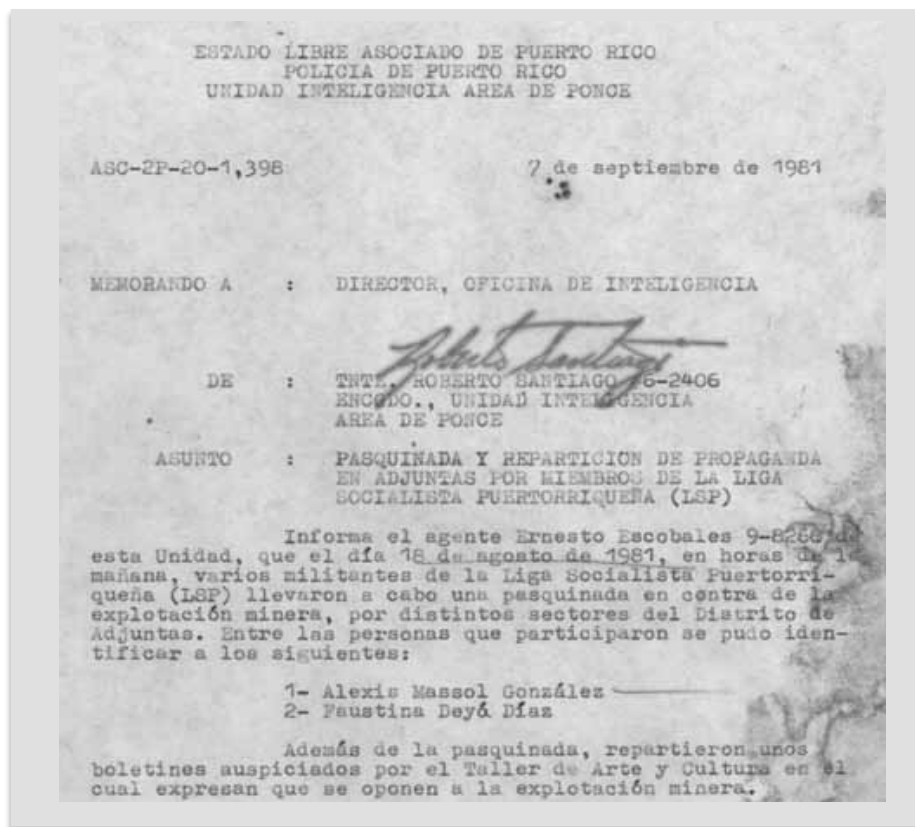
Nas mil páginas da C # 5961, pertencente a Don Alexis, podemos reconstruir a história de sua vida por completo a partir do seu rol na organização desde meados da década do 1970. Nela ficaram registradas centenas de atividades cotidianas e reuniões com residentes dos bairros, comunidades, setores diversos, grupos políticos e religiosos, em e fora do país. Nas “referências ou memorandos confidenciais” elaborados pelos agentes infiltrados contratados pela policia eram feitas listas com os nomes dos assistentes “reconhecidos ou não reconhecidos” e se passava a sintetizar a atividade

²⁷ Documento da palestra, Arquivo da CP.

observada. Nesses registros quedam plasmados todos os membros de sua família, incluindo seus pequenos filhos. A continuação apresentamos alguns exemplos:



2.3 Registro da “carpeta” do diretor do TACA. C-#5961,1975, pág. 457. Arquivo de Casa Pueblo.



2.4 Carpeta #5961. Assunto: Repartição de propaganda em contra da mineração, pág. 429. Arquivo de Casa Pueblo.

ASUNTO : VISITA DE ENVEJECIENTES AL TALLER DE ARTE Y CULTURA DE ADJUNTAS

En esta Unidad se recibió información de una fuente que merece entero crédito, que indica lo siguiente:

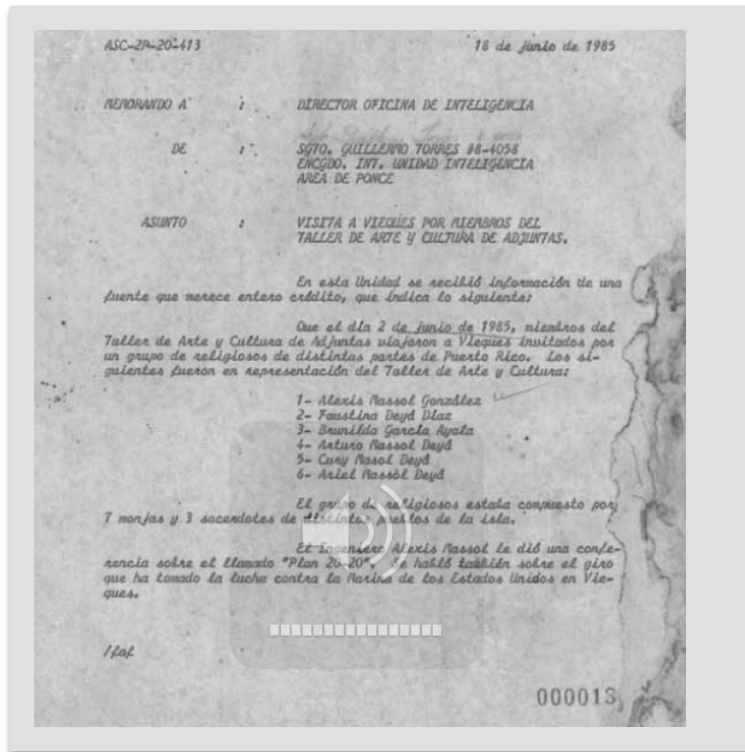
Que el día 2 de agosto de 1984, en horas de la mañana, unos 20 envejecientes visitaron el local del Taller de Arte y Cultura localizado en la Calle Rodolfo González #62 en Adjuntas, con el propósito de ver una película.

El Ing. Alexis Massol González y la profesora Faustina Devá Díaz aprovecharon la oportunidad para hablar en contra de la explotación minera y repartieron propaganda relacionada con ese tema. Algunos ancianos se expresaron en contra de la explotación minera.

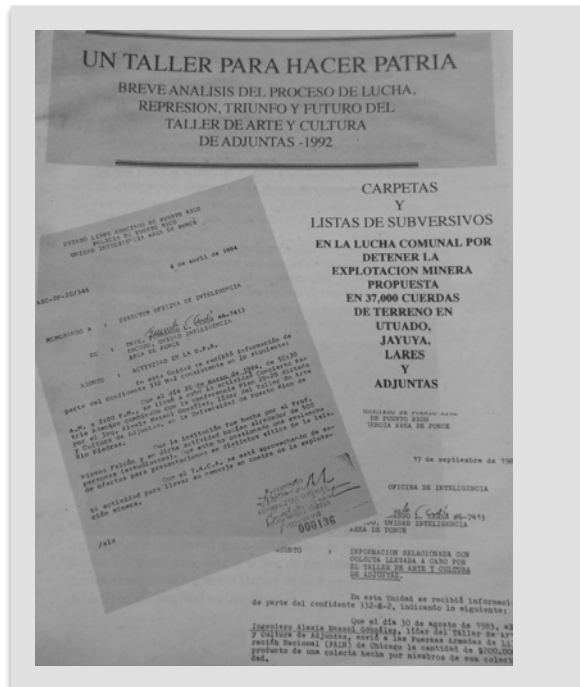
2.5 Carpeta #5961, pág. 430, Memorando sobre visita de Centro de Ancianos, 23 de agosto 1984. Archivo de Casa Pueblo.

La Prof. Faustina Deyá Díaz explicó a los presentes cuales son o cual es la tonica que el Taller de Arte y Cultura a seguido y seguirá contrario a lo que han tratado de hacerle creer al pueblo. Hizo un recuento de lo que el Taller de Arte y Cultura ha echo hasta ahora y sus planes para educar al pueblo ha proteger su cultura, sus costumbres y su territorio. Recalcó que lo básico es no permitir que las minas se exploten puesto que esto causaría que este sector de Adjuntas, Utuado, Jayuya y Lares sea destruido y por ende no apto para vivir personas. No podemos permitir que nuestro territorio sea destruido para enriquecer unas cuantas compañías estadounidenses y tenemos que empezar a actuar desde ahora cosa que no nos pase como les pasó a los residentes de Maragüez en Ponce. Por doce años le estuvieron diciendo que se haría una represa la cual cubriría todo el barrio y los residentes serían expropiados pero como no empezaban los trabajos los residentes se despreocuparon y cuando se dieron cuenta ya era tarde para pararlo. Nosotros no podemos darnos el lujo de que nos engañen con el cuento de el lobo viene. Vamos a empezar a protestar desde ahora. Después el Ing. Alexis Massol Gonzalez les dió una conferencia visual del Plan 20 - 20 el cual fue muy bien acogido por los presente y varios de ellos se comprometieron a ayudar.

2.6 Carpeta #5961, pág. 431, Memorando 19 de agosto 1984. Assunto: Reunião do Mês. Archivo de Casa Pueblo



2.7 Carpeta #5961, pág. 431, Assunto: visita a Vieques, 1985. Archivo de Casa Pueblo.



2.7 Carpeta#5961, pág. 431, Assunto: visita a Vieques, 1985. Archivo de Casa Pueblo.

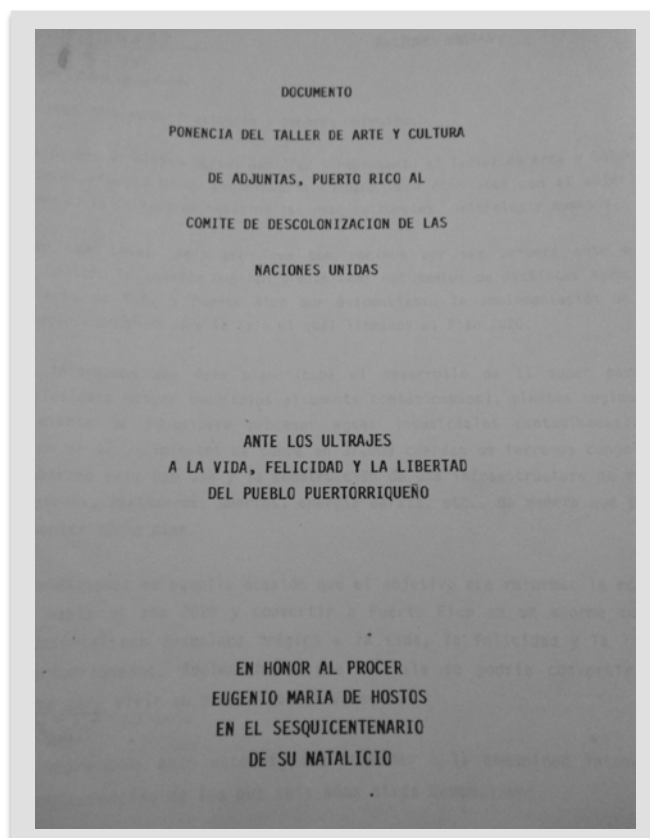
Os membros eram suspeitos pela polícia e as agências federais por se organizar, educar e resistir ao Plano 2020. Por outro lado, não pertenciam aos partidos tradicionais nem a nenhuma das suas esferas, por tanto, exerciam uma autonomia política que nunca tinha sido bem vista, como já pudemos observar.

No entanto, pouco a pouco, ao se manter fora dos conflitos partidários do país e continuar com o protocolo para autogestão, conquistaram uma evolução no seu discurso. Desta vez o lema seria: *¡Sí a la vida, no a las Minas!*. Se foram somando ao reclamo diversos setores da comunidade em processo de formação e do país. Houve reuniões com grupos e associações da sociedade civil, palestras nas universidades locais e até uma excursão pelos bairros portorriquenhos e universidades nos EUA. Sem dúvida, a rede solidária que foi se conformando dentro de diversas comunidades foi chave para o amadurecimento das estratégias da CP. A organização conseguiu mudar o tom das passadas lutas, argumentando que o importante não era quem ficaria com as ganancias das atividades de exploração, se não, proteger “a pátria geográfica” ante um projeto que ameaçava com destruir o que ainda ficava dos laços comunitários na zona rural.

Para Eugenio Maria de Hostos, a “pátria geográfica e histórica” era um conceito que antecede a nação ou cidadania, significando a terra onde se nasce. Para ele, apesar da situação colonial, a pátria nunca deixaria de ser dos portorriquenhos (FERNÁNDEZ, 1965). O discurso de proteção a pátria geográfica inspirado em Hostos, era e é sem dúvida, uma posição que transcendeu o discurso anticolonial no país. Colocaram a destruição ambiental como a maior ameaça para o território nacional dada. O ser Porto Rico, uma pequena ilha com rica biodiversidade e recursos naturais, não dependia do seu status político e sim da ação e toma de consciência de sus habitantes para proteger-lhe.



1.4 Marcha organizada durante a campanha *Sim á Vida, Não ás Minas* na Praça de Adjuntas. 1985. Acervo fotográfico, Arquivo de Casa Pueblo.



2.9 Cópia do informe lido por Tinti Deyá Díaz no dia 22 de agosto 1983, ante o Comité de Descolonização das Nações Unidas em Nova Iorque.

A proteção da pátria geográfica

No 1985, a aquisição e remodelação total da casona colonial abandonada em Adjuntas, permitiu-lhes aos integrantes do TACA estabelecer um espaço físico para continuar desenvolvendo estratégias para sua luta, dirigida a combater a exploração mineira e agora, a estimular a participação local. Parte fundamental do plano era incluir as mulheres, crianças, pessoas idosas e a cultura local. Em vez de reuniões com estrutura de discussão “política”, começaram a ser organizadas por exemplo, atividades culturais, lideradas pelas professoras, artistas e artesãs no grupo e seus círculos sociais como a ainda bem lembrada série de shows *Pátria Adentro*. A primeira atividade teve participação de músicos e dançarinos tradicionais. Parte da programação incluía imagens de zonas mineiras em outras partes do mundo. De uma forma menos “politizada” conseguiram levar a mensagem. Para esta época os recursos para realizar todas as atividades provinham dos membros da organização e suas criatividade. Eles contam que para os focos de luzes se utilizavam latões de feijão recolhidos nas escolas públicas e para a projeção, um lençol de cama.

Um dos shows foi organizado fora de Adjuntas, na ilha município de Vieques, que como mencionamos no primeiro capítulo, serviu de base militar para a simulação de guerra durante três décadas. A simulação acontecia 300 dias por ano e se estimava que foram lançadas sobre 30 mil bombas anuais. Outro dos pontos do Plano 2020 foi o desenvolvimento destas bases, por tanto, houve uma afinidade muito grande entre os dois “Pueblos” e se formou uma colaboração entre CP e um grupo comunitário de Vieques. Com o lema: *¡En Adjuntas son las Minas, en Vieques la Marina!*, o apoio estabelecido desde a década do '80, continua até hoje. Arturo Massol Deyá, terceiro filho de Tinti e Alexis, tem agora 45 anos, é professor de Microbiologia e liderança da comunidade da cp. Escolheu sua profissão devido às experiências na organização, “*pensando lo de poder usar procesos biológicos para limpiar lugares contaminados*”. Sobre a relação de Vieques com Porto Rico e a luta em Adjuntas nos explica:

En PR dependemos del patio. Hay un asunto de escalas, por ejemplo, las consecuencias locales en PR de un problema ambiental van a ser mucho más dramáticas que si vives en un ambiente continental. Sin embargo, cuando sumas todas las instancias de daño, eventualmente el daño es acumulativo, o sea que, se va sumando a otros daños. El problema de Vieques es que hay lugares que por mal manejo provoca daños, a veces uno piensa que el daño está demarcado en una zona, donde ocurrió el evento, pero el problema es que no. Hay cosas que provocan distorsión y movilización de los contaminantes a través de la cadena alimentaria, entonces tienes aves migratorias y llegas a ver que el problema deja ser local y se convierte en uno regional. Por esto la importancia de atender Vieques, porque lo que ocurre allí tiene consecuencias en otros lugares y por eso los mayagüezanos, la gente de Arecibo, todo el mundo estaba peleando en Vieques por la salida de la Marina. Los militares y algunas personas del gobierno para desmerecer decían, ellos no son de Vieques, los que tienen que protestar son los de allí. Pero, que de Vieques? Si lo que ocurre me afecta a mí y a todo el país, probablemente en toda el área del Caribe.

Yo no tengo duda que tenga repercusiones en toda la zona, no en la misma magnitud que los viequenses que están geográficamente más cercanos, pero de que está afectando salud pública más allá de Vieques, no tengo ninguna duda. Por eso es que tu tienes que ir a la raíz del problema y atenderlo. No sé todas las consecuencias, pero tengo que atenderlo porque sé que tiene consecuencias. Ahí la insistencia de que la limpieza sea más allá de remover bombas sin detonar. esa zona recibió todos los constituyentes de bombas, armas químicas, balas revertidas con uranio, napalm, agentes nerviosos, todo eso se tiró allí. El hecho de que la bomba explote, detone y desaparezca físicamente de lo que parece una bomba al principio, no indica que los metales no estén allí. La materia se transforma, de alguna manera eso se queda allí. Algunos compuestos por combustión se transforman en otra cosa, pero los residuos de explosivos allí son terribles.

Cuando tienes las bombas detonando en un suelo, las bombas fragmentan el suelo, lo rompen. Lo que tienes es mucha energía, recibiendo muchas cosas raras, que lo que provoca son mezclas, eso reacciona y se generan polvos y se dispersan por el aire, luego la lluvia llega y lo lleva a las lagunas, de la laguna va al mar, el mar lo lleva a las plantas, en el ecosistema terrestre, las plantas lo remueven. Entonces, eso es una locura, cuando uno piensa en el tránsito de estos elementos y cómo se mueven en el ecosistema (Entrevista realizada el 3 de diciembre 2012 no Departamento de Biología en UPR, Campus de Mayagüez).

Após uma intensa luta os bombardeios cessaram no 2011, porém, ainda a base e a contaminação permeiam toda a vida viequense. A relação com outras comunidades como a viequense, expôs CP a compreender como o problema específico da exploração mineira estava relacionado por um lado, com um plano nacional de desenvolvimento; e por outro,

com ameaças regionais graves à saúde e a própria integridade física e moral dos habitantes do território islenho. O assunto das escalas e a importância de pensar no local junto com o nacional continuou evoluindo.

A campanha contra a exploração mineira deu-se a um ritmo intenso e incluiu três informes ante o Comitê de Descolonização da ONU, na sua sede em Nova Iorque. Foram celebradas marchas com diversos motivos, desobediência civil com semente de árvores nas áreas desflorestadas pelas companhias e colheitas de assinaturas com entrega de pedidos às agências do governo, entre outras. Representantes de organizações sociais, comunitárias, religiosas e culturais começaram também a enviar cartas aos diretores de agências, como o Ministro do DRNA.

No 12 de Janeiro de 1986 dezenas de vizinhos assinam em Adjuntas o *Manifiesto de un Pueblo que Quiere Vivir* em honor ao natalício de Eugenio Maria de Hostos. Este documento foi enviado às autoridades. Como podemos notar, a assembleia já recolhia sentimentos de propostas alternativas à exploração mineira para melhorar a economia local, e por tanto, a qualidade de vida dos residentes da montanha. Meses depois, o governo anunciou a decisão de não proceder com os contratos e readquiriu os terrenos. A vitória parcial levou à organização se questionar novamente suas metas e decidiram continuar com os projetos educativos e de conservação ambiental. No 1989 chegam à conclusão que deviam se dirigir a uma nova etapa: a autossuficiência econômica. Isto, se desejavam sobreviver como grupo. Numa reunião na CP, um camponês agricultor dirige sua mirada à montanha e afirma que era ali onde estava a solução aos problemas²⁸.

²⁸ Esta história me foi contada por diferentes membros em numerosas ocasiões.

Madre Ilha

Durante o século 19 imigrantes europeus e das Américas aproveitando conjunturas favoráveis nos mercados internacionais, chegaram à ilha e criaram um domínio do mercado e a economia local, maiormente baseado na produção da açúcar e o café. No entanto, também tem sido sugerido que um fator determinante foi a disponibilidade de mão de obra barata, que resultou no vertiginoso crescimento da população nos municípios da zona central. A prolongada crise da açúcar nas últimas duas décadas do século facilitou a hegemonia do café, embora sempre fora cultivado junto a outros produtos que formavam parte do sustento local (tabacos, bananas, frutos e milho, etc. (PICÓ, 1983; 1988). As condições climáticas frescas e de altura encontradas na zona possibilitam de forma perfeita o cultivo do café. Esta apropriação do passado, que foi símbolo de sacrifícios e de fortes trabalhos camponeses no regime das fazendas, foi convertido pela CP num signo de resistência. Uma das formas tradicionais da economia (o cultivo do café junto com outros plantios) apareceu como uma resposta local que não requeria a importação de métodos ou produtos para sobreviver.

Já existia de forma experimental o projeto *Finca Madre Ilha* (FMI), parte do bosque vizinho ao Pueblo, onde estavam experimentando com plantios de café e frutos menores como a maracujá. Na entrada da finca foram construídas várias cabanas rústicas como espaço principal para que voluntários e colaboradores pudessem pernoitar. O projeto dos plantios não deu certo em determinado momento devido à dificuldade evidente da incursão. A lógica de produzir café depende das variáveis próprias da região. Cada época do ano tem sua forma de ser e em quase todas a chuva é intensa. São perdidas colheitas e quando algumas dão resultado, era então preciso todo um tipo de conhecimento para sua elaboração e venda como produto mercado local. Manter um plantio é sumamente complexo e requer da capacidade de ter pessoas, ou seja, de ter dinheiro, para empregar-lhes.

Não é casualidade que “Madre Ilha”, também seja um conceito *hostosiano*. No seu famoso discurso para constituir a Liga de Patriotas na cidade de Nova Iorque no dia 10 de Setembro 1898 (meses após a invasão militar estadunidense) faz alusão ao mesmo

várias vezes. Para ele, era preciso colocar a “madre ilha” em condições de direito para poder realizar uma consulta sobre o destino político do país. O direito a livre autodeterminação seria a única chave para “salvaguardar a dignidade”. A “pátria geográfica e histórica” dos portoriquenhos continuaria sendo a Madre Ilha e não importava o resultado (anexação ou independência), mas era preciso defender os direitos que supostamente determinavam a constituição dos EUA (Hostos, 1898).

O projeto do FMI por sua parte, converteu-se num programa para o “turismo sustentável” e durante mais de duas décadas tem recebido visitantes de forma ininterrupta. Grupos de jovens de escolas e universidades estadunidenses, grupos internacionais, acampamentos de verão científicos, mestres e professores locais que colaboram em algum dos projetos da CP. As primeiras estruturas foram feitas com trabalho voluntário de um grupo de alemães que veio visitar CP.

Voltando ao projeto econômico, nenhum dos membros da CP tinha trabalhado diretamente com o café. Então, decidiram procurar informações no campus de Utuado, da UPR, o único da região central. Ali “nos explicaram tudo”. Como torrar, envasar e conservar a variedade arábica. Após negociar comprar à crédito o café de pequenos agricultores locais, adquiriram o equipamento necessário para realizar a torrefação, o moído e o envasamento do café que chamaram *Café Madre Ilha* (CMI) em honor à Hostos. Logo surgiu a necessidade de criar novas estratégias para manter os ingressos e as lideranças da CP procuraram alianças.

Um comerciante dono de uma linha local de supermercados, muito conhecido na região por suas atividades filantrópicas ofereceu a possibilidade de que venderam o produtor em todas as lojas de ilha, porém, CP decidiu escolher apenas as três lojas próximas a Adjuntas: Ponce, Yauco e Mayagüez. Quando perguntei-lhe a Tinti na entrevista porque não aceitaram a oferta, respondeu como toda boa mestra:

Porque el café es un proyecto para auto-sostenernos no es una empresa, ni es un proyecto capitalista ni nada de esas cosas. Con ellos estuvimos como 7 años, hasta que cerró la cadena de supermercados. Como ya el café la gente lo conocía, lo había probado y le gustaba, comenzó la gente a venir acá (a Adjuntas). Entonces eso fue buenísimo porque promueve el turismo, le da vida al pueblo, el que viene a comprar va a otros lugares, almuerzo por acá. Entonces el café sirve como un atractivo también para el turismo. La gente ha seguido buscándolo. Vender el café a consignación a una

empresa grande es difícil, a veces tardaban 3 meses en pagar y con eso nosotros pagamos todo, no solo el café, si no, las nóminas. A veces nos veíamos bien apretados.

Por eso, cuando yo me retiro, mi meta era establecer un proyecto económico para Casa Pueblo y por eso fue que comencé con las artesanías y los libros. Eso fue hace como 8 años. Para no tener que depender de nadie y fijate que nos ha dado resultado, porque hace cuatro años que Recursos Naturales no da nada para los bosques, para los obreros, las mejorías y todo lo asumimos nosotros. Si hubiéramos dependido de otros recursos, esto no estaría ya aquí.

Porque es muy difícil. Seguimos con el camino sin importar los conflictos que íbamos teniendo, siempre nos preparamos y decíamos si Recursos Naturales deja de enviar el dinero, el bosque tiene que seguir funcionando. (Entrevista realizada em dezembro 2012 na CP).

Os membros da comunidade que participam na elaboração do CMI sentem uma identificação notável por o projetor. Moer, envasar e etiquetar um frasco do café resulta para eles um grande orgulho. Em diferentes ocasiões repetiam enquanto ajudava-lhes em alguma tarefa que cada tampa fechada era uma “vitória para a comunidade”. A ação lembrava-lhes que ainda estavam ali com a possibilidade de continuar criando. Quando chegam os fardos como grão, um dos trabalhadores os leva até um lado da moedora e durante o dia os vazia dentro da maquinaria. Quando sai o café, tem que ser rapidamente colocado no frasco, recolhendo o justo; seguido o frasco passa a outra bandeja. Outra pessoa, toma o frasco, o pesa e adiciona o preciso para completar 310 gramas. Logo, outra pessoa, coloca as tampas, outra as etiquetas e outra, os fecha e os coloca em caixas. Também são envasados alguns frascos com café em grão para os clientes que tem sua própria maquinaria de moer em casa.

Os colaboradores diretos do CMI são um grupo de idosos que levam participando na organização desde os começos. Utilizam a oportunidades semanal para adquirir um modesto ingresso adicional e para se manterem “úteis, saudáveis e fazendo algo por o Pueblo”. Isto último, foi me dito por alguns deles, mas também o pode presenciar na forma ativa da participação não só nas atividades do CMI, mas na presença de outros trabalhos, atividades, lutas e celebrações. O café começou a ser vendido na biblioteca Eugenio Maria de Hostos durante as tardes e ainda continua se vendendo ali, só que agora o CMI tem sua própria lojinha, onde também são vendidos produtos de artesãos e

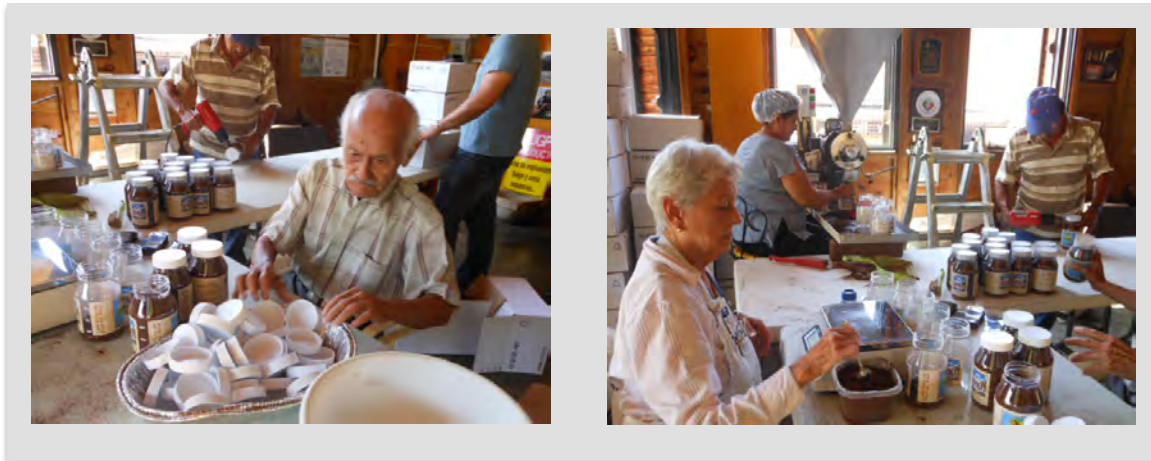
artistas locais. Após cumprir 30 anos no magistério, Tinti aposentou-se a finais da década do '90. Para esta etapa da sua vida tinha um plano. Reforçar a base econômica da CP. O novo espaço é periodicamente abastecido de artesanatos produzidos localmente como os santos talhados em madeira, representações dos reis, símbolos indígenas e da fauna local com materiais locais. Também há livros de autores portoriquenhos, joalheria, artigos do lar e decorativos. Tinti se dedica a procurar e estabelecer contatos com artesãos em atividades e festivais, especialmente os da zona rural. Para ela, não é questão de “ganhar muito”. O importante é oferecer um preço razoável, para que o produto a pequena escala possa ser vendidos, se “mover” e por tanto, possa continuar sua produção. Os visitantes da casa e dos bosques não só contribuem de formas econômicas. O espaço da casa permite outro tipo de trocas.

Aquí se le explica a la gente lo que es la artesanía, de qué está hecha, cuál es el artesano. Esto sirve de escuela y para organizar gente en el proyecto. Cumple varios propósitos no solamente el económico. (Ibid.)

O projeto CMI e a loja são a base econômica da CP. São a fonte principal de ingressos para a produção de atividades e manutenção dos outros projetos. Na conceituação dos que trabalham ali, a maioria mulheres, é uma oportunidade única para estabelecer vínculos com o visitante. A estes ingressos (econômicos e humanos), o seguem os donativos das redes de apoio e as entradas sugeridas nas visitas. Em última instância, o projeto da CP gera mais de uma dúzia de empregos.



1.5 Um dos primeiros frascos do *Café Madre Isla*. Jehyra M. Asencio Yace, 2012.



1.6 Don Pietri, Doña Aida, Doña Olga, Don Papo e José González no moído e envasamento do café. Jehyra M. Asencio Yace, 2012.

O nome do café e da finca nos transportam à visão filosófico-política inspirada em figuras notórias como a dos Hostos e a apropriação de certos conceitos para acomodar-lhes na realidade vivida pelos membros da CP em sua luta. Primeiro, para salvar sua própria *pátria geográfica*, seus lares, suas famílias e seu modo de vida; e depois, para se inserir no manejo dos recursos que de uma forma ou outra entenderam que pertenciam-lhes, não para serem destruídos, se não para serem protegidos. Com esta ideia em mente, levam mais de três décadas desenvolvendo projetos para alcançá-lo.

O espaço da casa sempre teve razões para estar enchido de pessoas. Para começar, serve como lugar alternativo de recreio para crianças e jovens, um elemento escasso na região rural. Desde os começos, mestres de diversas disciplinas e artes colaboram na CP em projetos dirigidos á população geral. Uma mesa de madeira comprida com suas quatro cadeiras e livreiros (especializados e catalogados na historia, literatura e geografia de Puerto Rico; enciclopédias e literatura Latinoamericana e Caribenha) tem servido como referência principal aos milhares de alunos que tem passado pela biblioteca com o passar dos anos. Ainda com o novos “avanços tecnológicos”, poucos tem acesso a computador ou internet. Os pais levam os filhos para fazerem as tarefas de casa porque na escola ou algum conhecido informou-lhes que na CP “era bom para pegar informações”.

Anteriormente este espaço era o único no Pueblo que ficava aberto até o fim da tarde. Também tinham uma exposição permanente com dezenas de recortes de artigos de jornais, imagens e objetos referentes ao período da luta contra a exploração mineira e ampla história do grupo. Agora existe uma mistura de exposição permanente-rotante já que ela muda quando mudam os projetos e histórias.

Os percursos históricos surgiram precisamente com a necessidade de processar tantas informações e para que elas ante tudo, pudessem chegar ao máximo número de público possível, em especial, os visitantes que aumentam a cada ano. O viveiro de borboletas foi ideado e construído por um artista plástico boricua residente em San Francisco, California, antigo colaborador da rede de apoio. Como muitos outros projetos, também foi se integrado ao percurso e adiciona um espaço adicional para o desfrute e processo de aprendizagem. Ao lado do viveiro há uma estação onde o guia explica o mistério da metamorfose.

Num caixote de madeira com janelas de tela metálica há um vaso com a planta *calotropis*. Ela e suas folhas servem de alimento e lugar de depósito de pequenos minúsculos ovinhos brancos que pronto se convertem em larvas. As larvas ao par de dias começam a comer ferozmente, às vezes até brigam entre elas e depois, nas tardes com o calor, ficam imóveis acima das folhas. Numa semana fazem uma peregrinação até o teto do caixote. Ali se colam, pendural e expelem um líquido verde. Em horas, fica formada uma “crisálida” de tom verde brilhante e sedoso. Quatro ou cinco dias depois a crisálida torna-se preta até que as cores e figura da borboleta ficam evidentes. Quando nasce, a borboleta fica molhada e enrugada e aos poucos fica solta e limpa. Finalmente, se estica e agita suas asas, pronta para começar sua vida de borboleta Monarca. Com o néctar de plantas específicas vai se procriando, enquanto poliniza e serve como um grande indicador de um ambiente saudável e não contaminado.

Todo este processo é visto por os milhares de visitantes anuais e o impacto que tem esta pequena demonstração tanto quanto nas crianças como nos adultos é incrível. Muitos tem “medo” de tocar as larvas e lembram como antes “tinha muitas nas áreas urbanas e agora são difíceis de encontrar”. As vezes o impacto vem graças ao guia do percurso. Pode ser na verdade, qualquer membro ou colaborador da organização, que fica

a cargo de atender um grupo de vinte pessoas que chega de forma inesperada às portas da CP. Incluso, as crianças e filhos mais pequenos adoram fazer este “trabalho”.

Este conjunto de programas serviram e servem para a toma do poder geral da população, estimulando possibilidades de participação e gestão cidadã, mas também no que diz respeito ao oferecimento de serviços, principalmente os educativos e de comunicação. A temporalidade da comunidade nunca será a temporalidade das instituições e muito menos das corporações. Para estas últimos, todo vale, se a questão é fazer dinheiro mediante a exploração de recursos alheios. Para a temporalidade política no país, todo é questão de qual partido esta no poder em determinado momento. Pelo contrário, para os membros de organização comunitária da CP, o direito à terra, à emergência do presente e as gerações futuras estavam todas na mesma equação.

Diferentemente de outros grupos e organizações, na região central à exploração mineira ainda não era uma realidade total. Houve um aproveitamento do tempo, no sentido pedagógico. Ante o medo de serem acusados de subversivos por parte dos camponeses e ante a repressão oficial por serem considerados assim, a resposta foi procurar outras formas de participação política. As numerosas conferências e visitas aos bairros para explicar e informar sobre o tema da exploração foi uma estratégia. Porém, foi na inclusão dos mais jovens e idosos que a organização começou a ter um progresso em termos do seu reconhecimento.

A suspensão temporário do projeto mineiro e aquisição das terras por parte do governo foi um primeiro passo importante. Neste momento, já para fins da década do 1980, as preocupações e necessidades da organização se transformaram. Seus membros eram voluntários e todos tinham seus empregos e famílias que manter. A questão da autonomia, sobretudo no âmbito econômico se apresentou como fator fundamental para continuar os trabalhos que agora procuravam a integração da comunidade. Todos estes elementos nos oferecem um panorama amplo sobre a época e nos sugerem como estas organizações como CP não eram somente “grupos em favor do ambiente”. Como veremos mais adiante, o tratar e propor a “conservação” de determinado território ou espaço, não esta se tratando exclusivamente da questão ambiental.

Existe uma crítica explícita e aberta aos modelos de desenvolvimento econômico falidos, assim como uma resistência à degradação da qualidade do entorno, da saúde e da própria vida social dos atores. Enquanto a ameaça da exploração ficou silenciosa, mais pessoas e diversos grupos se adicionaram à causa da CP. O formato inclusivo de suas atividades manifestavam um claro reconhecimento da necessidade de tomar outros caminhos políticos na busca de um melhor futuro. As redes entre comunidades e grupos de outros pontos da ilha se expandiram. Logo começariam a ter mais exposição e interconexão global com as novas discussões internacionais sobre o desenvolvimento sustentável e a “onda verde” (DOMÍNGUEZ, 2008).

O fim do estado benfeitor nos anos ‘90, como veremos no próximo capítulo, criou condições sem precedentes para exercer a autonomia ganhada e para que os movimentos sociais em Porto Rico ganhassem mais reconhecimento e menos criminalização. Houve uma evolução na visão da organização. Agora surgiam problemas em torno as formas de gerar economia local que tomassem em consideração a não-exploração ou degradação dos recursos.

Capítulo 3

Rotas para a autogestão comunitária



1.7 Rótulo de entrada ao mirante do *Bosque del Pueblo*. Jehyra M. Asencio Yace, 2012.

A criação da reserva florestal “Bosque del Pueblo”

Quando a corporação *Southern Gold Resources* assina um novo contrato com o governo de Porto Rico no 1992, os membros da CP tiveram que novamente focar seus esforços para o conflito da exploração mineira. Já não era mais a mesma organização que se tinha formado na década anterior, agora tinham um base sólida e organizada e melhores meios económicos. Desta vez, as campanhas foram intensas, as evidências científicas levantadas e discutidas em fóruns públicos de forma rápida, o que de certa forma estimulou os meios de comunicação. A pressão foi tão forte e bem sustentada que os principais jornais cobriram a diário o conflito desde a óptica comunitária, pela primeira vez. Foi organizado o “*Foro del Pueblo*” que teve a função de vista pública na qual participaram o Secretário do *Departamento de Recursos Naturales* (DRNA), diversos membros da comunidade, pessoas do mundo académico e também crianças das escolas públicas locais. Chegaram preparados, articulados e com muitas perguntas. A partir destas reuniões foi se formulando a possibilidades de que as terras fossem declaradas uma reserva natural mas com a condição de que pudessem ser manejadas pela comunidade, neste caso a organização da CP. Uma das conquistas mais visíveis daquela reunião foi o fato de que o prefeito de Adjuntas, pertencente ao PNP, até aquela momento a favor da exploração, decidiu se declarar contra. Foram os mais jovens os que explicaram para o prefeito as consequências possíveis da exploração mineira a céu aberto perto de suas casas e acima dos recursos do bosque, como as águas. Este primeiro vínculo com um ator político governamental, se deu num contexto onde as partes se trataram de “iguais a iguais”. Os diferentes pontos de vista ideológicos em torno a relação colonial do país e as preferências partidárias não foram obstáculo para discutir a proposta da comunidades. O governador Pedro Rosselló, do PNP, que como discutimos no primeiro capítulo teve uma “aproximação” maior, pela primeira vez aos grupos e organizações que antes foram consideradas exclusivamente subversivas ou ambientalistas, se interessou pessoalmente pelo conflito.

Para Johanna Delgado Acevedo, membro da organização desde a adolescência e participante do foro como aluna do ensino médio, este momento foi fundamental na sua vida:

Primero porque fue una lucha sin las redes sociales, no había *Facebook*, no había *twitter*. Fue una lucha en los '80 y '90 cuando existía un discrimen y una represión muy fuerte hacia CP. Todavía existe pero para aquel entonces era bien fuerte. Se estableció una política pública, porque se provoca que exista una ley en contra de la explotación minera, eso no lo había hecho nadie en PR. Se hablaban de propuestas. En aquel entonces fue que comenzó la onda verde en PR y en el mundo y habían muchas protestas en todas partes, había antecedentes, como Villa Sin Miedo, que no era necesariamente lucha ambiental, pero era social, era para rescatar terrenos.

Estaba la lucha de Vieques, había una comunidad llena de mercurio, fueron luchas que la gente sufrió mucho. La persecución, yo no la viví como la vivieron otros que estaban antes que yo. Yo he vivido algunas cosas, pero no todo eso que vivieron los que estaban antes que yo.

Para mí el Bosque del Pueblo es como la máxima expresión de lo que una comunidad puede hacer por la protección, no solamente de los recursos naturales, si no de los recursos de la historia, cultura y los recursos de la gente también. Porque se protegió todo eso ahí. Ahora esta reflejado en un bosque y esa es la manera en que se manifiesta, pero ahí estaba envuelta toda la patria geográfica, con todo lo que eso conlleva.

As atividades participativas não cessaram. Foi organizada na escola de ensino médio do município uma “Conferência de Imprensa desde o Céu”. Os jornalistas foram convocados a que levassem seus helicópteros e quase um milhar de alunos escreveram com seus corpos *No a las Minas*. Depois, continuaram a celebrar o natalício de Hostos e o Dia da Bandeira Portorriquenha. Foram realizadas festas, shows de música, palestras e mais apresentações sobre o tema nas escolas e universidades. Todas foram amplamente cobertas pela imprensa²⁹.

²⁹ Existe na CP um valioso arquivo com numerosos documentos, reportagens e outras artigos que ainda aguardam para serem organizados e sistematizados como parte do projeto da Biblioteca Eugenio María de Hostos.

DNR Grants Gold and Copper Exploration Permit

Southern Gold Resources (USA) Inc. will begin to exclusively explore for copper, gold and related minerals in an area approximately ten (10) kilometers south of Utuado and five (5) kilometers east of Adjuntas under a permit granted by the Department of Natural Resources on October 5, 1992. The exploration work is commencing this week, following consultation with the DNR and the issuance of other required permits.

Southern Gold's initial exploration program at the Cala Abajo deposit will consist of nine 3-inch diameter test holes to verify the grade and metallurgical characteristics of copper and gold minerals in the program exploration area. The results of the initial program will be used to assess the economic viability of developing the Cala Abajo deposit. The Company will also undertake an environmental assessment of the permit area through its Puerto Rican consultants, Caribbean Architects and Engineers.

Southern Gold Resources (USA) Inc., a private U.S. company, whose principal shareholders include American, Canadian and British investors, developed interest in the Puerto Rican deposits in late 1991 and undertook initial technical investigations and negotiations with Government authorities early the following year. The Company focused its efforts on the Cala Abajo deposit located within the municipalities of Utuado and Adjuntas in the lightly populated mountainous region of west central Puerto Rico.

Partners of the Company include Southern Gold Resources Ltd., a Canadian mineral resource investment company, USMX, Inc., a fully integrated, mineral resource company based in Denver, Colorado, U.K. based Brancote Holdings plc, a mineral investment company, and John Prochnau, a consulting geologist based in Reno, Nevada and Managing Director of Brancote Holdings.

Southern Gold Resources Ltd. President, Alan Savage, informed that Southern Gold (USA) Inc. would like to emerge as an independent public company, domiciled in Puerto Rico, reporting to a board of directors with strong Puerto Rican involvement, with a long term commitment to produce minerals to the benefit of its shareholders and the people of Puerto Rico. Company plans include maximizing the hiring of local personnel.

Partner USMX, Inc. is known for its commitment to responsible environmental practices. In this regard, Federal Government agencies have acknowledged their efforts. In 1992, the Company received the State of Nevada Governor's Award for "Excellence in Mine Reclamation" made jointly by State, Bureau of Land Management and U.S.D.A. Forest Service. The same attention to environmental controls will be implemented at Cala Abajo.

Company spokesman stated that as Southern Gold's exploration project develops in the Adjuntas - Utuado area, the Company will continue providing information regarding its evolution.

1.8 Publicidade da companhia mineira *Southern Gold Resources*, 1992. Arquivo de Casa Pueblo.

Após a derrogação da Lei # 9 de Minas (que data desde o 1933), a próxima etapa consistiu numa campanha para que a zona mineira fosse declarada uma reserva florestal. A proposta para o *Bosque del Pueblo*, uma das conquistas pilares do grupo, se deu graças a uma luta comunitária de 15 longos anos,- pela conservação do meio ambiente e a integridade social. É um dos eventos mais significativos para os atuais membros em questões simbólicas. É a etapa desde onde evoluciona o discurso do “protesto ao discurso de proposta”. Nela, foram conseguidas novas políticas públicas nacionais e é quando desenvolvem pela primeira vez o conceito de autogestão de forma plena.

Novamente os processos deliberativos juntados às novas experiências permitiram uma proposta alternativa novel: as organizações comunitárias tinham toda a capacidade precisa para propor políticas públicas, em especial as relativas à proteção de seus territórios. Com a ajuda de setores acadêmicos, a própria organização desenhou um plano de uso para estes terrenos. Era questão de promover alternativas concretas, específicas e fatíveis. De muitas formas, ao igual que nas outras etapas e projetos, o processo foi lento. Porém, com a persistência, os argumentos levantados e o reconhecimento que ia-se consolidando, conseguiram subverter a ordem das coisas.

Depois de muitos encontros com as autoridades e as agencias de governo, como a DRNA, o dia 19 de junho 1995, foi apresentada ante o Senado de Porto Rico o Projeto de Lei 1171, que proibiu a exploração mineira a céu aberto no país. Os prefeitos dos municípios de Adjuntas, Jayuya, Utuado; o Secretário de Governação e o Secretário do DRNA, assinaram a petição para que a lei fosse aprovada:

No obstante lo anterior, se prohíbe la explotación de minerales metálicos diseminados en la roca en Puerto Rico como actividad comercial si la tecnología a usar altera significativamente las características naturales existentes en la zona minera como lo harían las técnicas de “cielo abierto” (“open pit”) y de minería por descortezamiento (“strip mining”).

Em dita lei se explicita que desde os inícios do século 20 foi política pública a promoção, exploração, desenvolvimento e utilização dos recursos minerais. São citadas numerosas leis das décadas entre o 1950 e 1970 onde o governo era exigido de “fomentar

a exploração mineira em todo o país”, ficando estabelecido que deviam realizar todos os esforços possíveis para “garantir que novas indústrias se estabeleceram para aproveitar os recursos primos para conseguir uma atividades industrial mais intensa e com maior rendimento econômico”. Porém, assinalavam uma contradição, que as “normas e regulamentos relativos à qualidade do ambiente não seriam objetos de negociação em nenhuma transação ou contrato sobre a exploração”. Citamos mais extensamente:

...La base fundamental del problema en la explotación minera lo crea el tipo de yacimiento conocido como "pórfido cúprido". Estos yacimientos consisten en minerales de cobre que se encuentran asociados con otros minerales y diseminados en la roca. La definición de diseminado es el estado de distribución irregular de una o varias sustancias de minerales dispersas en la roca. El porcentaje de mineral a recuperarse es generalmente menor al uno (1) por ciento de toda la roca extraída. Por lo tanto, genera un 99 por ciento de desperdicios o desechos rocosos. Este inmenso volumen de desechos requiere grandes áreas para su disposición como lo son lagos de colas. El agua de los lagos de colas podría ser la fuente principal de la contaminación si las aguas retornan al medio ambiente sin tratamiento. Una excavación de esta inmensa cantidad de material deja en el terreno un gran hueco que se tiene que restaurar o rehabilitar. Por lo tanto, es la tecnología a cielo abierto la que extrae, mueve, trata y dispone de inmensas cantidades de desechos rocosos, la que causa el problema potencial de contaminación ambiental...

...Es de público conocimiento que la otorgación del actual permiso de la exploración minera fue otorgado el 5 de octubre de 1992, bajo la actual Ley de Minas. De no enmendarse ésta así como la política pública, seguirán permitiéndose este tipo de permisos en áreas ambientalmente sensitivas. Tenemos la responsabilidad constitucional de legislar y aclarar las políticas públicas de leyes que no están a tenor con nuestras realidades como pueblo, para establecer un clima de tranquilidad para nuestra sociedad.... (Ley #)

Finalmente, o medo dos membros das comunidades da área montanhosa foi respeitado como real ante a ameaça da destruição total da sua região. Porém, os processos nunca foram simples. Se começou a tornar evidente para os atores da CP que muitas das pessoas que participaram na campanha contra a exploração não sentiam a mesma motivação para impulsar uma política florestal comunitária. Havia que elaborar uma proposta que tivesse uma linguagem científica mas que ao mesmo tempo tivesse uma

abordagem social que fosse entendível para os próprios membros da organização. As justificativas foram baseadas no próprio valor das terras, a sua localização entre outras reservas florestais (o que formava já de por si um corredor biológico) e pela importância de proteger as nascentes das fontes de água. Mas, o mais difícil para CP nesta etapa foi desenhar a estratégia para implementar a proposta.

Propor a gestão de um bosque era uma responsabilidade que alcançaria múltiplos níveis. Ao nível local e comunitário, mas também o nacional e incluso internacional. A cultura de propor ações positivas precisava de maior prática, entendimento e desenvolvimento. Uma coisa era se opor a um projeto destrutivo, outra era criar desde abaixo um projeto alternativo. Criar um modelo para o manejo comunitário do bosque requeria iniciativa individual, manejo coletivo e democracia participativa. CP devia colaborar e negociar com as instituições de poder a sua participação. As lideranças tiveram que se adaptar para permitir o desenvolvimento de novos gestores com os quais pudessem realizar o plano desejado. Para lograr todas estas metas foram essenciais a ação voluntaria e a diversidade dos conhecimentos que formavam aos membros da organização (MASSOL et.al., 2008, p.1-16).

Mais uma vez era preciso voltar as estratégias que tinham funcionado nas etapas anteriores: cerimônias de plantio de árvores, apresentações culturais, a reativação das redes, assinaturas coletivas, petições e até uma campanha com cartões postais que pediam *Bosque Sí*. Esta última foi tão efetiva que um dia ligaram à CP desde o DRNA, pedindo que por favor “deixaram de enviar tantas postais”. Mas, CP não estava enviando os cartões, se não, as redes e grupos que os apoiavam desde a ilha e fora (Deyá, 2012).

Uma das atividades mais lembradas por membros da organização na atualidade é a “Assembleia de Crianças” celebrada no 1995. Professores das escolas públicas do Pueblo participavam junto a seus grupos em oficinas sobre os bosques tropicais e a proposta comunitária para a criação da reserva florestal. Estes propuseram a um grupo de 50 meninos e meninas, com a aprovação de seus pais, que eles mesmos organizassem uma assembleia para deliberar sobre a proposta de que CP manejasse o bosque. Para surpresa dos organizadores a casa se “encheu” e chegaram sobre 200 crianças e suas famílias. Dividiram a atividade “por temas” e um deles era o nome para o bosque. Não houve para a criança da melhor nome que o *Bosque del Pueblo* e assim o assinaram na sua

proclama. Após meses de o projeto ficar em suspenso, o Secretário do DRNA aceitou num programa radial avaliar a proposta e incluir representantes da CP no processo.

Após ganhar o apoio de atores chaves dentro das agências governamentais e de “vencer a inercia do governo” foi recomendado ao governador estabelecer uma nova reserva florestal e assim, sancionou no dia 23 de setembro de 1996 a lei que proclamou o bosque. Segundo os atores desta gesta, após a designação se enfrentaram a maior desafio de todo o processo: *“convencer al gobierno de darle a una organización comunitaria un papel formal en el manejo comunitario de un patrimonio nacional, por primera vez en la historia del país”*. A Lei de Bosques de Puerto Rico (#133 assinada o 1^o de julho 1975) estabelece a política pública para a administração e o manejo de reservas naturais.

“Una organización que tuviera el deseo de asumir la responsabilidad de gestionar una reserva forestal, tendría entonces que demostrar su capacidad de proteger y en donde necesario rehabilitar, el bosque; construir las instalaciones y proveer los servicios para facilitar los usos apropiados; llevar un monitoreo de los impactos e implementar las medidas para mitigar los negativos; controlar el uso y hacer cumplir el reglamento. La disposición del gobierno para siquiera considerar esta nueva modalidad de asociación, provino de sus bien conocidas limitaciones financieras, como también de la baja prioridad que le asignaba a la gestión de los bosques estatales. Casa Pueblo le había abierto la puerta a la gestión comunitaria cuando insistió en una cláusula en el documento que creaba el bosque que obligaba a establecer un consejo administrativo que incluyera a miembros de los grupos comunitarios interesados. Esto llevó a un difícil proceso de negociación sobre los términos de acuerdo de cogestión” (MASSOL et.al, 2008, p.16).

A administração de um território coletivo por uma organização comunitária, neste caso o bosque, nunca tinha sido discutido nas esferas do poder. O processo formal para que as autoridades estabelecessem um plano, novamente, se deu num contexto de muita luta e negociação. Finalmente em dezembro 1996, se realizou uma cerimônia na praça de Adjuntas, onde 150 residentes aceitaram serem membros do conselho de manejo comunitário do bosque. Seguido, surgiram gigantescas tarefas.

Uma das primeiras atividades realizadas foi o resgate de um parque cerimonial indígenas pré-colombiano. Durante os experimentos levados a cabo pelas companhias

mineiras na zona do agora *Bosque del Pueblo*, haviam achado um *batey*, um tipo de praça que tem sido encontradas ao redor de dezenas de assentamentos originários. Estas praças estão geralmente formadas por pedras retangulares com símbolos gravados e sua extensão pode variar. Seu uso cerimonial tem sido amplamente debatido já que perto deles são sempre achados cemitérios e numerosas ferramentas e envases (FEWKES, 2009, p.17-21). O *batey* encontrado na jazida arqueológica em Calá Abajo no município de Adjuntas (uma das minas de ouro) foi enviado pelas companhias à Universidade Católica de Ponce para ser exposta no museu e para ser estudada (fato que nunca aconteceu). Quando o bosque foi nomeado e CP passou a ser a gestora principal, solicitaram a universidade devolução dos objetos encontrados na praça. Na atualidade os percursos pelas veredas interpretativas do bosque culminam no *batey*. Ali se reconhece o valor arqueológico do lugar, a resistência que apresenta o resgate do mesmo e o caráter espiritual-sagrado da terra.

Após esta atividade simbólica para fins dos anos '90, foi preciso colocar em ação um plano para o resgate ecológico da área para garantir sua recuperação a causa das explorações iniciais que já tinham causado grandes estragos ambientais na zona. “*La deforestación, las excavaciones, los túneles y una gran red de perforaciones de hasta 650 metros de profundidad, habían desequilibrado la ecología, contaminando las fuentes de agua y alterando la biodiversidad*” (MASSOL et.al., 2006, p.5). Ainda hoje é possível ver os efeitos da remoção do “top soil” no lugar.



1.9 Fotografia aérea da Zona *Calá Abajo* (depósito de oro e cobre) no *Bosque del Pueblo*. 1995. Arquivo de Casa Pueblo.

A pesar de levar 32 anos sem exploração, parte da terra continua “pelada”, ou seja, sem a vegetação densa característica da zona. Descobriram que a única forma de proteger verdadeiramente a terra, era pela via do manejo comunitário. Foi construído um centro para visitantes, se delimitaram as áreas para o recreio e se criou um sistema de caminhos interpretativos. Por outro lado, o DRNA não cumpriu sua parte do acordo. Os “guardabosques”, a seguridade e outros recursos para começar a implementação do programa de manejo não foram seguidos pela agência. Ao cabo de vários meses, CP, interpelou ante às devidas autoridades pedindo que lhes fosse concedido a responsabilidade total para o manejo. Conseguido isto, passaram a receber uma contribuição regular por parte do governo que logo seria suspendida sem aviso prévio. Até o momento de nossa pesquisa, os pagos continuavam congelados há quatro anos por razões muito estranhas que logo conseguiremos compreender melhor. Para resumir, os programas implementados com êxito no bosque tem sido os seguintes:

- 1) servicios ambientales y educativos: mediante alianzas con profesores y científicos se ejecutan diversos proyectos de investigación y monitoreo,

a la vez que esto proporciona oportunidades de formación a estudiantes y voluntarios y; 2) servicios para el público general: el bosque recibe anualmente miles de visitantes quiénes son guiados por voluntarios intérpretes, en su mayoría jóvenes de Adjuntas que se encargan de la caminata y de ofrecer la información histórica y ecológica del lugar, también es utilizado el anfiteatro al aire libre construido al lado del centro para visitantes³⁰.

No início a ideia de propor manejar o bosque parecia-lhe impossível a Tinti, por esta razão decidiu “se lançar completamente” na missão. Para ela, não ter esperanças em determinado momento, não significa que a luta não seja digna ou que não deva se realizar. Muitas vezes, armadilhas foram-lhes tendidas, mas, segundo a gestora principal do projeto, enquanto as coisas sucediam lentamente, foram conseguindo toda a informação que precisavam: documentos, mapas e todos os elementos necessários para a proposta. Quando os representantes governamentais assinalavam que precisavam tal coisa, eles a entregavam de imediato e os “encurralaram”. Mas, para ela, aconteceu mais uma coisa:

Es que teníamos una meta. No es la cogemos a la buena de Dios. Una cosa que ha hecho este proyecto es promover un empuje. No se deja para mañana nada, si se puede hacer ahora, ahora mismo lo vamos hacer...Fue un proceso de 3 años, igual que con el gasoducto, del día a día. Hay organizaciones que logran su meta y se desintegran y cada cual coge por su lado. La idea de esto era seguir con el proyecto y demostrar que las comunidades están capacitadas para manejar bosques y manejar lo que sea. Pero tiene que ser así, con constancia, con tesón, con conocimiento, con pruebas de lo que se esta reclamando es justo y razonable. No se puede ser caprichoso.

De forma ideal, en el bosque nunca se debería resucitar la minería. Porque hay gente que esta consciente sobre ese pedazo de tierra que tiene una historia tan bonita y lo van a defender. No van permitir ningún tipo de actividad de esa clase. Y como son miles y miles los que lo han visitado y que conocen esta historia, no lo pueden permitir. La gente tiene que visitarlo y verlo, porque te coges la mayor parte de los bosques y la gente van por su cuenta y a pasear, no se van con un conocimiento, con una mística en el corazón. PR tiene muchísimos recursos y posibilidades de desarrollo sustentable, protegido, haciendo que la gente se emocione. Algo que nos hace tanta falta (la emoción), veo ese lugar así. Hay una cosa que le dices a la gente indirectamente: la historia no se puede olvidar. Es como una forma de tu recordarle a la gente. (Deyá, 2012).

³⁰ Notas dos cadernos de campo, Julho 2012.

Para seu esposo, padre dos seus quatro filhos e co-fundador da CP, Don Alexis, o Bosque Pueblo tem outro significado muito especial:

Para mi es verdaderamente un altar de la patria, es tierra liberada. No hemos podido liberar a Puerto Rico, pero liberamos al Bosque del Pueblo, liberamos una tierra, es sagrada, libre, un altar, un lugar salvado. ¿Tú sabes lo que es salvar un canto de tu patria que la quieran destruir?. Es una hito en la historia de Puerto Rico, todavía no se ha entendido, pero es un hito que tiene una envergadura y una enseñanza para rescatar al país completo. Significa esa posibilidad. Entre todos y transformarla. Un canto de tierra en un altar, donde hay un bosque modelo. A nivel internacional, reconocido su manejo, el manejo comunitario ya tenemos una carta de la Red Mundial de Bosques Modelo felicitando y dicen que lo deben imitar en el mundo entero, lo que pasa es que aquí no lo vemos.

Porque entre otras cosas el mismo colonialismo, impide divulgar, enaltecer y que se pueda sentir orgullo por eso, eso queda apagado, seguimos nosotros a través de la radio, los grupos que nos visitan aquí, las escuelas, el Julián Chiví, se hace el trabajo a mano. Ellos debían hacer un momento, un reconocimiento pero realmente es tierra liberada por una comunidad y ahora gobernada por ella (MASSOL, 2013).

Políticas públicas “desde abaixo”

Logo que começaram os árduos trabalhos e as novas tarefas com a reserva florestal surgiram novos problemas e obstáculos a resolver. O manejo do bosque impulsou-lhes a repensar os problemas das políticas públicas para a conservação em termos mais holísticos. Por um lado, o esforço e sacrifício tinha rendido frutos além do esperado. Foi protegida toda a zona central da mineração e se criou um espaço com autossuficiência económica que permitia a organização em comunidade para a defesa dos direitos e identidade. Por outro lado, sabiam que a proteção de um reduzido segmento de bosque na montanha não basta para assegurar a biodiversidade e que cada vez mais deveriam se focar de forma mais holística ao assuntos, sobretudo, das bacias hidrográficas.

Um bosque é geralmente definido como uma comunidade de plantas nas que predominam as árvores e outras plantas lenhosas que crescem mais ou menos cerca uns dos outros (WADSWORTH, 2000). No mapa topográfico de Porto Rico podemos observar como a maioria da ilha, a exceção das áreas urbanas densamente povoadas poderiam ser consideradas como florestadas. Os recursos que encontramos nestes segmentos e corredores de bosques constituem um capital genético que pode ser utilizado e preservado de diversas formas sustentáveis. Os lugares servem de laboratórios para estudos e pesquisas. Chegar a conhecer todas as espécies, por donde transitam, seus comportamentos e possíveis benefícios é essencial. Tais conhecimentos tem se perdido com a transição do modo de vida de subsistência ao modo de vida de consumo. Os bosques também servem como amortecedores “gigantes e resistentes” que reduzem os extremos ambientais, e que, dentro de certos limites, compensam o dano causado pelas intervenções humanas (Departamento de Agricultura e Serviço Florestal dos EUA, 1992).

Um dos argumentos principais para a proposta de manejo do Bosque do Pueblo foi a necessidade de contar com uma serie de reservas ao longo da cordilheira central da ilha. Isto, de modo a estabelecer corredores biológicos que promoveram o fluxo genético da flora e fauna, e uma proteção mais efetiva para as bacias que servem os principais centros populacionais (MASSOL et.al., 2006, p.21). Argumentaram pela necessidade de conservar os terrenos tanto quanto os públicos como os privados que conectavam as seis reservas florestais existentes na zona central. Também pensavam que era preciso receber reconhecimento internacional para o bosque para garantir sua conservação no futuro.

CP decide lançar uma campanha para conseguir fundos que permitiram-lhe comprar uma parte do corredor, localizada entre o Bosque do Pueblo e a outra reserva estatal florestal do município de Adjuntas, o Bosque Guilarte. A área esta localizada no setor La Olímpia e embora seja de tamanho reduzido (60 hectares), inclui vestígios de bosque chuvoso primário, é a cabeceira do Rio Grande de Arecibo e é o hábitat de ao menos duas espécies em perigo de extinção endêmicas à ilha, o Falcão da Serra e o Guaraguao de Bosque. Pouco a pouco, porta se foram abrindo para a evolução da prática sobre a conservação e o manejo da terra por parte de uma organização comunitária. As iniciativas do grupo e de outras organizações comunitárias que agora também pretendiam manejar outras reservas, provocaram que a Legislatura de Porto Rico aprovasse a Lei #14

do 9 de janeiro 1999, conhecida como a *Ley Unificadora de los Bosques Estatales de Maricao, Susúa, Toro Negro, Guilarte y Pueblo de Adjuntas*. O documento ordenava ao DRNA identificar terrenos entre os bosques para unir-lhes, delimitando as zonas de amortecimento e determinou a forma em que poderiam ser adquiridos e conservados tais terrenos. A lei ficou “morta” devido a que só definia a intenção de estabelecer conectividade entre os bosques sem especificar planos de manejo ou estratégias. No entanto, esta última ação junto com outras que foram realizadas impulsionou uma onda de campanhas para a conservação de terrenos por parte de outras organizações comunitárias. Alguns exemplos de reservas naturais designadas no ano 1999 são: o *Bosque San Patricio* (urbano) na zona metropolitana, *Bosque Monte Choca* em Corozal, *Tres Picachos* em Jayuya, *Reserva Natural Caño Tiburones* em Arecibo, *Caborrojeños Pro-Saúde e Ambiente*, *Reserva Punta Tuna* pelo Comité Pro-Bom Ambiente em Maunabo, *Reserva Cucharillas* em Cataño, *Corredor Ecológico do Este*, *Corredor Ecológico de San Juan* e a *Comunidade Toro Negro* em Villalba.

Novas reflexões surgem ante os fatos. O Bosque do Pueblo poderia ser nomeado como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO no seu programa Rede Mundial de Reservas da Biosfera. A UNESCO define esta rede como laboratórios de aprendizagem para o desenvolvimento sustentável:

Las reservas de biosfera constituyen sitios de excelencia donde se ponen a prueba los enfoques innovadores de desarrollo sostenible que conjugan el conocimiento científico y modalidades de gobernabilidad con miras a: reducir la pérdida de la biodiversidad; mejorar los medios de vida; favorecer las condiciones sociales, económicas y culturales para la sostenibilidad del medio ambiente³¹

O programa define com especial importância à participação das comunidades locais e as contrapartes interessadas na planificação e gestão de zonas em sua totalidade. Por outro lado, afirmam que as reservas devem procurar integrar três funções principais: conservação da biodiversidade e a diversidade cultural; desenvolvimento econômico,

31

http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/SC/pdf/sc_mab_BRList_2010_EN.pdf

social, cultural e ambientalmente sustentável e; apoio de logística à pesquisas, monitoramentos, projetos de educação ambiental e de formação. Todas estas razões parecían suficientemente razoáveis para começar a campaña, porém, resultado muito mais complicado do que foi pensado. Enquanto, continuavam os trabalhos no bosque, na casa e nas propostas para elevar a quantidade de terras na ilha, manejadas por cidadãos, já seja em caráter privado, familiar ou de organización comunitária. A continuación siguen una serie de textos e notas elaborados durante a estadia em campo, redigidas em espanhol, minha língua nativa, durante o ano 2012³².

Notas de campo: projetos de longa duração

En el año 2002, se recibe una llamada en CP donde preguntaban por Don Alexis. Por este no hablar inglés, responde Doña Tinti, su esposa, que como ya mencionamos fue maestra de inglés por 30 años en Adjuntas. Le decían que se habían ganado un premio muy importante llamado *Goldman*, pero ellos no creyeron y deciden “ir a la computadora” para corroborar la información. Luego resultó que la *National Geographic* había nominado a la organización, en específico a uno de sus fundadores. Una reportera había visitado el pueblo para publicar un artículo y se hospedó e hizo trabajo voluntario para la Casa. El Premio Goldman Environmental Prize, se concede anualmente como recompensa a defensores de la naturaleza y el medio ambiente, repartido en 6 categorías en función de la zona geográfica: África, Asia, Europa, América del Norte, América Central, América del Sur y las Naciones Insulares. Esta última categoría se creó para otorgar el premio a “Puerto Rico” debido a la oposición que hicieron los fundadores de recibirlo a nombre de los Estados Unidos (categoría América del Norte). Las nominaciones son enviadas por instituciones reconocidas a nivel mundial y un grupo confidencial de 150 “expertos ambientales” de más de 70 naciones distintas. Los ganadores son seleccionados por un jurado interno y luego de notificados participan en una gira de 10 días por las ciudades de San Francisco y Washington, D.C., para la

³² As notas de campo desta secção estarão relevadas em fundo cinzenta.

ceremonia de la premiación, conferencias y para conceder entrevistas. La “recompensa” es de \$150 mil dólares y visa proveer a sus galardonados: reconocimiento internacional para incrementar la credibilidad, visibilidad mundial para las cuestiones por las cuales luchan y soporte financiero.

Según el laudo del premio entregado a Don Alexis y CP, el establecimiento del Bosque del Pueblo es un avance ambiental significativo en Puerto Rico. Al ser la primera organización comunitaria en manejar una reserva natural estatal, han creado un nuevo modelo para la colaboración estado-comunidad. El plan para la conservación de la reserva ha provisto también un modelo para otras comunidades en el país y en el Caribe que buscan establecer reservas forestales. Para los otorgadores del premio las prácticas de sustentabilidad, la filosofía de autogestión y la autonomía económica son elementos básicos para la protección de los recursos naturales, culturales y humano.

El restante de galardonados aquel año muestra el perfil e importancia de la organización de CP a un nivel global: Pisit Chamosh (categoría Asia), residente de la Provincia de Trang en Tailandia, fundó junto con su esposa la *Yadfon Association*, logrando que el Servicio Forestal del país reconociese el primer bosque de mangle con manejo comunitario con el objetivo de unir diversas comunidades tailandesas en un plan a largo plazo para la protección de los recursos naturales, en especial el mangle, severamente destruido por la pesca de camarones a nivel industrial; Representantes de la Nación Gwich'in, localizados en territorios árticos entre Alaska y Canadá, llevan décadas luchando contra la explotación de petróleo-minera y lograron un acuerdo histórico con Canadá y los Estados Unidos para proteger su región *Artic Porcupine Caribou*; Fatima Jibrell, fundadora de una organización en Somalia que busca educar sobre la crisis ambiental y humana en su país, creando alianzas y acuerdos con líderes de clanes para el manejo de los frágiles y escasos recursos disponibles; Jean La Rose, Arahua, líder de la Asociación de los Pueblo Amerindios en Guyana, dedicada a combatir la destrucción ambiental y social que ha causado la extracción minera, principal industria del país y Jadwiga Lopata, fundadora del Centro para la Agricultura Ecológica y para el Turismo de Polonia, quien ha trabajado toda una vida también con la población rural polonesa, en su mayoría familias de pequeños agricultores, logrando crear una red de turismo ecológico

basado en las fincas familiares, obligando al estado a proteger sus intereses e incluso incluirlos en el tratado para la entrada de Polonia en la Unión Europea³³.

Con este reconocimiento se adelantaron las causas, pero también surgieron nuevas responsabilidades y problemas que atender. Esta afirmación es casi un ritual en la parte del recorrido de la Casa cuando se cruza la sala (donde están los afiches sobre la explotación minera y el BP) hacia el otro lado de la pared, que da hacia la tiendita. Allí, colocado humildemente en un pedestal de madera, descansa el *Goldman*. La escultura de bronce se llama *Ouroboros*. Según los organizadores del evento, la representación de una serpiente que se muerde su propia cola es común a muchas culturas del mundo, representando el poder de renovación de la naturaleza.

Tinti y Don Alexis embarcaron en el viaje para recibir el premio. En Washington, D.C., son invitados por el entonces Comisionado Residente, Anibal Acevedo Vilá, para visitar sus oficinas donde le entregarían un reconocimiento. Según Tinti, allí “aprovecharon, pues siempre tienen que aprovechar cada momento” y le entregaron la petición para declarar al Bosque del Pueblo, Reserva de la Biosfera de la UNESCO. El Comisionado, que luego fue gobernador en el cuatrienio 2004-2008, aceptó. Desde la capital estadounidense enviaron toda la documentación necesaria para someter el pedido a las oficinas de la red en París. La petición fue devuelta a las oficinas del Comisionado debido a que Puerto Rico no es reconocido en la UNESCO como país soberano, por lo tanto, la petición debería provenir directamente de los Estados Unidos. El sentimiento de decepción fue evidente pero decidieron cambiar su estrategia.

Decidieron re-escribir su petición y pedirle a las propias autoridades estatales que declarasen el BP como de la Reserva de la Biosfera de Puerto Rico, inspirándose en la categoría creada por el organismo internacional. Lograron que el Secretario del DRNA lo firmase, emplazándolo en un simposio. En términos simbólicos tomaron una decisión autónoma a la UNESCO, según Tinti, “por nuestros propios pantalones” (DEYÁ, 2012). Pero, sus preocupaciones e intentos por lograr que los recursos naturales de la montaña sean protegidos bajo un plan de manejo comunitario-sustentable a largo plazo, no quedaron allí. Las comunidades que luchan por sus derechos a la vida y a la tierra, de

³³ <http://www.goldmanprize.org/theprize/about>;
<http://www.goldmanprize.org/2002/islands>

forma orgánica pueden renovarse y evolucionar con el pasar del tiempo. Aunque no da mucho tiempo para explicarle a los visitantes, todas estas historias, fueron construidas lentamente, a cuentagotas, con el esfuerzo diario de muchísimas personas. Entre ellas, se fueron sumando nuevos actores y viejos actores que ahora regresaban formados, más maduros o dispuestos a colaborar de forma más directa en la organización. A su regreso del viaje por los Estados Unidos a causa del premio, los fundadores de CP, llegan reforzados por una nueva red de apoyo, así como una visión más clara de lo que pretendían.

En el 2003, con los nuevos recursos, fondos del CMI y contribuciones de individuos y pequeños comerciantes del área, logran con éxito su proyecto modelo para la conservación-manejo forestal, creando el Bosque Escuela La Olimpia. Este fue reconocido para la Ley Forestal como Bosque Auxiliar Estatal de propiedad privada. A diferencia del Bosque del Pueblo, que queda a casi una hora en carro de CP, el Bosque Olimpia queda a tan solo cinco minutos del pueblo, ofreciéndole a los miembros de la comunidad, sus redes y el público en general un taller para crear programas pilotos en las áreas de la ciencia, la economía, la salud y la propia participación comunitaria.

Un segundo componente de la estrategia fue el establecimiento de un fondo nacional para la compra y conservación de áreas críticas para la producción del agua, y áreas de alto valor ecológico. El concepto, fue presentado por Don Alexis ante la legislatura. En este caso también “aprovecharon” la oportunidad que se les había presentado. El cuerpo legislativo los invitó para recibir un “tributo” debido a la otorgación del *Goldman*. Una campaña intensa con cartas, peticiones y reuniones rindió frutos mucho más rápido que las pasadas veces. En septiembre se aprueba la Ley #268 del Fondo para la Adquisición y Conservación de Terrenos en Puerto Rico. Dice la ley:

La implantación del modelo de desarrollo económico del Estado Libre Asociado de Puerto Rico en los últimos veinticinco años ha fomentado marcadamente el desarrollo físico de los terrenos. Ante esta realidad, y como parte del impulsar un desarrollo sustentable que contribuya a mejorar la calidad de vida de todos los ciudadanos, es necesario establecer e implantar mecanismos que permitan la conservación de nuestros recursos naturales y a su vez garanticen el crecimiento de nuestro país de una manera planificada...

...La protección de terrenos de alto valor ecológico contribuyen a promover otros sectores de la economía como los son el agrícola y el turismo, ya que dicha protección permitirá la protección de nuestros preciados recursos de agua, aire y tierra que tan necesarios son para el desarrollo económico...Según datos provistos por el Departamento de Recursos Naturales y Ambientales, en Puerto Rico alrededor del 5 % del total de los terrenos se encuentran protegidos, lo cual es una cantidad mucho menor en comparación a otros países de América Latina y otras islas del Caribe. En adición, los datos más recientes han establecido que aproximadamente el 85 % de los terrenos con cubierta forestal se encuentran en manos privadas. El Estado Libre Asociado de Puerto Rico reconoce la importancia de cumplir con su responsabilidad bajo la Constitución de conservar nuestros recursos naturales. No obstante, es importante reafirmar que la conservación de terrenos y la protección del ambiente no es solo responsabilidad del gobierno, sino que la sociedad civil tiene que, asumir su rol de servir de instrumento para que se logre el compromiso de salvaguardar los recursos naturales, tan necesarios para la actividad económica, social, y ecológica en la Isla.

Una de las primeras tierras adquiridas por el fondo fueron 400 hectáreas para crear el Bosque Estatal La Olimpia, en cuya frontera están las 60 que CP ya había adquirido. La creación de esta reserva completó la primera etapa necesaria para la creación del Corredor Biológico del área central norte. La propuesta es enmendada para otorgar a la organización la responsabilidad de manejador comunitario de la reserva. La aprobación de esta ley, confirmó la exitosa evolución de Casa Pueblo, de grupo comunitario pequeño y con frecuencia marginalizado, en lucha contra una operación minera local, a un grupo con lenguaje propio, respetado, y organizado para promocionar cambios en las políticas a favor del desarrollo sostenible (MASSOL et.al., 2006, p.26).

Fue posible aprovechar el momento para implementar una tercera estrategia, que ampliaría por casi el doble, el tamaño del corredor. Decididos a hacer cumplir la Ley#14 que había sido aprobada en el 1999, miembros del Consejo de Manejo Comunitario del BP, junto con especialistas de la Escuela Graduada de Planificación de la Universidad de Puerto Rico, diseñaron un proyecto de planificación regional para toda el área central del país: *El Plan de Conservación de Áreas Sensitivas para Adjuntas y Municipios Adyacentes*. En menos de un año lograron reunir toda la documentación y digitalizar los planos. La Junta de Planificación celebró una vista pública en Adjuntas. Hubo una participación masiva y diversa: rectores de los recintos de la Universidad de Puerto Rico, representantes de los municipios envueltos y una marcha de apoyo al plan, por 400

estudiantes de las escuelas públicas de Adjuntas. La JP aprobó el plan para fines del año 2004 dicen que por el impacto que causó la manifestación, nunca habían visto una comunidad escolar rural participar de una vista pública. Con el plan fueron protegidas las cuencas hidrográficas, ríos y lagos que suplen agua potable a más de un millón y medio de habitantes. Por otro lado, creó un espacio para definir las reglas para garantizar que terrenos privados interesados protejan las áreas boscosas, los recursos hídricos, históricos y el paisaje del bosque.

La implantación de todas estas políticas públicas fueron procesos que a nuestro entender, se dieron por dos grandes razones. En primer lugar, porque hubo espacios constantes para la colaboración, discusión y revisión de las agendas. Esto no impidió que los reclamos y los objetivos principales cambiaran (proteger la tierra y su gente), por el contrario, se hicieron más fuertes con la inclusión de nuevas perspectivas y experiencias. Por un lado distinguen lo que para ellos es *comunidad*, con una visión amplia, del *estado*, que incluye las instituciones por medio de las cuales funciona el gobierno. Por el otro, en la visión de la organización, la comunidad tiene el papel y la obligación de fiscalizar el estado, y cuando sea necesario oponerse a sus acciones. Desde sus perspectivas CP no es una historia de cogestión efectiva si no una de autogestión basada en la comunidad. En segundo lugar, porque la perspectiva pedagógica y de inclusión del núcleo familiar como central para la gestión comunitaria, crea espacios alternativos (o en algunos casos totalmente nuevos) para la participación.

3.1 O Instituto Comunitario de Biodiversidade e Cultura (ICBC)

El ICBC fue un proyecto que se tornó cada vez más dedicado a la educación popular. En el edificio, rescatado por CP del asbesto, se ofrecen durante todo el año seminarios, talleres, cursos y otras modalidades de difusión de conocimiento, tanto de las áreas humanas como la de las ciencias. La Universidad de Puerto Rico, el Departamento de Educación y el *Smithsonian Institute* fueron colaboradores para reformar las facilidades e instalar un laboratorio de ciencias ambientales y el equipo técnico para el auditorio. Durante los semestres regulares de clases se reciben estudiantes de todos los niveles, ya sea en grupos con profesores o solos buscando información, o queriendo hacer

trabajo voluntario. Ya para el verano, el movimiento es mucho más intenso y pueden llegar a recibir más de un centenar de estudiantes por día. En el lugar, también aprenden sobre alternativas para la generación de energía renovable. En cooperación con la Escuela de Ingeniería de la UPR-Mayagüez, CP instaló su primer sistema de generación de energía sola por medio de paneles fotovoltaicos. En la actualidad, todas las facilidades de la casa funcionan con energía solar. Al ser Puerto Rico, un país que depende de un monopolio de generación de energía no-renovable, este modelo surge como uno completamente revolucionario en donde la organización comunitaria pasa de ser un consumidor de energía a un productor de energía. Todo esto, lo aprenden de forma más profunda los estudiantes y de forma un poco más resumida, los visitantes pasajeros.

Cruzando los dos salones principales del ICBC (laboratorio y auditorio), nos encontramos con la sala de ensayos de la Primera Escuela Comunitaria de Música de CP y Adjuntas. Allí, un joven profesor de música clásica desarrolla un programa de instrucción experimental. Son tantos los estudiantes de todas las edades que se matriculan en sus cursos (el pasado semestre llegaron al centenar), que ofrece sus clases de manera simultánea. Se forman pequeños grupos de pequeñitos, estudiantes con sus uniformes o una abuela, de esas con corazón de joven, que aprende por primera vez su sueño de tocar el violín; él, los estimula por medio de la improvisación mientras capta el nivel por donde va cada alumno. La orquesta “oficial” se reúne una vez por semana a practicar su repertorio y están constantemente requeridos por la organización y otros grupos para participar en sus actividades. Hacen recitales, grabaciones y reuniones de padres. De hecho, los padres siempre acompañan a sus hijos mientras toman las clases. Muchos vienen desde barrios fuera del pueblo y se reúnen en los espacios de la casa. Algunos, participan activamente de otras actividades o se van interesando poco a poco. Otros deciden certificarse para ser guías en el bosque, participan de la lucha contra el gasoducto y/o apoyan las participaciones de sus hijos en la organización.

Hernando Dorvillier, nació en St. Thomas, su papá es haitiano y su mamá adjunteña. Con pocos meses de vida llegó a la tierra del Gigante Dormido y vive a varias cuadras de CP. Se desarrollo cómo líder participando en las actividades de la escuela y de la organización, en especial la Asamblea de Niños que declaro el BP. En sus horas libres, cuando no está enseñándole a sus grupos, hace trabajo voluntario como guía

interpretativo de los bosques. Presenció y le acompañe varias veces en los recorridos por el BP. Juntos llevamos grupos que podían ser de hasta 50 personas. Sus recuerdos sobre aquél momento y su conocimiento sobre la explotación minera hacen con que todos los visitantes tomen emoción y respeto por las tierras que acaban de conocer. Para Hernando, participar en su comunidad local le ha formado.

CP es una escuela real, donde hay libertad para aprender y enseñar constantemente, uno escoge lo que se quiere aprender. Puedo explorar posibilidades y ver hasta donde podemos llegar. Más que un trabajo es un compromiso, es una misión. Cuando uno va a aprender algo, tiene que cambiar³⁴.

En el ICBC también hay una galería donde un profesor de artes plásticas imparte cursos de dibujo y pintura. La mayoría de los trabajos se exhiben allí mismo y tratan temas de la naturaleza y la vida rural. El maestro también ofrece recorridos por el bosque. Aunque la ganancia económica de estos trabajos sea modesta, les ofrece a estos jóvenes un sustento que de otra forma les sería imposible de conseguir, por lo menos dentro de Adjuntas. Son gestores y líderes claves dentro la organización puesto que trabajan directamente con cientos de personas al mes, ya sean residentes del pueblo o visitantes de otras partes. Podemos ir observando como se ha conseguido solucionar un problema que es común a grupos comunitarios: el cambio generacional. Suman cientos, si no miles, niños, adolescentes y jóvenes universitarios del pueblo y de la isla que han recibido alguna formación dentro del proyecto. Esto sin contar los que participaron desde muy temprano en la organización junto a sus padres, miembros de familia o como parte de los proyectos iniciales.

La gente siente que CP tendrá un impacto a largo plazo, como resultado de su énfasis en educar a los niños y despertarles la conciencia de su poder interior (empowerment), y a través de su participación activa en las campañas y actividades de la organización, como el programa de monitoreo de calidad del agua para Adjuntas que realizan los alumnos de primaria en el ICBC³⁵.

³⁴ Notas numa reunião de membros do projeto ICBC, 14 de janeiro de 2013.

³⁵ Citação de uma série de entrevistas realizadas aos pais de participantes dos projetos do ICBC. (MASSOL et.al., 2006,p.27)

Estas experiencias, juntan lo que el proyecto llama de “campañas de la base (o desde abajo) hacia arriba”, en donde se llevan a cabo cambios estructurales, como lo son las políticas públicas nacionales, pero que tienen repercusión en la vida y actividades de la esfera local. Uno de los aspectos que resaltan en las reflexiones sobre las pasadas dos décadas, es que cuando empezaron, poca gente en su comunidad de Adjuntas y en el país tenían una conexión directa con el bosque y sus recursos. Ahora es posible ver, a través de las redes y los visitantes un cambio en esta dirección. Cada día llegan más individuos, familias y otros grupos interesados en proyectos sustentables. Quieren saber cómo se organiza, como se propone y cómo se protegen los recursos.

3.2 O Bosque Modelo das Terras Adjuntas (BMTA)

En el año 2006, surgen cuestionamientos en CP que buscaban sumar de forma más significativa “el componente social y económico” al componente ambiental de los proyectos de manejo forestal. La totalidad de beneficios que un bosque ofrece no serán evidentes sin la participación y el apoyo del público en general, incluso de gente que vive lejos del bosque. Para que las personas comprendan la importancia de los recursos deben poseer un mínimo de conocimiento sobre ellos (WADSWORTH, 2000, p.55). El manejo de la organización, las reservas forestales y el resto de los proyectos necesitaban de una continua planificación y esfuerzo para sobrevivir. Era ahora necesario explorar alternativas para crear un modelo de gobernanza que permitiese la participación de otros sectores. Miembros de CP estudian la *Red Iberoamericana de Bosques Modelos* (RIABM).

Un Bosque Modelo es un territorio donde las personas se organizan y participan para gestionar juntos sus bosques y recursos naturales. El Bosque Modelo es un territorio de desarrollo humano sostenible, en donde la población que reside en el área planifica la gestión de los bienes y servicios suministrados por el bosque u otros ecosistemas, de una manera consensuada. Los Bosques Modelo de Iberoamérica constituyen un mosaico de usos y tenencia de la tierra, en donde se combina la vida de sus pobladores con varias actividades, que van desde las agrícolas, pecuarias, forestales, turísticas y de conservación.

Los actores involucrados buscan avanzar en el manejo sostenible del territorio en una forma colaborativa y coordinada, por lo que existe una estructura de liderazgo local que coordina acciones en temas como áreas protegidas, corredores biológicos, manejo forestal, agricultura sostenible, turismo rural, microcréditos, producción orgánica, gestión de cuencas y bosques certificados, por ejemplo³⁶.

Ronnie del Camino, director de la Cátedra de Gestión Forestal Territorial de la RIABM, ofreció una presentación en CP durante el tiempo de la investigación. Para él, el programa no es una construcción teórica sino una práctica y su componente más importante es el bosque pero esto no es todo. Dentro de los bosques existen comunidades, parques, agricultura, ganadería, espacios urbanos, autoridades, indígenas, ONG's y otras instancias diversas según el lugar. La conservación forestal no es un fin estético, sino, uno humano, puesto que con ella se pueden organizar y sobrevivir las comunidades.

Lo de modelo, se debe a que tratamos de desarrollar una estrategia de gobernanza participativa. En un bosque modelo hay un directorio en el que están representados los actores fundamentales del territorio, cada quién con sus propios intereses. Allí, en esa mesa de concertación, pueden resolver conflictos, proponer e implementar proyectos de desarrollo sostenible, intercambiar conocimientos, restaurar el paisaje, manejar los bosques, combatir la pobreza. En otras palabras, un bosque modelo puede ser un camino hacia un mundo mejor³⁷.

En el 2008, el programa de la RIABM acepta el Bosque Modelo de las Tierras Adjuntas (que incluye al Bosque del Pueblo y el Bosque Olimpia) como el primer bosque modelo de Puerto Rico. A pesar de cada bosque modelo debe definir sus propias prioridades de programación y estructura de gobernanza, a escala global los mismos se enlazan en seis principios comunes: afiliación de base amplia, escala de paisaje, compromiso con la sostenibilidad, gobernabilidad adecuada, amplio programa de actividades y compromiso con la transferencia de conocimientos, la generación de capacidades y el trabajo en red.

³⁶ www.bosquesmodelos.net

³⁷ Entrevista ao Dr. Roonie Caminos na revista digital da Organização dos Estados Americanos (OEA). 2011.
http://www.oei.es/divulgacioncientifica/entrevistas_177.htm

Para Arturo Massol Deyá, hijo de Doña Tinti, quién ya vimos ser mencionado en la carpeta de su papá, apenas cuando tenía 13 años, el BM viene a ser la forma de romper la barrera colonial, crear relaciones internacionales y de atender problemas muy graves. Nacido en el seno de la organización, escuchó “cientos” de veces las charlas sobre las minas, conoció la lucha de Vieques desde niño y quiso ser agrónomo o estudiar ciencias marinas hasta que finalmente entró a la primera clase de Microbiología de la UPR-Humacao. Le interesó la microbiología porque ya se había educado lo suficiente sobre el perfil de contaminación del país y sus causas. Sus investigaciones sobre la forma en que se utilizan los procesos biológicos para limpiar lugares contaminados le dieron esperanzas. Si la voluntad existe, es posible limpiar y reparar daños causados al ambiente. Esto se lleva a cabo utilizando vegetación, la fito-remediación, hongos o bacterias que aceleran los procesos de limpieza en un lugar contaminado con, por ejemplo, petróleo o metales pesados. Arturo, ahora profesor de la UPR-Mayagüez, ha trabajado en la mayoría de los proyectos de CP y recientemente se convirtió en el portavoz oficial de la organización, a raíz del conflicto con el gasoducto. Tomó la batuta, inspirado en la labor de sus familia y compañeros, y ahora dirige el proyecto del BM. Para él es necesario relacionarse de diversas maneras.

Como plataforma para el desarrollo sustentable, para buscar una ruta que nos saque de este atolladero, se ve el BM como una forma de atender problemas graves. Necesitas el conocimiento para desarrollar, traer propuestas, cosas nuevas, formas distintas de hacer. Desde una perspectiva local, su plataforma responde a lo local pero se alimenta de muchas otras cosas. La red internacional y el apoyo internacional y el acompañamiento internacional es importante porque hay experiencias que ya se han dado en otros lugares que van a ayudar a calibrar, a desarrollar, a celebrar los procesos porque hay experiencias en otros sitios y hay que verlas también. La plataforma de lo local mirando a fuera, la posibilidad de trabajar e enriquecer el proceso con las experiencias de otros. (MASSOL-DEYÁ, 2012)

3.3 Radio Casa Pueblo (RCP): a primeira emissora de radio comunitária

En el mismo año que se incluyó la propuesta de CP al RIABM, comenzó a transmitir por la onda radial 1020AM y por el internet, *Radio Casa Pueblo* (RCP). Era un proyecto que le parecía imposible de realizar a algunos de los miembros más importantes, pero que ante la insistencia de la idea por parte de Don Alexis, decidieron confiar y apoyar la iniciativa. Para él, fue la forma en que pudieron finalmente comenzar a divulgar y enaltecer todos los proyectos que llevan a cabo. Dice que es necesario que los puertorriqueños conozcan y sientan orgullo por lo que tienen. Para ellos ese trabajo solo es posible “a mano”, educando los visitantes, realizando actividades y ahora por la radio. Por dos años fue tomando forma y creciendo. Aunque técnicamente, la emisora es controlada por la *Federal Communication Commission (FCC)* y se clasifica como una comercial, su filosofía y su programación es de autogestión comunitaria. De ahí su lema: Protegiendo los bosques, las aguas y sus gentes. Más adelante podremos ver como la radio se convirtió en una herramienta valiosa para cumplir esta misión

Estratégias efetivas

A continuação, repassamos de forma resumida as lições que CP obteve de suas estratégias nas campanhas e projetos descritos até o ano 2006 como explicitadas na publicação elaborado em colaboração com o Instituto Internacional para o Desenvolvimento e Meio Ambiente de Londres, *Bosque del Pueblo, Puerto Rico, Cómo la lucha antiminera cambió la política forestal desde la base comunitaria* (2006).

Em primeiro lugar, houve um enfoque no desenvolvimento humano e a qualidade da vida: a visão de desenvolvimento que procura sustentabilidade, autossuficiência, e equilíbrio entre as metas sociais e econômicas, resultou ter mais autoridades que os

argumentos estritamente econômicos. Depois, conseguiram se destacar os serviços que o bosque outorga: importância para sensibilizar o pública, explicando as conexões entre o manejo da bacia do rio e o fornecimento da água (e sua qualidade) rio abaixo. O bosque oferece oportunidades econômicas locais, aspecto que a organização ressaltava como um que deveriam tomar maior atenção e tentar nos planos futuros de obter maior participação da comunidade. Finalmente foi facilitado o processo de participação: a organização decifrou no tempo as formas de realizar processos abertos e receptivos, tanto quanto nas campanhas como no desenvolvimento de projetos específicos. O detalhe de que cada membro da família na comunidade tenha um lugar desde onde participar e se apoderar de algum projeto, continua a render frutos.

Continuando com sua lista de aprendizagens e estratégias, observamos como “se sobrepor aos desequilíbrios do poder” tem sido um conflito constantes. Porém, tem conseguido adquirir das experiências negativas novas formas de trabalhar, inclusive para desenvolver “protocolos de trabalho”. Resumimos:

- 1) *el conocimiento es poder*: el estado rechaza frecuentemente las iniciativas comunitarias insistiendo en que solo ellos tienen el conocimiento. CP aprovechó el conocimiento de sus miembros y de la comunidad extendida para vencer los argumentos
- 2) *el poder también proviene del pueblo*: demostrar el respaldo público hacia las iniciativas positivas, manifestarse y ganarse a las personas a través de argumentos sólidos
3. *Tener intermediarios confiables*: no cualquier persona o grupo puede darle seguimiento a procesos de propuesta y negociación. En todos los casos, se buscaron personas dedicadas que asegurasen que los intereses comunitarios no quedaran marginados.

O desenvolvimento da organização permitiu criar uma abertura holística ao fazer político, que até muito recentemente estava totalmente dominado pelos partidos coloniais.

Se adaptando aos novos cenários, conflitos e oportunidades apresentadas, conseguiram constituir uma nova forma de defesa do território natural da ilha.

CP muestra cómo el mundo real del desarrollo sostenible se halla enraizado en las instituciones locales- en grupos de la sociedad civil y redes de muchos tipos, lo mismo que en el gobierno local y los hombres de negocios. Es de la base hacia arriba, participativa, compleja, y moldeada por muchas influencias. Sin embargo, el mundo del “Desarrollo” y la ayuda sigue siendo centralizado, funcionando de arriba hacia abajo, exhibiendo un afanoso interés de modelos simples (BASS, 2006, p.4).

Pode ser dito, que houve um certa evolução na visão de desenvolvimento da organização. A busca pela sustentabilidade e autonomia devia ser procurada para obter um equilíbrio entre os objetivos econômicos e sociais. Como indica Bass, começou a ficar evidente que o “mundo da sustentabilidade real” e suas possibilidades só é possível de achar nas instituições de bases locais. As foros, conferências de imprensa, informes científicos e redações de propostas, converteram se em atividades de colaboração e diálogo com outros setores, como os partidos e instituições governamentais, sem precisamente ter que cair no clientelismo político. Foi desvendada a possibilidade de que as comunidades e organizações civis pudessem formular suas próprias políticas públicas. Estes processos por sua vez, se desdobravam em outras dimensões. Por exemplo, ficou evidente a necessidade de manter uma visão holística e integral nos assuntos da conservação e o manejo do território. Um só pedaço de terra protegido não é muito, se as bacias, seus conectores e os corredores naturais não são considerados.

Por outro lado, o apoio e reconhecimento internacional redundou num reconhecimento a nível regional e nacional. Estes processo geraram, mais que antes, uma chegada constante de novas responsabilidades e compromissos. Seus atores e gestores principais ficaram convencidos que sua luta era uma de por vida.

Poderia se pensar que uma vez estabelecida de forma sólida este projeto comunitário, o estado e os interesses econômicos respeitariam a decisão que tomo o Pueblo de viver de forma pacífica, gerando sua autonomia e gestando o território protegido. Mas não foi assim. Após uma década cheia de reconhecimentos, novas responsabilidades e projetos dirigidos a experimentação de criar um desenvolvimento sustentável na região central, uma nova ameaça ecológica, política, econômica e social

perturbou, desta vez, a toda a sociedade portoriquenha. Mais uma vez seriam as organizações comunitárias e movimentos sociais os que questionassem, investigassem e finalmente, dariam a conhecer as verdadeiras intenções de um projeto nefasto para o “desenvolvimento econômico”.

Capítulo 4

O conflito da Via Verde



2.10 Ilustração “La Vía Verde nos conviene a todos”. *El Nuevo Día*, artista Kike, 2011.

A *Via Verde* é o nome publicitário de um mega-gasoduto que cruzaria todo Porto Rico. Sua construção implicava graves impactos ambientais, sociais e econômicos. Por um lado, representantes do setor público, que de diversas formas representavam o setor privado, uniram forças para obter ingressos e contratos por meio das novas disposições de leis e ordens executivas de caráter emergencial criadas ante à “crise”. Esta crise do modelo de desenvolvimento atualizou-se no período do aumento da recessão econômica no 2006 na ilha; e no ano seguinte com a crise financeira dos EUA. Por outro lado, a forte pressão exercida desde as comunidades que seriam afetadas pelo gasoduto e uma intensa campanha educativa organizada pela CP, obrigaram às autoridades a retirar o projeto insigne para o desenvolvimento econômico, elaborado pelo PNP e o governador Luis Fortuño. Houve uma batalha árdua durante dois anos entre a autogestão comunitária contra uma campanha publicitária multimilionária e a intenção do governo de vender uma solução que não atenderia o “problema energético da ilha”. A luta tomou caminhos complicados, porém, bastou reunir o compromisso social com o conhecimento científico, manter a autonomia e formar uma coalizão de redes para prevenir os danos que traziam a construção do tubo.

O conflito serviu para que quedaram demonstradas várias realidades. Em primeiro lugar, serviu para aumentar a visibilidade para os esforços que fazem as comunidades, estejam organizadas formalmente ou não, para atender as constantes ameaças que se produzem no território islenho. A sua vez, estas experiências nos ensinaram como os planos desenvolvimentistas tem partido sempre dos mesmos pressupostos: exploração da maior quantidade de recursos naturais e humanos possíveis em benefício das indústrias no caso de Porto Rico, estrangeiras; planificação e gestão a prazos curtos; e, contenção das consequências sociais tirando proveito do sistema de dependência colonial. Em segundo lugar, ficou explícito que já existem, de fato, alternativas concretas para superar estes graves e históricos problemas. O modelo de desenvolvimento e governança sustentável que vem articulando a CP desde há mais de três décadas é um exemplo significativo, que tem inspirado muitos outros. Vejamos o contexto imediato do conflito.

A crise e a emergência fiscal

No 2008, o país sofreu seu usual e cíclico “cambio de poderes”. O PNP, após oito anos fora do poder executivo, ganhou-lhe por uma margem considerável a seu histórico adversário o PPD. A campanha do PNP esteve baseado numa “nova visão de progresso e prosperidade para a transformação”. Porém, o período foi marcado pela instabilidade e desconcerto sobre o futuro. Se expandia a crise surgida em *Wall Street*, a guerra, os custos das utilidades básicas e os alimentos. Também foi eliminada finalmente a Secção 936 do Código de Rentas Internas federal, que durante mais de quatro décadas outorgou isenções de créditos à indústrias e companhias estadunidenses em solo boricua.

O programa do governo prometia “resgatar a pátria e a todos os portorriquenhos de uma das piores crises- econômica, política e social de nossa história”. Para isto eles propunham o mesmo modelo de desenvolvimento que tem imperado pelo passado século no país. Segundo eles, seria “acordado o grande motor econômico do setor privado”, realizados recortes severos no orçamento governamental e se reformaria mais uma vez, o sistema contributivo para atrair uma nova “onda de inversores estrangeiros³⁸”.

No dia do seu juramento, o 2 de janeiro 2009, o governador falou de um plano de reestruturação do país, que seria uma “medicina amarga” que todos os cidadãos deveriam tomar para enfrentar a pior crise desde a Grande Depressão dos anos 1930. O plano começou com várias peças legislativas.

Uma foi a criação da Autoridade de Alianças Público-Privadas (APP). Logo, foi aprovada a *Lei #7, “Ley Especial Declarando Estado de Emergencia Fiscal y Estableciendo Plan Integral de Estabilización Fiscal para Salvar el Crédito de Puerto Rico³⁹*. Dita lei buscava basicamente impulsar o “desenvolvimento”, por meio da redução do tamanho do governo central e a renovação dos benefícios aos inversores exclusivamente industriais.

³⁸ Apresentação da plataforma de governo e mensagem do candidato Luis Fortuño. PNP, 2009.

³⁹ “*Hoy el Gobierno de Puerto Rico enfrenta un déficit estructural recurrente de aproximadamente \$3,200 millones, lo que equivale al 42% de los recaudos estimados para el año fiscal corriente, con un crédito al borde de una degradación a condición de chatarra (“junk”). El Gobierno no cuenta con los recursos para cubrir sus gastos operacionales.*”

Desta vez, abriram-se completamente as portas para processos de privatização. Todo o sistema de pedágios nacionais, as prisões, os aeroportos, o setor de construção e a manutenção das escolas, entre outros. As corporações beneficiaram-se da “reforma do marco institucional e dos regulamentos para converter ao governo num agente facilitador do desenvolvimento saudável do setor privado⁴⁰”.

Inicialmente, o governo estimou em 30,000 mil os servidores públicos que perderiam seu emprego. Qualquer funcionário que levasse menos de 13 anos como servidor, teve automaticamente congelados todos seus benefícios e recebeu uma carta de demissão nos meses seguintes. Para os proponentes e assinadores da lei, esta “*penosa acción es el legado funesto de la irresponsabilidad de las políticas fiscales anteriores*” y *el gigantismo gubernamental es “la triste herencia de las últimas dos administraciones*⁴¹.” Os números estimados atuais do impacto que teve este política de emergência podem ser duplicados ou triplicados, se tomarmos em conta os empregos perdidos de forma indireta ou induzida. A legislação incluiu também o congelamento dos convênios coletivos dos trabalhadores e foram oferecidas alternativas para a aposentadoria ou renúncia voluntária.

As ameaças de privatização e dispersão dos serviços e dos trabalhadores públicos criou um ambiente de tensões que ainda esta longe de uma solução. No dia 15 de outubro de 2009, foi realizada na ilha uma paralisação nacional, convocada pelos principais sindicatos e grêmios de trabalhadores. Esta demonstração massiva foi histórica e conseguiu paralisar todas as agências de governo, as universidades e escolas de todo o país. O repúdio às políticas de “ajuste fiscal e econômico” aumentaram com uma greve no 2010, também histórica, que fechou por vários meses todos os recintos da universidade pública nacional UPR.

⁴⁰ Modelo Estratégico para a Nova Economía, Resumen Ejecutivo. Setembro, 2009. PNP.

⁴¹ Lei #7, pag. 17, 2009



2.11 Modelo Estratégico para la Nueva Economía, Presentación del Gobierno de PR, Septiembre de 2009.

Em meio às novas -políticas, reformas, emendas, manifestações, imagens de repressão policial, aumentos nos custos de vida-, numerosas comunidades organizações denunciavam um outro conflito. Em comparação com os EUA, em Porto Rico paga-se mais do dobro por o consumo de energia (residencial). No 2009, o custo de consumo de quilowatt por hora nos EUA era de 10.2 cêntimos de dólar, porém, na ilha o custo era de 21.63 cêntimos de dólar. Só o estado de Havaí paga mais, a um custo de 28.94 cêntimos por hora. Um sistema eléctrico que não tem reservas de combustível (importando o 100%), uma extensão territorial limitada, um alto consumo de energia por habitante e um clima tropical com terrenos montanhosos, vegetação e chuva abundante, são algumas das condições que enfrenta a empresa energética do país *Autoridad de Enegia Eléctrica*

(AEE)⁴² - uma agência estatal que está semiprivatizada mediante a terceirização de seus serviços.

Cada vez ficava mais evidente a necessidade de tomar em conta os limites da produção energética na ilha. No entanto, o plano para o resgate econômico de 2009-2012, baseava-se na mesma fórmula empregada desde que o crescimento se deteve em Porto Rico no final dos anos 1960, após duas décadas de bonança industrial⁴³. Benefícios tributários, entre outros, para corporações estrangeiras e o desenvolvimento de uma indústria totalmente dependente à utilização massiva de energia e água. Com o retiro da Secção 936, que eliminou a isenção de pago de utilidades às corporações, cresceram as pressões do setor privado industrial para reduzir os custos de energia.

O Gasoduto do Sul

Uma das maiores polemicas públicas prévio ao período de recrudescimento da crise, foi a oposição de comunidades da região sul da ilha a um projeto da AEE, o *Gasoduto do Sul*. A ideia consistia em “minimizar” a dependência ao petróleo, um combustível fóssil, por outra fonte de energia não renovável, o gás natural. O uso deste combustível vinha tomando força dentro da agência desde inícios da década do 1990, a causa dos aumentos nos preços do petróleo. Nesta época (1992-2000), dominada pelo PNP e o governador Pedro Rosselló; a AEE e seu diretor executivo, Miguel Cordero, provocaram a abertura para o que o país importasse gás. A multinacional ENRON estabeleceu a companhia “local” *EcoEléctrica* (EEL). A companhia seria a “primeira companhia privada de energia que venderia energia limpa e natural” a agência pública. O governo favoreceu o monopólio da EEL, por meio da assinatura de um contrato de exclusividade para a compra do combustível por um período de no mínimo duas décadas. No período também surgiu uma companhia de geração de

⁴² Apresentação Via Verde, Slide 4, Miguel Cordero, Diretor AEE, 2010/

⁴³ Modelo para a Nova Economia, pag. 4, setembro 2009

energia por meio da queima de carvão (um dos combustíveis mais perigosos à saúde) para vender-lhe energia à AEE.

As duas companhias controlavam aos inícios da primeira década do século 21, o 20% da geração de energia do país e os preços sobre o consumo na fatura de pagamento dos consumidores residenciais⁴⁴. A multinacional *FENOSA*, de origem espanhola e que distribui gás a nível global possui um 47% das ações de EEL, que adquiriu da ENRON trás sua quebra no mercado, após as denúncias de fraude no mercado de valores. A *FENOSA* tem amplo expediente de denuncia de corrupção, violações de direitos humanos e conflitos sangüinários em toda América Latina e África. A compra de ações realizada pela companhia foi festejada como uma ajuda para continuar a sua expansão no mercado do gás por Centro e Sul América via o Caribe⁴⁵.

No 2000, foi eleita Sila Maria Calderón como governadora, pertencente ao PPD. Os projetos para desenvolver a indústria do gás foram brevemente abandonados. Quatros anos depois, com o mesmo partido no poder, começaram negociações para atender o plano antigo. Em setembro 2006, a AEE elaborou a Declaração de Impacto Ambiental (DIA) requisito da Junta de “Qualidade Ambiental” (JCA) para viabilizar o gasoduto do sul. A DIA é parte de uma série de processos necessários para obter as autorizações para construir, tanto quanto das autoridades locais como as federais. Além da autorização por parte da *Environmental Protection Agency* (EPA) e a *U.S. Fish and Wildlife Service* (USFWS), é preciso obter a autorização do *United States Army Corps of Engineers* (USACE), conhecido em espanhol como *o Cuerpo de Ingenieros del Ejército de los EUA*.

A primeira parte do projeto conectaria a planta da EEL com a central Aguirre, no município de Salinas, a um custo “em princípio” de 40 milhões de dólares, segundo a própria AEE⁴⁶. A tubulação seria soterrada a 1.2 metros de profundidade, teria 64 quilômetros de comprimento e 0.5 metros de diâmetro. O tubo seria conectado às quatro plantas geratrizes principais da AEE por toda a ilha. Os municípios localizados dentro do plano para o projeto seriam Santa Isabel Peñuelas, Ponce, Juana Díaz e Salinas. O

⁴⁴ <http://ecoelectrica.com/ecoelectrica/> e CL, Edición, 26 AGO-1SEPT, 2010.

⁴⁵ CL, Edición, 26ago-1sept. p.7, 2010.

⁴⁶ END, Asoma el Gasoducto por el sur, 29/09/06

trajeto percorria livremente por mais de duas dezenas de bairros onde impera a desigualdade e cruzaria tanto quanto por terrenos públicos, como privados, de usos residenciais, comerciais, industriais e agrícolas.

No 2007 foram realizadas duas vistas públicas nos municípios de Santa Isabel e Peñuelas. Não houve muitas informações ou reações ao processo de consulta⁴⁷. Em junho de 2008 começou a construção. Nos argumentos da AEE e governo central, o gasoduto reduziria o custo de consumo de energia, seriam criados empregos e ao mesmo tempo, a economia seria estimulada. Os beneficiários seriam a indústria da construção, os contratistas privados e os conglomerados transnacionais que ficariam a cargo dos materiais e a importação do gás. O novo custo estimado seria de 74 milhões de dólares. A empresa multinacional *Skanska*, uma das maiores do mundo nos assuntos de engenharia e construção (desenvolvimento de infraestruturas) estaria a cargo do Gasoduto do Sul.

A oposição começou com a descoberta das consequências ambientais que teria o gasoduto. Em sua rota estavam importantes corpos de água e espécies em perigo de extinção. Logo, seguiram as ameaças à saúde. Também estavam os argumentos sobre o custo-benefício do projeto. Se a ideia era pensar no futuro energética da ilha (EEL tem assinado um contrato de exclusividade por duas décadas), o gás, um combustível fóssil não renovável, parecia uma alternativa estranha. Por outro lado, também estava o fator sobre o processo de consulta às comunidades afetadas.

Muitas contradições afloravam do discurso por parte das autoridades governamentais. A AEE assegurava que a diversificação das fontes de energia renováveis para conseguir um futuro de energia sustentável para Porto Rico era sua meta principal⁴⁸, porém, por outro lado, impulsavam a dependência ao gás colocando seus esforços na construção do multimilionário projeto.

Em agosto de 2008 o município de Juana Díaz, solicita a paralização por incumprimento de contrato. A demanda contra a corporação pública AEE, assinalava que o disposto da DIA estabelecia que nenhum dos segmentos do tubo poderia estar a menos de 50 metros das propriedades residenciais. Porém, foi começada uma instalação a 4 metros de um complexo de residências.

⁴⁷ END, Vistas públicas sobre impacto del GD del Sur, 17/05/07

⁴⁸ END, *El gd: apuesta de la AEE a corto plazo*. 19/08/08

Para finais do ano 2008, o país entrava num novo ciclo eleitoral. A forte oposição das comunidades, grupos ambientalistas e lideranças sindicais crescia na medida que chegavam os *diggers* e *bulldozers* para instalar o tubo. O governador, Aníbal Acevedo Vilá do PPD, num foro realizado no 12 de setembro, juntos aos outros três candidatos à governação diz:

“Esa es una decisión controversial (la del gasoducto). Por no atreverse a tomar decisiones controversiales es que este país no ha echado para adelante”.

O candidato do PNP, Luis Fortuño, eventual ganhador das eleições celebradas em novembro, condicionou seu aval à avaliação das preocupações sobre a segurança dos cidadãos e as controvérsias da empresa *Skanska*. Naquela momento, a companhia encontrava-se recebendo “publicidade negativa” em torno a alegados atos de corrupção em acordo com corporações públicas encarregadas da indústria do gás na Argentina. O caso eventualmente chegou até os tribunais e ordenaram-se pesquisas contra funcionários públicos e empresários. Ao final, alguns até cumpriram penas de prisão e pagaram milionárias multas ao governo argentino⁴⁹.

Fortuño, ganhou por ampla margem frente a Acevedo Vilá, que encontrava-se respondendo a um processo no tribunal onde era acusado de 19 cargos graves. À meses das eleições, o FBI acusou ao candidatos de conspiração para violar a Lei Federal de Eleições, por defraudar ao Serviço de Rentas Internas, por fraude nas suas planilhas contributivas e pela apresentação de informação falsa a entidades governamentais. Depois das eleições foi absolvido de todos os cargos⁵⁰.

O novo mandatário Fortuño, dois meses antes das eleições, num programa de televisão, foi abordado por um jovem de escola pública que perguntou-lhe quais eram seus planos para acabar com o problema do custo da energia e a dependência do petróleo. Sua resposta teria um alto custo no que depois seria o conflito da Via Verde. Para ele, a resposta ao problema da energia era claro.

⁴⁹ <http://www.lanacion.com.ar/1367872-convocan-al-primer-juicio-oral-por-el-caso-skanska>

⁵⁰ Especial de Investigación de END, *Caso Aníbal Acevedo Vila*.

“Energía renovable. Es la única manera de hacerlo. Es un gran error pensar que nosotros podemos continuar dependiendo de combustibles fósiles. Como saben los combustibles fósiles son el petróleo, el gas natural y el carbón. Ahora mismo hay una gran controversia en el sur de Puerto Rico con un gasoducto, yo lo siento mucho, pero estar hablando de gasoducto, significa estar hablando de combustibles fósiles que dependen del precio global, como el petróleo⁵¹”.

Após as eleições, o projeto do Gasoduto do Sul foi paralisado pelo Tribunal do Município de Ponce ante questionamentos pela distância estipulada na DIA e a que realmente estava sendo implementada entre residências e a tubulação. O tribunal ordenou à JCA revisar a DIA para determinar a necessidade de consulta às comunidades afetadas. Um mês depois, o presidente da JCA, passou-lhe a responsabilidade à AEE.

A mudança de partido, implicava um período de espera e mudanças de todos os altos mandos das agências públicas. O recém nomeado Secretário do DRNA, Daniel Galán Kercadó, denunciou ante a imprensa que *Skanska* e a AEE teriam paralisado os trabalhos de mitigação do impacto ambiental causado pelas áreas impactadas pela construção. As ordens por parte do secretário à multinacional, para que mitigassem o impacto que o movimento de terras teve sobre uma laguna e manancial da comunidade Tallaboa Encarnación de Peñuelas, foram desatendidas. O portavoz da *Skanska* indicou que a paralização ordenada pelo tribunal impedia-lhes realizar a mitigação⁵². Pouco tempo depois, foram desmentidos pela própria juíza Lauracelis Roque Arroyo, a qual determinou a ação⁵³.

Em janeiro 2009, junto a outros chefes de agências públicas, Miguel Cordero, voltou a presidir a AEE, após dez anos ausentes do cargo. Em declarações à imprensa em fevereiro, Cordero assumiu que estavam revisitando os planos e que seu desejo seria poder conectar o gasoduto do sul, com um outro gasoduto, que chegaria até as geratrizes da capital ao norte. Duas semanas depois, o governador Luis Fortuño aclarou que por razões de tipo econômicas, o projeto do sul teria que ser construído, mas que sua administração procuraria uma nova rota e assegurou que não se construiriam extensões do

⁵¹ <http://www.youtube.com/watch?v=-bsct6zu0W0>

⁵² END, *Piden reanudar el proceso de mitigación relacionado al GD*. 08/01/09

⁵³ END, *Esa obra la puede hacer AEE*. 16/01/09

tubo para outras regiões do país. Ele diz que procuravam “salvar o dinheiro do Pueblo sem afetar as comunidades”. Os novos projetos teriam que ser totalmente dirigidos à energia renovável e em aliança com o setor privado⁵⁴.

Exatamente dois dias após estas declarações, o 19 de fevereiro 2009, o mandatário se contradiz numa reunião com lideranças comunitárias na capital. Indicou que precisava de espaço para resolver a situação e que incluso estavam trabalhando múltiplas alternativas para não ter que utilizar o gás. Chegou a mencionar que tal vez seria possível a transportação de água ou até criar um “corredor turístico” pela rota do tubo⁵⁵.

Algumas das comunidades afetadas organizaram-se em acampamentos de desobediência civil: Tallaboa de Peñuelas, Villa del Carmen em Ponce e Villa Esperanza em Salinas. Os acampamentos enfrentaram-se às autoridades, houve violência física por parte da polícia a mulheres e outros detentos. Isto criou conflitos com os prefeitos dos municípios afetados, pertencentes a ambos partidos. Eles questionavam a falta de informações exatas sobre o status do projeto.

A paralização da obra trouxe como consequência gastos milionários para cobrir os gastos de cancelamento. Estes cargos já são geralmente inclusos nos contratos com empresas construtoras que os utilizam para proteger seus interesses. Estima-se que a empresa *Skanska* obteve uma quantidade equivalente ao 80% do valor de seu contrato para a construção do gasoduto. A obra apenas estava começada. A AEE havia realizado seu primeiro contrato em janeiro 2008 por 74.3 milhões. Em julho 2009, a Junta de Governo da AEE, concedeu-lhe um pago global de 59 milhões para atender as reclamações pela indemnização. Isto não inclui o que foi desembolsado para as primeiras etapas da obra. Todos os gastos traduziram-se imediatamente em tarifas e impostos mais altos nas faturas de pago de energia dos consumidores⁵⁶.

⁵⁴ END, *Fortuño: el gd va (nueva ruta)*. 17/02/09

⁵⁵ END, *El gobernador busca otro uso para el gd*. 19/02/09

⁵⁶ NOTICEL, *Como que los millones no son de ellos*. 09/02/012.

A crise e a emergência energética

A final de maio de 2010, o presidente da Junta da AEE, Luis García Passalacqua, assegura diante dos membros da Associação de Contratistas Gerais (ACG) que a construção de um gasoduto seria feita. “Este é um plano ambicioso e este é o plano pelo que vamos a brigar até o fim, e é trazer um gasoduto de Costa Sul (em Guayanilla) até Arecibo, e dali as unidades de San Juan através do direito de passo que tem a Autoridade”. Como já tinha sido mencionado tantas vezes atrás os representantes do governo e do setor particular, as suas intenções eram reduzir a dependência do petróleo e substituí-la pela do gás, ao mesmo tempo que se impulsava “a debilitada indústria da construção, severamente afetada pela atual crise econômica.”

Na sua exposição diante da ACG, Passalacqua indicava que o projeto seria realizado perante uma Aliança Pública-Particular (APP), prevista na nova legislação de emergência e que o tubo começaria a funcionar no ano 2014. Diante de perguntas da imprensa de como se diferenciaria este projeto do passado *Gasoduto do Sul*, o presidente da Junta indicou que a sua proposta cumpriria com todas as leis ambientais e qualquer outro estatuto aplicável; afirmou que não iria invadir comunidades e que teria todo o apoio da cidadania⁵⁷.

Um mês e meio depois, dia 19 de julho de 2010, o governador assina e publica a *Ordem Executiva 2010-034*. Esta declarou o país em um estado de “crise e emergência energética” por tempo indefinido. O documento declara que a dependência do petróleo na ilha é excessiva e que isto atenta contra a vida, a saúde e a segurança dos porto-riquenhos, portanto se “ordena a utilização de processos expedito ao amparo da Ley #76 para o desenvolvimento de projetos que fomentem uma nova infraestrutura de geração energética”. Foi sublinhado que a dependência de combustíveis fósseis afeta adversamente o ambiente, em especial, a poluição do ar e o efeito de invernadero com todas as suas consequências. Ademais, os efeitos contaminantes repercutem diretamente na saúde dos cidadãos.

⁵⁷ END, *Regresa el Gasoducto*. 29/05/10

Outro dos grandes problemas eram os efeitos de mudanças inesperadas e súbitas no âmbito internacional que afetam os preços e a disponibilidade do petróleo. Isto representa a constante vulnerabilidade da segurança em Porto Rico, não somente energética, senão também alimentaria e de múltiplos outros aspectos da vida diária dos porto-riquenhos. Segundo a interpretação dos gestores desta política de emergência, se devia utilizar os recursos previstos em uma outra lei (a Lei #76 de 5 de maio de 2000) que;

“Provee para la activación de un proceso expedito para la realización de obras y proyectos necesarios para enfrentar situaciones críticas en la infraestructura física de prestación servicios esenciales para la ciudadanía y situaciones que pongan en riesgo la vida, salud y seguridad de la población⁵⁸”.

Todas as “agências afetadas” receberam ordem de seguir o procedimento expedito no momento de outorgar licenças, consultas, endossos, comentários, recomendações e certificações. Ou seja, não existiriam processos de consulta, estudos regulares sobre o impacto ambiental ou processos jurídicos para impedir qualquer projeto que se apresentasse sob os parâmetros da ordem. As disposições de cada parte da ordem foram denominadas como “independentes e separadas umas das outras”. Se um tribunal declarava inconstitucional, nula ou inválida alguma seção, o resto continuaria vigente e válido.

A declaração da emergência quanto à infraestrutura da geração de energia elétrica e a utilização da lei referida acima tinham detalhes curiosos. Deveriam desenvolver-se de forma expedita projetos que construíssem novas infraestruturas para a geração de energia com fontes alternativas ao petróleo, fontes de energia renovável sustentável e de energia renovável alterna. Ao incluir as fontes de energia não renováveis tais como o carvão e o gás natural, a ordem perdia credibilidade. Estas fontes são de igual forma, perigosas e instáveis em todos os termos que eram adjudicados ao petróleo. Porto Rico, ao contrário do expressado, não tem uma emergência no sentido da geração de energia.

A sua produção ultrapassa o consumido e este particular, tem servido durante décadas como um dos princípios atrativos para os inversores e as corporações

⁵⁸ Orden Ejecutiva-#2010-034

estrangeiras⁵⁹. O interessante é que já a Ordem Executiva denotava uma inclinação ao boato do “novo gasoduto”. Exatamente três semanas depois, no dia 9 de agosto, o governador apresenta em uma conferência de imprensa um novo projeto chamado “Via Verde”, o que abaixaria o custo da luz para “todos os porto-riquenhos” e ademais seria uma fonte generosa de empregos a que impulsaria de uma vez por todas o crescimento econômico tão desejado para o país.



Mapa 8 Rota do gasoduto. Retirado da página oficial da AEE, 2013.

⁵⁹ PRIDCO; AEE (2012). *Incentive and benefits presentation*.

O projeto, tal e como tinham insistido anteriormente figuras de autoridade pública, consistia na construção de um gasoduto com uma extensão de 92 milhas que atravessaria a ilha de leste a oeste pelo sul, subiria por toda a zona montanhosa até o norte e logo iria dirigir-se para a central principal de energia elétrica da capital. Iriam ser impactados um total de 13 municípios. Por outro lado, obviou-se um mandato constitucional acolhido na Lei sobre Política Pública Ambiental de 2004. O mesmo dispõe que prévio à adoção de qualquer medida de caráter legislativa, os proponentes devem preparar uma Declaração de Impacto Ambiental (DIA). Isto, em base ao predisposto na ordem de emergência assinada dias antes.

Desde o início do verão de 2010, alguma coisa andava mal. Casa Pueblo tinha recebido uma visita inesperada do Secretário do DRNA. Tinham se passado dois anos exatos desde que a agência governamental não cumpria a sua parte do contrato de manejo conjunto para o Bosque do Pueblo. Os pagamentos assignados para a custosa manutenção e desenvolvimento da reserva simplesmente deixaram de chegar. Tinham assumido as responsabilidades de forma completa, incluindo as partes do contrato que diziam respeito às autoridades.

Isto para demonstrar a capacidade que podem ter as comunidades em autogestão. Mas o funcionário não foi para atender este assunto. Solicitaram uma reunião para fazer uma solicitude não usual.

Me dijeron, vengo a pedirle ayuda porque hay un tubo. No me dijo que era el gasoducto. Nos dijeron, hay un tubo que pasa por el Bosque del Pueblo. Son tres cuerdas que vamos a impactar y yo: por aquí no pasa nada. Me contesta que son solo 3 cuerdas y que estaban dispuestos a añadirnos 25. Insistió en que las repondrían “3 x 25”. (MASSOL-GONZÁLEZ, 2012).

Na reunião, não houve acordos nem endossos. Porém, os funcionários acederam a deixar os planos e o material que tinham sobre o projeto para que fosse analisado. Em uma segunda visita, desta vez com consultor principal de *Via Verde*, lhes foi insinuado aos líderes, que o problema do dinheiro estava resolvido e que o “cheque” estava no Departamento da Fazenda, em vias a ser enviado à CP. Os membros de todos os núcleos

da organização já tinham tomado uma decisão e a sua resposta foi: “Nem por 100. Nas lutas não se pode perder nada do conquistado”.

Sabiam que se avizinhava uma batalha incerta e a conferência de imprensa do governador no dia 9 de agosto de 2010, acabou por confirmar-lhes todos os seus medos. Se a mineração a céu aberto significava uma ameaça grave para todo o território porto-riquenho; este conflito no mínimo, parecia reviver feridas do passado.

Em similitude com outros conflitos considerados “socioambientais”, uma agência publicitária desenhou e pôs em operação uma custosa campanha mediática que “educava” sobre os benefícios diretos que seriam obtidos. O gasoduto, “melhoraria substancialmente a qualidade de vida de todos os porto-riquenhos e lhes devolveria a esperança de progresso a nosso povo”. O seu custo seria de \$350 milhões, mas o que importava eram os “milhões que permaneceriam no bolso dos consumidores”. Não havia outro mecanismo fatível para oferecer alívio imediato aos cidadãos⁶⁰.

“Parecerá una pista de aterrizaje de aviones, será algo bien moderno y elegante”, se preocupaba por insistir el gobernador⁶¹.

As reações por parte da cidadania não se fizeram esperar. Naquele momento, uma greve universitária acabava de arroupar o país. O sistema universitário público não esteve isento da emergência fiscal e praticamente todos os setores da instituição voltaram-se para a rua em manifestações massivas. Por primeira vez na história, uma assembleia geral de professores aprovou um voto de greve e uma moção que pedia a destituição do presidente da universidade e da presidenta da Junta de Síndicos, o corpo da reitoria que dirige os assuntos de todos os recintos. A isto se soma o fato de que em assembleias gerais, os estudantes e professores dos 11 recintos, também aprovaram os votos para a greve que durou mais de dois meses. A situação a nível nacional chegou a tal ponto, que o Ex-Secretário do Departamento do Trabalho, Román Velasco, expos que era evidente que a greve da UPR tinha se tornado em uma greve nacional em contra da administração pública do governador Fortuño⁶².

⁶⁰ END, Declaraciones de Miguel Cordero (Director de la AEE) a la prensa. 9/08/10

⁶¹ ODS, Publicación 11/08/10, p.10

⁶² END, *Una huelga de país*. 22/05/10

A tensão geral era evidente. As comunidades que já tinham sido aterrorizadas durante dois anos com o antigo *Gasoduto do Sul* agora reviviam todos os seus pesadelos. Organizações ambientais de todo o país puseram o grito no céu. Como passariam um tubo por toda a zona do karso? Por outro lado, o conflito começou desde muito cedo a criar amplas divisões dentro do PNP. Prefeitos afiliados ao partido que administrava os municípios por onde passava “a rota” não tinham sido levados em conta, obviando a maior estrutura de participação política em Porto Rico. A maioria das comunidades e dos povos ameaçados apresentavam as taxas mais altas de pobreza. Era evidente que o governo ia perdendo popularidade e já se discutia o “custo político” que isto pudera trazer ao partido nas próximas eleições que se fariam no ano 2012⁶³.

Montanha dentro em CP o panorama era muito diferente. No ano 2007 tinha sido consolidada uma estrutura legal *El Fidecomiso de Casa Pueblo (O Fideicomiso da Casa Pueblo)*, que protege todos os seus bens, propriedades e projetos em perpetuidade. A medida surge como forma de assegurar transições de liderança no futuro e como recurso para proteger as áreas de alto valor ecológico através de iniciativas de autogestão e não governamentais. Os principais líderes tinham uma preocupação genuína pelo futuro em longo prazo dos trabalhos por eles realizados com tanto esforço. As novas alianças e os colaboradores em distintas redes lhes permitiu criar um grupo de supervisão técnica e científica dos trabalhos no bosque e núcleos para o manejo da nova e consolidada reserva Bosque Modelo das Terras Adjuntas (BMTA).

O manejo da “Casa”, onde funcionam os percursos históricos, os serviços à cidadania, a biblioteca e o centro de investigação, a venda de artesanato e café, o mariposario, a estação de rádio e o cultivo de hidropônicos, a recepção de milhares de pessoas mensalmente, entre outras coisas, também continuavam em pé. Os mais velhos sempre faziam lembrar os jovens que a maioria dos grupos que lutam por batalhas específicas, muitas vezes desaparecia uma vez que o problema principal era resolvido.

Para eles, a evolução institucional era constantemente necessária caso a organização desejasse continuar contribuindo com a comunidade e instigando mudanças dentro da sociedade. O fato de que tivessem conseguido manter-se durante tanto tempo

⁶³ END, *Creen que alcaldes huyen del ‘Tsunami de 2012’; Sin fronteras el malestar*.
22/07/10

era evidência que a mudança interna para a transformação social pode funcionar. Os novos planos consistiam em incrementar o crescimento de forma horizontal nos seus projetos.

Com novas estruturas de trabalho, o BMTA permitia, sendo que hoje em dia fomenta, que os cidadãos e as suas famílias possam converter-se em gestores econômicos locais independentes com os recursos da própria reserva. Tinham a tarefa de reunir os pequenos agricultores, pequenos comerciantes, jovens e outros segmentos da população para organizar um plano, uma forma de utilizar os recursos do bosque, a energia renovável e o modelo participativo para encontrar soluções econômicas para o povo. Era a tarefa novel de definir uma agenda desenhada de forma local e autônoma em conjunto com outros setores⁶⁴.

Uma dolorosa tragédia familiar semeou uma pequena esperança que pronto iria florescer e ajudaria a encontrar os caminhos para chegar aos seus objetivos. Com a morte inesperada de Ariel Massol Deyá, o mais novo dos quatro filhos do casal Massol-Deyá, surgiram mudanças, também inesperadas. O jovem agrônomo, trabalhava diariamente na casa junto aos seus pais e era visto como “o que ia continuar o trabalho”. Todos os outros irmãos colaboravam em projetos importantes desde os seus lugares respectivos. De adolescentes participaram de cheio não somente na campanha contra a mineração, senão, na campanha para deter as simulações de guerra da Marinha em Vieques, na campanha em contra do recrutamento militar nas escolas, múltiplas atividades de reflorestação e educativas. Enquanto que um documentava as atividades, outro ajudava a desenhar a arte gráfica. Mais tarde, os dois mais novos se decidiram pelas ciências ambientais, um deles agronomia e o outro, microbiologia. De alguma forma u outra e, apesar das responsabilidades que cada um dos irmãos tinha com os seus empregos e vidas pessoais, nunca deixaram a participação comunitária⁶⁵.

“Quando chegou o do gasoduto”, a vida dos dois irmãos que lhe seguem a Ariel, tomou um rumo completamente diferente. Cury, o mais velho dos dois, foi professor de

⁶⁴ MASSOL et.al., (2008), p.2-15.

⁶⁵ Conversación-entrevista con Axel (Cury) Massol Deyá mientras viajábamos por todo Adjuntas repartiendo las invitaciones a los comerciante para participar del Parrandón de Navidad, actividad de celebración por la victoria en el conflicto del Gasoducto. 04/12/12.

arte, durante mais de duas décadas na Escola Roberto Clemente no estado de Chicago. Ali, no famoso bairro boricua de Humboldt Park tinha os seus filhos, mas logo percebeu alguma coisa. Embora sempre tinha viajado com regularidade a visitar os seus pais e participar de algumas atividades, as visitas mais recentes fizeram-lhe ver que agora faltava alguém que o ajudasse, em especial à sua mãe, Tinti. Ela é a gestora e coordenadora de tudo relacionado ao funcionamento da casa, as visitas e das contas tal como vimos no segundo capítulo. Tinham passado uns 10 anos, quando se retirou também do magistério, tinha decidido que organizar a estrutura econômica do projeto era fundamental. Por isso, estava ali 7 dias por semana, preenchendo livros e registros, documentando e quadrando tudo o que fosse necessário. Estes arquivos históricos e financeiros são feitos “a mão”, os que estão visíveis na biblioteca ocupam o espaço de um estante completo. Depois de meses de iniciado o conflito, Cury decide tornar a viver em Porto Rico e passa a inserir-se na complexa e longa lista de tarefas que têm com a casa e o bosque. Percebeu que tinha muitos trabalhos e projetos nos que poderia estar. O verão de 2011, trouxe os seus dois filhos; Axel, o menino que sobe a Olímpia toda em 20 minutos se o deixam e Alisha, uma menina que vem a Porto Rico para poder ajudar os seus avós e parar o gasoduto.

Houve certo consenso entre a comunidade. Continuavam chegando todos os dias à porta voluntários, colaboradores, cidadãos procurando informações e serviços, grupos comunitários formando alianças, difusão de projetos, causas e atividades locais através da rádio e centenas de grupos escolares. Havia uma equipe de trabalho formada, as lideranças do projeto do ICBC e a estação de rádio começavam a melhorar a sua programação e a ganhar a audiência local, a gestão do bosque crescia e entre todos eles se ajudavam. O núcleo de pessoas que trabalham diariamente na organização pode ter de 15 a 20 pessoas. Todos de Adjuntas ou da região do BMTA (nem sequer estamos contando os colaboradores, visitantes ou voluntários), eles têm diferentes profissões, ideologias políticas e as suas próprias redes, mas sobrevivem de forma digna com o trabalho que ali fazem. Uma das claves estava no modelo da autogestão, tudo é voluntário e cada um faz o que pode e como pode. Sobrevivem os que sabem manter compromissos e conhecer a comunidade, isto os manterá preparados para defendê-la.

O panorama pode, em um início parecer estranho. A imagem de uma ilha caribenha, como tantas outras da região, um paraíso turístico e fiscal, dominado por um sistema de corrupção, colonialismo, alta dependência e exploração (portanto, contaminação) dos seus recursos, não pareceria ser o lar das pessoas e tudo o que se passa na CP. Para eles, é um assunto prioritário a educação das próximas gerações. A forma em que se projeta a situação econômica para o futuro, especialmente para as classes mais excluídas do sistema financeiro-político, não é nada alentador. Se a isto lhe for acrescentado, a falta de recursos vitais que encontramos no bosque como água, energia, medicina e alimento, se torna evidente qual é a verdadeira crise. Por tudo isso, e provavelmente muitíssimas coisas mais, estavam dispostos a defender com as suas vidas as terras e o que tanto tempo tinha tomado em ser construído. Seguem as minhas notas de campo elaboradas durante a estadia na CP e que mostram qual foi a resposta da comunidade.

Respuesta Comunitaria a la Crisis

A una semana del anuncio de “Vía Verde” por el Gobernador, CP convocó una conferencia de prensa para el día 17 de agosto de 2010 en Adjuntas. Habían realizado un “extenso análisis técnico, económico, social y científico del Proyecto del Gasoducto del Norte” y considerando el sentir de los ciudadanos, presentarían alternativas al tema de la energía en el desarrollo actual del país. La invitación leía “Contamos contigo en esta lucha en contra del gasoducto y a favor de los bosques, las aguas y nuestra gente”. En ella hablarían asesores técnicos voluntarios de la organización como ingenieros, biogeógrafos y biólogos entre otros, para presentar los resultados de una investigación que había surgido tan pronto fueron alertados sobre las intenciones de las autoridades. En un principio no estaban en contra de la utilización del gas natural, pero pronto fueron encontrando graves contradicciones que ponían en riesgo a las comunidades y el

territorio. Asistieron todos los medios comerciales nacionales, los regionales y los comunitarios.

La actividad fue transmitida por *RCP1020 AM* y a través de su página en internet. Una vez todos allí, fue presentado un informe titulado *Evaluación del gasoducto del norte propuesto por la Autoridad de Energía Eléctrica (AEE): Respuesta Comunitaria a la Crisis Energética*. Las contradicciones encontradas en el estudio del material provisto por el gobierno hasta aquel momento tenían tres dimensiones, una serie de resoluciones y una propuesta con alternativas. Siguen de forma resumida.

Primero, la *Vía Verde* no tenía nada de “verde”. La huella ecológica incluiría 389,000 hectáreas de bosque. Entre las zonas a ser impactadas se encontraban el Bosque la Olimpia, y el Bosque del Pueblo en Adjuntas, el Bosque de Río Abajo, el Bosque de Vega, El Caño Tiburones, el Balneario de Punta Salinas y El Parque Lineal del Río Bayamón. La ruta de acceso que tendría 146 km de largo, a su vez, tenía un Radio de Impacto Potencial de más de 100 metros de ancho según la propia AEE. Por esa ruta se moverían las maquinarias y materiales necesarios. Esto implicaba cortes extensivos de vegetación y de corteza terrestre. La apertura de la servidumbre dentro del bosque sería como abrir una carretera de 10 carriles.

La servidumbre del gasoducto agravaría su impacto forestal por el “efecto ecológico de borde”. Esto significa alteraciones en el microclima, humedad, temperatura e iluminación. Se potencia la pérdida de la biodiversidad, la entrada de especies exóticas e invasivas o patógenos, facilitando cruces entre el lado norte y sur de la isla, disturbios que pueden facilitar fuegos forestales y segmentación del ecosistema a especies que requieren continuidad del paisaje boscoso para desplazarse. La construcción sobre el lomo de las montañas también afectaría la cuenca hidrográfica más importante del país. Cientos de manantiales, vertientes y áreas de flujo se verían afectadas en conjunto con las cuencas hidrográficas de la región que suplen agua a la mayoría del país. Algunos de los efectos podrían ser la destrucción misma de las vertientes, aumento de sedimentación y cambio en la dinámica hídrica de los bosques que facilitan escorrentías y protegen de la erosión. Habrían también impactos en terrenos agrícolas.

En adición, la ruta que cruza la cordillera central atraviesa suelos inestables con pendientes altas que van desde el nivel del mar en la costa hasta 900 metros sobre el nivel

del mar, así como dos fallas sísmicas. Estos terrenos reciben una precipitación anual de 2,000 milímetros y son propensos a deslizamientos. Con informaciones del censo del 2000 (según la ruta y los grupos más pequeños de bloques censales), serían afectadas 51 comunidades directamente, terrenos de la UPR de Utuado donde se planificaba construir un Jardín Botánico dentro la universidad, iglesias y gasolineras, entre otros. Estaban en riesgo de potencial según sus análisis, 22,854 familias. También habían otros riesgos que serían difíciles de contabilizar, como el de la explosión. Por ejemplo, la ruta propuesta pasaba por la orilla de la carretera frente a la comunidad de Levittown, una de las más densamente pobladas de la región metropolitana. Allí residen unas 30 mil personas y transitan decenas de miles más a diario. Lo mismo acontecía con la parte de la ruta que pasaba por la Carretera #10 entre Utuado y Arecibo.

La segunda dimensión de las contradicciones recaía en los alivios al consumidor que alegaban los proponentes del gasoducto. Como es de conocimiento general, los costos están sujetos a los precios en el mercado y la eficiencia de la generación. Utilizando los costos del gas natural del momento, calcularon que el ahorro real sería mucho menos significativo de lo que se presentaba en la campaña publicitaria. Uno de los aspectos que habían discutido las autoridades era la posibilidad de que los precios aumentaran con el tiempo. El llamado “Ahorro de la factura” se desaparecería cuando se incluyeran los costos de la deuda por la construcción del gasoducto, por la conversión de las plantas de petróleo a gas (costos y planes no estaban incluidos en la Vía Verde) y luego por los costos de operación y mantenimiento. Por otro lado, el alivio económico que traerían los estimados 1,000 mil empleos por el gobierno, también se diluirían cuando se terminara la fase de construcción.

En tercer lugar, estaba el llamado “plan estratégico” de la AEE. Era obvio en los contratos que el 70% del combustible necesario para la producción de energía estaría bajo el control de un solo suplidor en un solo punto de descarga (EEL). Como todas las otras instancias de dependencia crítica en PR (economía, política, alimentos, provisiones, medicinas), cualquier eventualidad, accidente, efecto climático como los huracanes, tsunamis o actos terroristas colocarían a la isla en una situación de extrema vulnerabilidad.

Ante esta realidad, los asesores y miembros de CP llegaron a unas resoluciones. El proceso de aprobación del proyecto había sido anti-democrático sin ninguna participación de los gobiernos municipales, de las comunidades y de otras organizaciones, lo que generaba gran desconfianza. El gobierno, había comenzado de forma ilegal procesos de expropiación de terrenos para un proyecto sin permisos, desconociendo si cambios en la ruta pudieran surgir, como ocurrió, durante la evaluación por las agencias federales. La ruta impactaba zonas de alto valor ecológico protegidas por ley.

La recién enmienda a la Ley 99, que desprotegía la Zona del Karso, eliminaba la designación de reserva del Corredor del Noreste, de la Reserva de Patillas y el desarrollo en la zona del Yunque, hacían que la organización tomara la determinación que “nuestro patrimonio natural” no es negociable. Había riesgo a miles de familias y el actual gobernador había descartado el otro proyecto del gasoducto, declarando que lo hacía en bien de la seguridad de las comunidades y ahora proponía uno de 148 km para una isla de 160 km millas de largo y cuyas generatrices están precisamente en la costa para recibir el desembarco de combustible. Por todo lo antes mencionado CP demandaba y exigía:

“Detener inmediatamente los planes de construcción, los gastos de relaciones públicas engañosas del gasoducto, así como reenfocar el manejo de asuntos energéticos del país con la participación de todos los sectores y organizaciones”

De la denuncia, inmediatamente pasaron a proponer alternativas al uso de gas natural. Reconocían el valor parcial del gas como combustible para una transición hacia las energías renovables. Era posible convertir algunas plantas de la AEE y suplir las estaciones directamente desde barcazas. El control de acceso para el gas en todo caso, debería ubicarse en la zona norte, estableciendo zonas de descargue y almacenaje, puesto que de lo contrario, *EEL* tendría el monopolio total. Sin embargo, para los conocedores del tema, la alternativa era crear las condiciones necesarias para una transición real hacia la energía renovable. Según sus cálculos, era posible alcanzar un 15% de fuentes de energía renovable para el año 2015 si se implantaban estudios y propuestas que ya habían sido planteadas por científicos de la UPR de Mayagüez. En el estudio se propone que si

se instalaran paneles fotovoltaicos en el 65% de los techos de las residencias, el país podría generar toda la energía eléctrica que necesita en las hora pico (la más costosa). Esto podría generar empresas para la fabricación de los materiales necesarios, empresas para la instalación y mantenimiento de los sistemas, además se generaría un cambio en la ciudadanía. El asumir responsabilidades para la protección del ambiente de esta forma, Puerto Rico se podría convertir en un modelo a nivel global. Como país, no debería haber más compromisos con tecnologías viejas y ambientalmente incompatibles, por el contrario, debería ser política pública las inversiones en energías renovables para el futuro.

La organización tenía autoridad para exponer lo que estaba planteando. Por más de una década llevaban experimentando diferentes modelos para la generación de energía renovable. Un estudio del Departamento de Energía Eléctrica de la UPR de Mayagüez documentó como el sistema de energía solar de CP había logrado una reducción mensual en gastos de energía en un 95%. Los argumentos eran complejos y simples al mismo tiempo. La energía del sol era gratis, el ahorro a largo plazo era total mientras se le añadía valor a las propiedades. Una transición hacia estas energías le ahorraría al país sobre \$365 millones de dólares al año que se gastan en la compra de combustibles que tienen que obligatoriamente ser importados. Con el mismo dinero que se pretendía invertir en la Vía Verde, se podría poner en marcha un proyecto piloto ambicioso para lograr la transición. Por otro lado, el dinero podría ser invertido para la re-educación sobre la responsabilidad de reducir el consumo de energía por parte de los ciudadanos. Esto sería fundamental para las próximas generaciones, argumentaron. Este tipo de alternativa era viable, podrían contar con el apoyo de diversos sectores y representaría una medida real para enfrente la “crisis”.

Concluida una maratónica primera jornada para la exposición de información al público, el día 17 de agosto, se convoca a una marcha para el 19 de septiembre en el pueblo de Adjuntas. Desde este momento en adelante, el conflicto de la *Vía Verde* o el *Gasoducto del Norte*, pasaría a ocupar diariamente espacios en los medios de comunicación masivos, regionales y locales. El caso era atractivo por su magnitud, incluso en algún momento posterior, alguien le llamó del *Gasgate* puertorriqueño, en referencia al famoso caso *Watergate*. Habían serias y claras diferencias por supuesto. En

el caso del gasoducto, sí hubo una gran exposición en cuanto a actividades ilícitas y corruptas que a su vez, destaparon otras. Esto causó una cobertura intensa que tuvo repercusiones políticas que culminaron en la campaña electoral de 2012. Sin embargo, a diferencia del escándalo de Washington, donde casi una centena de funcionarios públicos fueron acusados y algunos presos, en la isla la historia era una cosa totalmente distinta.

Hasta el momento no ha sido abierta en ninguna instancia jurídica, una investigación formal sobre todas las evidencias que incriminan a los actores y sectores que proponían la construcción del tubo.

Regresando al verano de 2010, la AEE y el gobierno insistían que el proyecto era una realidad y que comenzaría en breve. La AEE ante solicitud de la USACE, sostuvo una reunión para discutir su propuesta para el plan de mitigación y sobre 40 cambios que necesitaban ser hechos al proceso para el permiso que autorizaría comenzar a planificar tal proyecto⁶⁶.

Por otro lado, las controversias al extinto, en teoría, gasoducto del sur, no paraban. El gerente de proyectos de la División de Cumplimiento y Proyectos Especiales de la Oficina de las Antillas de la USACE, indicó que se investigaba a la AEE, por una reclamación que hace la USFWS ante el proceso de mitigación del primer tubo. La corporación pública estaba obligada a comprar tierras para la conservación, a cambio de las que ya habían sido destruidas. A casi 12 días después del anuncio de *Via Verde*, la USACE indica que no se ha recibido ninguna solicitud del gobierno de Puerto Rico⁶⁷. Dicha agencia federal, es la encargada de analizar por medio de una propuesta formal que incluya una DIA, un pedido de construcción de infraestructura. Por lo tanto, era deducible que las propias autoridades locales aún no contaban ni siquiera con esta documentación, cuando por otro lado, ya habían otorgado contratos de relaciones públicas, de una compañía para la expropiación de tierras y de otra para el gerencia del proyecto. Incluso, la OE-2010-034 que declara el estado de emergencia energética fue cuestionada por obviar el mandato constitucional para la protección de los recursos naturales contenido en la Ley sobre Política Pública Ambiental del 2004⁶⁸.

⁶⁶ PH, *Sección Panorama*. 19/08/10

⁶⁷ VC, *Sec. Locales*. 20/08/2010

⁶⁸ END, *Existe realmente una crisis energetica?*. 28/08/10

En septiembre, vecinos del sector Los Ausubos del barrio Tallaboa Alta del municipio de Peñuelas, denuncian la visita de desconocidos a sus terrenos para demarcación de la ruta del gasoducto por parte de una compañía privada llamada *New Star Acquisition Group* (NSA). Luego, investigaciones de CP, expuestas por la prensa revelaron que la nueva firma pertenecía al empresario Dennis Medina Rivera, ex comisionado electoral del PNP en San Juan.

La AEE delegó a la compañía, el proceso de expropiación de tierras y viviendas afectadas a lo largo de las 148 km de ruta propuestos para el gasoducto y le otorgó contratos sin procesos de subasta, gracias a la ley de emergencia energética, estimados en \$6.8 millones⁶⁹.

El 14 de septiembre, CP publica un comunicado y realizan una segunda conferencia de prensa. El documento que reciben los periodistas no es un comunicado común. Tiene siete páginas y es la Segunda Parte de la primera *Respuesta Comunitaria a la Crisis Energética*. Sin haberlo planificado, un grupo de voluntarios y miembros de CP, científicos, profesores e investigadores, habían conformado un nuevo núcleo, la *Comisión Técnica y Científica de CP* (CTC). Primero se comenzaron a consultar entre sí, luego surgieron muchas preguntas y se asignaron tareas. Según Arturo, quién se convirtió en el portavoz de CP, nacieron en la marcha y era necesario entender el problema para luego comunicar los argumentos técnicos al pueblo.

Insistí que en lugar de hacer un comunicado de prensa, que hiciéramos un informe técnico, aunque fuera una noticia muy amplia, pero que denotara el análisis. Con los periodistas tuvimos problemas porque nos decían que cada vez que hacíamos algo y sacábamos un comunicado teníamos muchas noticias en una. Y nosotros: bueno, saca las que tu quieras, pero nosotros tenemos que armar el asunto y decidimos hacerlo mas explícito, con detalles, nos dimos cuenta que éramos un comisión de trabajo de CP.

El nuevo informe, revelaba aun más contradicciones en los argumentos utilizados para el proyecto. En CP, así como en muchas comunidades la gente ya casi no dormía. Una madrugada, tras una extensa jornada de análisis, uno de los miembros de la CTC

⁶⁹ LSP, *En 14 días expropiaciones del gasoducto*, 10/11/11; LPS, *Via Verde: viva y coleando en la montaña*. 12/01/12

descubre mediante cálculos que la compañía EcoEléctrica (EEL) no tiene la capacidad para regasificar el gas natural licuado que supuestamente supliría la demanda del 71% del país. La AEE argumentaba que la construcción del gasoducto en las instalaciones de la EEL supliría tal demanda. La realidad encontrada era que la compañía, solo tenía en aquel momento una capacidad para generar un 15% de la energía prometida; en teoría la EEL podría hasta triplicar su capacidad pero para lo que proyectaban realmente se requería 9 veces la capacidad. Quedo claro que la propuesta del gasoducto jamás se realizaría en su totalidad y esto debía ser conocimiento de las autoridades. La evidencia descartaba en términos técnicos su viabilidad, se trataba de un fraude.

En la propuesta del proyecto, que aún no tenía una DIA, se aceptaba que EEL sería el único punto de entrada del gas que sería importado. El rol de intermediario le permitiría a la compañía, que estaba dentro de un conglomerado público-privado, cobrar costos por peaje. Experiencias recientes de otras APP, como la del Puente Teodoro Moscoso y el sistema de peajes, que anteriormente pertenecían al Departamento de Transportación y Obras públicas, indicaban la posibilidad de que los costos generales aumentarían una vez instalada la compañía. El ahorro por combustible prometido desaparecía más un argumento, los costos de peaje.

Los detalles encontrados no tenían fin: 72 km del trayecto del tubo era para llegar a la Planta de Cambalache en Arecibo que apenas produce el 2% de energía del país; declaraciones a la prensa por parte de las autoridades iban desde decir que por el tubo podrían transportar aceite hasta que podría convertirse en un corredor turístico, así como que la opción de barcazas cisternas era posible, significando que la construcción propuesta no era necesaria. Como si fuera poco, en aquellos meses del verano pasó el huracán Earl, el tercero de la temporada de ciclones. Sobre 200,000 residencias se quedaron sin acceso a electricidad, incluso en el área metropolitana, por muchos días. La AEE atribuyó el problema a fallas en el sistema de distribución, no de generación. Esta reflejaba según el informe, que las estructuras de la corporación posee severas deficiencias en su dirección e infraestructura.

Por otro lado, también se preguntaban hasta que punto la inversión en la publicidad y las relaciones públicas estaba organizada para coaccionar el rol informativo de los medios de comunicación masiva. Había anuncios coloridos de una página

completa en los principales periódicos comerciales, billboards, anuncios en revistas, anuncios en las facturas mensuales de los consumidores, anuncios televisivos y mensajes en la radio. En las conclusiones exigieron al Gobierno que desistiera de sus planes de construcción y que detuviera el gasto de fondos públicos para la campaña mediática ‘engañosa’ de Vía Verde.

Unos días antes del informe, finalmente la AEE publicó la *Declaración de Impacto Ambiental para la Vía Verde de Puerto Rico*. Este anuncio coincidió con la noticia del estallido de un gasoducto en San Bruno, California, visibilizando el asunto de seguridad. Como parte del proceso expedito, las 17 agencias y 13 municipios envueltos tuvieron cinco días para analizar y endosar la DIA, que contenía sobre dos mil páginas. Las vistas públicas serían hechas el mismo día y horario en tres municipios, Adjuntas, Barceloneta y Bayamón. Luego, la AEE tuvo 10 días para contestar todos los comentarios que se le enviaran a sus oficinas o a las oficinas de la Junta de Calidad Ambiental (JCA).

Portavoces y residentes de las comunidades impactadas comenzaron a reaccionar en cadena. Así también hicieron alcaldes, ciudadanos, investigadores y diversas organizaciones. El documento estaba lleno de incongruencias. Ya no quedaría ninguna duda, el rechazo al gasoducto era masivo. El domingo 19 de septiembre llegaron cerca de 10,000 personas al pueblo de Adjuntas, al son de *¡No al Gasoducto! ¡Sí a la Vida!* Dijeron presente los comités de comunidades y residentes que habían recibido cartas de intención de expropiación, estudiantes, sindicatos y también organizaciones que “la gente no asocia con la militancia en causas ambientales” como el Club de Leones de Adjuntas, capítulos de cobitos y niños escuchas, incluso grupos de aficionados a los Jeeps. También habían representantes de la comunidad boricua en los EU, como el legislador estatal de Nueva York, José Rivera, conocido en la isla por respaldar la lucha que sacó a la Marina de Vieques⁷⁰. La actividad sirvió para demostrarle a los que tanto estaban trabajando en CP que iban por un buen camino y que tenían un respaldo, pero esto no sería suficiente.

⁷⁰ END, *Miles marchan contra el gasoducto*. 20/09/10

Era “necesario seguir alertando, sobretodo a aquellos que toman y ejecutan las decisiones determinantes para el país⁷¹.”

Posterior a esta primera manifestación masiva y pública hubo que regresar rápidamente al análisis de la confusa DIA para las vistas públicas. Un ex-presidente de la JCA, le recomienda a la AEE retirar el documento, revisar todos los errores que tiene y realizar todos los estudios necesarios que no fueron hechos⁷².

A solo días de estos últimos acontecimientos, CP denuncia que la AEE transportó en helicópteros a líderes religiosos y de otros sectores para ver la ruta del gasoducto como parte de un plan estratégico mayor, a un costo de tres millones de dólares, para contrarrestar la oposición al proyecto. Documentos recibidos por la CTC indicaban que la AEE había realizado un estudio focal con 1,200 personas de la ruta del gasoducto para conocer sus preocupaciones y quiénes son las personas en las cuales confían a fin de abordarlos para apoyar la Vía Verde.

“Conceptualmente, el tema de la protección del ambiente ha alcanzado niveles sin precedentes. Concluimos que cualquier costo relacionado a este tema, debería manejarse con mucha cautela”, expresaba el estudio preparado un año antes por la agencia de publicidad Ballorí & Farré contratada por la corporación pública. Recomendaban en adición, que los representantes del proyecto no le llamaran “gasoducto” y sí la Vía Verde, para evitar la asociación con el conflicto previo. La primera fase del plan incluyó grupos focales en los municipios afectados. La segunda etapa era llamada de “conciencia y educación” que se desarrollaría hasta fines de año. Consistía en acercamientos a grupos y líderes de opinión locales y nacionales. En el caso de Adjuntas, identificaban a CP como el ente que más generaba opinión entre los ciudadanos. En el estudio también se concluyó que las personas entrevistadas valoraba la opinión de personalidades religiosas, con un 55 por ciento frente a otras posibles figuras⁷³.

La agencia de publicidad envuelta en el conflicto, tenía registrados, según investigaciones de la prensa independiente, un total de 55 contratos con el gobierno, que

⁷¹ Arturo Massol Deyá/ Entrada 21 sept. 2020.

<http://casapueblo.org.blogspot.com.br/2010/09/la-marcha-contra-el-gasoducto.html>

⁷² END, *Sección PR HOY*. 29/09/10

⁷³ VC, *Vuelo de Pastores*. 6/10/10

totalizaban más de 29 millones 400 mil dólares en los últimos tres años. De estos, dos son con la AEE y totalizaban más de tres millones y medio de dólares. El primer contrato era de noviembre de 2009 a noviembre de 2010 y el segundo de julio de 2010 a enero de 2012. El principal socio de la firma, Eduardo Ballori, fue miembro del gabinete del gobernador del PNP, Carlos Romero Barceló entre 1978 y 1984 como Comisionado de Energía. También fue miembro de las Juntas de la AEE, de la Autoridad de Desperdicios Sólidos y de otras corporaciones públicas⁷⁴.



1.10 Marcha 19 de setembro 2010 em Adjuntas. Fotografía El Nuevo Día. Mariel Mejía Ortiz.

El 16 de octubre de 2010, CP emite un tercer comunicado/informe donde se evaluaba la DIA. En resumen, repetían que el proyecto técnicamente no representaba una opción para el país ya que el análisis de sus operaciones era incorrecto y no cumplía con los parámetros, incluso federales, para el diseño de construcción de tamaño magnitud. Además, el documento no tenía rigurosidad científica alguna y carecía de elementos científicos necesarios para poder evaluar de forma correcta sus efectos sobre los recursos

⁷⁴ 80GRADOS, *Via Verde: millonaria publicidad engañosa*. 02/11/12

naturales de la zona. En primer lugar, la DIA partía de una premisa de selección incorrecta. Ya estaba documentado y probado que las instalaciones actuales no tenían la capacidad para procesar el gas necesario. Los inventarios de especies no tomaron en cuenta la estacionalidad y no se realizaron trabajos de campo. Había una superficialidad en torno a toda la documentación de los recursos que denotaba poco conocimiento de parte de los contratistas del gobierno. También habían inconsistencias y errores en las áreas y distancias proyectadas. Incluso colocaban al Bosque del Pueblo como teniendo 2,500 km², casi la mitad del área de toda la isla y al Bosque de Río Abajo con 2.54 veces el área total de la isla.

No se hacían referencias a los estudios realizados por el DRNA para tomar en cuenta las áreas protegidas y las reservas. Por otro lado, no se presentaba ningún análisis de impactos indirectos o acumulativos en las áreas propuestas para impactar. Concluían que el documento ambiental ni siquiera cumplía con los requisitos necesarios para analizarle y hacer una justa evaluación.

La participación masiva en las vistas públicas sirvieron para documentar el amplio rechazo que iba en aumento por parte de todos los sectores envueltos o comprometidos. Análisis independientes, los estudios de CP y los propios reportajes de la prensa los complementaron. El abogado ambiental, Pedro Saadé, quién formó parte del equipo de juristas que acompañaban y orientaban a las comunidades afectadas indicó a la prensa, que la decisión de la AEE de no realizar subastas, demostraba que la celebración de las vistas fue “una tomadura de pelo”. Para Saadé, “todo el programa del gobierno está caracterizado por una imposición que nace de un estado de emergencia en el que la opinión de los sectores no cuenta. Es una burla al proceso de vistas públicas y a la buena fe que la gente pudo haber puesto en el proceso⁷⁵”.

En noviembre el Tribunal de San Juan declara un “no ha lugar” a la petición de interdicto de un grupo de ciudadanos de Adjuntas, Utuado y Arecibo, que hubiera detenido la orden ejecutiva que declara el estado de emergencia energética⁷⁶. El día 10 del mismo mes, CP publica un cuarto informe de evaluación titulado *Riesgo a la Vida, a*

⁷⁵ Serie Completa de END: Contratos del gd sin subasta, La AEE se apoya en una ley de 1941 para no realizarlas. 2012

⁷⁶ END, 12/11/11

la Salud, y a la Propiedad de más de 200,000 habitantes a lo largo del Gasoducto del Norte como parte de la serie *Respuesta Comunitaria a la Crisis*. En ella, se presentaron nuevos riesgos encontrados a la propuesta del gasoducto. La CTC utilizó el protocolo del *Committee for Pipelines and Public Safety, Transmissions Pipelines and Land Use: A Risk-Informed Approach- Special Report 281* y las guías del *Federal Energy Regulatory Commission* (FERC), para considerar escenarios, consecuencias y probabilidades.

El Gasoducto del Norte presentaba un escenario con seis zonas de alto riesgo en toda su ruta como: corrosión, 8.37 km; inundables, 60.46 km; deslizamiento, 39.68 km; susceptibilidad a incendios, 15.57 km; tsunamis, 3.30 km y sismicidad, 148 km (toda la ruta).

Las consecuencias de esos 6 escenarios como posibles explosiones y fuegos, fueron calibrados con experiencias recientes de explosiones con gasoductos como el de San Bruno, California, el de Texas y el de Middletown en Connecticut, todos en el año del 2010. Por otro lado, se utilizaron las recomendaciones, tablas y fórmulas de la FERC y las de la *Pipeline and Hazardous Material Safety Administration* del Departamento de Transportación de los Estados Unidos para determinar que el Radio de Impacto Potencial sería de 660 pies (200 metros) y no 150 pies como estaban determinando las autoridades locales. Si se considera el riesgo adicional, de lo que sería una Onda Expansiva, provocada por el fuego e intenso calor en una explosión, estos números pueden fácilmente triplicarse. De esta vez, quedaban igualados el riesgo a la vida humana, los recursos naturales y a la economía local (de los ciudadanos consumidores). El “desarrollo” tenía que verse de forma integrada y crearse de forma democrática-participativa en el sentido más común de la palabra.

Salud es definido como el completo bienestar físico, mental y social, y no solamente la ausencia de afecciones o enfermedades. La protección del pueblo frente a los riesgos reales exige una actuación del gobierno que desborde en el mero cumplimiento de deberes y obligaciones a la simple prevención de situaciones de riesgo ya manifestadas. Los proponentes del Gasoducto del Norte violan temerariamente este requisito de gobernanza democrática. Esas son razones suficientes para descartar el proyecto de raíz y de inmediato.

El domingo 28 de noviembre cientos de ciudadanos de los municipios de Adjuntas, Peñuelas, Cataño, Bayamón y Utuado, convocados por el Comité Toabajeros Organizados en contra del Gasoducto, marcharon por Levittown, en repudio al proyecto de la AEE. Justo Lozada, portavoz del comité, declaró a la prensa que estaban dispuestos a realizar desobediencia civil para evitar la construcción y que el mismo, no pasaría por ningún pueblo⁷⁷. El último mes del año, significativo por las fiestas navideñas y los recesos, no era un época para celebrar para muchos.

La próxima semana, la JCA, aprobó la DIA. Ahora le tocaba a la Junta de Planificación evaluar la consulta de ubicación. La resolución aprobada certifica que el documento, sometido apenas 5 días antes, cumplía con la Ley 416 de Política Pública Ambiental. Los interesados en impugnar tenían 20 días para presentar una solicitud de revisión judicial ante el Tribunal de Apelaciones. La aprobación terminaba el proceso de planificación ambiental de la obra, no otorgaba un permiso. Don Alexis, a preguntas de la prensa, declaró que la DIA era la más terriblemente preparada en la historia ambiental de PR y que CP no acudiría al apelativo, porque pensaban que las cortes estaban manipuladas y sería un esfuerzo fútil. Sin embargo, no se oponían a que otras organizaciones lo hicieran⁷⁸.

Apenas un día después de que la JCA aprobara la consulta de ubicación, la JP emitió también su aprobación. El asesor de la organización Ciudadanos del Karso, Luis Jorge Rivera, explicó que esta última determinación sí constituía un permiso o endoso relacionado a la fase de planificación de un proyecto. A partir de allí, restarían los permisos locales para la fase de construcción. Sin embargo, todavía restaba la aprobación del permiso por parte de la USACE y que al este constituir un proceso federal, el proceso expedito por parte del gobierno local no se aplicaría⁷⁹.

El domingo, pescadores de la Villa Pesquera del barrio Vietnam de Cataño, residentes de la comunidad Vietnam en Guaynabo y miembros de la organización Cataño Unido Contra la Contaminación realizaron una manifestación navegando por la Bahía de

⁷⁷ END, *Marchan contra el GD*. 28/11/10

⁷⁸ END, *Aprobada la DIA-F del GD*. 02/12/11.

⁷⁹

<http://www.adendi.com/archivo.asp?num=80105&year=2010&month=12&keyword=gasoducto>

San Juan, para expresar su rechazo al “gasoducto de la muerte”. Estas comunidades habían sido severamente afectadas hacía un año por la explosión de tanques de almacenamiento de gasolina y diesel, en las instalaciones de una refinería de petróleo *CAPECO*. El fuego calificado como el mayor en la historia del país, paralizó parte del área metropolitana, no solo por el fuego sino por la gran masa de humo tóxico que tardó varios días en apagarse. Las casa de algunos sectores cercanos a los tanques, explotaron ventanas, puertas, televisores. Esto causó múltiples daños a la propiedad y sobre todo salud de los residentes⁸⁰.

“Ahora, un año después de *CAPECO*, nos exigen que estemos de acuerdo con que nos rodeen las tuberías de las Plantas Termoeléctricas de Puerto Nuevo y de Palo Seco del propuesto Gasoducto de la Muerte, sin que se garantice una distancia mínima razonable de seguridad⁸¹”

A fines de año, el Servicio de Pesca y Vida Silvestre de los EU recomendó al Cuerpo de Ingenieros negar el permiso de Vía Verde. El Movimiento Independentista Nacional Hostosiano (MINH) hizo pública y mostró a la prensa una carta de los directores de la agencia federal haciendo la recomendación a la USACE. Para ellos, la carta validó todos los planteamientos de CP y el resto de las comunidades. Uno de los argumentos principales, era la peligrosidad a la que estaban expuestos los recursos naturales y a que la propuesta no incluía actividades de mitigación reales. Planteaba que existían otras alternativas menos costosas y pedían que se revisara todo el proyecto, desde la capacidad de generación de EEL hasta la ruta final del tubo⁸².

La noticia de una explosión de un gasoducto en México, que tuvo un saldo de 14 muertes y decenas de heridos, solo aumentaba las tensiones. El siniestro quebró casas y calcinó 25 vehículos en un radio de 3,000 metros⁸³. El Comité Utuadeño seguía alertando sobre visitas e incursiones sorpresas a vecinos, en su mayoría personas mayores y de origen humilde, que estaban en la ruta.

Tal como si fuera un mal augurio, el 24 de diciembre, un temblor con magnitud de 5.0, se sintió a través de toda la isla. Fueron registrados daños leves a la propiedad en

⁸⁰ <http://academic.uprm.edu/laccei/index.php/RIDNAIC/article/viewFile/297/325>

⁸¹ Protestas marítima contra el gasoducto, END, 5dic2010

⁸² No federal al GD, 29,12,2010

⁸³ <http://www.cronicaviva.com.pe/index.php/mundo/america/9270-al-menos-14-personas-mueren-por-explosion-de-gasoducto-en-mexico>

varios municipios, sin embargo, cualquier persona que haya vivido en persona un evento como ese, sabe que la sensación del temblor puede tardar días o semanas en salir del cuerpo. Sucede que Puerto Rico está ubicado en la frontera de las placas tectónicas del Caribe y de Norteamérica. El borde está caracterizado por un movimiento de subducción, en donde la Placa del Norte América se hunde por debajo del bloque de Puerto Rico. La Trincheras de Puerto Rico ubicada en el Atlántico, es una de las más profundas del mundo y esto genera que los temblores puedan ser sentidos ampliamente por toda la región del Caribe⁸⁴.

El informe de análisis para la DIA realizado por la CTC, destacaba que el documento ambiental no había tomado en cuenta el aspecto de la magnitud en el riesgo por sismicidad. En adición, habían colocado el epicentro de un sismo a un radio de un kilómetro cuando un sismo tiene consecuencias a grandes del lugar de origen. Con negligencia casi criminal, los peritos contratados utilizaron datos de los 10 años más recientes como referencia para evaluar la sismicidad de la zona y declarar que eran inactivas.

A la onda expansiva social del conflicto de la Vía Verde, todavía le quedaban meses largos de vida. No obstante, mientras la lucha comunitaria se consolidaba, la propuesta del gobierno perdía popularidad, credibilidad y apoyo. A finales de enero de 2011, la prensa publica una carta de ocho páginas datadas del 22 de diciembre del año anterior, donde el jefe de permisos de la Sección de las Antillas de la USACE, técnicamente paraliza el proceso de análisis de la solicitud “Joint Permit Application” del gasoducto, tras indicar que la información provista por la AEE, era “deficiente, muy conceptual y falló en tratar adecuadamente los asuntos planteados por otras agencias y el público”. La agencia pública local, tendría 45 días para responder por escrito a los comentarios. De no hacerlo, la solicitud podría ser retenida por un año o denegada. La carta explicaba que “la información en el expediente de la Vía Verde no responde plenamente en materia de seguridad pública, impactos ambientales, especies en peligro

84

http://redsismica.uprm.edu/Spanish/informacion/comunicados/Informe_AguasBuenasM5.4_2010_F.pdf

de extinción ni conservación de hábitats y propiedades históricas”. Sin el aval de la USACE la construcción nunca podría llevarse a cabo⁸⁵.

Mientras, las autoridades continuaban haciendo cambios en las rutas, insistiendo ante la prensa que era cuestión de tiempo el comienzo de la construcción y repartiendo millones de dólares en contratos. CP había evaluado la cronología de eventos e investigado las relaciones del PNP con la otorgación de los contratos. La prensa utilizó este estímulo para divulgar ampliamente la controversia.⁸⁶

Aunque estuvo lleno de mucho sacrificio, dolor, expropiaciones a numerosas familias y nuevos miedos, la lucha fue muy diferente. Sus experiencias pasadas y los nuevos reconocimientos logrados los llevaron a crear una oposición masiva en cuestión de meses. El haber detenido y prolongado el proyecto desde un principio fue clave para el movimiento que surgió. Las comunidades, organizaciones y especialmente CP, tuvieron que actuar de manera ‘expedita’. Todos los argumentos principales quedaban expuestos, con evidencias, informes y alternativas.

Por otro lado, las manifestaciones creativas no cesaron. CP convocó a organizaciones y al pueblo en general a darse cita en Adjuntas, el primero de mayo, Día Internacional de los Trabajadores de 2011, para apoyar un manifiesto en contra del proyecto. La actividad fue llamada “A legislar desde las calles” ya que “el pueblo no podría esperar a que lo hiciesen los políticos”. En la primera manifestación que se realizó en forma de marcha por el pueblo de Adjuntas había sido histórica por el número de participantes (se estimaron unos 10 mil asistentes) y por ser en el centro de la isla⁸⁷.

Al gobierno local le restó utilizar ataques sin sentido hacia los opositores. En abril de 2011, el Secretario General del PNP, en una entrevista radial opinó que CP debía ser investigado por malversación de “los fondos del DRNA” para el manejo del BP. El representante del partido en el poder, claramente no había sido informado que los fondos otorgados por ley a la organización habían sido cancelados por su propio partido hacía 3 años y que anterior a eso, los fondos se otorgan a su vez que CP entregaba sendas

⁸⁵ END, *En suspenso permiso del gd.* 26/01/11

⁸⁶ Serie Los hombres del Gasoducto, END; Serie LPS; Serie Diálogo (2011)

⁸⁷ <http://www.miprv.com/casa-pueblo-convoca-a-manifestacion-contrael-gasoducto-el-1-de-mayo/>

auditorias sobre sus finanzas⁸⁸. En otra ocasión, el propio gobernado acusó a la familia Massol, en especial a los portavoces Arturo y Alexis, de estar financiados por carteles petroleros.

El mismo mes, el congresista boricua Luis Gutiérrez denuncia ante el Congreso de los EU, el conflicto de intereses y las irregularidades con el multimillonario caso. En tal ocasión hace un pedido a la USACE y a otras agencias federales toda la información relacionada al gasoducto que estuviera en sus expedientes⁸⁹. Una semana después el demócrata por el estado de Illinois, declara a la prensa haber recibido por parte del Cuerpo de Ingenieros un primer expediente cientos de documentos referentes al proyecto.

La “Asamblea de Pueblo” el primero de mayo, congregó nuevamente a miles de personas bajo una torrencial lluvia donde denegaron de forma simbólica el permiso para construir el gasoducto. De esta vez, los aproximados llegaron a los 30 mil asistentes. En la actividad asistieron los grupos comunitarios afectados, organizaciones que les apoyan, ciudadanos de todos los pueblos y sindicatos, como la Asociación de los Maestros que decidió apoyar con su asistencia.

También viajaron desde los Estados Unidos, el congresista Gutiérrez, donde recibió por parte de la Oficina de la Procuradora de las Personas de Edad Avanzada un extenso informe con cinco querellas federales que presentó la agencia, como resultado de una investigación en donde se documentaron violaciones de derechos civiles contra esa población en los procesos de “intención de expropiación” por parte de la AEE y su agencia contratada NSA⁹⁰. En declaraciones a la prensa regional, Alexis declaró que harían un ejercicio de democracia participativa. No para revocar al gobernador, pero sí para revocar sus decisiones en algunos asuntos⁹¹.

⁸⁸ END, *Secretario del PNP reclama pesquisa contra opositores del GD*. 11/04/11

⁸⁹ END, *Gutiérrez denuncia en el congreso el gd*. 14/04/11

⁹⁰ Asamblea de pueblo deniega permiso de construcción para el gasoducto, END, 1mayo2011; El GD ya explotó, END, 1mayo2011; Manifiesto del Pueblo de PR contra el gd <http://www.petitiononline.com/casapueb/petition.html>

⁹¹ Un gigante que ya no duerme tranquilo, LPS, 27 abril 2011



1.11 Marcha “Legislando desde las Calles”. Maio, 2011. Fotografía, Ricardo Alcaraz, Prensa Asociada

El conflicto no parecía tener fin. Una semana después de la manifestación, CP, representantes legales, el Sierra Club y grupos comunitarios denunciaron en conferencia de prensa, en San Juan, que la USACE, en una acción sin precedentes, relevó la oficina local de Puerto Rico (Sección de las Antillas) de sus responsabilidades de analizar el proyecto de la Vía Verde y “secuestró” el expediente, enviándolo a las oficinas de la agencia en Jacksonville, Florida. Uno de los asistentes de la oficina local, había enviado un comunicado de forma confidencial para dar a conocer la movida. Los grupos indicaron que varios consultores del gasoducto, trabajaban o tenían relaciones con el organismo federal en la Florida. El consultor de la AEE para los asuntos de permisos era la compañía *BC Peabody*, donde uno de sus principales representantes, Larry Evans, había fungido como director de la mencionada oficina. CP expresó en un comunicado junto a los otros participantes que se intentaba eliminar las demandas públicas a las espaldas del pueblo. La información fue obtenida gracias a las investigaciones que realizaba la oficina del congresista Gutiérrez en Chicago.

Esta decisión eliminaba el acceso directo de la comunidad y sus preocupaciones respecto a los que iban a decidir sobre el caso. Ahora recaía exclusivamente en el Coronel

Alfred Pantano o personas de la Oficina de Jacksonville donde todo es en el idioma inglés. Los líderes, declararon que estaban dispuestos a realizar desobediencia civil pacífica cuando se tornara necesario⁹².

Mientras, el ahora portavoz principal en contra del gasoducto, Arturo Massol Deyá, decidió, como hicieran sus padres 20 años atrás, activar los núcleos de apoyo boricua en los Estados Unidos. En un recorrido por Nueva York y Washington D.C., comenzaron a organizar el movimiento Nueva York en contra del Gasoducto. David Galarza, reconocido líder sindical fue un gestor clave en la ciudad, organizando la gira, los encuentros y fundando el grupo 'NY Contra el Gasoducto'. Los representantes puertorriqueños locales Carmen Arroyo y José Rivera indicaron que “vamos a estar unidos y la lucha va a seguir, no hay quién nos pare”. Armado de una cámara, Arturo grabó declaraciones de diversos líderes y representantes de organizaciones.

Consiguió declaraciones contra el gasoducto de grupos como el *National Congress for Puerto Rican Rights*, el *Labor Council for Latinoamerican Advancement*, el Sierra Club, la Iglesia Presbiteriana Lafayette, el *East Harlem Preservation* y la *Trinity Lutheran Church* de Brooklyn⁹³. Por su parte, la *National Puerto Rican Coalition*, la mayor organización gubernamental en Washington, D.C., que representa los intereses de la comunidad boricua en los Estados Unidos, luego de una sesión informativa que organizaran en el congreso el representante de CP y el capítulo local de Sierra Club, pidió al secretario del Ejército, John McHugh, que tomara notas sobre la creciente duda en torno al polémico conflicto del gasoducto. Luego, los grupos arriba mencionados de NY junto a otros más, organizaron una protesta frente a las oficinas de la USACE en Manhattan.

⁹² <http://www.miprv.com/secuestran-expedientes-del-gasoducto-via-verde-a-oficinas-en-eu/>; <http://www.dialogodigital.com/index.php/Casa-Pueblo-denuncia-secuestro-del-expediente-del-Gasoducto.html>; <http://revistaatabey.com/blog/2011/05/09/gasoducto-denuncian-secuestro-de-expediente-y-su-traslado-fuera-de-puerto-rico/>; END, *Denuncia secuestro de expediente del gd.* 09/05/11

⁹³ <http://www.elnuevodia.com/campanacontraelgasoductoennuevayork-984620.html>; <http://www.scribd.com/collections/3160538/NY-Contra-El-Gasoducto>

“Estamos conscientes de las 30,000 personas que marcharon (en Puerto Rico) en contra del gasoducto y de las injusticias que se han venido cometiendo como los bombardeos en Vieques. Nosotros tenemos un ministerio de justicia social y sabemos que esto es un asunto complicado que necesita un apoyo amplio así que estamos llamando a todo el mundo independientemente de razas o ideas políticas para que apoyen la lucha contra el gasoducto”, indicó Sam Sánchez, líder puertorriqueño de Lafayette Presbyterian Church de Brooklyn (Ibíd.).

Por otro lado, la actividad sirvió para visibilizar los desastrosos efectos que tiene la extracción de gas “fracking” en el continente. Denise Katzman, portavoz del *SANE Energy project*, organización independiente que se opone a todo el proceso de desarrollo de la extracción, transporte y exportación de gas, sobre todo sus efectos en Nueva York, afirmó que esta forma no-renovable de energía ha destruido la salud y el ambiente en muchas partes del mundo, al destruir los suplidos de agua. “Los que controlan la industria energética son injustos y no se preocupan por la salud de la gente pues para ellos los accidentes son parte de hacer negocios”⁹⁴.

Mientras, la oposición contra el gasoducto ganaba más adeptos dentro y fuera de la isla. Los propulsores del proyecto por su lado, seguían insistiendo en su construcción y obviaban la opinión pública. Incluso, fue publicado y distribuido en centro de cuido públicos del país, un libro de colorear infantil que buscaba promover los beneficios del proyecto. El portavoz de la AEE, Carlos Monroig, declaró a la prensa que la iniciativa se hace como parte de la labor ministerial que la agencia tiene de educar al país⁹⁵. También, la agencia de publicidad, encargada del diseño de las comunicaciones, colgó un portal para niños en internet. En el sitio interactivo, que todavía está abierto (julio de 2013) se relaciona a la era de los dinosaurios con la producción de gas natural actual y se educa sobre “cuan importante es el gas natural”⁹⁶.

A comienzos de septiembre, se descubre que la AEE contrató a nueva empresa de cabilderos para intentar conseguir el permiso federal que hacía falta para poner en marcha

94

<http://www.elnuevodia.com/coalicionnacionalaumentalapresioncontraelgasoducto-988666.html>; <http://saneenergyproject.org/about/>;

http://www.change.org/organizations/national_puerto_rican_coalition

⁹⁵ <http://www.elnuevodia.com/promuevenelgasoductoenunlibrodecolorear-1014895.html>

⁹⁶ <http://www.viaverdepr.com/>

la VV. El contrato de un millón de dólares otorgado a la firma de abogados Wilmer & Hale basada en Washington, D.C., es el segundo que recibían como parte de los esfuerzos para construir el tubo. Otro contrato de medio millón de dólares, otorgado en 2010, por otra agencia pública, la Policía de Puerto Rico, tenía el propósito de mitigar la investigación que realizaba la División de Derechos Civiles del Departamento de Justicia de los EU sobre las denuncias de violaciones a los derechos civiles y brutalidad policial, acontecidos durante la huelga universitaria. Con el acuerdo para la asesoría y cabildeo en Washington, el gobierno de PR podía destinar hasta tres millones para la realización de los trabajos en la capital federal⁹⁷.

Es esos mismos días, el grupo *Nueva York contra el Gasoducto* planificaba solidarizarse con una manifestación de desobediencia civil que llevarían los grupos opuestos al controversial proyecto *Keystone Pipeline XL* que atravesaría miles de kilómetros entre Canadá y Texas. Cuando llamaron al portavoz de CP, para informarle sobre la gesta que se llevaría a cabo, no lo dudo dos veces. Él y su papá debían viajar y acompañar a los que tanto les apoyaban desde afuera. Junto a otros 240 manifestantes de todos los Estados Unidos, que incluían representantes de las territorios indígenas, amenazados por la construcción del oleoducto, fueron arrestados la tarde del sábado, 3 de septiembre de 2011.

Ese mes de septiembre era bien crítico para el permiso, no para la lucha, porque la lucha seguiría. Pero el permiso en esa etapa, que no llegó ni a primera base, porque pudimos interceptarlo antes. El cáncer hay que tratarlo temprano. Nosotros estábamos en la de parar el permiso porque pensamos que se podía lograr. Habían suficientes argumentos para prevenir que se diera el permiso, era prevenir que se dieran las subastas y que se adjudicaran los dineros, era como dentro de todo el daño pues reducir el daño para el país. Hubo una reducción de daños tremenda y entonces fuimos. Necesitábamos ante los millones de dólares en cabilderos, necesitas respuesta de cómo cancelar de eso. También nos ganamos el respeto de las personas de las agencias y compañías. El gobierno es así, pero tu tienes que ir con las personas, sentarte y hablar y mostrarles credibilidad y necesitas argumentos para que te escuchen. Eso no va a cambiar. Surtió efecto en muchas formas (MASSOL-DEYÁ, 2012).

⁹⁷ [http://www.elnuevodia.com/pagan\\$1millionparacabildearporgasoducto-1055273.html](http://www.elnuevodia.com/pagan$1millionparacabildearporgasoducto-1055273.html)

“En el 2002, vine a recibir el Goldman y a elevar a nivel internacional la situación que pasaba en Vieques por las prácticas de la Marina de Guerra de los Estados Unidos. Hoy vengo a solidarizarme con los pueblos originarios de esta nación por la amenaza que enfrentan con un oleoducto y para exigirle al Presidente Obama que cumpla con su palabra empeñada en su última visita a Puerto Rico...

Obama, en su visita (a la Isla), y mediante el informe interagencial, empeñó su palabra para desarrollar nuestra economía a través de una transición inmediata a las energías renovables y al énfasis en el turismo ecológico. Ahora es un contrasentido que su Gobierno, por medio del Cuerpo de Ingenieros del Ejército, contemple tan siquiera evaluar un gasoducto para Puerto Rico”, “El Presidente tiene que cumplir su palabra (MASSOL-GONZÁLEZ, 2011)

Las investigaciones independientes, el estímulo a la prensa por parte de la organización comunitaria y su amplia campaña educativa-participativa, intentaban demostrar en aquel evento que era el gobierno federal quién realmente tenía la última palabra sobre el proyecto. La inversión de millones de dólares para evitar tales actos resultó en esta ocasión infructuosa. Por más que insistieran los políticos o los empresarios, el grupo de ciudadanos al que se enfrentaban no cederían. No lo harían, porque ya les había costado mucho unirse. Lograr que un movimiento mantenga los canales de comunicación abiertos y apoyo masivo para manifestarse, no es una fácil hazaña en estos días. Cada pequeña instancia, como el arresto por desobediencia civil frente a la Casa Blanca era una batalla ganada que no estarían dispuestos a perder. Además, necesitaban resolver este problema que no pidieron, para regresar a todos los trabajos que tenían por delante.

Las presiones no parecían incomodar a los responsables de la *Vía Verde*. El periodista Omar Alfonso, del periódico regional del área sur *La Perla del Sur*, ganó un reconocimiento por su serie de reportajes sobre el conflicto, donde recogió, principalmente, las voces de los más afectados y excluidos de la propuesta del gasoducto. Las expropiaciones forzosas y amenazas se incrementaron, y Alfonso estaba allí para cubrir los eventos. A Luis Guzmán, un agricultor del barrio Río Abajo de Utuado, que no sabe leer ni escribir, pero que trabajó como soldador en la construcción del gasoducto de San Bruno en California, le arrancaron una franja de su finca. Por una décima de cuerda

le pagaron \$34 dólares. Para el utuadeño, “ellos no saben de lo que están hablando o no les importa, y posiblemente esa sea la clave. Lo que ellos quieren es hacer las cosas, adquirir dinero, hacerse más ricos y desaparecer”. Los líderes del Comité Utuadeño contra el Gasoducto estaban angustiados. La servidumbre que era necesaria para construir el tubo, por la cual estaban expropiando los terrenos causaría mucha erosión e inundaría las quebradas y los ríos que desembocan en el Lago Dos Bocas, principal abasto de agua para la zona norte y metropolitana⁹⁸.

Por otro lado, la AEE renovó los contratos a la compañía encargada de las expropiaciones *NSA* y a la agencia de publicidad Ballori & Farré⁹⁹. En declaraciones a la prensa, el gobernador, Luis Fortuño, indicó que las expropiaciones de terrenos tienen que “venir primero” que la otorgación de permisos, puesto que hay que tener el control de la tierra para luego tener los permisos¹⁰⁰. Estas declaraciones luego serían fuertemente contradichas por los responsables federales de la evaluación. Días después, la EPA recomienda a la USACE, desista de otorgar el permiso de construcción por el pobre plan de mitigación del proyecto¹⁰¹.

Las protestas y manifestaciones continuaron tanto en la isla como en Nueva York. También la Asamblea Municipal de Hartford, Connecticut aprobó y envió a las autoridades locales una resolución en contra del gasoducto. En enero de 2012, el Tribunal de Primera Instancia de San Juan ordeño la paralización de las expropiaciones relacionadas al gasoducto hasta tanto la AEE consiguiera los permisos de construcción del proyecto. La resolución respondía, a una petición de la propia corporación pública que le requería al tribunal un proceso que les permitiera la expropiación forzosa para adquirir el derecho real y perpetuo de las tierras ubicadas en la ruta¹⁰².

El 24 de enero de 2012, CP y la coalición formada en contra del gasoducto, convocan a una actividad, “Marcha Nacional: Puerto Rico firme contra la Vía Verde”. La marcha realizada el 19 de febrero, partió desde la sede de la USACE, en el barrio Puerta

⁹⁸ LPS, 26 de octubre al 1ro de noviembre 2011, *Reportaje Especial, Angustia en Utuado: la historia que oculta el gd*, p.4-5

⁹⁹ END, *Renovación por un año más el contrato a NSA de Dennis Medina, 14 oct2011; Renovación de contrato a Ballori por no más de \$500 mil. 21/10/11*

¹⁰⁰ END, *Gobierno debe poseer tierras para construir el gd. 27/10/11*

¹⁰¹ END, *Serías reserva de la EPA sobre el GD. 1/11/11*

¹⁰² END, *Paralizadas las expropiaciones. 02/01/12*

de Tierra, pasó por el capitolio y llegó hasta la Fortaleza, residencia de los gobernadores (desde la época colonial española), en la capital. La participación de 5 a 7 mil personas marcó otro hito en la historia de la organización comunitaria. Por primera vez, una lucha de esa índole llegaba en marcha al histórico centro antiguo de la capital. La paralización del proyecto ya comenzaba a tornarse inminente y las alternativas recomendadas por CP en el 2010, ahora surgían como alternativa real para el gobierno (el transformar las plantas generatrices para recibir gas y suplirles desde barcazas) ¹⁰³.

En lo que fue calificado como un “cambio de 180 grados”, la postura del gobernador cambió de repente hacia el conflicto del gasoducto. En declaraciones a la prensa indicaba que había solicitado a la Junta de Directores de la AEE, que investigasen otras maneras costo-efectivas y seguras para generar gas natural. A preguntas sobre si el gasoducto era una mala opción y estaba cancelado dijo que estaba dudando sobre si era la mejor opción ¹⁰⁴. El año electoral avanzaba y la propuesta del gasoducto seguía “viva” a pesar de que parecía estar ya muerta.

A vida é toda luta: derrota do gasoduto

Até que as autoridades não cancelassem o projeto, a ameaça ainda era real. Em uma pesquisa do principal jornal do país em março de 2012, o 69% dos entrevistados expressou a sua rejeição total ao gasoduto e 66% duvidava das promessas de economia nas faturas. As informações revelavam o que já era obvio nas ruas, todos queriam que fosse cancelado e que se procurassem outras opções ¹⁰⁵.

Para o verão de 2012, após dois anos da apresentação do gasoduto Via Verde, a USACE ainda examinava a solicitude de licença para construir. O silêncio das

¹⁰³ LPS, *Serie sobre Vía Verde*. 8 al 14 de febrero de 2012

¹⁰⁴ LPS, *Titubea Fortuño en torno al gasoducto*. 02/07/12

¹⁰⁵ Encuesta del END, 03/28/12

autoridades locais de repente parecia estranho, depois de tanta publicidade e propaganda. No dia 11 de julho, o meu primeiro dia completo de residência na CP, o congressista Gutiérrez colocou ao governo de turno como um regime que mantinha vivo o monstro do gasoduto, denunciando desde o Hemiciclo da Câmara federal o projeto, mais uma vez. Na exposição que foi transmitida por *RCP1020 AM*, pressionou à alta direção da USACE a esclarecer expressões feitas pelo governador dias antes diante da imprensa. Fortuño havia afirmado que o projeto não seria retirado porque era a própria USACE quem recomendou que “esperassem um tempo adicional”. Denunciou como o conflito já não se tratava do gasoduto.

“Weve all seen bad horror movies. The ones where every time you think it’s safe to relax and take a deep breath- the monster is right behind the door! You know the drill. No matter how hard the teenagers in the basement, or the swimmers at the lake, or the hikers in the woods try to get away- the creature just- can’t- be-stopped. Well, the people of Puerto Rico are stuck in their very own horror movie. One that just won’t end. And one with a villain that just won’t go away. Except the villain isn’t a guy wearing a hockey mask or carrying a chainsaw. The villain is a bunch of goverment insiders...

The story has featured the Puerto Rican people’s tax dollars- as much as 100 million of them- paid to consultants and lobbyists hired by the goverment, including close friends and allies of the governor and his ruling party. It’s featured the goverment hiring a consultant team of former high-ranking Army Corps of Engineers employees based in Florida. The consultants magically convinced the Army Corps to take review of the project away from local, San Juan, Puerto Rico office. Where did they move it? Surprise- to Florida, right down the road from the consultants. It has featured ever-increasing cost estimates of the project, ballooning to nearly one billion dollars.

Gutiérrez continuou a explicar a tenaz oposição cidadã ao projeto e a pior falha técnica de toda a proposta. Desde o início, Casa Pueblo, a CTC e outros técnicos, científicos e ambientalistas e inclusive ele mesmo, tinham demonstrado à USACE que a única fonte para suprir gás natural em Porto Rico não tinha a capacidade para que o

gasoduto funcionasse¹⁰⁶. Mas o filme não acabava aqui. O conflito era ambiental, social, econômico, mas sobre tudo, político. Havia uma questão de governabilidade envolvida. Na vida real, fora do filme da Via Verde, o trabalho da Casa Pueblo continuava todos os dias. Tinham conseguido colocar a atenção de todos os meios de comunicação no conflito do gasoduto e a exposição de informações incidiu de forma contundente na opinião pública. A ampla cobertura permitiu também visibilizar e reconhecer o trabalho muitas vezes anônimo de centos de pessoas comprometidas com o desenvolvimento local das suas comunidades. Por sua vez, o reconhecimento se materializava na CP em mais visitas, mais colaboradores e melhores possibilidades de realizar os seus projetos. De certo modo, o conflito do gasoduto semeou novamente uma esperança sobre o porvir. Antes que passemos a mostrar como a autogestão comunitária junto com o manejo do bosque, se torna em uma possibilidade real para o desenvolvimento sustentável local no município de Adjuntas, vejamos como acabou a *Via Verde*.

A raiz da controvérsia gerada pelas denúncias do senador Gutiérrez, o próprio Secretário do Exército dos Estados Unidos, John McHugh, teve que desmentir o governador Luis Fortuño. O Ex-representante republicano pelo estado de Nova York, assegurou que as autoridades não tinham solicitado deter o processo de permissão para o gasoduto e que ordenava imediatamente ao inspetor geral acelerar uma investigação sobre corrupção nos processos que haviam sido realizados. Na CP, Arturo Massol, quem se converteu em um negociador chave e no portavoz principal dos opositores, não perdeu tempo. Escreveu colunas de opinião para os principais meios, publicava diariamente nas redes sociais e participava de entrevistas e programas televisivos. A sua missão era uma: solicitar que retirassem a permissão e não permitir que fosse utilizado o processo eleitoral para disfarçar um possível regresso do gasoduto.

Si no retiran la solicitud del gasoducto, le tocará al pueblo retirar a esos que insisten en el tubo. El riesgo para el país dejó de ser la tubería. El riesgo son los gobernantes. De persistir el tormentoso panorama, habrá que tomar nota de que un voto por ellos será un voto por el gasoducto¹⁰⁷.

¹⁰⁶ LPS, *Nueva trama ensombrece la Vía Verde*. 11/07/12; DS, *CP calls for denial of gas pipeline permits*. 11/07/12; END, *Es una película de terror*. 12/07/12; PH, *Reiteran su rechazo al proyecto del gasoducto*. 12/07/12

¹⁰⁷ END, *El gasoducto: más mentiras*. Sección Voces. 24/08/12

Uma sólida credibilidade, humildade, experiências passadas e a criação de redes, lhes permitiram decifrar em tempo recorde, um conflito que pôde ter sido muito mais grave. Com isto, realizaram uma espécie de serviço público que ultrapassava a sua comunidade, o seu povo e colaboravam com aquela proteção da pátria geográfica que haviam compreendido no conflito da luta contra a mineração. A emergência abriu o caminho para assegurar-lhes que os seus projetos alternativos não só eram possíveis, senão emergencialmente necessários se o país quisesse sair da sua crise. Vários conclaves ‘cidadãos’ que vivenciei durante a minha estadia o asseguravam.

Durante o primeiro fim de semana do mês de agosto se realizou na CP uma atividade chamada *Plano Nacional para a Economia Sustentável*. A mesma foi organizada pela fundação Agenda Cidadã, um projeto do principal conglomerado de imprensa escrita do país que procura prover espaços de encontro ‘trans-setoriais’ para deliberar em forma livre das ‘pressões partidárias’ e da ‘censura das próprias instituições mediáticas’ sobre os principais problemas do país¹⁰⁸. Estes encontros ou foros, se realizam em ‘dinâmicas de grupo’, onde se estabelece uma pauta previa, neste caso “elaborar para o país as propostas adequadas para garantir um desenvolvimento pleno de nossa economia garantindo a proteção de nossos recursos naturais, o emprego pleno e a equidade”. Os participantes convocados pelos organizadores às mesas de diálogo eram membros dos sectores públicos, privado e ‘sem fins de lucro’. As deliberações são dirigidas por um ‘facilitador’ que reúne as preocupações principais do grupo, metas e as estratégias para obtê-las. Ao final da jornada foi realizada uma apresentação dos acordos que deveriam constituir dito plano nacional para o desenvolvimento da economia sustentável. Os temas eram: segurança alimentaria, emprego, turismo e natureza, serviços nacionais, incentivos e legislação, reabilitação de edifícios, educação e economia¹⁰⁹.

O diretor do Centro para a Nova Economia (uma instituição privada), Deepak Lambda, falou sobre o colapso da situação econômica de Porto Rico, em grande parte alimentada por uma crescente economia informal e uma das taxas de participação laboral formal mais baixas do mundo. Os representantes da Sociedade Portorriquenha de

¹⁰⁸ <http://agendaciudadanapr.com/sobre-nosotros/>

¹⁰⁹ Documento de Agenda entregado a los participantes del encuentro, 2012.

Planificação, falaram sobre a extrema importância de estabelecer um plano de uso de terrenos que levasse em conta os princípios da sustentabilidade. Desde a metade da década de '70, quando foi criado o plano de uso de terrenos, depois associado ao Plano 2020, o país não conta com uma estratégia de planificação de uso do seu território e recursos em longo prazo. Outro dos principais expoentes foi o Dr. Ronnie de Caminos, diretor da RIABM, quem estava em Porto Rico visitando o projeto da CP, gestor do BMTA. Falou sobre as dificuldades de elaborar uma visão de desenvolvimento local e que os processos de longo prazo, dependiam precisamente de instâncias que iam mudando com o tempo. Para ele, o desenvolvimento econômico sustentável para as comunidades tinha que surgir desde e para os membros dessa comunidade. Também, cada caso e contexto, por exemplo, dos bosques modelo, era diferente e não se devia ter uma noção de desenvolvimento generalizada.

Um dos representantes da Coalisão do Setor Privado que integra às principais companhias 'nacionais', apresentou um panorama econômico pouco alentador. O problema laboral, a dependência de fundos federais e a recessão mundial os obrigariam a 'tomar medidas urgentes para fazer viável o desenvolvimento econômico'. Porém, as suas propostas não tinham uma pizca de 'novidade'. Num documento distribuído explicavam que a sua filosofia deveria ser 'qualquer emprego é um bom emprego'. O governo deveria adotar novas reformas contributivas para atrair inversões, é claro, de fora, inclusive se deveria criar um programa chamado 'Embaixadores Industriais' que de 'maneira calendarizada puderam vender a PR como destino de inversão'. Os seus planos não apresentavam verdadeiramente uma estratégia para o desenvolvimento em nível local, muito menos sustentável, mas a sua presença no evento denotava que sabiam da importância de reunir-se com os 'grupos cidadãos'.

Por outro lado, a maioria das palestras serviram para explicitar que os 'documentos não funcionavam sós, se necessitava uma governança diferente'. As palavras, eram de Amarilis Pagán, diretora de Matria, um projeto que procura por meio da economia autossustentável assistir à sobreviventes de violência doméstica e da agressão sexual. Para atingir os seus objetivos, criaram a única incubadora de microempresas especializada em mulheres chefes de família e/ou sobreviventes de violência que existe no país. Com um pequeno fundo de microcréditos, são criadas

opções para uma vivenda e economia permanente. Para Pagán, o desenvolvimento econômico não é um fim e sim um veículo para o bem-estar. Primeiro havia que abordar os graves problemas da pobreza e da desigualdade que tinha gerado o ‘modelo de desenvolvimento’ atual. Tratava-se de um assunto de direitos humanos. A sustentabilidade para ser pensada, tinha que “vir acompanhada de enfoques de gênero e outras áreas que formam parte das populações geralmente excluídas”.

A atividade, também serviu como plataforma para que CP apresentasse o seu novo plano do BMTA. A organização procurava agora ser o ‘epicentro’ desde onde se implantaria uma mesa de concertação para criar um conselho de governança comunitária para o bosque. Se alguma coisa ficou clara, foi que havia bases e evidências sólidas para continuar com os esforços de propor um modelo de desenvolvimento sustentável para Porto Rico que fosse gerado por meio da participação e legislação local cidadã. Sem estes componentes, as expectativas quanto à situação econômica e social se manteriam igual ou pior. Projetos locais, que geravam a sua própria economia tais como a CP são um banco de modelos e experiências que outras comunidades, organizações ou grupos pudessem utilizar para trabalhar em soluções aos seus problemas.

Naquele momento ainda continuava vivo o gasoduto. No dia 27 de setembro de 2012, Dennis Medina, presidente da NSA, entidade corporativa criada e contratada para realizar as expropriações, informou que a AEE solicitava que desistiram de todas as expropriações devido a que ainda não tinham claro qual seria o projeto que substituiria o gasoduto. A notícia embora muito bem recebida pelas comunidades, especialmente por aquelas famílias que foram diretamente afetadas, deixava, não obstante, um muito mau sabor¹¹⁰.

Por que então, se as autoridades aparentavam ter tomado uma decisão quanto ao conflito, não se retirava a solicitude da permissão? Ainda não se sabe a ciência certa, mas a realidade é que a cúpula do poder estadual junto com o PNP se encontrava diante de uma das piores imagens da sua história em um processo eleitoral. O partido opositor, PPD, pelo seu lado, também se aproveitou grandemente do conflito. Suas propagandas acusavam o governo atual pela corrupção e roubo pelo gasoduto, enquanto que omitiam

¹¹⁰ NOTICEL, *Gobierno desiste de expropiaciones, pero no es el fin del gasoducto*. 29/09/12

que foi sob o seu mandato que começou o primeiro projeto. Por outro lado, este mesmo partido adotou uma estratégia de campanha baseada nas ‘alianças’ e na ‘voz das comunidades’. As aproximações políticas que tentaram estabelecer com CP, só nos asseguravam o dito antes. O próprio candidato à governação pelo PPD, quem resultou posteriormente eleito, visitou a organização um dia que se encontrava de campanha pelo Pueblo (nas tormentosas caravanas dos fins de semana). Ali, os fundadores Tinti e Alexis, decidiram lhe receber, pois nunca lhe negavam a entrada a ninguém. Simplesmente pediram que o candidato se apresentasse sozinho, sem câmeras, sem simpatizantes, bandeiras ou anúncios. Na ‘reunião’, lhe desafiaram com um documento para que se compromettesse a estabelecer o corredor biológico que compunha o plano do Bosque Modelo das Terras Adjuntas.

Umhas semanas depois, poucos dias antes das eleições e da consulta sobre o status, passou uma coisa inesperada. Daquelas situações que determinam o rumo completo de uma vida em um pequeno momento que antes parecia insignificante. Na quinta-feira 11 de outubro 2012, amanheceu fresco e com muita umidade. O orvalho da manhã nas partes altas da cordilheira é intenso até que irradia fiel o sol mais ou menos às 8 horas. Um pouco antes, estavam os principais líderes e colaboradores diretos da CP se preparando para uma reunião que havia convocado Alexis.

Por incrível que pareça uma dúzia de pessoas são as encarregadas de que todos os projetos da casa, o bosque e a escola, cumpram suas funções. Porém, acontecia alguma coisa na emissora. Enquanto nos arrumamos no auditório, nos avisaram que algo passava em San Juan.

Desde uma pequena rádio, escutamos atentos. Arturo estava sendo entrevistado num programa radial sobre o status do conflito do gasoduto. Após da sua entrevista, supõe-se que seguiria para a ilha de Vieques onde tomaria provas de laboratório para a sua investigação sobre a severa contaminação que ali deixaram as práticas militares. No mesmo edifício se encontrava realizando outra entrevista, o diretor da AEE. O entrevistador e o líder comunitário se puseram de acordo e decidiram desafiar o diretor sobre a mensagem ao vivo. Era certo que retirariam o projeto? Era. Então por que não o faziam público? Porque faltava uma carta. Onde estava a carta? Já estava pronta. Apenas duas semanas antes das eleições, estariam dispostos a mostrar a carta de forma pública ao

meio-dia e ensiná-la ao representante da CP para que a verificasse?. Silêncio, logo um sim. Todos se olhavam incrédulos.

Em menos de cinco minutos as autoridades governamentais encarregadas do projeto aceitavam que enviariam uma carta à USACE solicitando que retirassem o projeto e que o fizessem de forma pública. Aos gritos, abraços e prantos da maioria dos colaboradores que ali estávamos se foram somando muitos mais durante o dia, as próximas semanas e meses. Primeiro, um grupo de pais que esperavam os seus filhos na escola de música (ao lado do auditório) se juntaram à celebração, enquanto chamavam a familiares. De repente, todo mundo estava ao celular. Improvisou-se uma conferência de imprensa para o meio-dia num hotel da capital. O poder do cidadão desafiando de forma pública ao governo tinha dado alguns resultados.

Após anos de luta, gastos inúteis que rondavam \$ 100 milhões de dólares, grave dano social e um projeto que nunca conseguiu ser iniciado, se abriu um pequeno espaço para a celebração. Para o Arturo, era uma questão de dignidade. “Há momentos para defender-se e protestar diante das ameaças. Mas também há momentos para reconhecer quando o poder do povo triunfa.” Havia duas lições principais. Uma era para os políticos, seus partidos e o sistema. Sua forma de governar estava errada e deviam uma rendição de contas.

Dezenas de milhões, um alto dano social, dois anos perdidos e muitos cúmplices. Houve dezenas de empregados públicos e representantes do setor privado envolvidos que bem poderiam ser investigados e inclusive processados pela lei¹¹¹. Tudo isso o disse diante de umas dezenas de gravadores e câmeras. A mídia não demorou em dar conta, como a entrega da carta tinha sido mais uma movida política desesperada do que alguma coisa planejada. Por outro lado, agregou que o “povo” se tinha demonstrado a si mesmo que quando queria, era possível deter processos que ameaçaram a sua seguridade, a sua saúde e o seu bolso. Quando as organizações comunitárias tinham credibilidade e os processos eram inclusivos se contribuía a criar espaços para discutir o tipo de desenvolvimento que se necessitava. Quando, pelo contrário, havia falta de credibilidade, exclusão e repressão, se interrompiam as possibilidades reais de ver tais efeitos. Foi comprovado que a ciência e a tecnologia, permitiam diversas opções para um mesmo

¹¹¹ MPRV, *Finalmente muere el gasoducto Vía Verde*. 11/10/12

problema e que era responsabilidade das comunidades e seus atores, procurar alternativas e colocá-las em prática. “A vitória nos ensina que podemos transformar a realidade por mais poderoso que seja o adversário...É lição de que tem que contar-se com a democracia participativa. A democracia de promessas de cada quatro anos acabou, este é o poder revocatório que tem o povo e hoje temos um exemplo. A democracia é para todos os dias” disse o Alexis, diante dos jornalistas que lhe chamavam a Adjuntas.

A participação insistente de CP no conflito foi fundamental tanto pelo papel educativo e participativo, quanto por lograr estabelecerem-se como avaliadores independentes, tendo isto grandes repercussões para ele no desenvolvimento do projeto. Duas semanas depois do anúncio, o governo do PNP, perderia nas urnas. O processo de referendun que foi feito também resultou um desastre, tão foi assim, que agora o governo federal pretende convocar um novo processo. Como de costume na mudança de ‘governo colonial’, centos de projetos e legislações tentaram ser passadas a última hora. Com a toma do poder do PPD nos 2013, a ilusão de mudança durou pouco. Porém, a luta contra o gasoduto significou um imediato na história da defesa do território nacional, tanto no seu aspecto humano quanto no natural.

CP, ao evidenciar que além das controvérsias “socioambientais”, existe uma cumplicidade entre todas as esferas de poder públicas e privadas, destapou o maior projeto corrupto da história e por sua vez, as verdadeiras intenções do Estado, suas estratégias e as realidades coloniais que regem o país. Como organização, CP não se sentiu surpreendida, nem amedrontada pelo conflito. Tem dedicado toda sua vida à luta pela conservação e o manejo do território de forma responsável, partindo dos princípios da autogestão e da autonomia como fatores obrigatórios para um verdadeiro desenvolvimento social.

A breve cronologia de eventos ajudou-nos a compreender o que estava acontecendo em aquele momento no governo e com grande parte dos movimentos e grupos da sociedade civil. A cobertura mediática do conflito, que bem poderia e deveria ser assunto de outra pesquisa, também nos auxiliou para compreender a importância dos “meios” e as redes sociais hoje em dia. O estímulo constante que proporcionou CP e a coalizão em contra do projeto da Via Verde, com seus informes, conferências e manifestações incrementou não só a cobertura senão, o tipo de cobertura. Por um lado, a

difusão da informação se realizava de forma estratégica, insistente e organizada. Por outro, a tecnologia das redes como *facebook*, *twitter*, dos blogs e a transmissão de RCP por internet, permitiu uma distribuição ampla das campanhas educativas e a colaboração simultânea com atores de outros povos e regiões. Os poderes econômicos e partidários, neste caso representados por um grupo de companhias privadas e o governo (locais, federais e uma multinacional), tentaram impor seus interesses com a força do dinheiro e da inversão. Porém, não puderam impedir o que já vinha acontecendo de forma experimental em muitas organizações e comunidades, uma nova forma de fazer política. Não na forma do governo tradicional, se não na de governança comunitária, onde se faz política pública e se desenvolvem planos para solucionar os problemas que lhes afetam.

Ficou demonstrado que para tratar assuntos de desenvolvimento é preciso muito conhecimento e tem que haver inclusão. Como me lembrava Arturo na sua entrevista, “quando se tem bons argumentos muda o terreno da discussão”. Ao iniciar uma boa pauta, uma boa forma de se aproximar, a outra parte estará obrigada a discuti-lo. Uma planificação para “o desenvolvimento” não pode sair de interesses particulares. Todo o contrário, a população e o seu território devem tomar decisões em consenso, baseadas em estudos e investigações próprias que lhe podem oferecer alternativas para alcançar o resultado desejado.

No caso estudado, pude ver como as metodologias tipicamente encerradas na universidade e na academia eram amplamente usadas pela comunidade. Informes técnicos, indagações jornalísticas e pesquisas sociais são ferramentas utilizadas a diário. A isto podemos acrescentar, o espaço que proporciona para a formação de recursos humanos locais. As propostas e projetos mais importantes da CP tem surgido de conflitos e instâncias de crise. Os cidadãos, primeiro em seu caráter individual ou de família, e logo em sua escala comunitária, participam ativamente nos problemas que lhes afetam. Percebem que é possível gerar tecnologias sociais alternativas e locais. Abrem-se espaços de colaboração, se constroem redes e afetos que permitem pensar em uma nova visão de país em longo prazo. Algumas organizações, por exemplo, já dispõem de pessoal altamente qualificado e reconhecido para o desenvolvimento de projetos autossustentáveis. Por outro lado, já existe uma ampla massa de voluntários e coletivos dispostos a colaborar de uma forma menos reduzida, mas que no final, é de grande valor.

Foi uma experiência de crescimento e aprendizagem para os participantes da organização poder presenciar o fato de que tantas comunidades e grupos lograram unir-se em um só frente com evidências e propostas claras. A maioria das pessoas que tinham participado diretamente no conflito asseguravam sentir-se renovadas na fé com as mobilizações que surgiram. Outro fator que merece ser destacado é que CP manteve seu princípio de autonomia frente à política partidária. Embora sim aceitassem compromissos e apoios de todos os setores do país, não foi sequestrada sua agenda.

Por último, estiveram as ações que realizaram os membros voluntários comprometidos da organização. Enviaram uma mensagem clara aos setores “público-privados”: a organização e participação comunitária-cidadã no país tem-se educado e vai crescendo exponencialmente. Pouco a pouco, com métodos próprios, tem aprendido a decifrar a complexa linguagem político-jurídica que constantemente lhes ameaça, bem seja em forma de um gasoduto, minas de cobre, ouro e prata, uma incineradora de carvão, sementes transgênicas, agrotóxicos, águas marinhas contaminadas ou o deterioro dos espaços de vida na cidade. Pequenas mas significativas mudanças nas formas de “luta” e organização dão passo a novas possibilidades de intervenção nos processos que afetam diretamente aos cidadãos. Se bem as consequências do conflito, teve saldos positivos, uma grande maioria dos problemas suscitados ficaram no ar, suspenso por incrivelmente que pareça, devido à jornada eleitoral que se realizou em novembro de 2012 e logo com a “mudança de governo”, onde o PPD ganhou por uma pequena margem, a maioria dos assentos legislativos e a cadeira da governação. Evidentemente que o descontento social que gerou o conflito da Via Verde, em conjunto com as outras instâncias da “crise e a emergência” foram detonantes para que mudasse de cor o panorama político. Porém, isto não deve surpreender-nos, pois como vimos através da dissertação, pelos passados 65 anos tem sido assim, visões e programas políticos de curto prazo, dirigidos ao “desenvolvimento econômico” em ciclos de 4 anos.

Por outro lado, o sistema burocrático gigantesco dilui os efeitos da má governança entre a população e há uma socialização de danos, mas não de riquezas. O tipo de governança corporativa-colonial que se está fazendo hoje em dia no país impede a verdadeira resolução dos problemas que enfrentam a diário a maioria da população. É por isto que, a gestão comunitária efetiva, quando necessário deve insistir e questionar os

processos que lhe são impostos. Tem sido a norma, que os projetos de desenvolvimento impostos pelo governo porto-riquenho e pelos Estados Unidos, se façam de formas sigilosas, parecido ao caso do gasoduto ou das minas. Quando uma comunidade pode dar-se conta da magnitude do problema, pode ser tarde demais. Não pode pretender o estado ou as instituições de poder, incluindo a própria universidade, oferecer respostas e alternativas sem considerar as que já estão sendo provadas pelas comunidades e seus atores. Porém, a realidade nos mostrou um panorama longe do idealismo. As posições sobre o “desenvolvimento” no país têm-se concentrado historicamente e se concentram, no ingresso-lucro econômico um do cada vez mais ambíguo ‘setor privado’. Organizações comunitárias tais como CP, procuram constantemente transformar as utopias em objetivos realizáveis, embora não perfeitos, nas condições da sua história¹¹². Parecia comprovar-se a linha do poema de Don Juan Antonio Corretjer, a vida nunca acaba, a vida é luta toda.

¹¹² Leonardo Boff (2013), hace una reflexión interesante en su blog donde dice que el desamparo actual de la humanidad reside principalmente en la incapacidad de proyectar este tipo de utopías.
<http://leonardoboff.wordpress.com/2013/04/16/el-sueno-de-una-civilizacion-realmente-planetaria/>

Considerações Finais

Durante o transcurso desta dissertação, procuramos investigar e analisar os projetos de autogestão comunitária da Casa Pueblo, enfocando-nos no contexto da crise e a sua relação com os modelos para o desenvolvimento econômico experimentados na ilha durante as passadas décadas pelo governo de Porto Rico, junto ao governo federal estadunidense. Foi possível acompanhar, assim que de maneira não exaustiva, como em cada situação de crise ou conflito (no âmbito econômico e político) emergem novos atores sociais que se encontram obrigados à procurar formar de se organizar. Na atualidade, os movimentos sociais, os grupos de minoria, as organizações comunitárias e as comunidades tradicionais, entre outros, conformam segmentos dentro de várias dimensões e redes sociais. As histórias da luta contra a mineração na região central nos anos 1980 e as histórias sobre o recente conflito do gasoduto Via Verde, são experiências e luta que se deram em torno aos processos para modernização, industrialização e desenvolvimento de modo global durante todo o século passado.

Com o incremento das “novas tecnologias”, também houve um incremento nas formas e velocidades da comunicação, o contato, o intercâmbio e a exploração de recursos que isso requer. Que os assuntos do acesso à educação, participação cidadã, a sustentabilidade, autonomia e governabilidade dos territórios se apresentem como fundamentais na atualidade para os movimentos sociais, em especial os de base comunitária, não é casualidade.

Se algo tem se demonstrado com este trabalho, é que a geração de educação e economia desde as esferas comunitárias se apresenta como uma tecnologia social de alta efetividade no sentido de que consegue alcançar menos dependência (mais autonomia), tanto quanto em níveis individuais como coletivos, que a sua vez, permitem prescindir das estruturas presentes de poder estancadas numa crise econômica e de governança. A possibilidade de gerar espaços que garantam um mínimo de futuro livre de crise, para as próximas gerações não é um sonho teórico para os gestores comunitárias, senão uma realidade quotidiana cheia de momentos tensos, assim como de pequenas, porém importantes celebrações. Uma membro da organização o expôs da seguinte maneira

A través de la escuela de música, veo que los padres se sienten felices y eso les da un grado de compromiso, porque cuando uno tiene hijo el hecho de que a tu hijo lo reconozcan, eso para un padre es bueno, ver a tu hijo desarrollándose en un proceso participativo es bien importante. Almorzamos, comemos, hacemos chistes, hacemos una sopa para todos, eso es un proceso participativo.

A veces yo naturalizo que estoy aquí, hay cosas que no me sorprenden tanto, pero uno ve personas que toman un recorrido histórico y salen impactados grandemente. Siempre se ha hecho ese recorrido pero, la lucha como dice Corretjer, es vida toda. Esto es un proyecto de lucha continua, es hasta siempre. Cada persona que va allí, no es para presentarle un proyecto, es para educarlos, yo lo veo como una educación.

Nosotros educamos sobre los bosques, las aguas, sobre la fuerza que tienen las comunidades. Creo que por ahí es que se debe ir, reforzar más eso. Que la gente sepa que tenemos que luchar, preservar el espacio, que hay que hacer autogestión (HERNÁNDEZ, 2012).

É precisamente esta equação de trabalho inclusiva a que permite colaborações para elaborar projetos ou resolver problemas. Em algum momento, a comunidade vai precisar certo conhecimento, ferramenta ou mecanismo e as solidariedades criadas, permitem-lhe dispor de um grande acervo de recursos, incluindo as experiências já acumuladas. As principais instituições sociais, como o governo, como temos visto, estão rodeadas de um aura corruptiva e de interesses privados. Quando estes problemas se encontram com uma comunidade organizada que tem aquela equação de trabalho mais inclusiva, se cria um cenário (no plano ideal) que permite e promove a autogestão. Por exemplo, no conflito do gasoduto, como muitas vezes ouvi dizer durante minha estadia, “o problema deixou de ser o gasoduto”. Para muitos dos gestores da campanha educativa, em especial, para a CTC que se criou com este propósito, a “verdade” desvendada com seus estudos era outra. *“El riesgo son los gobernantes y su manera de gobernar, la manera de tomar las decisiones”*.

Os exercícios de “democracia participativa” que expusemos a través das citações dos autores principais do trabalho, eram, porém, muitas vezes criminalizados, fustigados e seus direitos foram lhes negados. Da a impressão de que a geração de autonomia local, ameaça todo o sistema do poder político-econômico, no caso de Porto Rico, com uma condição colonial baixo uma severa crise causada pelos projetos desenvolvimentistas.

São os interesses não-locais os que maiormente manejam, o trabalho, a educação, a saúde, a política e os recursos naturais. Os que possuem “economia” podem dominar as agendas, os projetos, e ao final, como vimos, as leis e os procedimentos jurídicos que lhes rijem. Neste sentido, a geração de economia de forma autônoma, surgiu nas minhas entrevistas finais como o desafio mais importante para garantir o futuro dos projetos.

Es lo más que te libera verdaderamente y te llena de orgullo, porque tu poder auto-sostenerte es un orgullo y rompes la dependencia, tu tienes la libertad de señalar lo que entiendes que ésta bien y que esta mal y, no tienes que tener temor por chantajes de fondos, hablas con voz propia, no eres fotuto de nadie. Para mi eso es lo más importante y el brazo económico es fundamental. Si te fijas hay muchas organizaciones que se forman con dinero de fundaciones y cosas de esas, tan pronto ese dinero se acaba la organización se cae. Esa autogestión es la que impulsa el que tu quieras seguir trabajando y quieres que crezcan los proyectos, pero, la economía es la que lo permite. Esa economía tiene que estar basada en la justicia.

Me explico, cuando yo compro a los artesanos, yo no le cojo a consignación, el artesano necesita vivir y vive de eso y le pago al momento, hacemos un compromiso. Si algo se me queda que no se vende me los cambian y no hay nadie entremedio, es una relación que muy pocas personas han establecido, hay mucho abuso con los artesanos. Nosotros la economía la desarrollamos con el tiempo, porque al principio para las luchas y la compra de esta casa no teníamos dinero, eso salía del bolsillo de nosotros y de la solidaridad. Aquí se le explica a la gente lo que es la artesanía, de qué está hecha, cuál es el artesano. Esto sirve de escuela y para organizar gente en el proyecto. Cumple varios propósitos no solamente el económico (DEYÁ, 2012).

O reto, por tanto, pelo menos desde o ponto de vista comunitário e organizativo é manter primeiramente certos valores de justiça e solidariedade. Eles lhe permitem ver a economia como uma forma de sustento e independência, não como uma forma de lucro sem limites. Como quando falamos no segundo capítulo da história do CMI. Este exemplo, nos permitiu ver como a través destas problemáticas locais, se estabelecem vínculos, alianças e colaborações além do estritamente local (regional, nacional, internacional, etc.).

O projeto do Bosque Modelo (BMTA) não é um espaço novo, porque a organização leva mais de uma década trabalhando nele. Só depois de resolvida a ameaça mais direta do gasoduto (sua construção) foi que se deram as condições necessárias para seu reconhecimento e promoção como espaço possível de geração de sustento. Como também escutei em algumas conversas, o surgimento da necessidade de pensar a sustentabilidade do território e as práticas comunitárias teria lhes levado à necessidade de gerar uma “mesa de concertação” ou uma “governança paralela” às instituições tradicionais. Neste sentido e como nos lembra Jaramillo (2013), estas estruturas também não tem nada de novas, pelo menos para as comunidades tradicionais e originárias. Porém, sim são novas, para o contexto das comunidades organizadas em Porto Rico na atualidade, já que os projetos desenvolvimentistas, muito cedo no século 20, reconfiguraram os tecidos sociais que se traduziram nos fenômenos de migração e urbanização massivos. Por tanto, tal vez, um dos resultados principais deste trabalho, seja o haver compreendido, quanto de complexa e frágil é a temporalidade num contexto específico de organização comunitária, que por sua parte, necessita obrigatoriamente se vincular a temporalidade dos processos político-econômicos que geram o sistema desenvolvimentista.

A consistência é fundamental para manter os projetos em pé. Também, o elemento da “evolução permanente” como estratégia para se adaptar às mudanças, é chave para obter a capacidade de transcender conflitos, muitas vezes duros e violentos. O questionamento, as redefinições e a autocrítica tem um alto grau de benefício, com eles são renovados constantemente os laços de amizade, solidariedade e compromisso que existe para dentro de uma comunidade.

Não realizar isto pode trazer consequências negativas, já que a manutenção das redes dependem grandemente dos laços estabelecidos. Vimo como, em geral, os movimentos sociais e comunitários, se movem cada vez mais para uma “interdisciplinaridade” dos seus assuntos. Não só no sentido conceitual para pensar as coisas, senão, no sentido prático de utilização de metodologias e novas tecnologias. A necessidade criada pela crise, os levou então a pensar formas alternativas e sustentáveis de geração de energia, por exemplo. Porém, sem o sustento econômico, não pode existir uma autonomia energética.

Uma vez é alcançado certo nível de independência, o processo educativo é pilar para a formação da comunidade local na manipulação desse conhecimento. Este processo se dá por meio da inclusão de crianças e jovens em diversas atividades e programas, já que são eles os que são considerados como os que “seguirão o trabalho no futuro”. Por outro lado, também acontece isto na dimensão científica e investigativa que proporcionam os projetos do bosque.

Ao questionarmos criticamente os projetos de desenvolvimentos tomando em consideração a atual “crise”, vemos como a dimensão social junto com a questão “ambiental e de sustentabilidade” são as mais afetadas ou ameaçadas. Esperamos que este trabalho contribua positivamente para pensar os processos desenvolvimentistas e os ciclos de crise e como eles afetam as dimensões comunitárias, se desdobrando em problemas maiores como a desigualdade, o aumento de destruição ambiental e da saúde das pessoas em geral.

As velhas metodologias de contensão social, como as medidas assistencialistas ou os benefícios da migração vem perdendo utilidade, então é urgente o reconhecimento de modelos inovadores como a organização em comunidade que apresenta Casa Pueblo. Por último, resulta urgente também, o reconhecimento dos direitos de consulta prévia para o desenvolvimento de projetos econômicos, tendo em vista que o modelo da crise não aparenta ter um fim no futuro próximo. Por tanto, os retos e conflitos, seguramente continuarão a aparecer. Apesar disso, como aprendemos, também continuarão a ser fortalecidas as iniciativas de pequenos núcleos de cidadãos e grupos comunitários que levam décadas contestando diretamente estes problemas.

A situação de país sem dúvida, se agravará a causa do complexo sistema de dependência colonial. Por um lado, estão os desafios que apresenta a crise capitalista global (GAMBINA et al., 2010), e por outro, estão os fatores particulares internos, tanto quanto físicos como sociais. Os retos para o manejo da realidade isleña local estão longe de serem resolvidos ou discutidos. O tema da planificação territorial é amplamente ignorado pelas autoridades estaduais e federais, obviando os sérios problemas urbanos e de contaminação industrial e militar.

Há uma redução real das instancias de participação cidadão e é precisamente nos momentos de crise quando mais são necessários estes mecanismos, mas na prática vemos

como só a níveis muito locais foi que conseguimos identificar projetos sucedidos. Cresce a centralização estadual ao serviço do desenvolvimento e se reforma o formato para aceder aos processos de toma de decisões, criando uma brecha entre os sujeitos locais e a realidade quotidiana que lhes rodeia. Para finalizar estas reflexões, argumentamos que existem, segundo meu ponto de vista, várias respostas e desafios que a crise traz para à esfera comunitária da ação coletiva. Um são locais, outros regionais e incluso globais.

Por um lado, como citamos no primeiro capítulo, as saídas à crise que parecem se impor de modo geral são as medidas implantadas pelos estados que se regem pela lógica do sistema-mundial (Informe CLACSO, 2010). Por outro lado, se intensifica a visibilidade de iniciativas que propõem reconfigurações políticas e econômicas alternativas tanto quanto para crise como para o próprio sistema desenvolvimentistas.

Por ambos lados, os desafios são de grande magnitude e importância para definir as formas de vida que serão adotadas no futuro próximo. Na atualidade é imperante voltar a reflexionar sobre as teorias e críticas ao desenvolvimento, a dependência e recentemente, a crise global. A través delas, é possível entender sobre certa linha do tempo ou ordem histórico, as mudanças que levaram à industrialização intensiva das sociedades modernas, os métodos utilizados e as fissuras dos programas desenvolvimentistas. Na região latinoamericana e caribenha, experiências concretas locais nos mostram como as relações de produção se foram tornando cada vez mais, ameaças à sobrevivência com o mínimo de condições para os territórios e seus povos.

A história do projeto de autogestão comunitária Casa Pueblo nos permitiu observar de perto um contexto de situação colonial direta onde a pequena escala, pelo menos geográfica, se manifestam todas as problemáticas sociais, ambientais, econômicas e políticas do aparato desenvolvimentista contemporâneo, dirigido pelos EUA. É provável que esta afirmação se repita de uma forma, mais ou menos extensa, em qualquer caso de movimentos sociais, em especial os de base comunitária popular pelas Américas.

Já no âmbito local nacional, a vinculação estreita da economia da ilha com a continental levou a uma espiral de taxas de crescimento negativas e ondas de recessões que agora se encontram em seu pior momento. O sistema bipartidário, também intensamente ligado à situação de dependência colonial, controla desde há 65 anos, todo o aparato governamental estadual, judicial e municipal. Os movimentos sociais e

comunitários como lhes entendemos na atualidade, surgiram na ilha, justo no momento em que os projetos desenvolvimentistas começaram a afetar negativamente e de forma constante a vida cotidiana dos habitantes que se amontoavam na ultra povoada área metropolitana o dos que “ficavam na ilha” em busca de qualquer emprego que significasse um sustento.

Com o fim da sociedade agrária na década do 1950, o país passou por várias fases experimentais de industrialização até chegar à mais recente, baseada na exportação de produtos químicos, farmacêuticos e electrónicos em conjunto com a indústria da construção e turismo de luxo. Estas exportações nunca tem representando um valor real para a economia local. As transnacionais com bases estadunidenses tem dependido historicamente dos incentivos tributários e outros benefícios, para operar na ilha sem pagar contribuições sobre seus ingressos fora do país, porém, as companhia só exportam.

Os novos ciclos de reformas, tanto quanto na esfera contributiva (aumento de contribuições às classes médias e maiores isenções às corporações, especialmente às transnacionais), assim como na esfera legislativa consolidação de agências e programar, com miras a “agilizar” os processo de permissões e estudos ambientais, sem dúvida, profundirão a crise.

Neste sentido, como bem apontam os estudos críticos sobre o desenvolvimento, a crise é consequência direta da dependência estrutural das economias, culturas e sociedades nacionais à economia mundial. Embora a crise revela esta lógica perversa, a realidade nos obriga a pensar a possibilidade de sua constante regeneração e permanência como modo de vida. Os avanços e práticas produzidas a partir dos movimentos sociais, comunitários e populares nos outorgam então, experiências para compreender quais são os conflitos e problemas que surgem quando se pretendem propor modelos alternativos.

Como discutimos no terceiro capítulo, as estratégias que funcionaram para a criação e manejo da reserva florestal o Bosque del Pueblo: iniciativa individual, manejo coletivo e exercícios de democracia participativa; continuarão a ser os maiores retos internos para toda organização comunitária. A colaboração e negociação com as instituições de poder é um desafio constante que muda radicalmente com cada novo ciclo político-econômico, a nível nacional e com a crise dos EUA.

A ação voluntária, pilar dos projetos baseados na autonomia e na autogestão se fomentam principalmente via projetos educativos, por tanto, conseguir manter ativos aos membros de uma organização não é tarefa fácil. Incluir os conhecimentos científicos e acadêmicos junto com os populares e tradicionais, se torna numa tarefa que precisa ser cuidada e atualizada periodicamente. Não necessariamente, todas as pessoas que se sentem parte da organização ou a comunidade compartilham este ponto de vista. Porém, podemos afirmar que após estudar mais profundamente por exemplo, o conflito da Via Verde, vimos em tempo real como estes processos educativos, de voluntariado e de gestão constante foram chaves para encontrar uma saída a iminente ameaça do gasoduto.

Se apresenta como necessário então, sempre voltar as estratégias e bases que resultaram positivas ou efetivas no passado, assim como, por outro lado, superar os momentos o projetos que não necessariamente funcionam, para logo poder ter o espaço e tempo de trabalhar em atividades mais permanentes.

Por último, manter um contato ativo, é dizer, participativo e inclusivo com outras comunidades ou grupos da sociedade civil nacional e internacional também se apresenta como um desafio fundamental. São estas redes as que em momentos de conflitos podem ser ativas para procura de apoio e solidariedade. Sem elas, dificilmente sobrevivem os movimentos hoje em dia. Por tanto, manter a autogestão viva a nível local e incrementar a inserção nos processos participativos e deliberativos são igual de importantes à hora de se enfrentar aos novos problemas e conflitos, que inevitavelmente surgirão com a crise global, em forma de projetos desenvolvimentistas mais evolucionados. A busca de equilíbrio entre os assuntos econômicos, políticos, sociais e ambientais são os maiores desafios aos que se enfrenta a sociedade portoriquenha, suas instituições em geral a sobretudo, as comunidades locais.

Referências Bibliográficas

ACOSTA, Ivonne. 1989. *La mordaza, Puerto Rico 1948-1957*. Editorial Edil, Inc. Río Piedras

AYALA, Vanessa; MALDONADO, Astrid; TORO, Alba. 2003. *Montaña Arriba se cosecha otra historia: sistematización de estrategias de organización y movilización, procesos educativos y desarrollo sustentable en la experiencia comunitaria de Casa Pueblo en Adjuntas, Puerto Rico a Mayo de 2003*. Tesis de Maestría, Escuela Graduada de Trabajo Social Beatriz Lassalle. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Puerto Rico- Recinto de Río Piedras.

BAUMAN, Zygmunt. 2013. *Es necesaria una nueva batalla cultural*. Revista Nueva Sociedad, Núm. 247, septiembre-octubre

BEBBINGTON, Anthony.J; THIELE, Graham. 1993. *NGOs and the state in Latin America: rethinking roles in sustainable agricultural development*. Routledge, London

BERMAN, Deborah. 2000. *Kicking Off the Bootstraps: Environment, Development, and Community Power in Puerto Rico*. University of Arizona Press

BIRDSEY, Richard; WEAVER, Peter. 1982. *The forest resources of Puerto Rico*. Departamento de Agricultura de los EU. Resource Bulletin SO-80, New Orleans

BOSQUE-PÉREZ, Ramón.; COLÓN-MORERA, José J. (editores). 1997. *Las Carpetas, Persecución política y derechos civiles en Puerto Rico*. Centro para la Investigación y Promoción de los Derechos Civiles, Inc. Río Piedras.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALLETO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina. Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2a edição, 1973.

CARRUYO, Light. 2008. *Producing knowledge, protecting forests, Rural encounters with gender, ecotourism, and international aid in the Dominican Republic*. The Pennsylvania State University Press, Pennsylvania, p. 1-32

COLL Y TOSTE, Cayetano. 1960. *El Grano de Oro IN: Leyendas Puertorriqueñas*. Colección Literaria de Cervantes, Editorial Orión, México

COLÓN, Linda. 2005. *Pobreza en Puerto Rico: radiografía del Proyecto Americano*. Editorial Luna Nueva, San Juan.

_____. 2011. *Sobrevivencia, pobreza y “mantengo”: la política asistencialista estadounidense en Puerto Rico: el PAN y el TANF*. Ediciones Callejón, San Juan

CORDERO, Rafael. 1951. *El progreso económico de Puerto Rico en los Últimos 50 años*. Editorial del Departamento de Instrucción, San Juan.

CORRETJER, Juan Antonio. 1972. *El líder de la desesperación*. Publicaciones de la Liga Socialista, Guaynabo.

_____. 1977. *Problemas de la Guerra Popular en Puerto Rico*. Publicaciones de la Liga Socialista, Ciales.

DIETZ, James. 2003. *Puerto Rico, Negotiating development and change*. Lynne Rienner Publishers, Inc. p. 139-175

DOMÍNGUEZ, Diego. 2008. *La trashumancia de los campesinos Kollas: hacia un modelo de desarrollo sustentable?* IN: ALVARADO MERINO, Gina [et.al]. *Gestión ambiental y conflicto social en América Latina*. Colección Becas de Investigación, CLACSO, Buenos Aires, p.135-191.

DOS SANTOS, Theotonio. 2010. *Crisis structural y crisis de coyuntura en el capitalismo contemporáneo* EN: GAMBINA, Julio, C (coord). 2010. *La crisis capitalista y sus alternativas, Una mirada desde América Latina y el Caribe*. Primera edición, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), Buenos Aires p.63-77.

ESCOBAR, Arturo. 1995. *Encountering Development, The Making and Unmaking of the Third World*. Princeton University Press, New Jersey

_____. 2010. *Una minga para el post-desarrollo: lugar, medioambiente y movimientos sociales en las transformaciones globales*. Programa Democracia y Transformación Global, Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Lima.

FERNÁNDEZ, Eugenio Méndez. 1965. *El pensamiento social de Eugenio María de Hostos*. Revista de Ciencias Sociales. Vol. IX, Núm. 1, marzo. Río Piedras, p.39-59.

GAMBINA, Julio, C (coord). 2010. *La crisis capitalista y sus alternativas, Una mirada desde América Latina y el Caribe*. Primera edición, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), Buenos Aires

GAUTIER, Carmen. 1991. *Puerto Rico: el efecto de ajustes sobre la democracia y la descolonización a fines del siglo XX*. Revista de Ciencias Sociales, Río Piedras, Vol. XXX, Núm. 1-2, enero-junio

GAZTAMBIDE, Antonio. 1991. *Hacia una historia social de las relaciones interamericanas: el camino al desarrollismo, 1946-1960*. p. 27-56. Revista de Ciencias Sociales, UPR, Río Piedras. Vol. XXX, Núm. 1-2, enero-junio

GONZÁLEZ-CASANOVA, Pablo. 2012. *Comunidad: la dialéctica del espacio*. Colección Conceptos y Fenómenos Fundamentales de Nuestro Tiempo, Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Autónoma de México

GOODMAN, David; REDCLIFT, Michael. 1991. *Environment and Development in Latin America: The politics of sustainability (Issues in Environmental Politics)*. Manchester University Press

HARTZELL, Charles; HUNT, William. 1903. *Register of Porto Rico for 1903*. Press of Louis E. Tuzo and Co. San Juan

HOSTOS, Eugenio María de. 2001. *Puerto Rico, Madre Isla (Primera Parte) 1898*. Obras Completas, Edición Crítica. Vol. V, Tomo II. Editorial de la Universidad de Puerto Rico; Instituto de Estudios Hostosianos.

HOSTOS, Eugenio María de. 1898. *La liga de Patriotas IN: Madre Isla: Campaña Política por Puerto Rico: 1898-1903*. Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, www.cervantesvirtual.com/obra-visor/madre-isla-campana-politica-por-puerto-rico-1898-1903/html/1697df24-4b17-11e0-b714-00163ebf5e63_2.html

JARAMILLO, Diego. 2013. *Una opción libertadora: sujetos en resistencia* IN: *Estudios de Suelo, Interculturalidad y Sujetos en Resistencia*, compilado por José Rafael Rosero Morales. Grupo de Investigación Cultura y Política, Maestría en Ética y Filosofía Política, Universidad del Cauca, Sentipensar Editores, Colombia

KAUFMAN, Michael. 1997. *Community Power, Grassroots Democracy, and the Transformation of Social Life* (Introducción) IN: KAUFMAN, Michael; DILLA ALFONSO, Haroldo. *Community Power, Grassroots Democracy, and the Transformation of Social Life*, Zed Books, London & New Jersey

KLIKSBERG, Bernardo; RIVERA, Marcia. 2007. *El capital social movilizado contra la pobreza, La experiencia del Proyecto de Comunidades Especiales en Puerto Rico*. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO; San José: Oficina de Comunidades Especiales de Puerto Rico, Unesco.

LARA, Juan A. 2009. *El ingente problema del empleo en Puerto Rico*. Boletín de Economía, Unidad de Investigaciones Económicas, Departamento de Economía, Universidad de Puerto Rico, Recinto de Río Piedras. Vol. X, Núm. 1, enero-junio

MARTÍ, José. 2006. *Nuestra América*. Edición Crítica (Cintio Vitier). Centro de Estudios Martianos, La Habana. p.1-14

MASSOL Alexis.; GONZÁLEZ, Edgardo.; MASSOL-DEYÁ, Arturo; DEYÁ, Tinti.; GEOGHEGAN T. 2006. *Bosque del Pueblo, Puerto Rico: Cómo la lucha antiminera cambió la política forestal desde la base comunitaria*. Políticas exitosas para los bosques y la gente no. 12. International Institute for Environment and Development, London.

MASSOL-GONZÁLEZ; MASSOL-DEYÁ; ANDROMACHE, J. 2008. *The evolution of Casa Pueblo, From mining opposition to Community Revolution*. The roles of local organisations in sustainable development. The gatekeeper series of the Natural Resources Group, IIED, London.

MAYA, Ángel A. 1995. *Desarrollo sostenible: aproximaciones conceptuales*. Fundación Natura, UICN, Quito.

MEDINA PEÑA, Nilsa. 2008. *Movimientos sociales: nuevas formas de liderazgo comunitario*. En: OSAL : Observatorio Social de América Latina. Año 8 no. 23, abril, Buenos Aires

MIRABAL-LINARES, Rafael J. 2005. “*Entre Fotos y Palabras*”. Imprenta Lloréns, Adjuntas

MORI, Roberto. 2003. *La organización comunitaria y la investigación participativa en el Caribe. Una experiencia internacional: in* GAZTAMBIDE, A.; HERNÁNDEZ,. *Cultura, sociedad y cooperación: Ensayos sobre la sociedad civil del Gran Caribe*: Centro de Investigación y Desarrollo de la Cultura Cubana Juan Marinello, Grupo Inter-Civil del Proyecto Atlantea, Universidad de Puerto Rico.

MORIN, Edgar; VIVERET, Patrick. 2013. *Como vivir em tempo de crise?*. Editora Bertrand Brasil

MORSE, Richard. 1960. *La transformación ilusoria de Puerto Rico*. Revista de Ciencias Sociales. Río Piedras, Vol. IV, Núm. 2. p.357-376

NORGAARD, Richard B. 1994. *Development Betrayed: The End of Progress and a Co-evolutionary Revisioning of the Future*. Routledge, London

PANTOJAS, Emilio García. 1979. *Estrategias de desarrollo y contradicciones ideológicas en Puerto Rico*. Revista de Ciencias Sociales, Río Piedras, Vol. XXI, Núms. 1- 2, marzo-junio. p.73-124.

PARALITICI, José. 1997. *Encarcelamiento de luchadores anticoloniales: 1898-1958*; IN: *Las Carpetas, Persecución política y derechos civiles en Puerto Rico*, Ramón Bosque Pérez y José Javier Colón Morera (Editores). Centro para la Investigación y Promoción de los Derechos Civiles, Inc. Río Piedras.

PASCUAL, Vanessa. 1999. *Al fondear la yola: lloverá café?*. CISCLA, Working Paper #88, Río Piedras <http://cai.sg.inter.edu/revista-ciscla/workingpapers/workingpaper88.pdf>

PICÓ, Fernando. 1981. *Amargo café (los pequeños y medianos caficultores de Utuado en la segunda mitad del siglo xix)*. Colección Semilla, Ediciones Huracán. Río Piedras

_____. 1987. [1898], *La Guerra después de la Guerra*. Ediciones Huracán, Río Piedras

QUINTERO RIVERA, Ángel G. 1974. *El desarrollo de las ciencias sociales y los conflictos políticos en Puerto Rico*, Parte I, Revista de Ciencias Sociales, Vol. XVIII, p. 145-199.

_____. 1975. *La base social de la transformación ideológica del Partido Popular Democrático en la década del 1940*. Cuadernos, Volumen 6, Centro de Estudios de la Realidad Puertorriqueña (CEREP).

_____. 1975. *La clase obrera y el proceso político en Puerto Rico: la desintegración de la política de clases*. Parte II, Revista de Ciencias Sociales, Vol. XX, núm. 1, p.3-48

_____. 2009. *Hibridez, modernidad y desarrollo. La política de la Guerra Fría, la Academia y la cultura*. Revista Crítica y Emancipación, (2): 187-208

RIVERA, Marcia. 2013. *Hacia la superación de la pobreza*. Presentación en la Primera Cumbre de Erradicación de la Pobreza, Oficina de Comunidades Especiales y Departamento de Estado, San Juan, octubre; publicado por Revista 80grados.net

RUIZ, Ángel. 1981. *Desarrollo económico de Puerto Rico: Evaluación de una Estrategia de Desarrollo basada en Importación de Capital y Tecnología*. Revista de Ciencias Sociales, Río Piedras, Vol. XXIII, Núms. 1- 2, marzo-junio.

SANTANA, Leonardo. 1994. *Fulgor y decadencia de la Administración Pública en Puerto Rico*. Editorial La Torre del Viejo, San Juan

STEWART, Julia; MANNERS, Robert; WOLF, Eric; PADILLA, Elena; MINTZ, Sidney; SCHEELE, Raymond. 1956. *The People of Puerto Rico: A Study in Social Anthropology*. Urbana, University of Illinois Press

TILLY, Charles. 2004. *Social Movements: 1768-2004*. IN: *Social Movements as Politics*. p.1-16. Paradigm Publishers, London

VERCELLI A. 2006. *Globalization and sustainable development* IN: BASILI, M.; FRANZINI, M.; VERCELLI, A. *Environment, Inequality and Collective Action*. Routledge Taylor and Francis Group, New York

WADSWORTH, Frank. 2000. *Producción Forestal para América Tropical*. Departamento de Agricultura de los EU, Manual de Agricultura.

WALLERSTEIN, Immanuel. 2004. *World-System Analysis: an introduction*. Duke University, Durham

WALTER-FEWKES, J. 2009. *The aborigines of Puerto Rico and Neighboring Islands*. The University of Alabama Press, Tuscalosa

WOLF, Eric.1956. *San Jose: Subculture of a "Traditional" Coffee Municipality* IN: STEWARD, J.; MANNERS, R.; WOLF, E.; PADILLA, E.; MINTZ, S.; SCHEELE, R. 1956. *The People of Puerto Rico: A Study in Social Anthropology*. Urbana, University of Illinois Press

Documentos legales e Informes

Ley # 2 de marzo de 1917. *Acta Jones, Carta Orgánica de 1917 de Puerto Rico*

Ley # 9 de 18 de agosto de 1933. *Ley de Minas, Declaración de Política Pública*

Constitución del Estado Libre Asociado de Puerto Rico, 1952.

Ley # 75 del 24 de junio de 1975. *Ley Orgánica de la Junta de Planificación de Puerto Rico*

Ley # 133 del 1 de julio de 1975. *Ley de Bosques de Puerto Rico*

U.S. General Accounting Office. 1993. *Tax Policy, Puerto Rico and the Section 936 Tax Credit*. Report to the Chairman, Committee on Finance, U.S. Senate

Ley # 73 de 30 de junio de 1995. Ley que enmienda Ley # 9 de Minas para prohibir la explotación minera a cielo abierto (Presentada y discutida por CP, fue firmada en Adjuntas)

Ley # 14. 1999. *Ley para la Unificación de los Bosques Estatales de Maricao, Susúa, Guánica, Toro Negro, Guilarte y Pueblo de Adjuntas*. (Presentada por CP ante la Legislatura)

Ley # 292 del año 1999. Ley para la Protección y Conservación de la Fisiografía Cársica de Puerto Rico

Ley # 268 de septiembre de 2003. Crea el *Fondo de Adquisición y Conservación de Terrenos de Alto Valor Ecológico* (Presentada por CP ante la Legislatura).

Ley #7 del año 2009. *Ley Especial Declarando Estado de Emergencia Fiscal y Estableciendo Plan Integral de Estabilización Fiscal para Salvar el Crédito de Puerto Rico*

Ley # 29 del año 2009. *Ley de Alianzas Público-Privadas*

Orden Ejecutiva # 4 del año 2009. *Orden Ejecutiva del Gobernador del Estado Libre Asociado de Puerto Rico Estableciendo Medidas Adicionales de Austeridad, Disciplina y Reducción de Gastos*

Orden Ejecutiva # 34, 2010. *Orden Ejecutiva del Gobernador del Estado Libre Asociado de Puerto Rico para Activar las Disposiciones de la Ley Núm. 76 del 5 de mayo d3 200, declarando un Estado de Crisis y Emergencia Energética*

Ley # 32 de 14 de marzo de 2011. *Para enmendar el Artículo 12 de la Ley Núm. 76 de 2000; a los fines de disponer que el Gobernador podrá, mediante Orden Ejecutiva, autorizar la continuación de un estado de emergencia*

U.S. Department of State. 2012. *Foreign Affairs Manual Volume 7, Acquisition of U.S. Nationality in U.S. Territories and Possessions*. Consular Affairs, Unclassified

U.S. Census Bureau. 2012. *Statistical Abstract of the United States: 2012, Puerto Rico and the Island Areas, Summary 1990-2010*.

_____. 2012. *Poverty: 2010 and 2011, American Community Survey Briefs (By Alemayehu Bishaw)*. U.S. Department of Commerce, Economics and Statistics Administration

Central Intelligence Agency (CIA). 2013. *Central America and Caribbean: Puerto Rico*. The World Factbook, último acceso en agosto 2013, <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>

Documentos Archivo Casa Pueblo

DEYÁ-DÍAZ, Tinti. 1983. *Ante los ultrajes, A la Vida, Felicidad y a la Libertad del Pueblo Puertorriqueño*. Ponencia presentada (en representación del Taller de Arte y Cultura de Adjuntas) ante el Comité de Descolonización de las Naciones Unidas.

Taller de Arte y Cultura de Adjuntas. 1985. *Plan 2020 y la explotación minera: riesgo la sobrevivencia de Puerto Rico*. Publicación del Taller de Arte y Cultura de Adjuntas.

_____. 1992. *Un taller para hacer Patria, Breve análisis del proceso de lucha, represión, triunfo y futuro del Taller de Arte y Cultura de Adjuntas*. Adjuntas

Plan de conservación de áreas sensitivas para Adjuntas y municipios adyacentes. 2003. Propuesta presentada por Casa Pueblo para el Plan de Conservación y Uso de Terrenos de

puerto Rico. (Programa de Planificación Física, Subprograma Planes de Usos de Terrenos. Oficina de la Gobernadora, Junta de Planificación)

Evaluación del Gasoducto del Norte propuesto por la Autoridad de Energía Eléctrica (AEE): Respuesta Comunitaria a la Crisis Energética. 17 de agosto de 2010. Comunicado de Prensa, Comisión Técnica y Científica de CP.

Evaluación del Gasoducto del Norte propuesto por la Autoridad de Energía Eléctrica (AEE): Respuesta Comunitaria a la Crisis Energética, PARTE II. 14 de septiembre de 2010. Comunicado de Prensa, Comisión Técnica y Científica de CP.

Evaluación de la Declaración de Impacto Ambiental (DIA) del Gasoducto del Norte propuesto por la Autoridad de Energía Eléctrica (AEE): Respuesta Comunitaria a la Crisis Energética. 16 de octubre de 2010. Comunicado de Prensa, Comisión Técnica y Científica de CP.

Cuarta Evaluación del Gasoducto del Norte propuesto por la Autoridad de Energía Eléctrica (AEE): Respuesta Comunitaria a la Crisis Energética. 10 de noviembre de 2010. Comunicado de Prensa, Comisión Técnica y Científica de CP.

Riesgo a la Vida, a la Salud, y la Propiedad de más de 200,000 habitantes a lo largo del Gasoducto del Norte, IV Evaluación, Parte II. 10 de noviembre de 2010. Comunicado de Prensa, Comisión Técnica y Científica de CP.

Informes y Comunicados en <http://casapueblo.org/>

Entrevistas

DELGADO ACEVEDO, Johanna. 27 de noviembre de 2012, Auditorio del Instituto de Biodiversidad y Cultura en Casa Pueblo. Audio y transcripción (Archivo Personal).

DEYÁ DÍAZ, Faustina (Tinti). Noviembre y diciembre de 2012, Auditorio del Instituto de Biodiversidad y Cultura en Casa Pueblo. Audio y transcripción (Archivo Personal).

HERNÁNDEZ SOTO, Maribel. Diciembre de 2012, Residencia de Maribel en el Barrio Pueblo de Adjuntas. Audio y transcripción (Archivo Personal).

IRIZARRY RIVERA, Edith. Diciembre de 2012, Residencia de Doña Edith, ubicada en el Barrio Vegas Arriba de Adjuntas. Audio y transcripción (Archivo Personal).

MASSOL GONZÁLEZ, Alexis. 14 de enero de 2013, Biblioteca Eugenio María de Hostos en Casa Pueblo, Adjuntas. Audio y transcripción (Archivo Personal).

MASSOL DEYÁ, Arturo. 3 de diciembre de 2012, Departamento de Biología, Universidad de Puerto Rico, Recinto de Mayagüez. Audio y transcripción (Archivo Personal).

MASSOL DEYÁ, Axel. 4 de diciembre de 2012. Recorrido por los barrios de Adjuntas. Audio y transcripción (Archivo Personal).

SANTIAGO ROBLES, Osvaldo. Noviembre de 2012, oficinas de Radio Casa Pueblo en Adjuntas. Audio y transcripción (Archivo Personal).

VÁZQUEZ ROSA, Maribel. Noviembre de 2012, oficinas de Radio Casa Pueblo en Adjuntas. Audio y transcripción (Archivo Personal).